

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado em História

Bruno Novelino Vittoretto

FRONTEIRAS DO CAFÉ NA ZONA DA MATA MINEIRA (1870-1940)

Juiz de Fora
2016

Bruno Novelino Vittoretto

FRONTEIRAS DO CAFÉ NA ZONA DA MATA MINEIRA (1870-1940)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho da Faculdade de História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Pires

Juiz de Fora
2016

Bruno Novelino Vittoretto

FRONTEIRAS DO CAFÉ NA ZONA DA MATA MINEIRA (1870-1940)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de DOUTOR EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 23 de Fevereiro de 2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. Anderson Pires (orientador)

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (UFF)

Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas (UFJF)

Prof. Dr. Jonis Freire (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Salles (UNIRIO)

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que passaram – e de alguma forma ficaram – nesses dez anos de trajetória acadêmica, desde o início da graduação até a conclusão deste trabalho.

Agradeço à Rosangela Mello, do Arquivo Arquidiocesano da Cúria Metropolitana de Juiz de Fora, pela primeira oportunidade de experiência nos domínios da História.

Do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF), onde passei longos meses de pesquisa, agradeço aos funcionários e estagiários com quem convivi: Alessandra Germano, Andreia Rodrigues, Edna Silveira, Danilo Souza, Galba Di Mambro, Getúlio Anderson, Tarcísio Daniel e, especialmente, Giovana Bonfante.

Do Programa de Pós-Graduação em História, registro meu agradecimento à Prof.^a Dr.^a Carla Almeida e à Prof.^a Dr.^a Mônica Oliveira, assim como ao Prof. Dr. Alexandre Barata, à Ana Mendes e ao Sandro Otaviano, por todo suporte e confiança no trabalho.

Agradeço à banca examinadora, que contribuiu efetivamente para as reflexões contidas na tese: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães, Prof. Dr. Fernando Gaudereto Lamas, Prof. Dr. Jonis Freire e Prof. Dr. Ricardo Salles, sendo os dois primeiros também membros da banca de qualificação.

Sou grato ao Edson Rodrigues pelo trabalho com os mapas.

Da Universitat de Barcelona, agradeço aos professores Enric Tello, coorientador desta pesquisa, e Marc Badia-Miró, tanto pelo acolhimento quanto pelo interesse e solicitude demonstrados ao longo de todo o período do estágio. Agradeço aos queridos companheiros de UB, Andrea Montero Mora, Julio Ortega e Lucía Diez, com quem compartilhei bons momentos. Ainda em Barcelona, sou imensamente grato a Ferran Ribó, Julien Layole, Lisardo Crespo, Suzana Dias e Vitor Barbosa, por me acolherem de todas as formas possíveis.

Agradeço também aos amigos de seis anos de pós-graduação, entre aulas e congressos: Aparecida Tavares, Caio Batista, Esther Itaborahy, Fábio Simão, Felipe Duarte, Hyllo Nader, Izabella Salles, Juliano Tiago, Karol Gruchenhka, Leandro Braga Andrade, Márcio Xavier Corrêa, Monalisa Pavonne, Pedro Paulo Aiello Mesquita, Rabib Floriano Antonio, Renato João de Souza e Siméia Lopes.

Minha gratidão também vai para os amigos que me acompanham desde os tempos de graduação: Andressa Marques (também pela revisão deste texto), Adriano Vargas, Cíntia Borges, Dani Arruda, Daniel Duarte, Diogo Gomes, Fábio Augusto, Fernanda Gherardi, Franklin Lopardi, Isaías Souza, Josi Silva, Luiz Fernando Rodrigues Lopes, Marcelo Gomes da Silva, Pedro Júnior, Pedro Vieira Lima, Renan Marinho e Vitor Fortes.

Minha família merece todos os méritos dessa trajetória. Angela, Braz e Denis: muito obrigado!

Um agradecimento especial vai para Vanessa Lourenço, minha companheira, no sentido mais completo do termo. Obrigado por compartilhar não só os estudos e o trabalho (sua leitura crítica da tese foi fundamental), mas também todos os momentos da existência nesses últimos anos.

RESUMO

A presente tese busca uma compreensão sobre a fronteira agrária do café na região da Zona da Mata mineira, estabelecida entre os anos de 1870 e 1940. O trabalho faz parte de uma tentativa de interpretação dos elementos autônomos da Mata enquanto principal região produtora da rubiácea em Minas Gerais, frente às transformações nos dois extremos da cadeia internacional da *commodity*. Para tanto, analisa ao longo de todo o texto a ação *metabólica* ocorrida entre os dois elementos do sistema agrário, o trabalho e a terra. Através de um duplo recorte espacial, primeiro busca compreender de que forma se estabeleceu a mão de obra nas unidades de produção cafeeira em dois períodos distintos do *status* jurídico do trabalho. Em um segundo momento, avalia a posse e a disponibilidade da terra enquanto elementos de reprodução da economia do café nas localidades em foco. Partindo desses dois pontos, enfim, descreve um modelo de fronteira cafeeira para a região, em suas demarcações espaciais e cronológicas distintas.

Palavras-chave: Zona da Mata. Cafeicultura. Fronteiras. Sistema Agrário.

ABSTRACT

This thesis seeks an understanding of the agrarian frontier of coffee in Zona da Mata region, established between the years 1870 and 1940. The work is part of an attempt to interpret the autonomous elements of Mata as the main *rubiacea* producing region in Minas Gerais, considering all changes at both extremes of international commodity chain. It analyzes throughout the text the metabolic action occurred between agricultural system's two elements: labor and land. Employing a double spatial cutting, first seeks to understand how labor was settled in coffee production farms in two different periods of its legal status. In a second step, evaluates the possession and availability of land while crucial coffee economy's reproduction elements in all localities in focus. From these two points, lastly, describes a coffee frontier model for the region, in its distinguished spatial and chronological boundaries.

Keywords: Zona da Mata. Coffee Growing. Frontiers. Agricultural System.

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO II

Tabela 1: Produção Mundial de Café em milhões de sacas (1852-1940).....	48
Tabela 2: Importação Mundial de Café em milhões de sacas (1852-1940).....	49
Tabela 3: Percentual da Zona da Mata no conjunto das exportações de café mineiras (1818-1926).....	57
Tabela 4: População escrava em algumas localidades do centro-sul do Brasil (1840-1886)	67
Tabela 5: Populações livre e escrava nas regiões de Minas Gerais (1831-1872).....	80
Tabela 6: Percentual de escravos nas regiões de Minas Gerais (1831-1872).....	81
Tabela 7: Percentual das populações escrava e total nas Comarcas de Minas Gerais (1833-1872).....	81
Tabela 8: População da região da Zona da Mata (1872).....	82
Tabela 9: População escrava na microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe (1831-1883).....	83
Tabela 10: Acumulação e concentração da propriedade escrava (1870-1888).....	90
Tabela 11: Acumulação e concentração da propriedade escrava pelos dos cafeicultores (1870-1888).....	90
Tabela 12: Percentual da população escrava por faixas etárias (1870-1888).....	92
Tabela 13: Percentual da população escrava por estado civil (1870-1888).....	93
Tabela 14: Percentual de sexo e procedência de escravos por faixas etárias (1870-1888).....	94
Tabela 15: Procedência dos trabalhadores rurais em alguns distritos de Juiz de Fora (1894).....	100
Tabela 16: Taxa anual de crescimento da população em distintas regiões de Minas Gerais (1832-1872).....	103
Tabela 17: População total da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe (1890/1940).....	105
Tabela 18: Percentual decenal dos ativos em relação ao montante da riqueza (1870-1929).....	109
Tabela 19: Acumulação e concentração dos cafezais (1870-1899).....	117
Tabela 20: Acumulação e concentração dos cafezais (1900-1929).....	118

Tabela 21: Perfil decenal das propriedades cafeeicultoras (1870-1929).....	118
Tabela 22: Acumulação e concentração da propriedade da terra (1870-1929).....	122
Tabela 23: Acumulação e concentração da propriedade da terra por parte dos cafeeicultores (1870-1929).....	121
Tabela 24: Relação decenal entre número e área do total de propriedades e propriedades cafeeicultoras (1870-1929).....	123

CAPÍTULO III

Tabela 1: Extensão das vias férreas das províncias/estado do Brasil (1873-1936).....	194
Tabela 2: Extensão da rede ferroviária em tráfego no sudeste brasileiro, em km (1873-1936).....	196
Tabela 3: Linhas e Estações Ferroviárias da Zona da Mata (1869-1940).....	204

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO II

Figura 1: Município de Juiz de Fora (1927).....	41
Figura 2: Município de Juiz de Fora (s/d).....	43
Figura 3: Zonas Cafeeiras do Sudeste brasileiro (1901).....	53
Figura 4: Zonas Cafeeiras do Sudeste brasileiro (Séculos XIX-XX).....	54
Figura 5: Produção quinquenal de café em milhares de toneladas (1881/1925).....	55
Figura 6: Percentual da produção cafeeira dentre as três principais zonas brasileiras do produto (1876/1930).....	56
Figura 7: Percentual de proprietários por faixas de plantéis (1870-1888).....	85
Figura 8: Percentual de escravos por faixas de plantéis (1870-1888).....	86
Figura 9: Mudança percentual das faixas de plantéis (1870-1888).....	87
Figura 10: Acumulação e concentração da propriedade escrava (1870-1888).....	88
Figura 11: Média anual de escravos por propriedade (1870-1888).....	88
Figura 12: Média anual de pés de café por escravo (1870-1888).....	91
Figura 13: Percentual anual dos ativos Escravos, Terras e Café em relação ao montante da riqueza (1870-1929).....	109
Figura 14: Percentual anual do ativo Escravos em relação ao montante da riqueza (1870-1929).....	110
Figura 15: Percentual anual do ativo Terras em relação ao montante da riqueza (1870-1929).....	111
Figura 16: Percentual anual do ativo Café em relação ao montante da riqueza (1870-1929).....	112
Figura 17: Percentual anual do ativo Semoventes em relação ao montante da riqueza (1870-1929).....	113
Figura 18: Acumulação e Concentração de Mil pés de café (1870-1929).....	115
Figura 19: Faixas de pés de café (1870-1929).....	116
Figura 20: Média anual de pés de café por propriedade (1870-1929).....	119
Figura 21: Acumulação e concentração da propriedade da terra (1870-1929).....	121
Figura 22: Divisão da propriedade em faixas de alqueires (1870-1929).....	125
Figura 23: Média anual da extensão da propriedade da terra (1870-1929).....	125

CAPÍTULO III

Figura 1: Mapa Geomorfológico da Zona da Mata.....	132
Figura 2: Distribuição climática da Zona da Mata.....	134
Figura 3: Divisão municipal da Zona da Mata (1920/1940).....	178
Figura 4: Percentual de Terras em Cafezais e Matas (1920/1940).....	185
Figura 5: Percentual de Terras em Cafezais (1920/1940).....	186
Figura 6: Percentual de Terras em Matas (1920/1940).....	187
Figura 7: Percentual de Terras em Pastos (1940).....	188
Figura 8: Número anual de árvores de café plantadas no Município de Juiz de Fora com uma linha média de dois anos (1840/1928).....	189
Figura 9: Número médio anual de árvores de café plantadas no Município de Juiz de Fora (1840/1928).....	190
Figura 10: Percentual anual de Terras em Cafezais no Município de Juiz de Fora (1870/1940).....	191
Figura 11: Percentual anual de Terras em Pastos no Município de Juiz de Fora (1870/1940).....	192
Figura 12: Linhas Férreas na região da Zona da Mata (1870-1940).....	202

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – O discurso sobre a cafeicultura: Brasil e Minas Gerais.....	20
Introdução.....	20
1.1 – Historiografia brasileira.....	21
1.2 – Historiografia mineira: a Zona da Mata.....	28
Conclusão.....	37
CAPÍTULO II – Microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe: terra, trabalho e cafeicultura.....	39
Introdução.....	39
2.1 – Microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe.....	40
2.2 – Minas Gerais e a Produção Mundial do Café.....	44
2.3 – Da Segunda Escravidão à Transição.....	57
2.4 – Fontes e metodologia.....	68
2.5 – Trabalho, cafeicultura e terra.....	72
2.5.1 – Mão de obra entre escravidão e transição.....	72
2.5.2 – Riqueza, produção e transformação do espaço.....	107
Conclusão.....	125
CAPÍTULO III – Terra e degradação do espaço: as (im)possibilidades de reprodução da economia cafeeira.....	128
Introdução.....	128
3.1 – Zona da Mata: uma região de Minas Gerais.....	129
3.2 – O sistema agrário cafeeiro.....	137
3.3 – Uma interpretação da fronteira.....	165
3.4 – Fontes e metodologia.....	176

3.5 – Fronteiras do café na Zona da Mata mineira.....	183
3.5.1 – Fronteiras da região: o café.....	183
3.5.2 – Ferrovias e a linha de expansão cafeeira.....	193
Conclusão.....	210
CONCLUSÃO.....	213
FONTES.....	218
REFERÊNCIAS.....	219

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de movimento da cafeicultura no interior da região da Zona da Mata mineira entre os anos de 1870 e 1940. Ou seja, o desempenho da fronteira agrária – na qual o café se destaca como principal atividade – relacionado aos dois elementos conformadores do sistema agrário vigente: o trabalho e a terra. Mais especificamente, de que forma a ação *metabólica* entre homem e natureza se estabeleceu ao longo do período analisado pela investigação. Primeiro, tenta compreender de que forma se estabeleceu o comportamento da mão de obra nas unidades de produção em dois períodos distintos do *status* jurídico do trabalho. E em segundo lugar, busca analisar a posse e disponibilidade da terra enquanto elemento de reprodução da economia cafeeira. Portanto, até que ponto a simbiose dos dois elementos supracitados agiu de forma a não comprometer o crescimento da cafeicultura após o fim da escravidão frente à diminuição das áreas disponíveis ao cultivo e à queda da produtividade em áreas já cultivadas.

Nesse sentido, a pesquisa consiste no esforço em atribuir à Zona da Mata de Minas Gerais uma dinâmica que lhe é própria, percebendo assim seus elementos autônomos e específicos em um período de transição econômica. Acredita-se também que os temas referentes à cafeicultura em Minas Gerais, em suas conexões, carecem de análises, ainda que a contribuição da historiografia especializada no tema nos últimos anos tenha aumentado consideravelmente. Portanto, identificar o processo de produção da principal atividade econômica da região – através de uma periodização abrangente – é uma das principais contribuições do trabalho, que abrirá espaço para a discussão sobre os limites cronológicos da *commodity* cafeeira nas Minas Gerais em perspectiva comparada, quando possível, às outras regiões produtoras do país.

Para alcançar os objetivos dessa investigação – analisar as relações engendradas nos processos de transformação do trabalho e da natureza – destaca-se o emprego de uma visão conjunta dos fenômenos históricos em distintas escalas. Quer dizer que a interpretação que ora se apresenta busca congrega as relações de caráter micro e macroespacial. Neste último ponto, destacam-se temáticas como a expansão do mercado internacional do café a partir da segunda metade do século XIX e a amplitude da instituição escravista no decorrer da centúria. Já as relações no âmbito microespacial dizem respeito aos impactos desses mesmos fenômenos – mercado mundial e

escravidão – e as transformações ocorridas no interior da região de Minas Gerais no mesmo período, destacando-se também outros elementos como o padrão de riqueza, a posse da terra e as possibilidades de expansão da produção cafeeira nesse espaço.

É importante insistir que essa investigação está pautada em um duplo recorte espacial. Primeiro, são investigados os aspectos referentes à produção cafeeira na microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe. Esse espaço corresponde à área de retaguarda da cafeicultura de Minas Gerais, coincidindo precisamente com o antigo município de Juiz de Fora – antes de passar pelo processo de desmembramento dos distritos a ele pertencentes. Portanto, tanto uma denominação quanto outra, consideradas ao longo desse trabalho, dizem respeito à mesma área investigada. A análise sobre esse espaço mais antigo do café mineiro está direcionada quase totalmente no capítulo segundo do texto, denominado *Microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe: terra, trabalho e cafeicultura*.

Por outro lado, uma distinta dimensão espacial é trabalhada nesta investigação. Trata-se da região da Zona da Mata, espaço no qual está inserido o próprio município de Juiz de Fora. Nesse caso, amplia-se o recorte espacial adotado anteriormente para tratar da grande área de expansão da cafeicultura de Minas Gerais ao longo das sete décadas analisadas, entrecruzando os dados encontrados para as localidades da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe. A totalidade das interpretações referentes a esse espaço está contida no terceiro capítulo: *Terra e degradação do espaço: as (im)possibilidades de reprodução da economia cafeeira*. Para uma maior visualização e compreensão desse duplo recorte espacial, a descrição exata de cada uma dessas áreas está devidamente realizada nos tópicos em que são consideradas.

Já a periodização adotada ao longo da investigação – entre 1870 e 1940 – é demarcada por três conjunturas nacionais importantes. A primeira delas, entre 1870 e 1888, refere-se ao momento exato de crescimento e representatividade do café como principal atividade econômica exercida localmente. Em 1870 a região cafeeira de Minas Gerais alcançou significativos níveis de produção e acessou definitivamente o mercado mundial do produto através de uma infraestrutura mínima para o escoamento da rubiácea através do porto do Rio de Janeiro. Portanto, esse período é o que pode ser chamado de incorporação produtiva do café mineiro ao mercado mundial, uma vez que a *commodity* era produzida em um espaço relativamente reduzido e alcançava mercados geograficamente distantes.

Esse quadro conjuntural é também demarcado pelas transformações na instituição escravista. A historiografia interpreta a primeira metade da década de 1870 como o início da crise imperial do escravismo brasileiro. Mais especificamente, esse processo se deu a partir da aprovação da Lei de 28 de Setembro de 1871, que libertava o ventre das escravas e acabava por vez com quaisquer expectativas de manutenção do regime em longo prazo. Esse subperíodo da pesquisa tem como limite o ano de 1888, data que se refere ao golpe final da escravidão, quando foi decretada a abolição no dia 13 de Maio. Contudo, os anos finais do regime e o quadro generalizado de crise não representaram necessariamente a derrocada da instituição em determinadas áreas do Brasil, sobretudo aquelas relacionadas com a cafeicultura, que continuaram a se utilizar amplamente da mão de obra cativa no processo de produção da *commodity*.

Findado o período imperial, uma nova conjuntura se consolidou dentre os anos de 1889 e 1906, determinando mudanças políticas e econômicas que detiveram impactos significativos não só nacionalmente, mas também em esfera local. A primeira data diz respeito à mudança no regime político do Brasil, com a instalação da Primeira República. Já em finais do século, vivenciou-se um período de crise no setor cafeeiro, com seguidos aumentos nos estoques do produto. Ainda nesse subperíodo, elemento primordial para a apreciação desse estudo é a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre após o final da instituição servil. Já o ano de 1906 é marcante para os estudos sobre o café, pois representou a inserção de uma nova dinâmica de produção da *commodity*, uma vez que o Convênio de Taubaté, realizado nesse mesmo ano, impôs regras de intervenção no mercado do produto.

Por fim, o terceiro subperíodo estabelecido nesse trabalho (1907-1940) refere-se ao momento pós-regulamentação do mercado cafeeiro. Portanto, 1906 representa uma importante mudança em ambas extremidades da cadeia do café, com a intervenção direta do Estado brasileiro, o principal país produtor da *commodity*. O período se estende até o ano de 1940, passando pela crise mundial de 1929, que assolou as economias de vários países. Também se percebe, nessa conjuntura, a importância do papel representado por São Paulo no processo e a degradação da economia cafeeira no Rio de Janeiro, seguida de sua relativa perda de autonomia nos assuntos referentes à rubiácea. Dentre paulistas e fluminenses, coloca-se Minas Gerais tanto no que diz respeito a sua produção cafeeira, quanto a sua influência política na intervenção.

Para investigar a inserção do município de Juiz de Fora e da região da Zona da Mata nesses subperíodos, a pesquisa conta com um suporte de dois *corpora* documentais distintos entre si. O primeiro grupo de fontes é composto pela documentação cartorária sob a custódia do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF). Tratam-se dos inventários *post-mortem* abertos no espaço da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe. O período abarcado entre 1870 e 1929 possui 4.049 processos, dos quais foram utilizados cerca de 40%, segundo os critérios de avaliação da fonte, especificados na seção correspondente. Os inventários são também o conjunto documental mais utilizado no decorrer de todo o trabalho, com maior incidência no segundo capítulo. Destacam-se tanto por seu volume, quanto por sua importância na compreensão da economia cafeeira na região.

O segundo grupo de fontes utilizado refere-se aos documentos de natureza demográfica. São eles os recenseamentos gerais publicados nos anos de 1920 e 1940, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tratam-se também de duas tradicionais fontes de pesquisa, de caráter oficial, já sistematicamente analisadas por outros autores, porém não menos importantes. Nesse caso, as variáveis populacionais, econômicas e territoriais presentes nos diversos volumes que compõem essa documentação são analisadas para o conjunto de municipalidades da região da Zona Mata dentre as duas décadas que separam a publicação de ambos os censos. Essa metodologia é aplicada integralmente no terceiro e último capítulo, entrecruzando, em alguns casos, a documentação cartorária anteriormente citada.

Por fim, a investigação conta ainda com a presença de outros dois conjuntos de fontes, de natureza subsidiária. São eles a documentação oficial representada pelos Relatórios da Presidência da Província/Estado de Minas Gerais e os distintos mapas e representações gráficas produzidos ao longo de todo o período. Os relatórios, fontes discursivas de caráter oficial, são parcialmente utilizados na descrição realizada também no capítulo terceiro deste trabalho. Já os mapas e outras figuras, produzidos por pesquisadores e instituições diferentes, estão presentes nos dois últimos capítulos de forma a representar as municipalidades e sub-regiões estudadas, assim como suas atividades econômicas, descritos em momentos específicos da análise.

Essa é uma breve apresentação dos principais conjuntos documentais sobre os quais essa pesquisa incide. Já a metodologia aplicada e a descrição mais detalhada de cada grupo de fontes estão devidamente especificadas nos capítulos em que são

utilizadas. Contudo, pode-se destacar previamente que o trabalho busca uma aproximação com os métodos mais tradicionais da história agrária no tratamento e manipulação dos dados. Calcado principalmente nos primeiros dois grupos de documentos citados, os inventários *post-mortem* e os recenseamentos gerais, os capítulos estão embasados em um tratamento quantitativo dado às fontes.

O primeiro capítulo busca contemplar a produção historiográfica do café veiculada a partir do final da década de 1920. Ou seja, desde os primeiros estudos que tiveram como marco o bicentenário de introdução da planta no Brasil, passando por clássicos da história econômica, até a produção acadêmica mais recente. Dentre esses trabalhos, estão eleitos aqueles que tratam a temática no Brasil de uma forma geral e aqueles estudos que buscaram analisar somente a cafeicultura em Minas Gerais. Portanto, uma análise sobre o que já foi produzido a respeito das origens, desenvolvimento e crise da cafeicultura. Mais especificamente, a visão de distintos autores sobre tópicos como a cronologia da cafeicultura, os impactos da Abolição, a formação dos complexos agroexportadores, dentre outros elementos que configuram a produção da rubiácea tanto em um quanto em outro território.

O segundo capítulo começa com uma descrição mais detalhada do recorte espacial da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe. Logo, aborda a ascensão do mercado mundial e a representatividade do café nesse processo e segue com um aprofundamento sobre a especificidade do trabalho escravo e a transição da mão de obra em Minas Gerais. A partir desse ponto, passa para a análise descritiva embasada nos grupos de fontes pesquisados, apresentando a metodologia adotada para cada conjunto documental. Os principais elementos considerados referem-se ao padrão da riqueza alcançado pelos proprietários inseridos nesse espaço. Partindo especificamente de dois ativos – café e terras – segue, por fim, uma descrição sobre a produção cafeeira em cada uma dessas unidades rurais e a posse da terra como principal elemento de incorporação da *commodity* no município de Juiz de Fora.

O terceiro e último capítulo amplia o recorte espacial ao buscar uma interpretação sobre o fenômeno da fronteira na região da Zona da Mata. Assim como no capítulo anterior, descreve o recorte espacial, representado pela região mineira do café. Após a delimitação geográfica, aponta as particularidades do sistema agrário adotado na região. Em seguida, faz um recorrido sobre os principais trabalhos que desenvolveram a temática da fronteira na historiografia, e da mesma forma, tenta diferenciar o caráter da

fronteira regional, ao adotar um modelo de fronteira do café que abarca o período entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Nas seções seguintes, com base na análise documental devidamente especificada, busca descrever o movimento da fronteira do café durante os períodos selecionados e termina procurando reconhecer as bases da relação entre as ferrovias que se instalaram na região e o processo de produção da *commodity* nas municipalidades pesquisadas.

As citações literais em língua estrangeira foram traduzidas livremente, com a inserção do trecho original nas notas de fim de página.

CAPÍTULO I

O DISCURSO SOBRE A CAFEICULTURA: BRASIL E MINAS GERAIS

Introdução

É impossível a tarefa de reunir todos os estudos já realizados no país que tiveram o café como tema de investigação. Perante a imensidão de textos sobre o produto, segue adiante uma tentativa de descrever as principais referências, ao menos para essa pesquisa, relativas à rubiácea no Brasil. Portanto, está elencado um conjunto de obras devidamente selecionadas que tocam direta ou indiretamente o tema do café, principalmente no que diz respeito aos seus aspectos econômicos. A próxima seção busca uma primeira aproximação dos trabalhos pioneiros, publicados durante a primeira metade do século XX, que trataram a história do café no Brasil, uma vez que se pode demarcar o início de uma historiografia sobre o tema a partir dos anos 1930. Nessa tentativa, está também inserida a interpretação sobre a cafeicultura mineira por parte dos autores dessas obras, destacando a questão tanto da cronologia quanto do dinamismo alcançados em sua principal área cafeeira, a região da Zona da Mata.

Depois estão relacionados aqueles trabalhos que buscaram compreender a cafeicultura a partir de uma perspectiva macro, congregando todas as áreas do centro-sul do país. Neste caso, é possível observar três das obras clássicas da historiografia econômica brasileira, a visão de seus autores em relação à agroexportação e, mais especificamente, à cafeicultura, entre as primeiras metades dos séculos XIX e XX. Da mesma forma que no caso anterior, direciona-se a percepção desses estudiosos sobre o papel desempenhado por Minas Gerais nesse processo. Seguem, ainda nesse tópico, os primeiros desdobramentos dessas interpretações, ou seja, as investigações que continuaram pensando a cafeicultura através de um grande recorte espacial, mas que, de forma diferente, esforçaram-se no aprofundamento das fontes.

A descrição adentra também as obras de caráter regional, que mais ou menos dos anos 1970 em diante, passaram a dominar a produção intelectual relativa ao café. Destacam-se as três principais áreas cafeeiras do Brasil, excetuando-se o caso mineiro. Em um primeiro momento, os estudos relativos ao Rio de Janeiro – sobretudo as localidades do vale do Paraíba fluminense – por ser o espaço privilegiado na transformação do mercado mundial do produto durante a primeira metade do século

XIX. As investigações sobre São Paulo, com ênfase no Oeste, por se tratar de um caso excepcional da economia agrária cafeeira devido ao caráter dinâmico de sua fronteira. Caso de menor atenção por parte da historiografia é do Espírito Santo, que possui algumas investigações sobre a cafeicultura, principalmente em sua porção sul.

Por fim, o presente capítulo aborda a produção realizada em e sobre Minas Gerais, com o foco direcionado à região da Zona da Mata. Consequentemente, esse recorte recai sobre o município de Juiz de Fora, o qual concentra a maioria dos estudos e pesquisadores da região. Nesse sentido, o texto descreve inicialmente os principais trabalhos que surgiram na primeira metade do século XX. Percebe-se aí a atuação de uma produção historiográfica de caráter anedótico, preocupada com uma descrição de fatos e personagens de relevo na região, com base em fontes de caráter oficial. Logo, a produção local é analisada a partir dos trabalhos desenvolvidos entre os anos 1970 e 1980, quando iniciou-se uma mudança de perspectiva na interpretação sobre a cafeicultura na Zona da Mata. Finalmente, o capítulo descreve as publicações da década de 1990 em diante, período em que as investigações se pautaram em análises críticas de um conjunto maior de fontes primárias e secundárias disponíveis.

1.1 Historiografia brasileira

Feita a apresentação, torna-se necessária uma breve descrição dos principais trabalhos que contemplaram a temática dos ciclos cafeeiros no Brasil e sua contribuição para o conhecimento da matéria. Importante compilação fez Ana Luiza Martins, ao divulgar em artigo um balanço de obras publicadas sobre o café. A autora descreve os textos veiculados desde a primeira metade do século XVIII, com as primeiras notícias sobre o café no Brasil, incluindo informes sobre as exportações, passando por periódicos no início da Primeira República, até a produção acadêmica atual de artigos, dissertações e teses sobre o tema. Segundo ela, o “momento potencializado da produção bibliográfica e agora historiográfica sobre o café pode ser balizado a partir de 1927”¹, devido ao início das comemorações do bicentenário da planta no país, mas consolidou-se somente na edição de 1939 com a obra de Affonso Taunay.

Antes mesmo da contribuição de Taunay, é importante situar o pioneirismo de outras obras comemorativas dos duzentos anos do café no Brasil para a compreensão da

¹ MARTINS, Ana Luiza. *Historiografia do café: sugestão de percurso*. II Seminário de História do Café - História e Historiografia, 2., 2008. *Anais...*, Itu, Museu Paulista, 2008, p.11.

história da rubiácea no país. Nesse contexto, duas publicações podem aqui ser citadas, sendo uma delas integralmente dedicada ao estudo da rubiácea no território de Minas Gerais. Em 1929 a Secretaria da Agricultura do Estado editou o livro *Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927*.² A primeira parte da obra contém textos referentes aos aspectos agronômicos e os quadros estatísticos sobre o produto, elaborados, sobretudo, pelos engenheiros da família Alvim. A segunda parte do livro conta com estudos localizados em outras regiões mineiras como Sul, Triângulo e Oeste. Também nessa seção são encontrados estudos de botânica, além da reprodução de conferências e falas dirigidas por parlamentares e jornalistas mineiros.

O diagnóstico dado em 1929, por exemplo, na opinião técnica dos Alvim, era o de disponibilidade de “terras virgens apropriadas á cultura cafeeira”.³ A obra não traz o discurso de crise, pelo contrário, apresenta uma visão otimista da cafeicultura mineira e, em especial, da Zona da Mata. Da mesma forma, a outra publicação inserida nas comemorações do bicentenário do café aborda a questão da cafeicultura mineira. O Departamento Nacional do Café editou em 1934 um livro com mais de 500 páginas e textos mais curtos do que seu congênere mineiro, intitulado *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*.⁴ Com a presença de trabalhos embasados nos dados do Censo de 1920 – no qual Minas Gerais aparece na segunda posição dentre os maiores estados cafeeiros do país –, o documento traz também um discurso de exaltação da produção mineira e da capacidade de crescimento da cafeicultura no estado.

Por fim, a última obra foi editada pela mesma instituição sediada no estado de São Paulo, o Departamento Nacional do Café, somente doze anos após o bicentenário, no ano de 1939. O monumental trabalho de Affonso de Escragnolle Taunay⁵ está dividido em quinze volumes que versam desde a introdução da planta no Brasil no período colonial (1727), até aproximadamente o ano em que fora escrito, 1937. Sobre Minas Gerais, Taunay escreveu um pequeno capítulo – apenas três páginas – dedicado à genealogia de uma das mais importantes propriedades cafeeiras da província no século

² SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Org.). **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

³ ALVIM; Socrates; ALVIM, Aristoteles; ALVIM, Ovídio. O meio agrícola e as reservas de terras cafeeiras. In: *Ibidem*, p.149.

⁴ DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. **O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934.

⁵ TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. 15 v

XIX, localizada em Juiz de Fora, a Fazenda São Matheus.⁶ Em outro capítulo, “Estado da lavoura mineira em 1927 – Methodos e processos”, a visão de Taunay sobre a cafeicultura local consolidava a ideia mais de crise do que de prosperidade no setor. Segundo ele, a ruína que já havia tomado a região fluminense “já começara porém; e só não fora e não era mais veloz graças á prodigiosa uberidade das terras [mineiras]”.⁷

Passada a apreciação dos trabalhos pioneiros da historiografia sobre o café, há de se destacar também a contribuição de alguns dos clássicos da história econômica brasileira. Um deles é a obra de Roberto Simonsen, que une mais de trinta ensaios e escritos inéditos ou publicados pelo industrial brasileiro em periódicos entre 1919 e 1939.⁸ Quanto ao café, Simonsen dedica boa parte de seu texto à “grande expansão” que tomou lugar no vale do Paraíba fluminense e a transição dessa economia para o planalto paulista em finais do oitocentos. Dessa maneira, o autor cita apenas de passagem a região da Zona da Mata mineira enquanto extensão da cultura cafeeira que se alastrou na província do Rio Janeiro nas primeiras décadas do século XIX.

Em outro clássico, o intelectual Caio Prado Júnior compreende a cafeicultura como um “renascimento agrícola” após o ciclo do ouro e, da mesma forma, aponta a zona cafeeira mineira enquanto região contígua ao Rio de Janeiro.⁹ Sendo assim, o autor determina a região mineira do café como uma área de ocupação antiga, de tal modo que a crise dessa economia agroexportadora se deu quase que generalizadamente junto ao mesmo processo ocorrido no Rio de Janeiro. Ainda assim, o autor paulista aponta alguma especificidade da produção cafeeira inserida no território das Minas Gerais em finais do século XIX. Segundo ele, se a crise já havia se instalado na economia fluminense, em Minas Gerais ainda era possível observar “certo progresso”, ainda que bastante “modesto e em setores reduzidos, onde se aproveitarão umas últimas sobras de terras utilizáveis”.¹⁰

Outra contribuição é do economista paraibano Celso Furtado.¹¹ Em seu clássico estudo publicado originalmente em 1959, Furtado compreende grande parte do século XIX como um período de decadência da economia brasileira. Esse quadro viria a mudar somente no terceiro quartel do século, com a gestação da economia cafeeira, cujo papel

⁶ *Ibidem*, Cap. XIV, v. 8, Tomo VI, p. 321-323.

⁷ *Ibidem*, Cap. LXXV, v. 12, Tomo II, p. 369-370.

⁸ SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 180.

⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 164.

¹⁰ *Ibidem*, p. 227.

¹¹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2003.

determinante coube à produção da rubiácea em território paulista. O economista, assim como os outros autores, não concebe uma interpretação direta sobre a economia do café mineiro. Contudo, aponta a importância de Minas Gerais no processo de constituição da cafeicultura no centro-sul, na medida em que os grupos estabelecidos na antiga capitania durante o século XVIII tiveram papel fundamental na produção da *commodity* após ocuparem os territórios adjacentes ao vale do Paraíba na centúria seguinte.

Percebe-se nos três estudos citados um maior direcionamento das análises com base em dados da cafeicultura paulista. Os dois últimos – Caio Prado Júnior e Celso Furtado – buscaram compreender a cafeicultura, cada qual a sua maneira, de acordo com o processo de inserção do capitalismo no país.¹² Assim, os autores identificaram elementos concernentes à produção da rubiácea no estado de São Paulo. Destacam-se nessas análises a discussão sobre a abolição e a questão da mão de obra no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a imigração e o papel desempenhado pelos imigrantes nas fazendas de café, a crise dos preços da rubiácea em princípios do século XX e também a transformação do capital agrário cafeicultor em atividades urbano-industriais.

De maneira alternativa à publicação desses trabalhos de história econômica do Brasil, surgiram estudos mais direcionados à temática da cafeicultura no país. Trabalho pioneiro nesse sentido trata-se da obra de Emília Viotti da Costa, publicada originalmente em 1966.¹³ Com um amplo recorte espacial, *Da senzala à colônia* desvenda o “lento e difícil” processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre nas regiões cafeeiras do centro-sul do país, com enfoque maior para o caso paulista, destacando o papel da imigração nesse processo. Emília Viotti aponta que as regiões menos produtivas, ou em decadência, incluindo aí Rio de Janeiro e em menor medida Minas Gerais, não possuíam recursos suficientes para atrair mão de obra, uma vez que os trabalhadores preferiam exercer suas atividades nas localidades em ascensão, que pudessem oferecer-lhes melhores condições de vida.

Outro trabalho de grande fôlego a respeito da cafeicultura no Brasil é o do economista Antônio Delfim Netto, *O problema do café no Brasil*¹⁴, uma das obras mais importantes sobre a rubiácea no país tanto para historiadores quanto para economistas. Analisando o mercado do café através dos preços, o autor escreve um tratado

¹² MARTINS, Ana Luiza. op. cit., 2008, p.11.

¹³ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹⁴ NETTO, Antonio Delfim. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

econômico sobre o impacto do produto na economia nacional e seu comportamento cíclico, dividindo esse mesmo mercado em dois momentos distintos: antes e depois da intervenção estatal, cujo marco é o Convênio de Taubaté, em 1906. No entanto, a obra não consegue oferecer uma dimensão regional da produção cafeeira, estabelecendo suas diferenciações internas, tampouco trata da sua cronologia. Em uma das poucas passagens em que aborda a cafeicultura de forma segregada, o autor não insere Minas Gerais na reflexão ao afirmar que a “libertação [da mão de obra escrava] constituiu a mola mais importante para a transferência da lavoura cafeeira do Rio de Janeiro para São Paulo”.¹⁵

O pesquisador Stanley Stein é um dos pioneiros do enfoque regional sobre a economia cafeeira no período de transição ao estudar o município de Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense, entre os anos de 1850 e 1900. A grande novidade da obra de Stein reside em explicar que não foi necessariamente o impacto da Abolição, mas sim o esgotamento das terras que determinaram a “instabilidade de sua economia e a inevitabilidade de seu declínio”.¹⁶ O autor ainda destaca a incapacidade dos proprietários em pagar salários que pudessem atrair libertos e imigrantes, seduzidos por melhores oportunidades em outras localidades. Havia também a concorrência em escalar mão de obra diante das oportunidades de trabalho geradas no ramo industrial – principalmente na capital – e por companhias agrícolas formadas no próprio município.

Passados os enfoques pioneiros revelados pelas três últimas obras citadas, publicadas na década de 60 do século passado, outros estudos se propuseram a estabelecer cronologicamente os ciclos cafeeiros das regiões produtoras da *commodity* e a transição capitalista entre os séculos XIX e XX. Tais trabalhos, influenciados pela história regional, se dedicaram a pesquisar as principais localidades produtoras de café nos períodos selecionados. Os autores se aprofundaram no estudo da cafeicultura do sudeste brasileiro em três grandes áreas. O vale do Paraíba fluminense, e em menor medida o vale do Paraíba paulista, se destaca por ser a primeira região do café brasileiro. O oeste paulista, com maior número de trabalhos, trata-se de um caso excepcional da cafeicultura mundial, dada a exorbitância de sua produção. E em menor escala, a cafeicultura capixaba também recebeu atenção dos estudiosos.

¹⁵ Ibidem, p. 22.

¹⁶ STEIN, Stanley. **Vassouras**: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 323.

A começar pelo Rio de Janeiro, além do trabalho de Stein, destaca-se a dissertação de mestrado de João Fragoso¹⁷, cuja principal preocupação é a especificidade do sistema agrário-exportador no município de Paraíba do Sul. O autor traça algumas considerações acerca dos contratos de arrendamentos, parceria e meação presentes na documentação pesquisada, além de afirmar que o *modus operandi* da agricultura não se modificou com fim da escravidão no Vale do Paraíba, pois a associação do produtor direto aos meios de produção, permitiu a extorsão do trabalho e a continuidade do sistema agrário na região. Fragoso também demonstra que já em meados da década de 1880, as áreas em pasto suplantavam as extensões em matas virgens, consolidando o definhamento da cafeicultura nessa localidade do Vale do Paraíba fluminense.

A quantidade de estudos de caso para a região paulista é também significativa e alguns dos muitos trabalhos publicados devem ser citados. A começar pela obra do intelectual e artista Sérgio Milliet.¹⁸ Em *Roteiro do Café e outros ensaios*, Milliet faz um balanço da cafeicultura em diversas regiões do estado paulista, que por sua vez é dividido em sete zonas. Curioso notar que a obra de Milliet é publicada bem próxima à data limite de sua pesquisa e, mais impressionante, no mesmo ano em que Taunay lançava sua *História do Café no Brasil*. Dez anos após Milliet, o geógrafo francês Pierre Monbeig publicava importante trabalho, fruto de sua tese de doutoramento.¹⁹ Ambos os trabalhos, em diálogo profícuo entre história e geografia, apontavam a disponibilidade de incorporação de mais terras pela cafeicultura. Isso porque, no momento em que os autores escreviam, a produção cafeeira começava a se introduzir no extremo oeste paulista, incorporando-se a partir dos leitos dos rios Tietê, Dourados e Aguapeí.

Além desses trabalhos, destaca-se a pesquisa realizada nos anos 1970 pelo brasileiro Warren Dean sobre a região de Rio Claro.²⁰ O autor aponta em sua obra que a importância do café no município rio-clarense se estendeu até meados de 1930. Apesar de trabalhar questões mais ligadas ao campo da antropologia, estabelecendo diálogos sobre família, gênero e identidade na composição do mercado de trabalho em

¹⁷ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**: um estudo de relações não-capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado) História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

¹⁸ MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios**: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1982.

¹⁹ MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.

²⁰ DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820/1920). São Paulo: Paz e Terra, 1977.

São Paulo, Verena Stolcke se utiliza da mesma cronologia sobre o ciclo cafeeiro paulista.²¹ Já Rogério Faleiros ressalta que a produção da rubiácea no município de Franca, calcada no trabalho imigrante, encontrava-se a “pleno vapor” na década de 1890.²² Enfim, os trabalhos relacionados à economia cafeeira de São Paulo, em geral, definem o momento de degradação e crise da *commodity* em meados da década de 1930 nas regiões mais a leste, com a possibilidade de expansão no oeste do estado nesse mesmo período.

O caso do Espírito Santo é um pouco parecido com o paulista no que tange à cronologia do ciclo cafeeiro regional. Estudando o período pré-abolição na Província capixaba, a pesquisadora Vilma Paraíso Almada²³ demonstra que o café suplantava a cana-de-açúcar no papel de principal gênero agrícola de exportação da província entre as décadas de 1850 e 1870. Com isso, a autora afirma que a expansão da fronteira agrária capixaba tendeu a se acelerar vertiginosamente, criando um amplo mercado de terras na região. Almada também assegura que a produção da *commodity* no Espírito Santo não foi prejudicada com a Abolição, justamente por se tratar de uma área de expansão nova. Mais recentemente, Rogério Faleiros e Neide Vargas²⁴ asseguraram que a fronteira da cafeicultura no Espírito Santo manteve-se aberta até a década de 1940, quando o predomínio da atividade passou a ser comandado por grupos assentados na própria região, e não mais por grupos oriundos do estado do Rio de Janeiro.

Antes de partir para uma descrição sobre as obras de caráter regional com enfoque na Zona da Mata e a atuação do café em seu território, é importante destacar outro trabalho, que não se enquadra em nenhum dos anteriormente citados. Trata-se da publicação *Cafeicultura prática*, livro editado pelos agrônomos José Peres Romero e João Carlos Peres Romero.²⁵ A obra faz parte de um esforço conjunto dos autores em compilar as datas e nomes relacionados a mais de quatro séculos de histórias da rubiácea no Brasil e no mundo. Além de uma cronologia apontando os fatos, da mesma

²¹ STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²² FALEIROS, Rogério Nanques. **Homens do Café – Franca (1880 / 1920)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

²³ ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

²⁴ FALEIROS, Rogério Nanques; VARGAS, Neide César. A formação econômica do Espírito Santo: complexo cafeeiro, elites e extraterritorialidade na periferia agroexportadora. In: Congresso Brasileiro de História Econômica e Conferência Internacional de História das Empresas, 9 E 10. **Anais...**, Curitiba, 2011, p.21.

²⁵ ROMERO, José Peres; ROMERO, João Carlos Peres. **Cafeicultura Prática: cronologia das publicações e dos fatos relevantes**. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1997.

forma, o livro traz a reprodução de trechos das principais obras relativas aos aspectos agronômicos da planta, também por ordem de publicação. Ou seja, excertos de textos que versam sobre a cultura do café, seus métodos de cultivo e beneficiamento que são importantes para a compreensão do fenômeno da produção da *commodity*.

1.2 Historiografia mineira: a Zona da Mata

Após uma breve descrição das principais obras direcionadas à temática da produção cafeeira nas principais regiões produtoras da rubiácea no país, resta uma análise dos trabalhos que tangenciam nessa mesma temática na região da Zona da Mata mineira. É importante destacar que boa parte dos trabalhos aqui citados já foi de alguma forma referenciada e situada do ponto de vista de uma perspectiva historiográfica da região, ao menos em dois fragmentos importantes.²⁶ Contudo, entende-se que é indispensável apresentá-los. Novamente, em face do grande número de publicações veiculadas sobre a Zona da Mata e, sobretudo, a cidade de Juiz de Fora, segue-se uma seleção descritiva dos principais trabalhos relacionados direta ou indiretamente com a temática do café na região e na cidade.

Um primeiro grupo que se destaca na produção do conhecimento sobre a história local tem suas raízes fundadas no início do século. Os autores nele inseridos estão incluídos no que Fernando Lamas e Luiz Fernando Saraiva denominam como uma “Historiografia tradicional liberal”, por ser representada pelas elites locais e pautada em fontes oficiais.²⁷ Seus membros estiveram presentes nos quadros de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF), Academia Mineira de Letras (AML) e Academia Juiz-forana de Letras (AJL). Eram funcionários públicos e liberais como jornalistas, médicos e professores, que tiveram suas obras lançadas por essas mesmas instituições a eles ligadas, ou por vezes, ficavam a cargo de editar e lançar seus próprios textos, sendo tudo produzido localmente. Duarte assim resume os fundamentos desse grupo de pesquisadores locais:

²⁶LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. Historiografia tradicional liberal da zona da mata: uma análise historiográfica. *Revista Heera*, Juiz de Fora, v.4, n. 6, 2009. DUARTE, Felipe Marinho. **Mercado financeiro e crédito público: acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

²⁷ LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit.

[...] uma escrita da história produzida por “historiadores” locais, que se debruçaram em documentos oficiais e, em alguns casos, na própria história oral realizando uma descrição, por vezes, laudatória do passado das cidades que compõem a região. Esta produção não se preocupa necessariamente com uma organização metodológica própria da Ciência Histórica, mas com uma apresentação de dados e datas que evidenciem as efemérides e reforçam a memória de determinados mitos e indivíduos.²⁸

De acordo com Lamas e Saraiva, o memorialista e também vereador da Câmara de Juiz de Fora, Elói de Andrade, apresentou em 1889 um requerimento descrevendo a necessidade de conservação dos documentos da instituição, que seriam, segundo o próprio edil, de grande importância para a história da cidade.²⁹ De maneira mais ou menos parecida, a câmara municipal voltou a atuar no sentido de construir e preservar a memória da cidade anos após a tentativa de Andrade. Para tanto, foi encomendada a publicação de uma obra sobre Juiz de Fora, ficando a cargo de Albino Esteves, jornalista com destacada atuação na cidade. O *Álbum do Município de Juiz de Fora* buscava “apresentar e divulgar a cidade para o público e para a iniciativa privada, objetivando alcançar outras localidades para “vender” uma imagem de progresso e modernidade”.³⁰ Mas não só de um tom propagandista esse trabalho se fundamentou:

Há uma preocupação não apenas em ilustrar a cidade, mas em fornecer dados – divididos em seções - sobre sua História, divisão, população, meteorologia, flora e fauna, vias de comunicação, finanças, lavoura, pecuária, Câmara Municipal, instrução, instituições, indústrias e outros enfoques. Essa diagramação que prioriza a divisão por temáticas, mesclando textos, imagens, gráficos e acima de tudo, transparece a preocupação de Albino Esteves em fazer paralelos ou mesmo de informar ao leitor sobre questões urbanas, que estão sendo tratadas em outros centros urbanos, além das fronteiras mineiras.³¹

O autor não só reproduziu alguns documentos oficiais, como também apresentou dados diversos sobre ferrovias, agricultura e pecuária em cada um dos distritos componentes do município. Destaca-se, nesse ponto, a representação das fazendas de gado leiteiro, que por volta do período da publicação do álbum já começavam a ocupar essa parte da região. Tal qual a obra de Albino Esteves, outro texto destacou-se por ser

²⁸ DUARTE, Felipe Marinho. op. cit., p. 19.

²⁹ LAMAS, Fernando Gaudereto & SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit., p. 60.

³⁰ SOUZA, Ana Lúcia Fiorot de. *Álbum do Município de Juiz de Fora de 1915: a cidade entre texto e imagens*. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências, 11, 2008. *Anais...*, São Paulo: USP, 2008, p.1.

³¹ *Ibidem*, p. 3.

produzido a partir de petição pública realizada pela Câmara de Juiz de Fora, no ano de 1948.³² A pesquisa sobre a história da cidade encomendada pelo órgão municipal foi editada em livro denominado *História de Juiz de Fora*, dois anos depois.³³ O autor, o funcionário público Paulino de Oliveira, relata os fatos decorrentes ao longo do tempo a partir de uma “descrição minuciosa, por vezes pitoresca, das Atas da Câmara Municipal”³⁴, sem direcionar seus escritos para temas relacionados à cafeicultura local.

É importante considerar que as encomendas públicas direcionadas a determinados autores, que já publicavam na imprensa local, fizeram parte de um projeto de cidade vislumbrado pelas autoridades, inclusive, no sentido de reafirmar a identidade regional em momentos de crise. É nesse contexto que se enquadra a obra de Albino Esteves. Embora seu álbum tenha sido publicado em um período de certa importância no setor urbano-industrial, o mesmo não se dava em relação ao setor agroexportador. Por volta da década de 1910, a cidade de Juiz de Fora começava a transição de um modelo agrárioexportador cafeeiro para uma economia de mercado interno, representada pelo gado leiteiro. Paulino de Oliveira escrevia no final da década de 1940, quando o município já havia desestruturado totalmente o modelo agroexportador predominante e essa transição já estava completa, com aparentes ares de decadência econômica.³⁵

Restou aos trabalhos que se seguiram na produção da história local – sem quebrar a tradição – a observância de personagens que representavam algum destaque nos tempos de prosperidade da região. Para tanto, foram editados diversos trabalhos sobre o mito fundador da cidade, exaltando a atuação de figuras como Garcia Rodrigues Paes e Henrique Halfeld.³⁶ Coube a pesquisadores como Wilson de Lima Bastos e José Mariano Procópio Filho a produção desses trabalhos. Procópio, por exemplo, teve pelo menos uma obra publicada destacando a questão do café na região. Nela, o autor descreve as fazendas situadas em cada um dos distritos do município, apresentando

³² LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit., p. 60.

³³ OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. [Juiz de Fora: s.n.], 1966.

³⁴ LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit., p. 62

³⁵ Ibidem, p. 62.

³⁶ Cf. OLIVEIRA, Paulino de. *Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora*. [Juiz de Fora: s.n.], 1959. BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage*. Juiz de Fora: Caminho Novo, 1961. BASTOS, Wilson de Lima. *Francisco Baptista de Oliveira: um pioneiro*. Juiz de Fora: Parahybuna, 1967. HALFELD, Geraldo. *Henrique Guilherme Fernando Halfeld: Fundador da Cidade de Juiz de Fora*. [Juiz de Fora, s.n.], 1970. OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides Juiz-foranas – 1698/1965*. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 1975. FILHO, João Mariano Procópio. *Salvo erro ou omissão: gente juiz-forana*. Juiz de Fora: Ed. do autor, 1979. NÓBREGA, Dormevilly. *Juiz de Fora. Coletânea I: prosadores*. Juiz de Fora: FUNALFA, 1982. LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus Pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora: UFJF; FUNALFA, 1985.

informações como as datas de concessão das sesmarias, a genealogia dos primeiros proprietários, o processo de divisão da propriedade etc.³⁷

Esse tipo de produção intelectual se estendeu até meados da década de 1990. Contudo, os primeiros autores a modificar o foco de análise sobre a história local o fizeram décadas antes. Talvez um dos primeiros deles foi Xavier Pedrosa, curiosamente, dentro de um dos próprios espaços no qual a história tradicional era produzida, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Em 1962, *Zona silenciosa da historiografia mineira - Zona da Mata* demarcou em âmbito estadual a compreensão de que a história mineira ia além da versão propalada oficialmente na área central das Minas, identificada ao ciclo do ouro.³⁸ Pedrosa aponta os caminhos para o preenchimento dessa lacuna historiográfica, revelando que a Zona da Mata representa exatamente uma ruptura com essa versão oficial da história de Minas Gerais, de passado colonial fundamentalmente identificado ao século XVIII:

Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral do desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete tôdas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso, o progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior.³⁹

Antes de Pedrosa, porém, o artigo publicado pelo geógrafo Orlando Valverde na *Revista Brasileira de Geografia*, já apontava profundas mudanças metodológicas e interpretativas.⁴⁰ O autor se utilizou do *historical approach*, difundido na época pelos geógrafos norte-americanos, a partir de fontes como as fotografias aéreas, a toponímia dos locais pesquisados, as fontes estatísticas e os relatos de viajantes.⁴¹ Dessa forma, Valverde percebeu, para além dos aspectos geomorfológicos, o processo de colonização e degradação causado pela agricultura exportadora, que assolou por décadas os terrenos

³⁷FILHO, João Mariano Procópio. **Aspectos da Vida Rural em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. do Autor, 1978.

³⁸PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. *Zona silenciosa da historiografia mineira - Zona da Mata*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 9, p.189-230, 1962.

³⁹ Ibidem, p. 189. apud: MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

⁴⁰ VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-82, jan.-mar.,1958.

⁴¹ ADAS, Sérgio. **O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 296. v.1

da Mata. Sobre a crise da cafeicultura, o geógrafo afirmou que a abolição “não causou o desastre econômico generalizado que os historiadores conservadores costumam propalar”.⁴² Isso porque segundo ele, a marcha da agricultura, em que o café se estabeleceu como item predominantemente propulsor, seguiu adiante no sentido sul-norte no alvorecer do século XX.

A década seguinte à publicação de Xavier Pedrosa ainda encontrou certa persistência dos estudos tradicionais que, como anteriormente citado, seguiram sendo produzidos. Todavia, dois importantes trabalhos foram publicados nos anos 1970. Um deles, e que pode ser considerado como um elemento de transição nas perspectivas historiográficas sobre a região, é o do jurista carangolense Paulo Mercadante⁴³. A obra de caráter ensaísta, publicada em 1973, aprofunda a interlocução entre diversas áreas do conhecimento: antropologia, história, geografia, etc. Mercadante disserta sobre temas como o processo de devassamento da região a partir do século XVIII e os grupos indígenas assentados nas bacias dos rios Paraíba e Doce. O capítulo denominado “A fazenda de café”, não traz maiores informações sobre a degradação da cafeicultura na região, a não ser a observância sobre o sistema agrário itinerante.

O outro trabalho é o de Domingos Giroletti, defendido como dissertação de mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1974. Com o título *O Processo de Industrialização de Juiz de Fora – 1850 a 1930*, o trabalho foi ganhador do concurso de monografias organizado pela fundação João Pinheiro, sendo publicado na revista da instituição em 1980, para ser reeditado em livro oito anos depois, pela Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora (EDUFJF).⁴⁴ Trata-se de um dos primeiros trabalhos relevantes a adotar a cronologia que se consolidou nos estudos sobre a cafeicultura regional. O texto aponta ainda importância da imigração e da construção da Estrada de Rodagem União & Indústria, que em um processo de *causação circular*, consolidou-se como elemento dinamizador não só do setor de mercado externo, o café, como também o setor de mercado interno e o processo de industrialização regional:

[...] concluir que o desenvolvimento da cafeicultura (SME) [Setor de Mercado Externo] vai reorganizar a economia mineira e aumentar a receita pública; vai possibilitar a ocupação e povoamento da Zona da

⁴² VALVERDE, Orlando. op. cit., p. 32.

⁴³ MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste. Estudo de uma região:** a Mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

⁴⁴ GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora: 1850/1930.** Juiz de Fora: EdUFJF, 1988.

Mata, a modernização dos transportes (rodoviário e ferroviário) e estimular o surgimento dos núcleos de mercado interno. A maior concentração e acumulação de capital, formado pelo desenvolvimento da cafeicultura, em Juiz de Fora se deve à formação de um entreposto comercial resultante do concurso da Rodovia União e Indústria. Esta concentração se refletirá no crescimento da cidade, na diversificação da economia e no processo de crescimento da industrialização local.⁴⁵

Finalmente, a década de 1980 colocou-se como momento profícuo da produção historiográfica regional. Nesse período, Roberto Martins fomentou um longo debate sobre a economia escravista nas Minas Gerais durante o século XIX, tecendo algumas considerações sobre a cafeicultura mineira. Segundo o autor, “a grande lavoura exportadora ficou confinada a uma área reduzida e não teve praticamente nenhuma influência sobre a vida econômica do resto da província”⁴⁶, pois a produção agrária da Mata era uma mera extensão da produção fluminense. Ainda na década 1980, Wilson Cano publicou estudo sobre as diferenças regionais dentre a produção cafeeira do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Nele, Cano também avalia que o papel desempenhado pela cafeicultura foi bastante reduzido nas Minas Gerais. O autor considera, ainda, que com o fim do escravismo, a região matense não foi capaz de gerar “força produtiva capitalista”, ao passo que a mesma também não “pôde constituir um complexo cafeeiro”, dada sua baixa capacidade de diversificação econômica.⁴⁷

Com bases no relatório elaborado pelo engenheiro Carlos Prates, no início do século XX, o economista João Heraldo Lima aponta uma série de considerações sobre a cafeicultura da Zona da Mata. O autor acredita que a fronteira agrícola da região tenha se exaurido ainda na última década do oitocentos, após a passagem da Abolição. Enquanto isso, o café já estaria em plena decadência por volta de 1910. Lima também procurou estabelecer em sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a questão da cronologia do ciclo cafeeiro no sudeste brasileiro de forma agregada, sem distinção dos fenômenos ocorridos em cada região, já que, segundo ele, o comportamento da produção se dava “simultaneamente nos estados do Rio, de Minas e de São Paulo, configurando um único processo”.⁴⁸

Assim como João Heraldo Lima, em sua dissertação de mestrado sobre a transição do trabalho na região, Ana Lanna acredita que a fronteira agrícola da Zona da

⁴⁵ Ibidem, p. 51.

⁴⁶ MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980.

⁴⁷ CANO, Wilson. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 291-306, maio-ago., 1985.

⁴⁸ LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870-1920**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

Mata mineira estaria completamente fechada ainda muito cedo. Escrevendo apenas quatro anos após a publicação de Lima, a autora esteve influenciada pelas ideias do economista, assim como se utilizou de algumas das fontes por ele pesquisadas em seu *Café e indústria em Minas Gerais*. Lanna não distingue os tempos da cafeicultura nas distintas regiões cafeeiras, pois, para ela, o “café na Mata mineira inicia seu desenvolvimento concomitantemente com o Vale do Paraíba”.⁴⁹ Segundo a autora, não haveria possibilidade de avanço do café em meados da década de 1890, assim como no caso fluminense. Dessa forma, o fechamento da fronteira agrícola interferiu diretamente na configuração da mão de obra e na transição capitalista ocorrida na Mata.

Entre as produções dos trabalhos de João Heraldo Lima e Ana Lanna, destaca-se a tese de Doutorado de Peter Blasenheim, defendida na Universidade de Stanford em 1982.⁵⁰ Ao contrário de seus coetâneos, o brasilianista desenvolve uma narrativa mais completa sobre a região, ao aproximar-se de distintas temáticas. Trata-se, grosso modo, de uma história política regional que se aprofunda nos aspectos econômicos para a compreensão do período do período de transição, entre 1870 e 1906. O trabalho aponta as características de um regionalismo marcado por disputas entre os grupos dirigentes da região da Mata, que detinham o poder econômico, e do Centro da província/estado, que detinham a tradição de mando nas Minas Gerais. Quanto à produção cafeeira na região, Blasenheim demarca o Convênio de Taubaté, em 1906, como o período de sua derrocada.⁵¹

Nos anos 1990, as investigações sobre a história local ganharam novo fôlego com o início da organização dos arquivos regionais, sobretudo, na cidade de Juiz de Fora.⁵² Destaca-se a produção concebida, principalmente, por pesquisadores componentes ou que vieram a compor o quadro docente nos departamentos de história das universidades da região. Um dos primeiros trabalhos dessa leva é o de Rômulo Andrade, que questiona algumas das visões cristalizadas pela historiografia.⁵³ O autor aponta o papel desempenhado pela grande propriedade e a enorme capacidade de

⁴⁹ LANNA, Ana. **Transformação do Trabalho: A Passagem para o trabalho Livre em Minas Gerais, 1870/1920.** Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985, p. 31.

⁵⁰ BLASENHEIM, Peter. **A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906.** PhD Thesis, Stanford University, Stanford, 1982.

⁵¹ *Ibidem*, p. 204-266.

⁵² LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma historiografia. Congresso Brasileiro de História Econômica e Conferência Internacional de História de Empresas, 5. e 6. 2003. **Anais ...**, Caxambu, ABPHE, 2003.

⁵³ ANDRADE, Rômulo Garcia de. Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. **Revista Brasileira de História**. v.11, n. 22, p. 93-131, mar.-ago,1991.

agregar a mão de obra escrava antes da Abolição por parte dos cafeicultores como elementos fundamentais da economia matense. Em que pese a preponderância da escravidão na região, Andrade não interpreta, tal qual seus contemporâneos, a Abolição como o momento determinante da crise cafeeira local.

Com base em uma documentação formada por registros paroquiais de terras e inventários *post-mortem*, Anderson Pires explica que a região da Zona da Mata mineira não se inseriu na crise de produção após o advento da Abolição, tal como ocorrera no caso fluminense. Segundo o autor, a região matense demonstrou potencial produtivo até o início da década de 1920, uma vez que sua fronteira agrícola ainda detinha áreas disponíveis para o cultivo da planta. Portanto, a conformação do trabalho – representado pela parceira, meação, etc. –, embora com níveis de mercantilização inferiores aos encontrados na cafeicultura paulista, foi elemento importante para a transição e para o crescimento da economia local. Também pautado em inventários *post-mortem*, além de uma gama de documentos compostos por registros de hipotecas, processos de falência, jornais e periódicos, o autor demonstra os efeitos de encadeamento (*linkages*) proporcionados pela produção cafeeira local, capazes de agregar os elementos na formação do complexo agroexportador da Zona da Mata.⁵⁴

Ao contrário da maioria dos trabalhos sobre a Mata, a tese de doutorado de Mônica Oliveira retrata do início da cafeicultura na região e não do processo de crise ou transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial.⁵⁵ A pesquisadora identifica o início da produção da rubiácea como um processo endógeno, relativizando a ideia de *Mosaico Mineiro*, desenvolvida por John Wirth, ao destacar articulação das regiões mineiras no período da pesquisa.⁵⁶ Isso porque o capital mercantil formado no interior de Minas Gerais – nas sub-regiões Central-Metalúrgica e Vertentes-Mantiqueira – foi capaz de acumular expressivas quantidades de terras e escravos. Dessa forma, os grupos que se assentaram na Mata, sobretudo na região de Juiz de Fora e Mar de Hespanha – as primeiras áreas cafeeiras da região –, adotaram

⁵⁴PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993. PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004

⁵⁵OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

⁵⁶ WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira, 1899-1937**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

estratégias familiares de manutenção e ampliação do patrimônio e se destacaram como produtores da rubiácea nas décadas seguintes ao seu processo de fixação no território.

A década de 2000 seguiu com a produção de trabalhos acadêmicos voltados ao aprofundamento das questões alavancadas por essa primeira geração de pesquisadores que tiveram maior contato com um corpo variado de fontes. Em sua pesquisa de mestrado, por exemplo, Luiz Fernando Saraiva conta com a análise dos inventários *post-mortem*, complementada pelos relatórios da presidência da província de Minas Gerais, documentos da Câmara Municipal e os periódicos produzidos em Juiz de Fora. O autor se aprofunda nos mecanismos de dominação do trabalho, argumentando que o regime de propriedade da terra se estabeleceu como condição material fundamental das formas de transição do trabalho. A grande concentração fundiária explicaria como os grandes fazendeiros conseguiram manter os trabalhadores em suas propriedades no pós-abolição, uma vez que esses cafeicultores detinham condições de ampliar a produção da rubiácea, dada a reserva de parcelas compostas por terras virgens.⁵⁷

O trabalho de José Augusto Destro corresponde a mais recente contribuição sobre o processo de degradação da cafeicultura na Mata.⁵⁸ Assim como nos estudos supracitados, Destro acredita que a cafeicultura matense sobreviveu a contento ao fim do escravismo, como também ampliou suas bases na década de 1890. Em sua dissertação de mestrado, o autor se dispõe a revelar a ascensão das atividades pecuárias como movimento proporcionalmente conexo à diminuição da cultura cafeeira na região. Portanto, o gado de leite surgiu como principal atividade na substituição do café na Mata. O autor ainda coloca genericamente que a década de 1920 constitui o momento de crise da cafeicultura local, quando o recrudescimento da pecuária seria aparente diante da pouca disponibilidade de novas áreas para o cultivo da rubiácea, enquanto as parcelas ocupadas com a cultura cafeeira, já desgastadas, não geravam uma produtividade suficiente aos fazendeiros.

Outros estudos perpassam a questão do ciclo cafeeiro no período da transição capitalista na Zona da Mata, como os de Sônia Souza e Elione Guimarães. Na dissertação de mestrado e tese de doutorado de Souza, a autora tenta demonstrar

⁵⁷SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a Transição do Trabalho Escravo para o Livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

⁵⁸ DESTRO, José Augusto de Souza. **A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora (1896/1930)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

aspectos relacionados à agricultura de mercado interno e ao campesinato.⁵⁹ Já Guimarães, investiga as estratégias de escravos e libertos diante as imposições de trabalho e as redes de sociabilidade.⁶⁰ Embora o trabalho das autoras – que possuem como característica principal o enfoque antropológico – não se comprometa a responder questões ligadas à cronologia da cafeicultura, também tendem a confirmar o caráter tardio da produção do café mineiro em relação à produção da rubiácea no Rio de Janeiro, já no fim da República Velha, e a considerar a capacidade transformadora da economia cafeeira local.

Conclusão

Ana Luiza Martins, em artigo já citado, que aprofunda a produção bibliográfica do café no país, disponibiliza um índice com 243 obras historiográficas sobre o produto no Brasil.⁶¹ Dentre todas elas, apenas quatro referem-se especificamente a Minas Gerais, sendo três sobre a Zona da Mata e uma sobre o Sul. É importante considerar que a autora está mais preocupada em direcionar suas observações aos trabalhos produzidos sobre a cafeicultura paulista. Entretanto, o conteúdo veiculado por Martins em um simples artigo, fruto de um trabalho apresentado em um seminário nacional sobre a história do café, diz um pouco a respeito da historiografia do tema. Isso porque a cafeicultura mineira, em que pese sua importância, tardou a se inserir como um caso a ser analisado separadamente, como se faz para São Paulo e Rio de Janeiro.

Os impactos desse lapso temporal são de certa forma, ainda sentidos na historiografia, uma vez que os dois modelos – paulista ou fluminense – serviram para explicar a produção cafeeira de Minas Gerais por algum tempo. Mesmo assim, uma avaliação positiva pode e deve ser feita, já que uma importante mudança de perspectiva vem se consolidando. Percebe-se esse processo com base na descrição realizada ao longo desse capítulo. Percorreu-se aqui uma análise dos trabalhos identificados como

⁵⁹ SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos Cafezais**: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998. SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade...:** Estratégias de Sobrevivência Camponesa no Período de Transição - Juiz de Fora (1870-1920). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

⁶⁰ GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação**: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828/1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006. GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativiero - Juiz de Fora, segunda metade do século XIX**. São Paulo: Annablume, 2006.

⁶¹ MARTINS, Ana Luiza. op. cit., 2008, p. 14-27.

tradicionais, que tiveram certa resistência na produção local, passando pelos estudos de transição dessa visão factual para uma análise mais interpretativa. Depois, seguiu-se com a exposição das obras de caráter mais questionador, até a consolidação de trabalhos voltados a uma solidez quanto ao rigor teórico e metodológico adotado.

É interessante observar que os estudos renovadores da historiografia que tratam do café, direta ou indiretamente, na Zona da Mata mineira – incluindo parcialmente a presente tese – concentram-se de maneira predominante em análises sobre uma parte específica da região. O município de Juiz de Fora, ou de maneira um pouco menos incidente, a parte sul matense, apresentam-se como os principais enfoques desses estudos. Em que pesem o destaque alcançado por esses espaços no conjunto da região, e atualmente, a maior facilidade no trabalho com as fontes de pesquisa nesses mesmos locais, há certa negligência ao generalizar as conclusões daí sacadas, embora muito ainda possa ser feito em relação à história da cidade e seu entorno. Isso quer dizer que a base de um recorte espacial diminuto não se sustenta para uma interpretação a respeito da região em sua totalidade.

Ainda assim, nos últimos anos, outras tantas investigações sobre a história econômica da região da Zona da Mata mineira, com ou sem a inserção da temática sobre o café, demonstraram-se crescentes.⁶² Destaca-se, inclusive, o esforço de alguns pesquisadores em se dedicarem ao estudo de distintas localidades da região, em face da dificuldade de acesso aos acervos, ainda presente nos arquivos locais. Enfim, a contribuição desses últimos autores, independente do foco analítico adotado nessas décadas de transformações historiográficas, tende a uma direção que é a de refletir sobre os processos autônomos da região matense, refutando a ideia de um modelo baseado na experiência de outras regiões do sudeste brasileiro.

⁶² PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. ... **E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”**. **História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura**. Juiz de Fora: Funalfa, 2008. CORRÊA, Márcio Xavier. **Memória sobre a economia extrativa da poaia (primeira metade do século XIX)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. COSTA, Vanessa Lourenço Vaz. **Caminho Novo: ocupação do solo e produção rural (1700-1831)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. DUARTE, Felipe Marinho. op. cit.. SILVA, Camila Pelinsari. **Estruturas fundiárias e agrárias numa área de fronteira: Ponte Nova, 1855-1888**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. TAVARES, Aparecida de Fátima. **Entre o café e o açúcar: perfil econômico dos produtores de Visconde do Rio Branco (1870-1889)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

CAPÍTULO II

MICROBACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PARAHYBUNA E PEIXE: TERRA, TRABALHO E CAFEICULTURA

Introdução

Feita uma breve apresentação sobre as publicações relativas à cafeicultura no Brasil e em Minas Gerais, cabe uma inserção na temática, com incidência em uma área específica da produção da rubiácea. A delimitação espacial adotada no presente capítulo abarca a microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe, área de ocupação mais antiga da cafeicultura mineira. Após uma curta descrição desse espaço, em seus aspectos geográficos e administrativos, a análise segue com as considerações sobre o recrudescimento do mercado mundial do café a partir do século XIX e o papel de Minas Gerais nesse processo. Dessa forma, busca uma caracterização dos ciclos de produção cafeeira no centro-sul do Brasil, com destaque para a diferenciação dentre as três principais áreas do cultivo da rubiácea: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Outro elemento de impacto macroestrutural analisado nesse capítulo refere-se ao escravismo, ou mais especificamente, ao comportamento da instituição escravista no decorrer do século XIX. O fenômeno é interpretado a partir da quebra com o passado colonial e o surgimento de novas relações políticas e econômicas nas Américas recém-independentes. A interpretação sobre a especificidade da escravidão durante o século XIX é também composta pela consideração do movimento sem precedentes de algumas das modalidades do comércio de cativos ao longo do século, ou seja, antes, durante e após as restrições nacionais e internacionais a essa prática. Destacam-se ainda as áreas em que esse fenômeno tomou lugar no continente, sendo o caso do centro-sul brasileiro evidenciado em convergência com a produção do café nesse espaço.

Por fim, as seções seguintes se debruçam sobre as fontes de investigação utilizadas na pesquisa, com maior recorrência aos inventários *post-mortem* do antigo município de Juiz de Fora. Nelas, destaca-se o perfil da população cativa alocada nas fazendas locais e o padrão de concentração do elemento servil por parte dos proprietários. O capítulo adentra, ainda, na questão da transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre, apresentando quais foram as alternativas de inserção do trabalho no período pós-abolição. Já a última seção revela o perfil da riqueza agrária,

representada por quatro ativos: escravos, semoventes, terras e café. Sobre os dois últimos, aprofunda a análise revelando também sua concentração, ou seja, o plantio dos cafezais e da posse da terra, sendo essa, o elemento fundamental do processo de incorporação da rubiácea e do movimento da cafeicultura.

2.1 Microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe

A justificativa para a utilização das microbacias hidrográficas como demarcação espacial de investigação ocorre não somente pela questão geográfica do objeto, mas também pela constituição histórica da área em foco.⁶³ Considera-se que a rede de rios e córregos representa elemento essencial no processo de ocupação humana, já que os vales e encostas facilitam tanto o acesso às áreas mais desconhecidas, quanto a fixação da população nesses mesmos locais. Portanto, trata-se da conjunção das características naturais e antrópicas. No caso específico dessa pesquisa, o espaço privilegiado incide sobre a parte sul da atual mesorregião da Zona da Mata. Trata-se da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe, área inserida na Província e depois Estado de Minas Gerais durante o período em questão, que também corresponde genericamente à zona de retaguarda da cafeicultura mineira – a primeira a incorporar o produto. Já administrativamente, esse espaço compõe o antigo município de Juiz de Fora.

A visualização dessa área pode ser realizada através de uma fonte cartográfica produzida no final da década de 1920. No *Album Chorographico – 1927* (Figura 1) constam todas as localidades que constituíam o município de Juiz de Fora à época, embora essas mesmas localidades tivessem sofrido pequenas modificações em seus limites administrativos nas décadas anteriores, em um processo de realocação dos limites internos de seus distritos. Contudo, essas pequenas mudanças não comprometem a percepção do espaço, donde se podem identificar todos os distritos que formavam o município entre as décadas de 1870 e 1920: o distrito sede da cidade, Juiz de Fora, e mais outros doze distritos/localidades pertencentes a essa divisão administrativa (Água Limpa/Coronel Pacheco, Chácara, Chapéu D’Uvas/Paula Lima, Matias Barbosa,

⁶³ BRANNSTROM, Christian. Documentos do Arquivo do Fórum da Comarca de Assis no CEDAP, UNESP – Assis: uma fonte inédita para a história ambiental regional. *Revista Pós-História*, Assis, v. 5, p. 217-236, 1997. CABRAL, Diogo de Carvalho. *Homens e árvores no ecúmeno colonial*. Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p.127-132.

Rosário, Santana do Deserto, São Francisco de Paula, São José do Rio Preto/Porto das Flores, São Pedro de Alcântara/Simão Pereira, Sarandy e Vargem Grande).



Figura 1: Município de Juiz de Fora (1927).

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA DE MINAS GERAES. **Album Chorographic Municipal do Estado de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1927. Disponível em: <<http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/juiz-de-fora>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

Já nos dias atuais, esse mesmo município, anteriormente composto pelos treze distritos/localidades pesquisados, está fragmentado em oito municipalidades na Zona da Mata mineira (Juiz de Fora, Belmiro Braga, Chácara, Coronel Pacheco, Ewbanck da Câmara, Matias Barbosa, Santana do Deserto e Simão Pereira). As atividades econômicas exercidas encontram-se concentradas pela predominância do setor de serviços no município de Juiz de Fora, que por sua vez também abarca o maior parque industrial da região. No setor agropecuário, destaca-se o gado leiteiro e a produção de gêneros alimentícios. No restante das municipalidades percebe-se a influência da agropecuária – com incidência no gado –, do setor de serviços como a segunda principal atividade, seguido finalmente de uma inexpressiva rede industrial.

Já que esse recorte espacial se utiliza do recurso de visualização das microbacias hidrográficas enquanto ferramenta de pesquisa, o auxílio de outra figura também pode delinear a rede dos principais rios que compõem esse espaço (Figura 2). É preciso insistir que assim como a figura anterior, e até mesmo em maior grau, essa fonte cartográfica carece de precisão geográfica nos dados apresentados em forma de desenho. Porém, trata-se de uma representação em que é possível visualizar perfeitamente o espaço em questão. Notam-se em ambas as figuras, que o Parahybuna se destaca como o principal curso de água local. Não obstante, o rio está localizado mais ou menos no centro do território municipal, cortando-o no sentido norte-sul, em direção a outro rio, o Paraíba do Sul, já em terras fluminenses. À sua margem direita, um dos principais tributários do Parahybuna, o Rio do Peixe, deságua no distrito de Vargem Grande (atual Belmiro Braga), ao percorrer diagonalmente o município até o seu leito.

Na margem esquerda do Rio Parahybuna, forma-se o complexo de cursos de água que desembocam nele mesmo, ou em outro rio de maior volume, o Cágado. Quanto a esse rio, suas nascentes localizam-se na Serra da Mantiqueira, em Chácara. Assim como o Peixe, o Cágado deságua em águas do principal rio do município, entre os antigos distritos de Santana do Deserto e Chiador (município de Mar de Espanha), além de delimitar uma parte do território de Juiz de Fora através de sua margem direita. É possível também ver os limites hidrográficos desse espaço em questão, ao sul, pela presença do Rio Preto, que embora demarque toda a parte meridional do município – e também entre Minas Gerais e Rio de Janeiro –, possui menos tributários que os outros três rios supracitados. Portanto, pode-se considerar que grande parte das drenagens

(córregos e rios menores) do município de Juiz de Fora, correm em direção ao Parahybuna, Peixe ou Cágado.⁶⁴

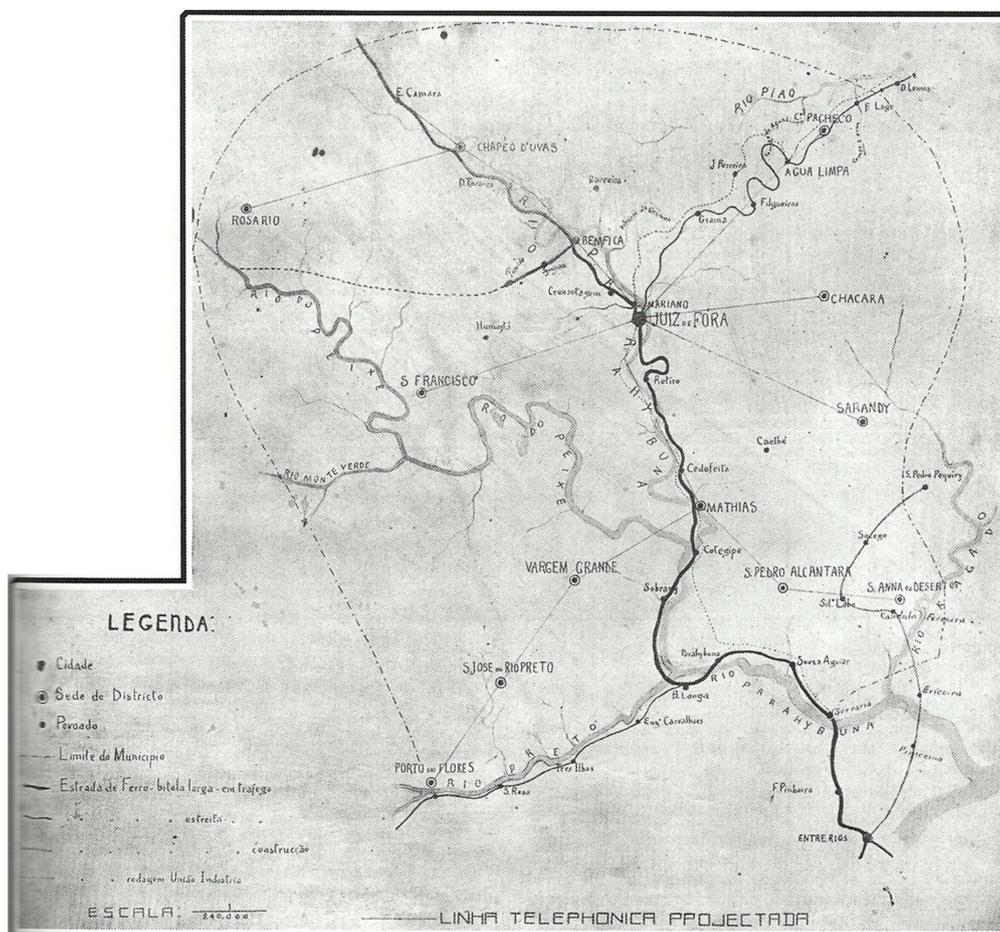


Figura 2: Município de Juiz de Fora (s/d).

Fonte: ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalfa, 2008, p. 229.

Segundo classificação climática Köppen-Geiger, essas áreas que compunham o município de Juiz de Fora possuem, predominantemente, o tipo climático Cwb (temperado húmido com inverno seco e verão temperado).⁶⁵ Já a altitude média alcança a marca de 800 metros, sendo encontrados entre 640 metros e 720 metros ao longo do vale do Rio Parahybuna e, nos pontos mais elevados, aproxima-se dos 1.000 metros. A dupla estacionalidade climática desse espaço – com temperatura média de 18,9°C e precipitação média anual de 1.536mm – faz emergir uma Floresta Estacional

⁶⁴ SANTIAGO, Bárbara da Silva. *Paisagem e fragmentação florestal no Município de Juiz de Fora, MG*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 48.

⁶⁵ KOTTEK, M.; GRIESER, J.; BECK, C.; RUDOLF, B.; RUBEL, F. World Map of the Köppen-Geiger climate classification updated. *Meteorol. Z.*, n. 15, p. 259-263, 2006.

Semidecidual.⁶⁶ Mais precisamente, apresenta terras de formação montanhosa com vegetação caducifolia (capacidade de perda de folhas) em grau mediano – dentre 20% e 50%. Grosso modo, essas são as características que compõem a microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe, enquanto aglutinadora da cultura cafeeira na parte sul da região da Zona da Mata de Minas Gerais.

2.2 Minas Gerais e a Produção Mundial do Café

Coffea arabica é uma planta natural da África originada na Etiópia. Domesticado no século XIV, uma centena de anos depois o café já era comercializado em alguns centros urbanos ao redor dos mares Mediterrâneo e Vermelho.⁶⁷ Mas somente nas décadas finais do século XVIII a rubiácea se tornou um produto colonial cultivado na Ásia e América, quando as possessões europeias puderam suprir suas áreas metropolitanas com pequenas quantidades do grão enviadas aos seus mercados.⁶⁸ Durante essa primeira fase, o produto preparado como uma bebida, ou mesmo mastigado, era consumido por guerreiros, caçadores e principalmente religiosos. Em uma segunda fase, já avançado o século XVIII, o café foi finalmente penetrado na Europa Ocidental e estabelecido como uma bebida. O advento das *coffeehouses* reforçou o consumo do grão como um restrito hábito de luxo naquele período.⁶⁹

Mas a terceira e principal transformação do mercado do café ocorreu na última década do século XVIII, quando da revolução ocorrida na colônia francesa de Saint Domingue. Antes disso, o Haiti produzia mais da metade do café mundial, enquanto outras colônias ao redor do hemisfério sul partilhavam o restante dessa produção.⁷⁰ O alvorecer do século XIX também experimentou uma profunda transformação no

⁶⁶ SANTIAGO, Bárbara da Silva. op.cit., p. 43-50.

⁶⁷ TUCHSCHERER, Michel. Coffee In The Red Sea Area From Sixteenth To The Nineteenth Century. In: CALRENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). **The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989**. New York: Cambridge University Press, 2003, p. 51-53. SIMMONDS, P. L. **Coffee and Chicory: Their culture, chemical composition, preparation for market, and consumption**. London: E. & F. N. Spon, 1864, p. 6.

⁶⁸ CLAY, Jason. **World Agriculture and the Environment: a commodity-by-commodity guide to impacts and practices**. Washington: Island Press, 2004, p. 70. SMITH, Woodruff. From coffeehouse to parlour: the consumption of coffee, tea and sugar in north-western Europe in the seventeenth and eighteenth centuries. In: GOODMAN, Jordan; LOVEJOY, Paul; SHERRAT, Andrew (Org.). **Consuming habits: global and historical perspectives on how cultures define drugs**. London; New York: Routledge, 2007, p. 142-157.

⁶⁹ JAMIESON, Ross W. The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World. **Journal of Social History**, Oxford, v. 35, n. 2, p. 269-294, 2001, p. 276.

⁷⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660/1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 261.

mercado mundial da rubiácea em um contexto que os estimulantes funcionaram como bebidas aceitáveis ao consumo diário de classes sociais inferiores. Se o café começou com o consumo de grupos circunscritos, ele rapidamente tornou-se parte integrante de toda a vida urbana nesse período.⁷¹ Algumas características definem as fases desse caso sem precedentes de se tornar uma mercadoria distinta em uma *commodity*.⁷²

Do lado da produção, cabe destacar que a revolução tecnológica se colocou como elemento primordial no crescimento do mercado do café durante o oitocentos.⁷³ Uma transformação sem precedentes na história humana foi inserida por dois meios de locomoção: ferrovia e navegação à vapor. Ambos apresentavam características semelhantes no que diz respeito à alta capacidade de carga tanto de mercadorias, quanto de pessoas; além de representarem, acima de tudo, meios de locomoção extremamente mais velozes do que os anteriormente utilizados. A ferrovia foi marcadamente impulsionada na segunda metade do século XIX quando os cinco continentes já apresentavam linhas férreas. Já na década de 1870, o meio de transporte ferroviário representava nove vezes mais em termos quantitativos, em relação ao que era transportado por via marítima no mesmo período, e contava com mais de 62 mil locomotivas, 112 mil vagões de passageiros e meio milhão de vagões de carga.⁷⁴

O transporte marítimo impulsionado pelo vapor trouxe a possibilidade de contato em regiões cujo acesso era extremamente difícil até então, propiciando de maneira mais intensa a troca internacional. Embora as ferrovias fossem quantitativamente maiores, em última instância elas funcionavam como setores suplementares à navegação, majoritariamente responsável pelo comércio entre os países. O crescimento do setor pulou de cerca de 14% do transporte mundial na década de 1830, para 49% na década de 1870. Percebe-se também que a tonelagem a vapor crescera de forma absurda em três décadas, com o destaque para a marinha mercante britânica. Em meio à forte resistência da navegação à vela, ainda predominante no

⁷¹ COWAN, Brian William. **The social life of coffee: the emergence of the British coffeehouse**. Yale: Yale University Press, 2005, p. 31. PENDERGRAST, Mark. **Uncommon grounds: the history of coffee and how it transformed our world**. New York: Basic Books, 2010, p. 3-42.

⁷² OCAMPO, Jose Antonio. **Colombia y la economia mundial (1830-1910)**. Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1984. TALBOT, John M. The Coffee Commodity Chain in the World-Economy: Arrighi's Systemic Cycles and Braudel's Layers of Analysis. **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, v. 17, n. 1, p. 58-88, 2011.

⁷³ KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. **The growth of the international economy, 1820 - 2000: an introductory text**. New York: Routledge, 1999, p. 12-15.

⁷⁴ HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 68.

período, entre 1850 e 1880, o crescimento da tonelagem mundial alcançara 440%, enquanto que o aumento obtido pelo Reino Unido se estabeleceu em cerca de 1.600%.⁷⁵

Outro aparato tecnológico importante que alcançou considerável expansão, diz respeito ao telégrafo enquanto um meio de comunicação bastante eficaz. Na década de 1840 já era possível estabelecer o contato através dessa tecnologia em alguns locais da Inglaterra e Estados Unidos. As regiões mais desenvolvidas economicamente o adotaram de maneira mais rápida, e as linhas europeias cresceram da seguinte forma: 2 mil milhas em 1849, 15 mil em 1854, 42 mil em 1859, 80 mil em 1864 e 111 mil em 1869, acompanhadas também pelo crescente número de mensagens. Esse meio de comunicação fora essencial para o processo de expansão comercial, uma vez que a rapidez com que a informação sobre aspectos como as condições climáticas, volume das safras, concorrência, dentre outros, tornou-se elemento integrante no processo de negociação das mercadorias no mercado internacional.⁷⁶

Com o advento das informações, o café tornou-se uma mercadoria pura, no sentido de que os direitos de embarques do produto, a partir daquele momento, eram comprados e vendidos no próprio mercado sem que o comprador realmente estivesse vendo o lote em questão. Os cafés tornaram-se commodities com rótulos específicos quanto a sua classificação. De fato, com o advento da informação, os compradores negociavam árvores ainda não florescidas em áreas distantes. Por volta de 1880, os negociantes estavam comprando mais uma ideia do que um grão palpável.⁷⁷

Com a maior integração das regiões produtoras e os mercados consumidores dos produtos tropicais, que entre 1870 e 1913, mais do que dobraram em volume comercializado,⁷⁸ o século XIX foi de fato o período de dinamização do mercado de *commodities*. Produtos de ampla circulação como o café, o chá e o algodão, tornaram-se verdadeiros “motores sociais”, responsáveis por grande parte da receita gerada nos países produtores, uma vez que o alcance dessas mercadorias servira como porta de

⁷⁵ Ibidem, p. 72-75.

⁷⁶ Ibidem, p. 73.

⁷⁷ “With the advent of futures, coffee became a more pure commodity in the sense that rights to coffee shipments were now bought and sold on the market floor without the buyer actually seeing the lot in question. Coffees became commodities possessing a bundle of specific, graded attributes. Indeed, with the advent of futures, buyers purchased coffee not yet blossoming on distant trees. Already in 1880 merchants were buying an idea rather than palpable beans.” TOPIK, Steven. The Integration of the World Coffee Market. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). op. cit., p. 40.

⁷⁸ FRIEDEN, Jeffrey. **Capitalismo Global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 38.

entrada das economias periféricas no mercado mundial.⁷⁹ Contudo, se a tão aclamada integração de mercados tenha ocorrido de maneira inédita na história mundial, acontece que esse processo ficara de certo modo restrito geograficamente a algumas regiões, principalmente nos países produtores. Mesmo assim, o setor exportador representou para esses países o elemento econômico mais dinâmico.⁸⁰

Outros elementos também podem ser apontados nesse processo, como a quebra dos monopólios comerciais e a diminuição dos conflitos armados em escala mundial.⁸¹ Portanto, trata-se de um período de expansão e consolidação do sistema capitalista em que as transformações nos setores supracitados proporcionaram o crescimento de mercados distantes com maior facilidade. Uma vez que esse arranjo conformado em torno de mercadorias-chave foi capaz de promover a maior integração de regiões em diversas partes do globo, pode-se afirmar que é também nesse período que se encontram as raízes do processo de globalização.⁸² Portanto, o café esteve presente no fenômeno da divisão internacional da produção – ocorrida ao longo do século XIX de maneira inédita na história da humanidade – quando o comércio intercontinental foi dominado por produtos alimentícios, tecidos e outras matérias primas.⁸³

Alguns dados referentes à segunda metade do século XIX em diante, compilados por Mauro Rodrigues Cunha (Tabela 1), dão a dimensão do crescimento do mercado de café no período em questão. A produção mundial estimada da rubiácea, que em 1852-1853 não ultrapassou 4,45 milhões de sacas, cresceu para cerca de 7,05 milhões de sacas no ano fiscal 1871-1872. Já na virada do século esse número alcançou 14,33 milhões de sacas, correspondentes ao ano 1900-1901. Três décadas depois, em 1930, o salto de produção do grão foi consolidado com a quantia de cerca de 25,51 milhões de sacas. Já no período que percorre toda essa investigação, entre os anos de 1870 e 1940,

⁷⁹ CALRENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven. Introduction: Coffee and Global Development. In: CALRENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). op. cit., p. 4.

⁸⁰ CÁRDENAS, Enrique. OCAMPO, José Antonio. THORP, Rosemary. Introduction. In: CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, José Antonio; THORP, Rosemary (Org.). **An Economic History of Twentieth-Century Latin America, Vol.1, The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. New York: Palgrave, 2000, p. 1-9.

⁸¹ POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 30. FRIEDEN, Jeffry. op. cit., p.71.

⁸² O'ROURKE, Kevin & WILLIAMSON, Jeffrey. When did globalisation begin? **European Review of Economic History**, Oxford, v. 6, n. 1, p. 23-50, 2002.

⁸³ GEREFFI, Gary & KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity Chains and Global Capitalism**. Connecticut; London: Praeger, 1994. O'ROURKE, Kevin & WILLIAMSON, Jeffrey. op. cit., p. 115. POMERANZ, Kenneth & TOPIK, Steven. **The World that trade criated**. Society, Culture, and the World Economy, 1400-the Present. Armonk; London: M.E.Sharpe, 2012.

a produção mundial da *commodity* cafeeira alcançou um crescimento na ordem de 413%, com a participação maciça do Brasil nesse processo.

A produção brasileira da rubiácea alcançou níveis quantitativos estrondosos no século XIX. Segundo Furtado, o produto já era o terceiro mais importante, com 18% do valor das exportações brasileiras no decênio da independência, ficando atrás somente do açúcar e do algodão.⁸⁴ Dentro desse processo de crescimento do produto no mundo, percebe-se o papel primordial do país nesse contexto. Seguindo os mesmos dados presentes na Tabela 1, as exportações do produto brasileiro podem ser sumariamente descritas nesses números. Entre 1852 e 1940, o Brasil alcançou um crescimento de 812%. O país contribuiu com mais ou menos a metade da produção da rubiácea até a década de 1880, e desse período em diante, essa cifra chegou a alcançar aproximadamente 75% do mercado mundial do produto.

Tabela 1: Produção Mundial de Café em milhões de sacas (1852-1940)

<i>Ano</i>	<i>Mundo</i>	<i>Brasil</i>	<i>Colômbia</i>	<i>Outros</i>	<i>África</i>	<i>Ásia/Oceania</i>
1852	4,60	2,40	0,0002	-	-	-
1855	5,30	2,80	0,0054	-	-	-
1860	6,30	3,60	0,0096	-	-	-
1865	5,70	2,40	0,0287	-	-	-
1870	7,20	3,80	0,0635	-	-	-
1875	7,60	3,40	0,0896	-	-	-
1880	9,80	5,61	0,0940	-	-	-
1885	9,77	5,57	0,173	3,41	0,13	0,49
1890	9,03	5,36	-	3,16	0,14	0,37
1895	10,13	5,48	0,475	3,69	0,20	0,29
1900	18,14	13,85	0,300	3,53	0,19	0,28
1905	16,02	11,65	0,636	3,46	0,12	0,16
1910	16,21	11,54	0,632	3,54	0,17	0,33
1915	21,57	15,77	1,21	3,73	0,17	0,69
1920	23,94	16,80	2,35	3,31	0,28	1,21
1925	27,05	17,90	2,45	4,17	0,61	1,92
1930	30,85	19,20	3,02	5,43	1,03	2,18
1935	38,05	23,80	3,98	6,28	1,36	2,63
1940	32,08	19,50	2,91	5,49	2,76	1,43

Fonte: CUNHA, Mauro Rodrigues. Apêndice Estatístico. In: MARTINS, Marcellino; JOHNSTON, E. (Org.). **150 anos de café**. Rio de Janeiro: Marcellino Martins & E. Johnston Exportadores Ltda., 1992, p. 307-308.

⁸⁴ FURTADO, Celso. op. cit., p. 86.

Tabela 2: Importação Mundial de Café em milhões de sacas (1852-1940)

<i>Ano</i>	<i>Mundo</i>	<i>Estados Unidos</i>	<i>Europa</i>	<i>Outros</i>
1852	4,6154	1,4666	-	3,1488
1855	5,3647	1,4439	-	3,9207
1860	5,7263	1,5271	-	4,1992
1865	5,6744	0,8013	-	4,8730
1870	6,9961	1,7766	-	5,2195
1875	7,5499	2,4040	-	5,1458
1880	7,5287	3,3793	-	4,1494
1885	11,2050	4,3318	-	6,8732
1890	10,1250	3,7724	-	6,3526
1895	11,1750	4,8917	-	6,2833
1900	14,6500	5,9696	-	8,6804
1905	16,4500	7,9378	-	8,5122
1910	17,6099	6,6020	9,8151	1,1927
1915	16,6168	8,4653	6,8002	1,3512
1920	19,1124	9,8129	7,3289	1,9706
1925	20,7627	9,7139	9,0992	1,9496
1930	26,3073	12,1033	12,1524	2,0516
1935	27,0092	13,3081	11,5809	2,1202
1940	20,5027	15,5362	3,2422	1,7243

Fonte: CUNHA, Mauro Rodrigues. Apêndice Estatístico. In: MARTINS, Marcellino; JOHNSTON, E. (Org.). **150 anos de café**. Rio de Janeiro: Marcellino Martins & E. Johnston Exportadores Ltda., 1992, p. 329-332.

Já a Tabela 2, elaborada a partir dos mesmos dados, revela o outro lado da cadeia da *commodity* cafeeira, ao trazer números de importação do produto. Novamente, a década de 1880 revela-se como momento de inflexão do mercado cafeeiro. É nesse período que se percebe também o salto quantitativo das importações do produto em escala mundial. Dentre as áreas compradoras do café produzido no mundo, destaca-se o papel preponderante do mercado estadunidense.⁸⁵ Infelizmente, o autor não aponta dados para a Europa anteriores a 1910. Mesmo assim, a análise sobre o predomínio dos Estados Unidos não é prejudicada. Percebe-se que até aproximadamente 1880, o produto importado pelo país era inferior a 30% da produção mundial. Após esse marco, as importações subiram para mais de 40% desse mercado, chegando a alcançar também os 75% do mercado mundial do grão. Sobre o consumo dos norte-americanos e europeus, Marquese e Tomich afirmam:

⁸⁵ MACDONALD, Michelle Craig & TOPIK, Steven. Americanizing Coffee: The Refashioning of a Consumer Culture. In: NÜTZENADEL, Alexander; TRENTMANN, Frank (Org.). **Food and Globalization: Consumption, Markets and Politics in the Modern World**. Oxford; New York: Berg Publishers, 2008, p. 109-127.

[...] a sua população [dos EUA] aumentou quinze vezes e o consumo per capita anual passou de apenas 25 gramas para 4 quilos. Tratava-se de um mercado aberto, livre de tarifas de importação desde 1832, que pouco exigia a respeito da qualidade do café adquirido. Os demais grandes compradores do período, todos localizados no norte de uma Europa em rápido processo de industrialização e urbanização, também se distinguiram no século XIX pela explosão demográfica e pelo notável aumento nas taxas de consumo per capita. Interessa destacar nisso tudo que a passagem do mercado restrito e de luxo do século XVIII para o mercado de massa industrial do século XIX foi claramente induzida pela oferta a baixo custo do produto.⁸⁶

Em um país em que cerca de dois terços da produção agrícola foi exportada durante o século XIX⁸⁷, certamente o café agregava grande parte das vendas dos gêneros negociados internacionalmente. Portanto, há de se considerar o enorme peso do Brasil como o grande produtor do café no momento em que a mercadoria emergia como uma *commodity*. Se em 1850 o país produzia a metade do café mundial e, em 1906, seis vezes mais que o resto dos produtores,⁸⁸ devido às facilidades encontradas localmente, a conjuntura de transformações em esfera global também se estabeleceu como elemento determinante do processo de crescimento da cafeicultura e das atividades a partir dela desenvolvidas:

O elemento dinâmico no desenvolvimento agrícola era portanto a demanda: a crescente demanda por alimentos por parte das regiões urbanas e industriais do mundo, a crescente demanda destes mesmos setores por trabalho e, como ligação entre dois, a economia de rápida expansão que fez crescer o consumo básico das massas e, portanto, sua demanda per capita. Pois, com a construção de uma genuína economia global capitalista, novos mercados surgiram do nada (como notaram Marx e Engels) enquanto os mais antigos cresceram dramaticamente. Pela primeira vez desde a Revolução Industrial, a capacidade da nova economia capitalista em proporcionar emprego emparelhou-se com a capacidade de multiplicar a produção (...). Em consequência, para tomar um exemplo, o consumo de chá per capita da Inglaterra triplicou entre 1844 e 1876, e o consumo de açúcar per capita cresceu de 17 para 60 libras neste mesmo período.⁸⁹

Nem mesmo a baixa qualidade do produto brasileiro em relação aos cafés da América Central ou da Ásia impediu a comercialização do mesmo. Pelo contrário, atuou

⁸⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v. 2 (1831-1870), p. 19.

⁸⁷ FRIEDEN, Jeffrey. op. cit., p. 89.

⁸⁸ TOPIK, Steven. The Integration Of The World Coffee Market. In: CALRENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). op. cit., p. 31.

⁸⁹ HOBSBAWM, Eric. op. cit., p. 188.

como elemento propulsor na venda do café no mundo, diminuindo os preços da rubiácea.⁹⁰ Além desses, outros fatores ajudam a responder por que o café brasileiro foi o principal responsável em transformar esse produto antigo em uma *commodity* no século XIX. Em que pese a necessidade de junção de inúmeros fatores para entender um fenômeno de tão grande escala como esse, autores apontam algumas das causas da inserção da cafeicultura no Brasil, diante o processo de transformação da economia mundial. Internamente, destacam-se nesse processo, as baixas densidades populacionais e, conseqüentemente, a disponibilidade de terras inexploradas. Alguns mecanismos de assentamento definiram o padrão de propriedade da terra no Brasil oitocentista.

O primeiro deles eram as concessões coloniais das Sesmarias. Essas imensas parcelas de terras apareceram primeiramente na legislação medieval portuguesa e se estenderam oficialmente como forma de acesso a terra até o ano de 1822, mesmo ano da independência.⁹¹ O período de maior incerteza no que diz respeito a esse assunto se deu entre as décadas de 1820 e 1850, quando a falta de regulamentação ou uma legislação unificada fizesse com que leis publicadas em 1666 (*Ordenações Filipinas*) ordenassem o acesso sem, contudo, parar os inúmeros conflitos. Na prática, o direito ao acesso a terra se encontrava em poder dos grandes proprietários, uma vez que a legislação (Constituição de 1824) garantia o direito à propriedade privada, mas não dedicava nenhuma cláusula a respeito da matéria em torno do conflito pela terra.⁹²

Contudo, o acesso a terra não esteve restrito somente às Sesmarias, uma vez que outras formas como a compra e a posse também poderiam ser adicionadas como práticas comuns. Finalmente, um novo sistema de legislação (*Lei de Terras*) impôs regras de mercado ao acesso a terra somente nos anos 1850.⁹³ Essa prática não era exclusiva do período, mas antes disso, os *Sesmeiros* também reservavam a si mesmos o

⁹⁰ TOPIK, Steven & SAMPER, Mario. The Latin American Coffee Commodity Chain: Brazil and Costa Rica. TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; ZEPHYR, Frank (Org.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham; NC; London: Duke University Press, 2006, p. 124.

⁹¹ PORTO, Costa. **Estudo sobre o sistema sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária (Universidade Federal de Pernambuco), 1965. RAU, Virgínia. **Sesmarias Medievais Portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982. ALVEAL, Carmen & MOTTA, Márcia. Sesmarias. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 427-431.

⁹² MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2008.

⁹³ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 117-120. LEVY, Maria Bárbara. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994, p. 48-49. MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio: Os significados da Liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998, p. 74.

direito da posse, uma vez que eles agregavam áreas limítrofes as suas propriedades para aumentar o tamanho das mesmas, além de outras formas fraudulentas de acumular parcelas como falsos títulos de propriedade e acumulação de concessões. Arranjos pessoais como alianças matrimoniais e os direitos de herança também contribuíram fortemente para a concentração da terra no Brasil pré e pós-colonial, assim como a acumulação de escravos, item explorado na próxima seção do presente capítulo.

Esses são argumentos gerais envolvendo tanto o consumo como a produção como dois importantes fatores por trás do desenvolvimento de um mercado de massas.⁹⁴ Percebe-se que os marcos institucionais da terra e do trabalho – representados pelo regime de sesmarias e o padrão da grande propriedade, de um lado, e o escravismo como forma de superexploração da mão de obra, de outro –, a nível local, foram determinantes para conformação da cadeia mundial do café nesse período. Do outro lado, as transformações mercadológicas ocorridas no hemisfério norte, sobretudo na Europa ocidental e nos Estados Unidos, complementam o processo.

Nos anos 1830 o Brasil emergiu como o principal produtor do café, deixando para trás as antigas áreas tradicionais do cultivo da planta como Haiti e Java, ao mesmo tempo em que aumentava sua posição de domínio nas décadas posteriores. Entretanto, o principal objetivo aqui é compreender que o Brasil se colocou como ferramenta fundamental para o processo de *commoditificação* do café ao passo que proporcionava uma crescente quantidade de toneladas do produto ao mercado internacional. O trecho a seguir representa um breve sumário da transformação cafeeira do Brasil:

Terra fértil e barata e mão de obra escrava proporcionaram a queda nos preços do café após 1820, que se mantiveram baixos até o último quartel do século, criando um processo de oferta-demanda induzido. As exportações brasileiras aumentaram setenta e cinco vezes entre a independência do país em 1822 até o ano de 1899. Já o consumo mundial do café cresceu mais de quinze vezes no século XIX. (...) Em 1850, o Brasil estava produzindo mais da metade do café mundial; em 1906 produzia quase cinco vezes mais do que o resto dos países do mundo juntos. Ainda, cerca de 80% da expansão da produção mundial do café ocorreu somente no Brasil. A maioria do restante da produção estava na América espanhola, uma vez que as produções de África e Ásia diminuíram para um terço do total mundial entre 1830 e 1870, e cerca de 5% no alvorecer da Primeira Guerra Mundial.⁹⁵

⁹⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). op. cit.

⁹⁵ “Cheap fertile land and slave labor allowed coffee prices to plummet after 1820 and remain low until the last quarter of the century, creating supply-induced demand. Brazil’s exports jumped seventy-five-fold between independence in 1822 and 1899. World consumption grew more than fifteen-fold in the nineteenth century. [...] By 1850, Brazil was producing over half the world’s coffee; in 1906 it produced

A Figura 3 e a Figura 4 são representações gráficas das áreas cafeeiras brasileiras. Tratam-se de tentativas de demonstração de onde a planta mais ou menos se disseminou durante o século XIX e a primeira metade do século XX. As primeiras árvores de café entraram no Brasil pelo norte em 1727 e alguns testes de aclimação foram feitos para introduzi-las em diversas regiões. Contudo, as plantações da rubiácea encontraram melhores condições ambientais na região sudeste. O plantio aumentou nas primeiras duas décadas do século XIX, quando a Província do Rio de Janeiro cultivou pela primeira vez a *coffea arabica* em grandes quantidades na região do Vale do Paraíba e transformou o mercado mundial desde então. Outras duas Províncias, Minas Gerais e São Paulo, seguiram os fluminenses e em poucas décadas também converteram suas grandes áreas disponíveis em vastas áreas cultivadas. Essa mesma expansão da cultura cafeeira no país alcançou ainda os estados do Espírito Santo e do Paraná.

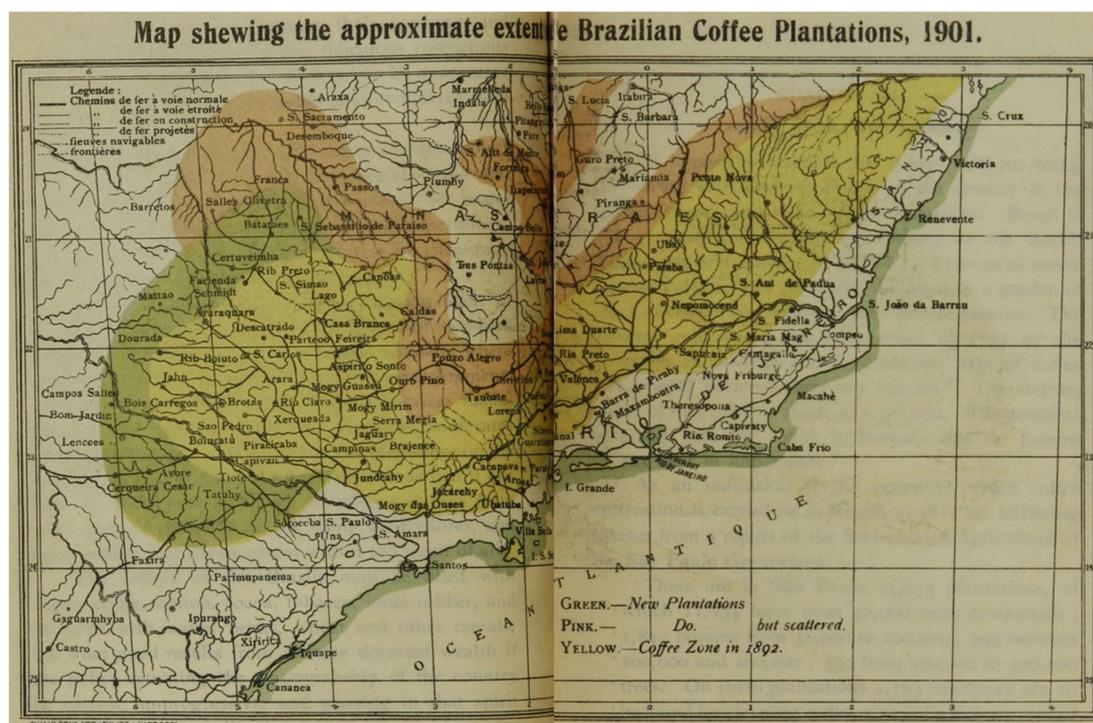


Figura 3: Zonas Cafeeiras do Sudeste brasileiro (1901).

Fonte: LAERNE, C. F. Van Delden. **Brazil And Java:** Report On Coffee-Culture In America, Asia, And Africa. London: W. H. Allen & C^o, 1885.

almost five times as much as the rest of the world combined. Indeed, about 80 percent of the expansion of world coffee production in the nineteenth century occurred in Brazil alone. Most of the rest of the growth was in Spanish America, as African and Asian production fell from one-third of the world total in the 1830s to the 1870s down to 5 percent on the eve of World War I.” TOPIK, Steven. The Integration of the World Coffee Market. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). op. cit., p. 31.

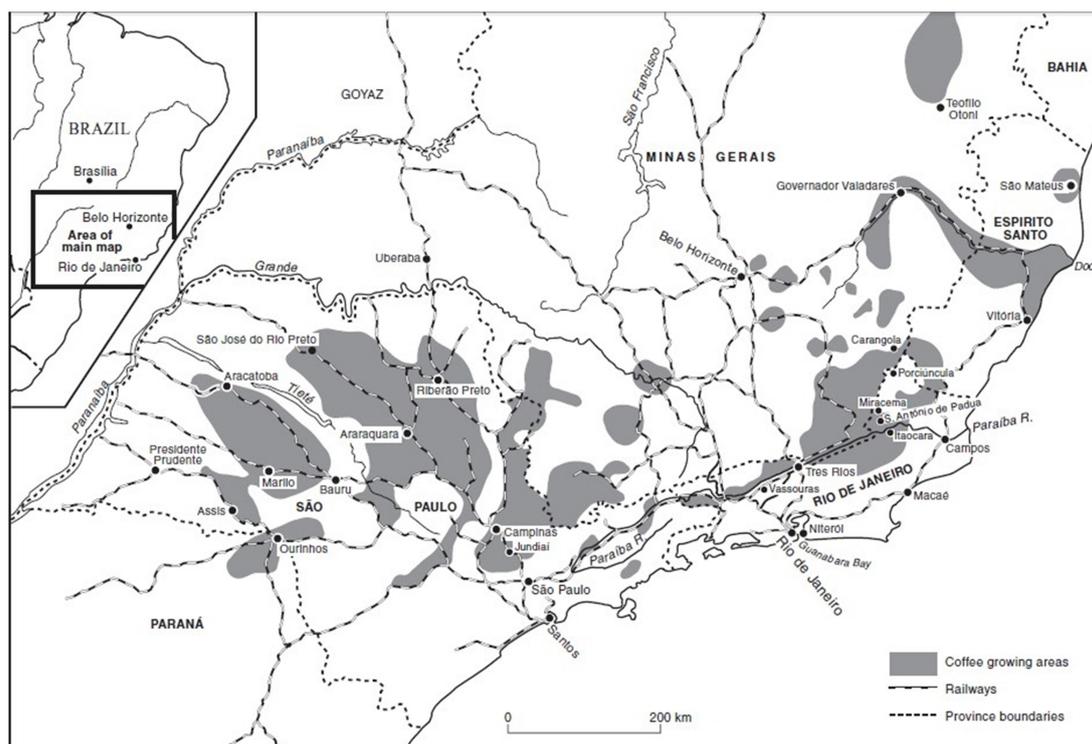


Figura 04: Zonas Cafeeiras do Sudeste brasileiro (Séculos XIX-XX).

Fonte: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven. **The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989.** New York: Cambridge University Press, 2003.

Autores estudaram insistentemente a matéria do café no Brasil e um grande número de publicações ao redor de seus impactos econômicos e sociais para o período Imperial e da Primeira República (de 1822 a 1930) pode ser encontrado. Assim como especificado no capítulo anterior, essas pesquisas publicadas deram maior atenção às localidades do Rio de Janeiro e São Paulo, as duas maiores áreas cafeeiras durante esse período. Devido à enorme proporção dos dois casos citados, a historiografia tem tratado Minas Gerais como uma área subsidiária. Em muitos casos, a Província é associada como parte dos complexos cafeeiros do Rio de Janeiro e/ou São Paulo.⁹⁶ Da mesma forma, outros autores assumiram até mesmo a ideia da área cafeeira de Minas Gerais como um enclave sem representatividade para o conjunto da economia provincial.⁹⁷

Essa mesma historiografia reconhece que o caráter intermediário da cultura cafeeira em Minas Gerais não é suficiente para fazer-se uma imersão em suas particularidades. Mas apenas com uma breve mirada em dados sumários é possível compreender como esses pesquisadores negligenciaram esse caso específico. A Figura 5 mostra a produção de Minas Gerais durante o período em foco em uma simples comparação entre outras regiões cafeeiras do mundo. Nela, é possível perceber que

⁹⁶ CANO, Wilson. op. cit., p. 296.

⁹⁷ MARTINS, Roberto. op. cit. LIMA, João Heraldo. op. cit.

a produção mineira era não só superior a de todos os países, mas também maior da que de grandes áreas inteiras como a América Latina. Por mais de cinco décadas, de 1880 a 1920, Minas Gerais produziu um número de toneladas de café superior ao de todas essas zonas inteiras. Esse quadro mudou apenas quando a América do Sul alcançou similares números de produção na década de 1920, a partir do segundo ciclo de expansão do café colombiano iniciado na década anterior.⁹⁸

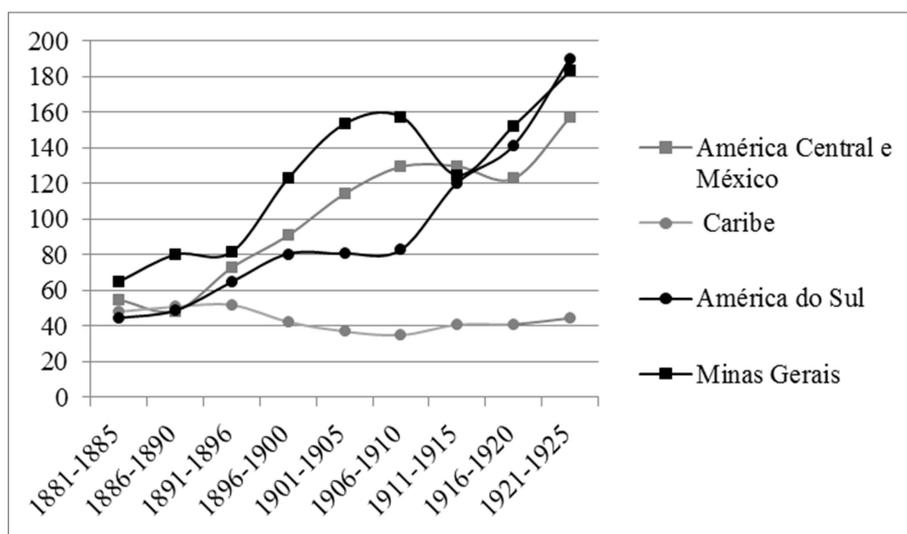


Figura 5: Produção quinquenal de café em milhares de toneladas (1881/1925).

Fonte: PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, jan.-jul., 2007, p. 21.

*América Central: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua. Caribe: Haiti, Jamaica e Porto Rico. América do Sul: todos os países, exceto Brasil.

Se existe um equívoco metodológico ao comparar a produção mineira apenas em relação aos casos sem precedentes do Rio de Janeiro e de São Paulo, esse mesmo exercício pode oferecer outra visão do fenômeno. A Figura 6 demonstra o percentual de produção entre os três mais importantes estados cafeeiros. Enquanto nos anos 1870 e 1880 Minas Gerais era o terceiro principal produtor do Brasil (e do mundo), ultrapassou a posição do Rio de Janeiro como o segundo mais importante na década de 1890. Essa década foi também quando São Paulo estabeleceu sua liderança. A abolição da escravidão em 1888 demarca o processo de degradação da economia cafeeira no Rio de Janeiro e a incorporação de novas terras no Oeste Paulista, o que explica essa inversão de posições entre os dois estados. Minas Gerais manteve sua participação perto dos 20% durante todas as seis décadas, mas claramente aumentando sua produção, enquanto a

⁹⁸ PALACIOS, Marco. *El café en Colombia: 1850-1970*. Bogotá: Planeta, 2002.

economia cafeeira do Rio Janeiro diminuiu sua participação e a de São Paulo aumentou em níveis exorbitantes.

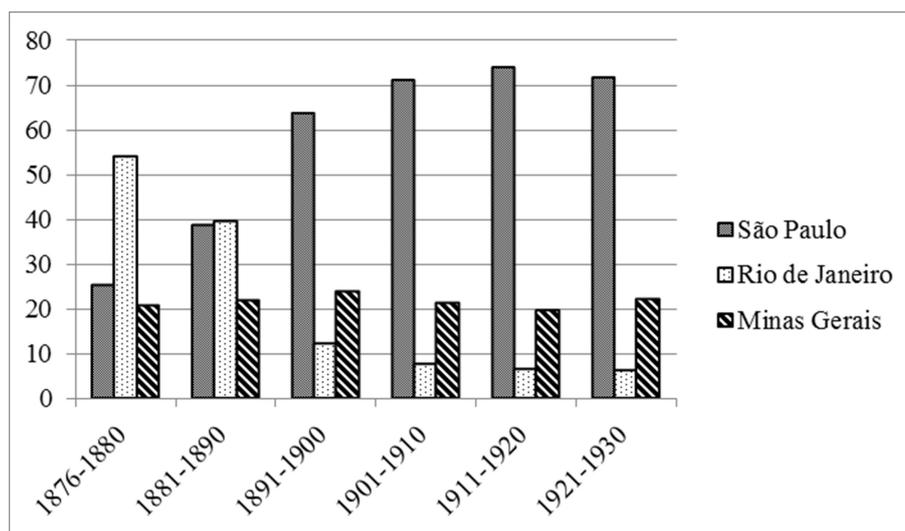


Figura 6: Percentual da produção cafeeira dentre as três principais zonas brasileiras do produto (1876/1930).

Fonte: PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, jan.-jul., 2007, p. 21.

A manutenção e até mesmo o aumento da produção mineira de café em uma conjuntura de declínio-e-ascensão dentre os dois principais produtores brasileiros só foi possível pela incorporação de mais terra. Minas Gerais sobreviveu ao impacto da abolição de acordo com as possibilidades de incorporar novas árvores da rubiácea em uma área específica, a região da Zona da Mata. Segundo levantamento feito sobre as principais fazendas de café no estado, das 40 localidades com as maiores fazendas cafeeiras, 23 estavam localizadas na região no ano de 1919.⁹⁹ A Mata foi a primeira zona cafeeira do estado e produzia em média mais de 90% do café mineiro na segunda metade do século XIX, e perto de 70% nas primeiras décadas do século XX. Portanto, esses números representam uma importante parcela desse mercado, uma vez que o Brasil sozinho produzia um elevado percentual das exportações mundiais de café nesses mesmos períodos. Na Tabela 3 é possível visualizar o predomínio da Zona da Mata em relação ao restante das regiões mineiras.

⁹⁹ As grandes fazendas cafeeiras de Minas. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. op. cit., p. 152-154.

Tabela 3: Percentual da Zona da Mata no conjunto das exportações de café mineiras (1818-1926)

<i>Período</i>	<i>% Zona da Mata</i>	<i>Período</i>	<i>% Zona da Mata</i>
1818-1819	99,7%	1882-1883	97,0%
1842-1843	99,9%	1883-1884	93,1%
1844-1845	100,0%	1886	74,71%
1847-1848	99,8%	1888	87,83%
1850-1851	99,8%	1903-1904	63,73%
1867-1868	99,7%	1926	71,17%
1881-1882	97,0%		

Fonte: MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980, p. 17.

Dessa forma, percebe-se o papel intermediário da cafeicultura de Minas Gerais diante o processo de produção da *commodity* no país. Quer dizer que a agricultura cafeeira da Mata se estabeleceu exatamente entre os dois ciclos da rubiácea nas principais regiões cafeeiras do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, o fato da região mineira do café não ter assumido a liderança do produto primeiro em relação ao Rio de Janeiro, e depois em relação a São Paulo, não diminui a sua importância, tampouco a sua capacidade de diversificação econômica na transição capitalista. De fato, o que ocorreu na Zona da Mata foi a conformação de um complexo agroexportador *periférico*, delineado por características diferenciadas diante os demais complexos cafeeiros, principalmente por sua natureza interiorana.¹⁰⁰

2.3 Da Segunda Escravidão à Transição

A escravidão negra nas Américas surgiu em consonância a um processo composto por transformações econômicas e sociais no quadro dos descobrimentos da Idade Moderna. Tributária de um misto de práticas e normas acumuladas por parte das sociedades europeia e africana, trouxe à tona um emergente modelo colonial validado pelas instituições de poder, tais como a igreja católica e a autoridade real.¹⁰¹ Nada foi capaz de tirar a legitimidade da escravidão, que a partir de então, avançava sobre os territórios americanos à medida que o processo de colonização se intensificava no Novo Mundo. Robin Blackburn assim resume as bases do escravismo colonial:

¹⁰⁰ PIRES, Anderson. op. cit., 2004.

¹⁰¹ ALENCASTRO, Luiz Filipe de. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

As relações sociais de escravidão colonial assimilaram um antigo estoque de fórmulas legais, utilizaram das técnicas contemporâneas de violência, desenvolveram a manufatura e o transporte marítimo em grande escala, além de terem antecipado modos modernos de coordenação e de consumo. A escravidão no Novo Mundo esteve pautada em uma mistura híbrida entre o antigo e o moderno: interesses europeus e africanos, plantas e processos americanos e orientais, elementos do patrimonialismo tradicional (...).¹⁰²

Contudo, essa tônica mantida por quase três séculos foi substituída por outro modelo de escravidão, adaptado às novas condições vivenciadas a partir do final do século XVIII. Não se tratou da crise da instituição escravista como um todo, mas da crise do escravismo de base colonial.¹⁰³ A escravidão oitocentista, diferentemente de sua congênere colonial, foi marcada pela nova conjuntura política e econômica da modernidade, encontrando-se plenamente compatível ao pensamento liberal. Em suma, o subjuço do elemento servil oitocentista passou por um processo de renovação, respaldado pelas emergentes instituições de mercado. Nesse caso, as teorias sobre a administração de escravos são um exemplo claro da natureza moderna que a escravidão passou a apresentar a partir de então. As prescrições referentes ao tratamento imposto aos cativos elaboradas no período em questão contêm um teor afinado à:

[...] nova racionalidade econômica e política surgida no mundo atlântico na passagem do século XVIII para o XIX. O que tudo isso demonstra é a possibilidade de se falar na existência de um liberalismo escravista, plenamente compatível com as ordens nacionais escravistas que foram erigidas a partir da crise do sistema colonial, e que representaria um caminho alternativo para a modernidade, contraposto ao liberalismo antiescravista – capitaneado pela Inglaterra e pelo norte dos Estados Unidos – que acabou por se impor na economia-mundo capitalista ao longo do século XIX.¹⁰⁴

Isso porque o alvorecer do século XIX foi demarcado pela ascensão do capitalismo. No entanto, a historiografia tratou os dois fenômenos – capitalismo e escravidão – como duas categorias opostas. Segundo Tâmis Parron, por muito tempo os

¹⁰² “The social relations of colonial slavery borrowed from an ancient stock of legal formulas, used contemporary techniques of violence, developed manufacture and maritime transport on a grand scale, and anticipated modern modes of co-ordination and consumption. Slavery in the New World was above all a hybrid mixing ancient and modern, European business and African husbandry, American and Eastern plants and processes, elements of traditional patrimonialism [...]” BLACKBURN, Robin. **The making of New World slavery: from the Baroque to the Creole, 1492-1800**. Lodon; New York: Verso, 1998, p. 19.

¹⁰³ TOMICH, Dale; ZEUSKE, Michael. The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy, and Comparative Microhistories. **Review**, n. 31, 2008, p. 94.

¹⁰⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. op. cit., 2004, p. 381-382.

autores especializados insistiram em dizer que a escravidão era “incompatível com o capitalismo, com o progresso e, por consequência, também com o liberalismo”.¹⁰⁵ Num primeiro momento, estudos tentaram evidenciar o caráter arcaico da escravidão, relacionando-a a ineficiência do processo produtivo e ao atraso econômico. Ao mesmo tempo, essas pesquisas também buscaram associar o capitalismo – representado pelo trabalho livre – ao avanço econômico e ao desenvolvimento, colocando, mais uma vez, as duas esferas em polos antagônicos.¹⁰⁶ Dessa forma, o escravismo estaria fadado à extinção após o advento do capitalismo industrial, os regimes políticos modernos e as ideologias liberais.¹⁰⁷

Assim, essa perspectiva não trata a escravidão simplesmente como uma das formas de trabalho humano, mas como elemento contrário ao trabalho livre capitalista – sendo o capitalismo justamente identificado pelo trabalho remunerado. Portanto, ao considerarem o primado de um desses elementos, não conseguem dar conta da análise em toda sua complexidade. Não obstante esse isolamento conceitual, um segundo equívoco cometido pela historiografia diz respeito ao isolamento geográfico aplicado às duas categorias. Quando não cometem o equívoco de conceituar escravidão e capitalismo como dois elementos concernentes a distintas esferas, o fazem separando-os mediante a localização dos mesmos. Ou seja, ambos parecem aqui serem tratados como fenômenos locais, categorias autônomas e estáticas incapazes de se correlacionarem, deixando para trás toda a heterogeneidade e complexidade que lhes competem:

[...] a escravidão é tratada como se fosse um fenômeno local, situado no hemisfério Sul e usurpada externamente por um mercado capitalista mundial. Por sua vez, o mercado mundial é interpretado espacialmente como "em outro lugar". O mercado está, portanto, tratado como se fosse independente das relações de produção que formam um dos seus polos essenciais. Dessa forma, processos sociais conceitualmente ligados e mutuamente interdependentes, como a produção e a troca, são teoricamente e ou geograficamente delimitados de tal forma, que sua unidade e interdependência são fragmentadas. Processos históricos cuja explicação e alteração são o próprio ponto da teoria são, do mesmo modo, eliminados da análise.¹⁰⁸

¹⁰⁵ PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da Escravidão no Império do Brasil**. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 24.

¹⁰⁶ TOMICH, Dale. **Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2004, p. 56.

¹⁰⁷ TOMICH, Dale & ZEUSKE, Michael. op. cit., 2008, p. 91.

¹⁰⁸ “[...] the slave relation is treated as if it were a local phenomenon that is situated in the South and is impinged upon from the outside by a capitalist world market. In turn, the world market is construed as spatially “somewhere else.” The market is therefore treated as if it were independent of the relations of production that form one of its essential poles. In this way, conceptually linked and mutually interdependent social processes such as production and exchange are theoretically or geographically or

Resumindo, ao contrário do que estudos tradicionais evidenciaram, pode-se afirmar que a “escravidão negra nas Américas, entre fins do século XVIII e meados do XIX, foi compatível com a modernidade econômica e política, isto é, com instituições como a economia de mercado ou o Estado nacional liberal”.¹⁰⁹ De acordo com a expressão de Edward Baptist, a escravidão emergida no período em foco era “culturalmente moderna e economicamente modernizante”.¹¹⁰ É nesse sentido que surge a contribuição de pesquisas mais recentes no intuito de compreender as íntimas relações entre modernidade, capitalismo e escravidão durante a centúria.

Dentre essas pesquisas, destacam-se os trabalhos do historiador estadunidense Dale Tomich, que cunhou a expressão *Segunda Escravidão* para especificar o caráter diferenciado da instituição escravista do século XIX.¹¹¹ Em sua obra composta por textos produzidos no final da década de 1980, revisitados e compilados no ano de 2004, o autor realiza uma profunda imersão tanto nas obras sobre a introdução do capitalismo quanto sobre o fenômeno da escravidão negra nas Américas. Autores clássicos da New Economic History, da literatura marxista e dependentista – John Conrad e John Meyer, Robert Fogel, Stanley Engerman, Maurice Dobb, Paul Sweezy, Andrew Gunder Frank, Ernest Laclau, Eugene Genovese, Robert Brenner, Immanuel Wallerstein, Eric Williams Seymour Drescher, etc., são devidamente considerados ao longo dos textos de Tomich.

Com base nesses autores, em que pesem suas contribuições, o pesquisador da Universidade de Binghamton, Nova York, busca uma interpretação original, divergindo das principais ideias por eles manifestadas no que diz respeito à incompatibilidade ou a submissão do escravismo diante o capitalismo – tópicos anteriormente citados. Pois para ele, nenhuma dessas interpretações é capaz de compreender de maneira adequada o caráter específico das relações de produção locais como parte de processos históricos unificados ao capitalismo em escala mundial.¹¹² Dessa forma, o autor se esforça em compreender que os regimes escravistas das Américas foram feitos e refeitos como

both bounded in such a way that their unity and interdependence are fragmented. Historical processes whose explanation and alteration is the very point of theory are thereby eliminated from consideration.” TOMICH, Dale. op. cit., 2004, p. 13.

¹⁰⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. op. cit., 2004, p. 13.

¹¹⁰ BAPTIST, Edward. A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana. **Almanack**, Guarulhos, n. 5, jan.-jun., 2013, p. 11.

¹¹¹ TOMICH, Dale. op. cit., 2004.

¹¹² *Ibidem*, p. 3.

parte da expansão e recomposição das relações de capital, num processo que envolvera distintas partes do globo. Para uma definição do termo, Dale Tomich escreve:

O termo "segunda escravidão" (...) refere-se à refundação e expansão sistêmica da escravidão atlântica ao longo do século XIX. (...) O conceito da segunda escravidão chama a atenção para os processos históricos em escala planetária que transformaram o mundo Atlântico entre os anos de 1780 e 1888, quando a escravidão foi abolida no Brasil. Esses processos resultaram no declínio das zonas antigas da escravidão colonial e a formação de novas zonas altamente produtivas dedicadas às commodities e baseadas no trabalho compulsório. O período compreendido entre os anos 1780 até a década de 1840 foi um ciclo de expansão econômica em todo o mundo atlântico, apesar das interrupções de guerras e revoluções.¹¹³

A partir do trecho acima, percebe-se que três pontos citados por Tomich perfazem, grosso modo, a ideia de Segunda Escravidão. Em primeiro lugar, o declínio das antigas zonas de colonização europeia, acompanhado pela emergência dos estados nacionais em diferentes áreas do continente americano. Um segundo ponto refere-se ao crescimento sem precedentes de um mercado de *commodities*, com destaque para as mercadorias agrícolas produzidas massivamente nessas áreas e comercializadas externamente. E finalmente, o terceiro elemento de formação do escravismo oitocentista trata-se do volume exorbitante alcançado pelo tráfico de cativos, num período que fora marcado justamente pelas lutas contra a instituição escravista, encampada interna e externamente por vários seguimentos sociais.

Quanto ao primeiro ponto, é possível notar que as últimas décadas do século XVIII marcaram o momento de irrupção do pensamento libertário e, conseqüentemente, do processo de emancipação das antigas áreas coloniais no continente americano. Ou seja, iniciaram-se nesse período os processos de independência, que na esteira da Revolução Francesa, transformaram as colônias até então pertencentes aos países da Europa ocidental, em novas repúblicas autônomas. Ainda, ao mesmo tempo em que afirmavam suas identidades nacionais, essas áreas também presenciaram um inevitável

¹¹³ “The term “second slavery” (...) refers to the systemic redeployment and expansion of Atlantic slavery during the nineteenth century. (...) the concept of the second slavery calls attention to the world-historical processes that transformed the Atlantic world between the 1780s and 1888, when slavery was abolished in Brazil. These processes resulted in the decline of old zones of colonial slavery and the formation of highly productive new zones of slave commodity production. The period from the 1780s to the 1840s was a cycle of economic expansion throughout the Atlantic world, despite the disruptions of wars and revolutions.” TOMICH, Dale; ZEUSKE, Michael. op.cit., p. 91.

declínio da escravidão e do nível de exploração econômica com o enfraquecimento das atividades de exportação e o avanço do pensamento abolicionista.¹¹⁴

Contudo, esse processo foi acompanhado por outro fenômeno. Se a partir desse momento, é perceptível visualizar a queda do escravismo em muitos dos antigos espaços coloniais, o mesmo não acontece com algumas dessas áreas recém-independentes. Quer dizer que determinados estados nacionais não só mantiveram a instituição escravista, mas a ampliaram ao longo do século. A disponibilidade de amplas faixas de terras com fronteiras abertas à incorporação de produtos agrícolas conformaram novas áreas de *plantation* em uma espécie de “hiper-especialização produtiva”.¹¹⁵ Destacam-se nesse caso três regiões escravistas dedicadas ao cultivo de produtos primários: o Império do Brasil, com a produção do café; o sul dos Estados Unidos, com o cultivo do algodão; e por fim, a cultura canavieira em Cuba, embora ainda se colocasse na condição de território colonial por quase todo o século:

Apesar do colapso do escravismo em Saint Domingue, o número de escravos nas Américas aumentou para três milhões em 1800 e, mesmo com a ocorrência de novos processos emancipatórios, alcançou seis milhões em 1860. A área cultivada por escravos cresceu numa proporção semelhante ou maior, uma vez que o interior do sudoeste dos Estados Unidos, Cuba e Brasil foram abertos à agricultura extensiva. As pequenas ilhas não tinham espaço para acomodar um aumento de tais proporções na agricultura, tampouco apresentavam a possibilidade de implantar os novos métodos de cultivo do algodão, açúcar e café em grande escala. A escravidão do Novo Mundo agora não era colonial, mas colonizante.¹¹⁶

Passada a primeira característica apontada, surge agora o segundo ponto especificado por Tomich na definição de Segunda Escravidão: o recrudescimento do mercado mundial. O século XIX assistiu a mudanças sob as mais variadas instâncias, desde as alterações políticas e institucionais até o desenvolvimento de um aparato tecnológico extremamente eficaz.¹¹⁷ Nesse contexto, conformou-se um mercado de *commodities* no bojo do sistema capitalista, donde as mercadorias primárias puderam

¹¹⁴ SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**: Vassouras, Século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 43.

¹¹⁵ PARRON, Tâmis Peixoto. op. cit., p. 20.

¹¹⁶ “Despite the overthrow of slavery in St Domingue the number of slaves in the Americas had risen to 3 million in 1800 and, despite further emancipations, to 6 million in 1860. The land area cultivated by slaves grew by a similar or larger proportion, as the interior of the South-western United States, Cuba and Brazil was opened up to extensive plantation agriculture. The small islands did not have the space to accommodate such a huge rise in plantation agriculture or the new large-scale methods of cultivating cotton, sugar and coffee. New World slavery was now not colonial but colonising.” BLACKBURN, Robin. **The overthrow of colonial slavery, 1776-1848**. London, New York: Verso, 1996, p.544.

¹¹⁷ FRIEDEN, Jeffrey. op. cit. KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. op. cit., p. 9-25.

tanto integrar regiões longínquas em escala global, assim como foram capazes de transformar as economias locais. A divisão internacional do trabalho também veio na esteira de mudanças significativas no padrão de consumo:

O elemento dinâmico no desenvolvimento agrícola era portanto a demanda: a crescente demanda por alimentos por parte das regiões urbanas e industriais do mundo, a crescente demanda destes mesmos setores por trabalho e, como ligação entre dois, a economia de rápida expansão que fez crescer o consumo básico das massas e, portanto, sua demanda per capita. Pois, com a construção de uma genuína economia global capitalista, novos mercados surgiram do nada (como notaram Marx e Engels) enquanto os mais antigos cresceram dramaticamente. Pela primeira vez desde a Revolução Industrial, a capacidade da nova economia capitalista em proporcionar emprego emparelhou-se com a capacidade de multiplicar a produção (...) Em conseqüência, para tomar um exemplo, o consumo de chá per capita da Inglaterra triplicou entre 1844 e 1876, e o consumo de açúcar per capita cresceu de 17 para 60 libras neste mesmo período.¹¹⁸

Os dados sobre o crescimento do mercado mundial e a representatividade que a cafeicultura deteve nesse processo, já foram descritos na seção anterior. Seguindo, emerge agora o terceiro tópico evidenciado por Dale Tomich na descrição do escravismo oitocentista. Curiosamente, o século XIX marcou o momento de maior efervescência na luta contra a instituição escravista, em suas diversas facetas. O período foi profundamente demarcado por grandes pressões internas e externas a favor da extinção do regime escravista nas Américas. Enquanto o pensamento liberal e as ideias abolicionistas se espalharam pelo mundo ocidental, um fenômeno inverso a essa conjuntura viria a ocorrer nessas áreas.

Antes, devem-se destacar as tentativas levadas a cabo pela extinção do tráfico internacional de escravos. Esse período foi composto por um amplo conjunto de leis e tratados internacionais que proibiu o comércio de cativos nos domínios do Oceano Atlântico. Outro elemento exógeno de repercussão em detrimento do escravismo referiu-se ao iminente perigo que uma revolta escrava, tal como acontecera na colônia francesa de Saint Domingue, poderia representar para os Estados nacionais em formação. Do mesmo modo, a indecisão quanto à situação da população escrava, durante e após os conflitos como a Guerra de Secessão e a Guerra do Paraguai, também alimentava amplos debates sobre o futuro da instituição escravista nas regiões que adotavam o elemento servil como principal mão de obra no campo.¹¹⁹

¹¹⁸ HOBSBAWM, Eric. op. cit., p. 188.

¹¹⁹ SALLES, Ricardo. op. cit., p. 67-69.

Já internamente, destacam-se outros tipos de acontecimentos que poderiam minar a escravidão negra no continente. Eram eles a efervescência de diversos levantes organizados pelas populações escravas locais, ou mesmo atos isolados de resistência; o movimento abolicionista organizado e o crescimento da opinião pública em favor da emancipação.¹²⁰ Ou seja, a partir de finais do século XVIII e por toda a centúria seguinte, ocorreu por iniciativa de distintos seguimentos sociais não só a busca pela extinção do infame comércio, enquanto alimentador de um vasto sistema, mas também a busca pela abolição definitiva do regime escravista em diversas áreas das Américas, ora por influência de fatores internos, ora por influência de fatores externos.

No entanto, se o oitocentos é “comumente chamado de século da emancipação, na realidade é o período de apogeu da escravidão negra nas Américas”.¹²¹ O volume do tráfico internacional de escravos para as principais regiões do continente pode revelar a dimensão desse fenômeno, que ocorrera em violação não só às leis nacionais, mas também em desrespeito aos tratados internacionais firmados ao longo dessas décadas.¹²² Exclui-se nesse caso o sul dos Estados Unidos, que se utilizou de outras formas de acesso à mão de obra escrava. Com a proibição do tráfico internacional imposto por lei federal em 1807 – mesmo ano da aprovação do Ato pela Abolição do Tráfico de Escravos por parte do parlamento do Reino Unido – os cinturões algodoeiros estadunidenses, formados no início do século XIX, recorreram à aquisição da maior parte de sua mão de obra via comércio interestadual e reprodução natural.¹²³

À parte da especificidade dos estados referentes à zona algodoeira norteamericana, destaca-se também nesse quadro de recrudescimento da migração forçada, a drástica diminuição ou mesmo a supressão de desembarques nas antigas áreas coloniais do continente a favor do aumento nas novas áreas produtoras de *commodities*. As Antilhas britânicas e francesas, por exemplo, importaram de maneira conjunta um pouco mais de 280.000 indivíduos durante todo o século XIX. Ao se pensar que em finais dos seiscentos e durante grande parte do século XVIII, esse era em média o número de escravos desembarcados a cada quarto de século em apenas uma dessas áreas

¹²⁰ Ibidem, p. 44-46.

¹²¹ MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez., p. 97-117, 2011, p. 99.

¹²² BLACKBURN, Robin. op. cit., 1996, p. 546.

¹²³ MARQUESE, Rafael de Bivar. op. cit., 2004, p. 341.

sob diferentes possessões, percebe-se claramente o quadro de declínio do volume do tráfico das antigas zonas de colonização europeia na América.¹²⁴

Um enorme número de escravos africanos foi transferido para as Américas numa escala nunca antes presenciada no mundo.¹²⁵ Ao contrário do caso estadunidense, Brasil e Cuba supriram a demanda de braços a serem utilizados em suas lavouras prioritariamente através do comércio transatlântico. Para o caso do escravismo brasileiro oitocentista, destacam-se algumas cifras. De um total de 5.532.118 escravos desembarcados em portos do Brasil desde a primeira metade do século XVI, mais de dois milhões (2.376.141), ou cerca de 42,95% dos indivíduos, correspondem às últimas cinco décadas de vigência do tráfico de escravos. Já entre os anos de 1820 e 1850, desembarcaram 910.473 escravos somente no centro-sul do Brasil, enquanto que o restante das outras regiões receberam 1.950.226 indivíduos. Esses dados revelam o enorme volume do tráfico internacional para o Brasil, destacando-se a área dedicada ao cultivo do café, sobre a qual se percebe a escala sem precedentes da utilização da mão de obra cativa no oitocentos.¹²⁶ Resumindo:

Os próprios elementos que contribuíram para a destruição da escravidão no Império Britânico resultaram na intensificação da instituição escravista em outras partes do hemisfério. Como parte da emergente divisão internacional do trabalho, a escravidão desenvolveu-se em grande escala em Cuba, Brasil e Estados Unidos ao longo do século XIX. O rápido desenvolvimento dessas novas zonas de exploração trouxe consigo mudanças de condições econômicas e políticas para o trabalho escravo. A produção nas novas áreas foi a premissa tanto para o crescimento de um mercado competitivo quanto para a consolidação de uma economia mundial industrializada. A escala e a natureza da escravidão foram alteradas. Vastas extensões de terra foram cultivadas, e milhões de escravos foram fixados para trabalhar nas produções de açúcar, café e algodão. A nova tecnologia industrial - nomeadamente a ferrovia, o navio a vapor, e o motor a vapor - transformou o processo de trabalho nas novas fronteiras escravistas. O desenvolvimento dessas novas zonas de plantation reduziu os custos, aumentou a escala de produção [...].¹²⁷

¹²⁴ <<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>>

¹²⁵ BLACKBURN, Robin. op. cit., 1996. TOMICH, Dale. op. cit., 2004.

¹²⁶ **The Trans-Atlantic Slave Trade Database**. Disponível em: <www.slavevoyages.org>. Acesso em: 17 Jan. 2016.

¹²⁷ “The very processes that contributed to the destruction of slavery within the British Empire resulted in the intensification of slave production elsewhere in the hemisphere. As part of the emerging international division of labor, slavery developed on a massive scale in Cuba, Brazil, and the United States during the course of the nineteenth century. The rapid development of these new zones of exploitation brought with it changed economic and political conditions for slave labor. Production in the new areas was premised upon a competitive and expanding market and an industrializing world economy. The scale and nature of slave production were altered. Vast expanses of land were brought under cultivation, and millions of slaves were set to work producing sugar, coffee, and cotton. New industrial technology - notably the railroad, steamship, and the steam engine - transformed the labor process in the new slave frontiers. The

Rafael Marquese também sintetiza a formulação da ideia de Segunda Escravidão aqui exposta:

[...] Dale Tomich propôs a categoria “segunda escravidão”, para apreender em um quadro conjunto a novidade da escravidão atlântica oitocentista. De acordo com seu argumento, as modificações ocorridas com o advento da economia-mundo industrial do século XIX impuseram aos senhores de escravos americanos a necessidade do aumento constante da produtividade de seus cativos, sob o risco de se verem excluídos do mercado mundial. As forças então colocadas em jogo levaram, por um lado, ao colapso de antigas regiões produtoras no Caribe inglês e francês, que, afora se verem acuadas pelo abolicionismo metropolitano e pelas ações coletivas de resistência escrava, haviam chegado aos limites máximos de suas capacidades produtivas, mas, por outro, conduziram à abertura de oportunidades para regiões que até então haviam estado na periferia econômica das zonas de exploração escravista do Novo Mundo. Nesse movimento, os destinos do sul dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil – cada qual se especializando na produção escravista, em larga escala, de algodão, açúcar e café – entrelaçaram-se de modo estreito. Em cada uma dessas novas fronteiras da mercadoria surgiram unidades produtivas escravistas com plantas inéditas, cujas combinações de terra, trabalho e capital romperam com os padrões anteriormente vigentes no mundo atlântico.¹²⁸

Alguns autores vêm tentando demonstrar o impacto dessas transformações do escravismo em esfera local.¹²⁹ Para o caso brasileiro, destaca-se o papel desempenhado pela cafeicultura do Vale do Paraíba fluminense. Como já citado anteriormente, a questão sobre o cultivo do café será desenvolvida a contento no terceiro capítulo dessa pesquisa. Contudo, é importante visualizar o caso valeparaibano a ponto de poder compará-lo ao mesmo fenômeno ocorrido em Minas Gerais. Em suma, é sabido que o café vinha sendo cultivado no Rio de Janeiro desde 1770, mas somente na década de 1820 que sua produção ganhou as terras interioranas e se equiparou às principais áreas produtoras da rubiácea no mundo. Portanto, foi na década de 1820 que a Província fluminense entrou definitivamente no mercado mundial cafeeiro.¹³⁰

development of these new plantation zones lowered costs, increased the scale of production [...]” TOMICH, Dale. op. cit., p. 79.

¹²⁸ MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18. n. 1, jan.-jul., p. 83-128, 2010, p. 83-84.

¹²⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). op. cit. SALLES, Ricardo. op. cit. PARRON, Tâmis Peixoto. op. cit.

¹³⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). op. cit., p. 19.

Em finais dessa mesma década, mais especificamente no ano de 1828, o café fluminense despontou como líder absoluto de produção no mercado mundial. Ao mesmo tempo, as cifras alcançadas pelo tráfico transatlântico, em suas conexões entre a zona congo-angolana e o Rio de Janeiro, tenderam a aumentar significativamente, uma vez que o Vale do Paraíba tornou-se um dos principais polos de absorção de cativos nos anos posteriores. Rafael Marquese ressalta que há uma estreita correlação “entre o crescimento da cafeicultura e a escravaria adquirida no trato atlântico, e, em particular, o quanto a produção de 1842 em diante contou com cativos africanos comprados após 1835”¹³¹. Para ele, o crescente número de africanos desembarcados nos portos do centro-sul do Brasil, com destaque para o Rio de Janeiro, foi absorvido em grande parte pela área de *plantation* fluminense durante a primeira metade do século XIX:

Dos africanos introduzidos no porto do Rio de Janeiro e seus arredores entre as décadas de 1820 e 1840, a maior parte foi dirigida para as grandes propriedades cafeicultoras em processo de formação, ou montadas há pouco tempo, no vale do Paraíba. Enquanto a economia cafeeira do centro-sul iniciava, nesses anos, sua expansão avassaladora, a produção de açúcar e algodão no norte do Império (Bahia, Pernambuco e Maranhão) entrava em um período de crise secular. A explosão do tráfico ilegal para o Rio de Janeiro entre 1835 e 1850, assim, não teve equivalente no norte do Império, salvo o quinquênio de 1846-50 em Salvador. De qualquer modo, nos anos 30 e 40 dos oitocentos houve uma relação simbiótica entre o afluxo de africanos para o centro-sul e a explosão da produção de café do vale do Paraíba.¹³²

Tabela 4: População escrava em algumas localidades do centro-sul do Brasil (1840-1886)

	1840	1850	1854/55	1856	1872	1883/84	1886
<i>Cantagalo</i>	3.275	9.957	-	19.537	16.305	19.140	-
<i>Paraíba do Sul</i>	8.506	8.513	-	-	17.107	14.386	-
<i>Valença</i>	12.835	20.119	-	23.468	23.496	24.272	-
<i>Vassouras</i>	14.333	19.210	-	-	20.168	18.891	-
<i>Bananal</i>	-	1.892	-	-	8.281	-	-
<i>Campinas</i>	-	-	8.149	-	14.028	15.665	-
<i>Franca</i>	-	-	2.403	-	9.859	-	5.195

Fonte: CARRÉ, Alexandra Nanan; ANDRADE, Rômulo Garcia de. Estrutura agrária e população escrava na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal e seu entorno: Itaguaí, 1808-88. *Rev. Univ. Rural, Série Ciências Humanas*, Seropédica, v. 27, n. 1-2, jan.-dez., 2005, p. 112. CUNHA, Máisa Faleiros da. *Demografia e família escrava. Franca – SP, século XIX*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, p. 31. LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão (Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88)*. São Paulo: Fapeb;

¹³¹ Ibidem, p. 22-23.

¹³² MARQUESE, Rafael de Bivar. op. cit., 2004, p. 294.

Annablume, 2006, p. 51. MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, 2002, p. 58.

A tabela acima demonstra a transformação da população escrava não só em algumas localidades do Vale do Paraíba fluminense, mas também em outros municípios cafeeiros do centro-sul do Brasil (Tabela 4). Aqui, é possível visualizar o constante aumento do número de cativos nessas localidades situadas nas Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, em praticamente todos os casos dentre as décadas de 1840 – período imediatamente posterior ao boom agroexportador cafeeiro – e o final da década de 1870. Já o período correspondente aos últimos anos do regime escravista brasileiro revela sutis diferenças. Isso porque após 1880, essas localidades ora apresentaram um acréscimo, ora apresentam um decréscimo de seus plantéis no momento em que a eminência da abolição tornava-se uma realidade muito próxima.

Mesmo assim, é possível afirmar que face às especificidades de cada uma das áreas dedicadas ao cultivo da rubiácea no decorrer do século XIX, elas se destacaram como polos aglutinadores da mão de obra escrava. Observou-se uma forte tendência de crescimento e/ou estabilidade no número de seus cativos, seja através do tráfico e outras modalidades de comércio, seja através da reprodução natural do elemento servil em momentos distintos da instituição escravocrata brasileira.

2.4 Fontes e metodologia

A análise documental realizada nas próximas seções, com incidência no espaço privilegiado da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe, está sustentada basicamente por um tipo de fonte. Esse grupo diz respeito aos inventários *post-mortem* abertos em decorrência da morte dos indivíduos residentes nas localidades do antigo município de Juiz de Fora e seus distritos. A pesquisa investigou todos os 4.049 processos referentes aos anos de 1870 a 1929. Desse total analisado, foram utilizados precisamente 1.586 deles, de acordo com o seguinte critério: valer-se somente dos processos que tivessem alguma parcela de terras na avaliação dos bens do(s) falecido(s), de modo a construir uma descrição com base exclusivamente no patrimônio fundiário, independente da inserção desses proprietários no mercado de café.

Os inventários *post-mortem* ganharam dimensões de fonte na década de 1920, com o tratamento documental realizado por Alcântara Machado em sua pesquisa

pioneira sobre os bandeirantes.¹³³ Desde então, vêm sendo utilizados na pesquisa historiográfica no país, sobretudo no campo da história agrária. E embora possa ser considerado como “retrato de um momento específico”¹³⁴, esse tipo de fonte pode trazer informações úteis a respeito das sociedades passadas. Os dados sobre a vida material dos indivíduos falecidos na microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe são a principal fonte de investigação analisada nesse capítulo. Boa parte das informações sacadas está contida nos chamados *Autos de inventários*, donde estão descritas as listas de dívidas e bens avaliados quando da abertura dos processos.

Neles, foi apreendido o perfil da população cativa em suas peculiaridades, formando uma base de dados composta por 8.873 escravos distribuídos em 298 processos pesquisados entre 1870 a 1888. As faixas de idades das populações escravas locais foram separadas de acordo com a divisão realizada por Ricardo Salles para o município de Vassouras durante o século XIX. Essa divisão prioriza três grandes faixas etárias. A primeira delas, com indivíduos até os 12 anos de idade, contempla as crianças e infantes que ainda não estavam devidamente inseridos ao mundo do trabalho, mesmo que pudessem realizar algumas atividades específicas. Já a segunda faixa etária (de 13 a 49 anos), agrega os jovens e adultos plenamente aptos a exercerem todas as tarefas concernentes à esfera laboral. Por fim, o último grupo (daqueles com 50 anos de idade ou mais), é classificado segundo a diminuição da capacidade de trabalho por parte dos indivíduos de meia-idade e idosos.¹³⁵

Da mesma forma que no caso das faixas de idades, optou-se por utilizar da divisão elaborada por Salles no que diz respeito à distribuição da propriedade escrava: microproprietários (de 1 a 4 escravos), pequenos proprietários (de 5 a 19 escravos), médios proprietários (de 20 a 49 escravos), grandes proprietários (de 50 a 99 escravos) e megaproprietários (100 ou mais escravos). O autor insiste na especificidade da localidade fluminense quanto à concentração do trabalho cativo, diferenciando-a em cinco faixas de proprietários, e não nas tradicionais três (pequenos, médios e grandes) comumente utilizadas pela historiografia. Contudo, a tentativa de adotar tal metodologia

¹³³ FLEXOR, Maria Helena. Inventários e testamentos como fonte de pesquisa. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_074.htm. Acesso em: 16 Out. 2008. OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S/A, Coleção Paulística, 2006.

¹³⁴ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades – os Ferreira Armonde (1751-1850)**. São Paulo: Intermeios; Juiz de Fora: Funalfa, 2013, p. 107.

¹³⁵ SALLES, Ricardo. op. cit., p. 223-224.

nesse caso, consiste em manter os padrões de uma grande área cafeeicultora no intuito de valorizar os dados encontrados nos inventários, e ao mesmo tempo, evidenciá-los em perspectiva comparada.¹³⁶

Além da descrição sobre os aspectos referentes à escravidão em esfera local, os dados dos inventários *post-mortem* retornam à análise para a compreensão do padrão geral de riqueza, a produção cafeeira e a posse da terra e animais por parte dos proprietários alocados nesse espaço de retaguarda da produção da rubiácea em Minas Gerais. Nesse caso, há obviamente um conjunto maior de processos do que os relacionados somente à escravidão, uma vez que os dados cobrem quase todo o período da pesquisa em foco (1870-1929), com 1.586 inventários *post-mortem*. Nos já descritos autos de inventários, destaca-se o padrão de riqueza dos produtores da *commodity* estabelecidos na região através de quatro categorias distintas: escravos (entre 1870 e 1888); terras, café e semoventes (entre 1870 e 1929).

Portanto, trata-se de uma descrição dos três elementos da denominada riqueza tradicional (terras, café e escravos) mais os semoventes, por compreender a importância desse último ativo no patrimônio agrário e sua relação direta com a cafeeicultura. Ainda que o foco da corrente análise sejam as atividades fundiárias, optou-se pela exclusão da descrição de outras lavouras que não o café, dada a baixa representatividade quantitativa de outros gêneros de produção tanto no conjunto das fontes analisadas, quanto no percentual por eles representado no total da riqueza. Da mesma forma, a presente análise não optou por escolher outras formas de composição do capital agrário – como os imóveis urbanos, títulos, ações, debêntures, etc. Ainda que tais elementos sejam cruciais para a compreensão da retenção dos fluxos em esfera local, tal apreciação de dados foge ao escopo de interpretação da produção cafeeira ora desenvolvido.

A metodologia aplicada nesse ponto refere-se à riqueza diretamente ligada ao universo agrário, ou mais especificamente, uma análise sobre o montante da riqueza gerada pelo negócio do café, tentando perceber de que forma essa mesma riqueza era gerada em benefício ou detrimento da própria cultura agrícola. Portanto, um olhar detido sobre as fontes, uma vez que tenta congrega o universo das unidades de produção da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe. Para a devida descrição da riqueza local, os inventários foram organizados anualmente (a soma desagregada da riqueza de

¹³⁶ Ibidem, p. 31.

cada um dos quatro itens por ela compostos, a cada ano) ou formados por períodos selecionados (*idem*, somados por décadas, ou intervalos dentre anos específicos).

Passada a descrição sobre os quatro elementos da riqueza dos proprietários de terras do município de Juiz de Fora, esse mesmo conjunto de mais de 1.500 processos também foi utilizado na descrição da produção agrária. Nesse quesito, foram quantificadas unicamente as informações referentes ao cultivo da rubiácea. Tais dados foram descritos a partir do número de pés encontrados em cada um dos processos, de forma a se perceber a distribuição deles em cada propriedade, organizados anualmente ou por décadas. A visualização da concentração da produção também está presente de acordo com a distribuição de quatro faixas quanto à posse dos cafezais: até 9.999 pés, de 10.000 a 49.999 pés, de 50.000 a 99.999 pés, e por fim, 100.000 pés ou mais. De modo semelhante ao item anterior, as médias do número de pés por propriedade foram organizadas a partir dos mesmos recortes temporais adotados no primeiro caso.

O capítulo segue com a análise do último elemento correspondente aos inventários *post-mortem*: a terra. O primeiro passo no tratamento desses dados refere-se ao cadastro da extensão das propriedades rurais descritas na documentação em alqueires, e quando não, convertidas para essa unidade de medida.¹³⁷ Daí, torna-se possível a descrição da concentração fundiária nas localidades em foco. A partir desses mesmos dados descritos na principal fonte de pesquisa do trabalho, a distribuição da propriedade foi analisada a partir das médias de extensão da propriedade, assim como a área total em posse dos cafeicultores e do total de proprietários de terras. Novamente, tais dados foram organizados anualmente e por décadas.

Ainda que seja difícil se estabelecer os limites para pequenas, médias e grandes propriedades cafeeiras levando-se em conta a área das mesmas, essa pesquisa não segue a divisão realizada comumente em outros trabalhos que lidam com esse tópico nas regiões cafeicultoras (pequena: até 50 alqueires, média: entre 50 e 200 alqueires, e grande: 200 ou mais alqueires).¹³⁸ Diante as dificuldades em se encontrar um padrão para a divisão da propriedade, nesse caso, optou-se por uma distribuição mais flexível com quatro (até 49, 50 a 199, 200 a 499, 500 ou mais alqueires) ou até mesmo oito faixas de extensão da propriedade da terra (até 9, 10 a 19, 20 a 49, 50 a 99, 100 a 199, 200 a

¹³⁷ Como, por exemplo, a conversão de uma Sesmaria para o total de 225 alqueires geométricos, conforme: GUIMARÃES, Elione Silva. *op. cit.*, p. 221.

¹³⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *op. cit.*, 1983.

499, 500 a 999, 1.000 ou mais alqueires), no intuito de perceber mais detalhadamente a posse da terra nas localidades em foco.

Outro tipo de dados recorrentes nesse capítulo refere-se aos números sobre a população livre e escrava nas demais localidades de Minas Gerais e do centro-sul do Brasil. Contudo, nesse caso, optou-se pela compilação de fontes diversas com esse tipo de informação – como listas nominativas do ano de 1831 e os recenseamentos de 1872, 1890, 1920 e 1940 – elaborada exaustivamente pela historiografia, recorrendo-se aos originais apenas quando necessário.

2.5 Trabalho, cafeicultura e terra

2.5.1 Mão de obra entre escravidão e transição

Não obstante o papel desempenhado pelo Vale do Paraíba fluminense – e outras localidades dedicadas ao cultivo da rubiácea no centro-sul do Brasil – para a transformação da natureza do escravismo, um caso em específico deve ser analisado em comparação à área pioneira do café brasileiro. Trata-se do caso de Minas Gerais. Na década de 1980, iniciou-se um amplo debate historiográfico sobre a especificidade da escravidão mineira durante o século XIX. A partir da constatação de que a Província fora a maior detentora de escravos do Brasil durante o oitocentos, diversos autores buscaram compreender esse fenômeno, evidenciando principalmente quais foram as formas de acesso à mão de obra cativa.

Dessa maneira, os argumentos utilizados para explicar tal constatação, dividem-se em duas vertentes distintas. A primeira busca explicar a enorme massa cativa alocada nas Minas Gerais oitocentistas através da representatividade do tráfico (atlântico, interprovincial e intraprovincial), uma vez que os níveis de mercantilização de suas regiões tornavam possível a compra do elemento servil nesses mercados. Já a segunda vertente de interpretação tenta considerar que o crescimento vegetativo da população escrava mineira fora de fato o componente responsável pelo aumento dos números da escravidão na Província. Isso porque, para esses autores, a economia alcançava no período baixos níveis de mercantilização, e assim permitia menores taxas de exploração do elemento servil, propiciando sua reprodução natural.¹³⁹

¹³⁹ MARTINS, Roberto. op. cit. LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. **Cadernos IFCH/Unicamp**, Campinas, v. 10, p. 1-14, out., 1983. SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Campinas:

Roberto Martins é quem impulsiona o debate, representando essa primeira vertente. Segundo o autor, a grande maioria da população cativa mineira não era tributária do *boom* aurífero, mas sim fruto de novas levas de cativos remessadas ao território da Província no período posterior ao de predominância da extração de metais preciosos. Martins afirma ainda que o fator *Wakefield* – alta disponibilidade de terras – agregou um campesinato livre capaz de contar com um número significativo de escravos no conjunto da economia mercantil local, ao invés de se submeter ele mesmo completamente ao exercício das práticas laborais nas diversas atividades econômicas exercidas em Minas Gerais durante o período.

Já Francisco Vidal Luna e Wilson Cano acreditam que com a crise da mineração na segunda metade do século XVIII, ocorreram dois fenômenos que contribuíram para o crescimento vegetativo dos escravos em Minas Gerais. Em primeiro, lugar a ascensão da economia agrícola de subsistência, e em segundo, a ampliação do número de manumissões ocorridas na Província. Em resumo, os autores entendem que a “violenta diminuição da taxa de exploração [e o] “relaxamento dos costumes” (mestiçagem e “casamentos”) permitiram o crescimento demográfico”.¹⁴⁰ Os dois principais elementos – a baixa mercantilização e a baixa taxa de exploração do trabalhador – aliados a um alto índice de manumissões, foram os fatores primordiais na manutenção e no aumento da população escrava em Minas Gerais segundo os autores:

[...] parece-nos delicada a afirmativa de que os escravos existentes, no início do século XIX, não eram nem mesmo descendentes dos escravos remanescentes da mineração, a menos que Minas, nessa época de decadência, fosse comprador líquido de escravos nascidos em outras áreas da Colônia, o que nos parece uma hipótese pouco provável.¹⁴¹

Do mesmo modo, a publicação mais recente de Laird Bergad sobre o tema determina ser a reprodução natural o principal fator de crescimento escravista nas Minas Gerais do século XIX. Baseado em uma vasta documentação – composta por fontes cartorárias e censitárias produzidas no período – o autor chega à conclusão de que o comércio de escravos não foi principal fator no aumento dessa população. O alto índice de crioulos revelados principalmente nos inventários *post-mortem* por ele pesquisados

Unicamp, 1985. LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista.** Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. BERGAD, Laird. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888.** Bauru; São Paulo: Edusc, 2004.

¹⁴⁰ LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. op. cit., p. 7.

¹⁴¹ Ibidem, p. 5.

levou o autor a inferir sobre a capacidade reprodutiva dos cativos no século XIX. Com base apenas na amostragem do autor para os inventários das primeiras cinco décadas do oitocentos, já é possível compreender seu principal argumento. Segundo os dados levantados por Bergard, o número de escravos nascidos no Brasil supera o de africanos durante todo o período em questão, pois antes do fim do tráfico negreiro, os crioulos representavam uma média de mais de 60% da população cativa de Minas Gerais.¹⁴²

Outro autor que contribui significativamente para o estudo das Minas oitocentistas é Robert Slenes. Em trabalho de 1985, o autor se contrapõe às principais ideias de Martins e Luna & Cano quanto à reprodução natural e o isolamento mercantil da província de Minas Gerais no século XIX.¹⁴³ A exploração de produtos exportáveis valorizados – como os diamantes e principalmente, o café – permitiu, segundo Slenes, que a demanda por força de trabalho aumentasse não só no setor especializado da exportação, como naqueles setores que lhe eram subsidiários. Assim, o autor acredita que a localização geográfica de Minas Gerais garantia a expansão da agricultura e da manufatura doméstica no mercado para atender a demanda do setor exportador e as atividades internas a ele ligadas. Para ele, os *efeitos multiplicadores* do setor exportador foram capazes de dinamizar a economia de Minas Gerais e gerar a capacidade de agregar um grande número de escravos:

[...] o que mais incentivou as tentativas de escravizar o trabalho ou reduzir a liberdade de acesso à terra não foi a existência do fator Wakefield em si, mas a possibilidade de usar o trabalho e a terra, uma vez subjugados para a produção mercantil. Minas não teria importado tantos escravos – de fato, não poderia ter importado – se não tivesse tido uma economia de mercado bastante grande; e essa economia, por sua vez, não teria alcançado as proporções que teve se não fosse pelo setor exportador da província.¹⁴⁴

Os três principais setores de transformação – têxtil, siderurgia e mineração aurífera subterrânea – são para Douglas Libby, grandes colaboradores no crescimento do plantel escravo em Minas Gerais. Mesmo que passando pelos três estágios de organização produtiva – doméstica artesanal, manufatureira e fabril –, as atividades transformadoras alocaram um contingente significativo de escravos durante o século XIX. Mas Libby acredita que o maior responsável pelo aumento do número de escravos na província foi a dinamização do mercado interno, que ganhou mais espaço com a

¹⁴² BERGAD, Laird. op. cit., p. 199.

¹⁴³ SLENES, Robert. op. cit.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 59.

queda da economia aurífera do século XVIII. A base da economia, ou seja, “o setor mercantilizado da agricultura de subsistência era que de fato assegurava a permanência de proporção de escravos relativamente maiores em determinadas populações mineiras, fora da área da cafeicultura ao longo do XIX”.¹⁴⁵

Além dos autores supracitados, pioneiros no debate sobre as Minas Gerais oitocentistas, destacam-se tantos outros. Quer dizer que a historiografia mineira avançou consideravelmente desde então, com a produção de trabalhos mais delimitados geograficamente e embasados em fontes inéditas. Fato é que a discussão iniciada na década de 1980 representou uma importante contribuição para a compreensão tanto da economia de Minas Gerais após o ápice da extração de metais preciosos, quanto do fenômeno da escravidão durante o século XIX. No primeiro caso, revelou-se a inconsistência da ideia de um processo de letargia da economia mineira em finais do século XVIII. Ao contrário, o que os estudos vêm demonstrando é que o processo secular de acomodação evolutiva da economia de Minas Gerais, em suas diversas facetas, foi capaz de presenciar o dinamismo de determinadas regiões, dedicadas principalmente aos gêneros enviados para outras partes do centro-sul do Brasil.¹⁴⁶

No segundo caso, também demonstrou a importância do trabalho cativo no território de Minas Gerais. Contudo, se os números da escravidão foram explicados conforme o dinamismo da Província, em muitos desses casos, a historiografia se referiu ao termo *gêneros de exportação* para tudo o que era produzido e direcionado para fora do território mineiro, independente do destino dos itens comercializados. Dessa generalização conceitual surge o primeiro problema ao se discutir o peso da escravidão em Minas Gerais e, mais especificamente, nas diversas regiões da Província. É necessário compreender que o setor exportador, tal como Slenes afirma, em seus efeitos multiplicadores, pudesse se integrar às demais atividades exercidas formando uma espécie de complexo econômico. No entanto, a dimensão geográfica de Minas Gerais e o caráter diferenciado de suas regiões representam um obstáculo aos historiadores interessados em constatar elementos sobre a escravidão a partir de uma esfera produtiva específica. Isso porque há diferenças substanciais quando da predominância de atividades como siderurgia, cafeicultura, pecuária, etc.

¹⁴⁵ LIBBY, Douglas Cole. op. cit., p. 50.

¹⁴⁶ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. **Lócus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1-2, p. 137-160, 2005. GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais**: São João Del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

Recentes esforços, citados anteriormente, têm sido feitos nesse sentido pelos historiadores dedicados ao estudo da Província fluminense. Tais pesquisas buscam compreender e até mesmo mensurar a representatividade da Segunda Escravidão na economia cafeeira do Vale do Paraíba. Percebe-se nesse caso, que os aspectos econômicos e políticos em torno da mão de obra cativa oitocentista são aproximados ao caso específico de uma área predominantemente dedicada ao cultivo da rubiácea.¹⁴⁷ Insiste-se mais uma vez que a historiografia mineira não fez algo parecido, a não ser a contribuição de alguns estudos que buscaram se inserir no clássico debate iniciado por Roberto Martins, que, de certa forma, tangencia toda essa discussão. Segue uma descrição tanto dos autores pioneiros quanto dos mais recentes no que diz respeito à cafeicultura mineira, embora não tratem especificamente ao estudo da rubiácea, mas da escravidão em uma área cafeeicultora.

Roberto Martins chega afirmar que o contingente escravo utilizado nas atividades como a cafeicultura era muito reduzido, pois não chegaria a representar nem mesmo 1% do total da escravaria da Província antes de 1850.¹⁴⁸ Segundo o autor, a economia interna das Minas Gerais, pautada no autoconsumo e no eventual acesso aos mercados, sustentaria por si só o maior plantel cativo durante todo o século XIX. Parece que, assim como Robert Slenes faz em resposta ao autor,¹⁴⁹ especificar menos de 1% durante a primeira metade do século XIX, ou mesmo de 2% a 15% como o percentual de escravos envolvidos no café no restante da centúria, é de fato diminuir o peso que o setor exportador possuía no conjunto da economia de Minas Gerais, embora ficasse restrito a um espaço econômico específico. Além da contribuição de Slenes, as críticas sobre o trabalho de Martins no que diz respeito à importância da cafeicultura em Minas Gerais já foram devidamente feitas em outras pesquisas.¹⁵⁰

Douglas Libby afirma que entre os anos de 1854 e 1872, por exemplo, a Zona da Mata detinha, em média, mais de 25% de sua população composta por escravos, destacando-se como a região com o maior percentual de mão de obra cativa da Província.¹⁵¹ Portanto, é inegável a natureza aglutinadora do plantel cativo na região agroexportadora, que se demonstrara “muito mais concentradora de propriedade em

¹⁴⁷ MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). op. cit. SALLES, Ricardo. op. cit.

¹⁴⁸ MARTINS, Roberto Borges. op. cit., p. 19.

¹⁴⁹ SLENES, Robert. op. cit.

¹⁵⁰ PIRES, Anderson. op. cit., 1993.

¹⁵¹ LIBBY, Douglas Cole. op. cit., p. 47.

escravos do que a agricultura voltada para a subsistência e/ou para o mercado interno”¹⁵². Dessa forma, a agricultura absorveu parcelas cada vez maiores da mão de obra disponível, tanto livre quanto escrava. Considerando-se que a propriedade do escravo era um privilégio de apenas um terço de toda a população da província no período,¹⁵³ a concentração de cativos nas unidades produtivas da região mineira do café evidencia sua forte capacidade mercantil.

O historiador Fábio Pinheiro analisa a dinâmica do tráfico de escravos para a região em foco no período de 1809 a 1830. Pautado em uma documentação composta principalmente por inventários *post-mortem*, além dos passaportes e despachos emitidos pela Intendência de Polícia da Corte, o autor não refuta a importância da reprodução natural na composição dos plantéis locais. Da mesma forma, Pinheiro destaca também o papel desempenhado pelo tráfico atlântico de escravos, uma vez que Minas Gerais dominou “a oferta de africanos novos no mercado do Valongo em todos os momentos” cobertos pela pesquisa.¹⁵⁴ Em que pese a contribuição do autor nas inferências sobre o tráfico, a delimitação cronológica da pesquisa não permite maiores inferências sobre o movimento da população escrava local ao longo do século.

Já com uma demarcação temporal mais ampla, Jonis Freire elabora um quadro sobre quais foram as estratégias adotadas por algumas famílias da localidade de Juiz de Fora, para a obtenção e a ampliação da mão de obra escrava durante o século XIX. Segundo o pesquisador, a região é marcada pela ampla predominância das três modalidades de tráfico (internacional, principalmente durante a primeira metade do século XIX; interprovincial e intraprovincial) como formas de acesso ao elemento servil. Contudo, o autor aponta que a reprodução natural parece não ter sido uma ferramenta excludente em relação às primeiras opções:

Cabe ressaltar que o aumento do contingente cativo desses senhores, por meio das várias modalidades de tráfico, bem como da reprodução natural de cativos se fez presente em suas propriedades. O que acima concluímos diz respeito à principal prática utilizada por esses senhores e de maneira alguma ignora as possibilidades da ocorrência daqueles dois processos (reprodução natural, tráfico de escravos), que poderiam

¹⁵² Ibidem, p. 120.

¹⁵³ Ibidem, p. 98.

¹⁵⁴ PINHEIRO, Fábio Wilson Amaral. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata, c.1809- c.1830**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 100. Ver também a crítica de Restitutti à metodologia aplicada às fontes da Intendência de Polícia da Corte: RESTITUTTI, Cristiano Corte. Comércio e Tráfico de Escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriadas. Encontro Internacional de História Colonial. 2. **Anais...** Natal, 2008, p. 6-9.

possibilitar a manutenção e/ou ampliação do número de escravos. Conclui-se que as duas opções para o aumento do número de cativos – reprodução natural e tráfico de escravos – parecem não ter sido excludentes na referida localidade, mas sim complementares. A opção por uma ou outra dependeu, sobremaneira, do período de formação das posses, da maior ou menor proximidade com o tráfico transatlântico e também com o raciocínio econômico empreendido pelos senhores na busca pelo melhor modelo para a manutenção e/ou ampliação de suas posses em escravos. De qualquer maneira, predominou muito a importação de escravos como modo de reprodução/ampliação da mão de obra cativa.¹⁵⁵

Assim como afirmam Paiva e Godoy, sustentar uma das duas hipóteses de acesso à mão de obra cativa (reprodução natural ou as modalidades do tráfico) tornaria a análise incompleta, dada a complexidade das relações escravistas nas Minas oitocentistas. Embora a exclusão de uma dessas possibilidades – a entrada do elemento servil via tráfico internacional – tenha sido concretizada em 1850, a variação nas formas de acesso ao escravo parece ter sido a tônica levada a cabo em Minas Gerais ao longo do século. Ou seja, a última tendência que a historiografia mineira tende a tomar, após décadas de debates, parece seguir a assertiva dos autores, na tentativa de evidenciar ambas as opções sem torná-las excludentes. Ou seja, as estratégias de manutenção e ampliação do plantel cativo “fundavam-se em variadas formas de combinar tráfico com reprodução natural e conferiam originalidade ao escravismo mineiro”.¹⁵⁶

Assim como especificado anteriormente, a população escrava de Minas Gerais se destacou diante de todas as Províncias do Brasil durante o século XIX. Números revelam que a supremacia de seu contingente cativo se estendeu durante todo o período e a historiografia já o demonstrou a contento. Mesmo que seja possível generalizar o início da década de 1870 como o momento de inflexão da queda do escravismo brasileiro¹⁵⁷, algumas Províncias aceleraram esse processo em contrapartida a outras que mantiveram com mais vigor a população escrava nesse período. Se o primeiro caso refere-se principalmente às regiões norte e nordeste, o segundo exemplo refere-se às regiões mais dinâmicas do centro-sul – dentre elas o território mineiro – capazes de manter e até mesmo ampliar seus plantéis.¹⁵⁸

¹⁵⁵ FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, p. 117.

¹⁵⁶ PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. Seminário Sobre a Economia Mineira, 10., **Anais...** Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002, p. 55-56.

¹⁵⁷ SALLES, Ricardo. op. cit., p. 59.

¹⁵⁸ STEIN, Stanley. op. cit., p. 341.

Uma análise dos dados demográficos sobre as Minas Gerais, e principalmente, sobre a área de confluência da cafeicultura na Província, pode ajudar na compreensão sobre a dimensão do escravismo oitocentista local. E as cifras alcançadas são reveladoras de significativas diferenças regionais. É importante salientar que, consoante à falta de dados populacionais periodicamente completos, há ainda a dificuldade em se considerar as mudanças jurídico-administrativas. Pesquisas buscam ressaltar que a primeira metade do oitocentos foi marcada por uma série de demandas quanto à divisão do território mineiro, que buscava atender anseios dos grupos dominantes locais no que diz respeito ao domínio das terras, do fisco, dos investimentos e instituições públicas, etc. Dessa forma, concretizou-se uma constante subdivisão de comarcas, freguesias, termos, vilas e distritos no período da análise em foco.¹⁵⁹

Quanto à área concernente à cafeicultura em Minas Gerais, pode-se considerar que as pesquisas generalizam basicamente duas regiões para delimitá-la geograficamente: mais comumente Zona da Mata e, com menos frequência, Comarca do Parahybuna. No primeiro caso, o topônimo remete-se à demarcação oficial da região quando da divisão do Estado de Minas Gerais em zonas fisiográficas no início da República.¹⁶⁰ Contudo, esse termo também é utilizado pelos historiadores para se referirem à região em períodos anteriores a sua demarcação, aproveitando-se da localização dos municípios nela inseridos que mantém a mesma denominação até os dias atuais. Já a Comarca do Parahybuna refere-se à divisão administrativa da Província e fora criada no ano de 1833,¹⁶¹ sofrendo transformações de seu espaço conforme as demandas por divisão emergiam no território de Minas Gerais.

Portanto, é importante reafirmar que a área pioneira do café em Minas Gerais esteve inserida em ambos os exemplos, independente da terminologia e delimitação espaço-temporal que ora cada uma apresentava. Douglas Cole Libby demonstra em suas pesquisas que a Zona da Mata manteve constante crescimento de seu plantel ao longo de todo século XIX. Contudo, a região desponta como a maior detentora de cativos de Minas Gerais somente na década de 1870 (Tabela 5), mesmo depois de decretado o fim

¹⁵⁹ CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. op. cit., p. 31. SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 24-47.

¹⁶⁰ REZENDE, Irene Nogueira de. **Negócios e participação política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 40.

¹⁶¹ BERGAD, Laird. op. cit., p. 333-343.

do tráfico internacional de escravos para o Brasil. Em que pese o aumento da população livre em praticamente todas as regiões mineiras – o que puxa pra baixo a porcentagem de escravos no conjunto total da população – a Mata fora a região mineira que possuía os mais altos níveis de concentração do elemento servil durante três períodos selecionados pelo autor: 36,77% em 1840/41; 38,75% em 1854/57; e 25,3% em 1872 (Tabela 6).

Ainda, de acordo com os dados pesquisados pelo autor e considerando o conjunto da população cativa da Província, a Zona da Mata passou a concentrar na década de 1870 mais de 25% do plantel mineiro (Tabela 5). Um ganho bem maior, se pensando que quatro décadas antes essa cifra não alcançou 15% do total de escravos alocados em Minas Gerais. Esses são os dados oficiais de fontes demográficas como as listas nominativas e os dados censitários disponíveis para primeira metade do século XIX, além do censo de 1872, apresentados por Libby e corroborados por Elione Guimarães em pesquisa mais recente.¹⁶² Já Laird Bergad aponta um percentual um pouco maior ao considerar o espaço administrativo da extinta Comarca do Parahybuna. Segundo o autor, esse território abarcava cerca de cinco pontos percentuais a mais do que afirmaram os autores supracitados para o mesmo ano de 1872: 30,9% da população escrava de Minas Gerais (Tabela 7).

Tabela 5: Populações livre e escrava nas regiões de Minas Gerais (1831-1872)

<i>Regiões</i>	<i>1831-40</i>		<i>1854-57</i>		<i>1872</i>	
	<i>Livre</i>	<i>Escrava</i>	<i>Livre</i>	<i>Escrava</i>	<i>Livre</i>	<i>Escrava</i>
<i>Metalúrgica-Mantiqueira</i>	15.875	9.121	172.283	63.261	383.601	90.148
<i>Zona da Mata</i>	8.819	5.129	81.832	51.799	279.206	94.559
<i>Sul</i>	15.203	7.444	105.540	48.403	279.778	72.223
<i>Oeste</i>	9.021	3.208	71.903	25.653	201.709	41.373
<i>Triângulo</i>	3.267	1.733	24.757	8.672	54.271	10.548
<i>Alto Paranaíba</i>	2.947	1.314	13.366	3.502	80.253	15.901
<i>Paracatu</i>	3.363	1.022	31.856	7.576	31.760	2.638
<i>S. Fco.-Montes Claros</i>	3.786	1.199	84.471	6.980	81.926	7.507
<i>Jequitinhonha-Mucuri-Doce</i>	13.191	4.214	155.541	30.817	277.320	35.012
<i>Minas Gerais</i>	75477	34384	714939	246643	1669276	370459

Fonte: LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988, p.367.

¹⁶² GUIMARÃES, Elione Silva. op. cit., 2006, p. 54.

Tabela 6: Percentual de escravos nas regiões de Minas Gerais (1831-1872)

<i>Regiões</i>	<i>1831/40</i>	<i>1854-57</i>	<i>1872</i>
<i>Metalúrgica-Mantiqueira</i>	36,48%	26,81%	19,03%
<i>Zona da Mata</i>	36,77%	38,75%	25,30%
<i>Sul</i>	31,99%	31,44%	20,52%
<i>Oeste</i>	27,35%	26,30%	17,02%
<i>Triângulo</i>	34,66%	25,94%	16,27%
<i>Alto Paranaíba</i>	30,84%	20,77%	16,54%
<i>São Francisco-Montes Claros</i>	24,05%	7,63%	8,39%
<i>Paracatu</i>	23,31%	19,21%	7,69%
<i>Jequitinhonha-Mucuri-Doce</i>	24,21%	16,54%	11,21%
<i>Minas Gerais</i>	31,30%	24,95%	18,16%

Fonte: LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 47.

Tabela 7: Percentual das populações escrava e total nas Comarcas de Minas Gerais (1833-1872)

<i>Comarcas</i>	<i>1833</i>		<i>1872</i>	
	<i>Escravos</i>	<i>Pop. Total</i>	<i>Escravos</i>	<i>Pop. Total</i>
<i>Ouro Preto</i>	14,3%	12,8%	14,8%	15,6%
<i>Rio das Mortes</i>	17,7%	14,7%	14,2%	11,7%
<i>Rio das Velhas</i>	18,5%	18,6%	10,3%	12,4%
<i>Sapucahy</i>	13,0%	15,5%	10,7%	11,1%
<i>Parahybuna</i>	19,2%	15,2%	30,9%	20,9%
<i>Serro Frio</i>	4,9%	6,8%	4,2%	5,5%
<i>Paracatú</i>	5,1%	6,0%	8,0%	9,6%
<i>São Francisco</i>	2,5%	3,9%	1,6%	3,5%
<i>Jequitinhonha</i>	4,8%	6,5%	5,2%	9,8%

Fonte: BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2004, p. 190.

Os dados de Douglas Libby também apontam que a população escrava da Zona da Mata cresceu em mais de dezoito vezes entre os anos de 1831 e 1872 (Tabela 5). Regressando ao trabalho de Martins, é possível reconsiderar as afirmações do autor sobre a baixa representatividade dos escravos alocados na área da cafeicultura mineira perante o conjunto total de cativos de Minas Gerais. Segundo sua investigação, o maior percentual da população escrava mineira que a região cafeeira da Província alcançou durante a segunda metade do século foi de apenas 15%. Tais dados não correspondem aos levantados, por exemplo, por Libby e Bergard. De acordo com as informações apresentadas pelos dois autores para o ano de 1872 – que ainda não representa o ápice de aglutinação de escravos na região – é possível concluir, pelo menos, um mínimo de 25% do plantel mineiro na área produtora da rubiácea.

Portanto, em que pesem as transformações jurídico-administrativas no território mineiro do século XIX, os dados compilados até o momento evidenciam o crescimento da população escrava no espaço sumariamente correspondente à área pioneira do café em Minas Gerais – seja ele denominado Zona da Mata ou Comarca do Parahybuna – no decorrer das décadas do século XIX. Nem mesmo o fim do tráfico transatlântico representou de fato um elemento cerceador da mão de obra escrava na região. Pelo contrário, a segunda metade do oitocentos foi marcada pela concentração cada vez maior de cativos nesse espaço da Província. Isso devido à capacidade dinamizadora de sua economia voltada para o mercado internacional, capaz de recompor seus plantéis para suprirem a necessidade braços em suas lavouras de acordo com as formas de acesso ao elemento servil então disponíveis: a combinação entre reprodução natural e o comércio interno de cativos.

Tabela 8: População da região da Zona da Mata (1872)

<i>Municípios</i>	<i>Nº de Freguesias</i>	<i>População Livre</i>		<i>População Escrava</i>		<i>Total Nº</i>
		<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>	
<i>Juiz de Fora</i> ¹	5	23.968	55,33%	19.351	44,67%	43.319
<i>Leopoldina</i>	8	26.633	63,58%	15.253	36,42%	41.886
<i>Mar de Espanha</i>	5	19.632	60,8%	12.658	39,2%	32.290
<i>Muriaé</i> ²	11	27.682	79,96%	6.938	20,04%	34.620
<i>Piranga</i>	6	18.241	81,3%	4.195	18,7%	22.436
<i>Pomba</i>	6	25.528	78,41%	7.028	21,59%	32.556
<i>Ponte Nova</i>	9	49.627	86,71%	7.604	13,29%	57.231
<i>Rio Novo</i>	3	15.838	69,48%	6.957	30,52%	22.795
<i>Rio Preto</i>	5	15.746	71,38%	6.313	28,62%	22.059
<i>Sta. Rita do Turvo</i>	6	30.460	82,11%	6.636	17,89%	37.096
<i>Ubá</i>	6	25.311	77,97%	7.149	22,03%	32.460
<i>Total</i>	70	278.666	73,58%	100.082	26,42%	378.748

Fonte: ANDRADE, Rômulo Garcia de. Estrutura agrária e família escrava na Minas Gerais oitocentista. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, v. 1, n. 2, dez, 1997, p. 22.

¹ Dados da população escrava corrigidos com a inclusão da paróquia de Simão Pereira. ² Não inserido o curato do Divino Espírito Santo.

Ainda sobre a segunda metade do século XIX, os dados do censo de 1872 compilados por Rômulo Andrade demonstram o perfil da população nas localidades da Zona da Mata (Tabela 8). Dentre os municípios matenses, destacam-se as áreas pioneiras do café na Província mineira. O município de Juiz de Fora, por exemplo, apresenta uma população escrava que representa quase 45% de sua população total – aliás, o único município com um percentual superior a 40%. Já outra localidade

precursora no cultivo da rubiácea em Minas Gerais, Mar de Espanha, mantém a representatividade de seu plantel cativo em relação ao seu total populacional em 39,2%. Deve-se compreender que essas cifras revelam-se relativamente altas, já que esse mesmo percentual gira em torno de 18,4% se considerada a Província de Minas Gerais como um todo.¹⁶³

Repete-se mais uma vez o caráter disperso da documentação no que se refere às divisões administrativas em constante mudança nas Minas Gerais do século XIX. Contudo, a tabela abaixo é uma tentativa de agregar as localidades sobre as quais a pesquisa empírica nos inventários incide, no intuito de visualizar o fenômeno do aumento da população escrava na região cafeeicultora da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe. Ainda que as séries não estejam completas, é possível perceber o crescimento da população escrava nas localidades foco da pesquisa durante todo o período. Contudo, não é possível realizar uma análise separada para cada um dos distritos devido à mudança de subordinação que cada um apresentava em períodos distintos. Mesmo assim, há como perceber que o total das localidades apresenta enorme variação. Se em 1831/32 a população cativa da microrregião era de aproximadamente 3.831 escravos, esse número sobe para 21.808 escravos no ano de 1883 (Tabela 9).

Tabela 9: População escrava na microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe (1831-1883)

	<i>1831/32</i>	<i>1850</i>	<i>1853-54</i>	<i>1872</i>	<i>1883</i>
<i>Chapéu D'Uvas</i>	805		1.005	1.584	
<i>Monte Verde</i>				1.510	
<i>Rosário</i>	342				
<i>Rio Preto</i>			3.391	4.103	
<i>Santana do Deserto</i>	445				
<i>São Francisco de Paula</i>	916		4.087		
<i>São Pedro de Alcântara</i>	488		3.920	4.983	
<i>Juiz de Fora (distrito)</i>	835		4.025	7.171	
<i>Total</i>	3.831	13.037	16.428	19.351	21.808

Fonte: Listas Nominativas, 1831. apud: SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade...:** estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de Fora (1870-1920). Bauru: Edusc, 2007, p. 51;55;173. GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativo:** Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Fabep, Annablume, 2006, p.54.

¹⁶³ Segundo os dados oficiais do Censo de 1872 a população total de Minas Gerais é de 2.012.689 pessoas, sendo 1.732.230 livres e 370.459 escravos. GUIMARÃES, Elione Silva. op. cit., 2006, p.54.

Na mesma tabela, pode-se notar que entre 1872 e 1883, a população cativa total na microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe aumentou em 12,69%, tendo como base a primeira data. Uma comparação com os dados elaborados por Ricardo Salles é necessária para se compreender o fenômeno da escravidão local. De acordo com o autor, a região do médio vale do Rio Paraíba do Sul, donde o município de Vassouras estava localizado, apresentou uma queda de 14,5% de sua população escrava entre os anos de 1872 e 1884. Ao mesmo tempo, o restante do Império amargava quase o dobro dessas cifras: diminuição de 28,6% do número de cativos.¹⁶⁴ Percebe-se através desses dados que a cafeicultura mineira manteve a sobrevida do regime escravista local, com uma tendência ao aumento da população cativa. Movimento esse contrário ao que ocorrera não só no Império do Brasil, que apresenta um quadro de declínio do número de escravos a partir de 1871, mas também em relação às regiões de maior dinamismo como o Vale do Paraíba fluminense, embora a década de 1880 demarque o processo de degradação da cafeicultura nesse espaço.

Passado o esforço em evidenciar os números da escravidão em Minas e Gerais e mais especificamente, na área referente à cafeicultura na Província, com base em fontes oficiais, uma análise mais incisiva sobre os inventários *post-mortem* pode ajudar a revelar o fenômeno da instituição escravista local. Ainda que as duas últimas décadas de vigência do escravismo brasileiro não sejam exatamente o ideal para um aprofundamento sobre a Segunda Escravidão, em esfera local, ainda é possível propor algumas reflexões sobre o assunto. Antes, é necessário considerar que foi verificada uma incongruência entre os dois conjuntos documentais utilizados para a compreensão do movimento populacional mineiro no século XIX. Por um lado, as fontes demográficas como as listas nominativas, os dados populacionais apresentados nos relatórios da presidência da província de Minas Gerais, assim como o Recenseamento de 1872, apontam um aumento do contingente escravo na região em foco, durante toda a centúria. Por outro, os dados dos inventários *post-mortem* revelam uma queda relativa no número de cativos entre as décadas de 1870 e 1880.

Mesmo que o número de inventários tenha sido menor entre 1880 e 1888 (apenas 37,91% de processos contendo 33,64% do total de escravos) é difícil acreditar que esse conjunto documental possa revelar a inconsistência das fontes demográficas nas duas últimas décadas da escravidão. Aqui, recorre-se a compreender o caráter limitado

¹⁶⁴ SALLES, Ricardo. op.cit., p. 265.

de subrepresentação que os inventários podem conter em determinados casos como a maneira mais coerente de compreender essa contradição dentre as fontes. E é por esse motivo, que também optou-se por trabalhar apenas com porcentagens, e não com números relativos. Passado esse imbróglio metodológico, optou-se por seguir com a descrição dos dados encontrados nos inventários, buscando evidenciar mais o caráter concentrador da mão de obra escrava por parte dos cafeicultores do que o crescimento absoluto do elemento servil nas propriedades da região.

Com base nessa divisão, elaboraram-se os dois gráficos acima no intuito de visualizar o comportamento das faixas de plantéis no que diz respeito à representatividade tanto de proprietários quanto de escravos nas duas últimas décadas da escravidão. Assim, nota-se que os megaproprietários representam apenas 5,70% dos detentores de terras e escravos, mas em contrapartida, contêm 32,05% da população cativa rural na microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe. Enquanto isso, os micro e pequenos proprietários compõem a ampla maioria (60,76%), e possuem somente 15,31% dos escravos locais, revelando a baixa representatividade desses no conjunto do contingente servil. Já a faixa média de plantéis – de grupos entre 20 e 49 escravos – é a que compõe os percentuais mais equilibrados para os dois casos: são 19,46% de proprietários contendo 20,68% de escravos (Figura 7 e Figura 8).

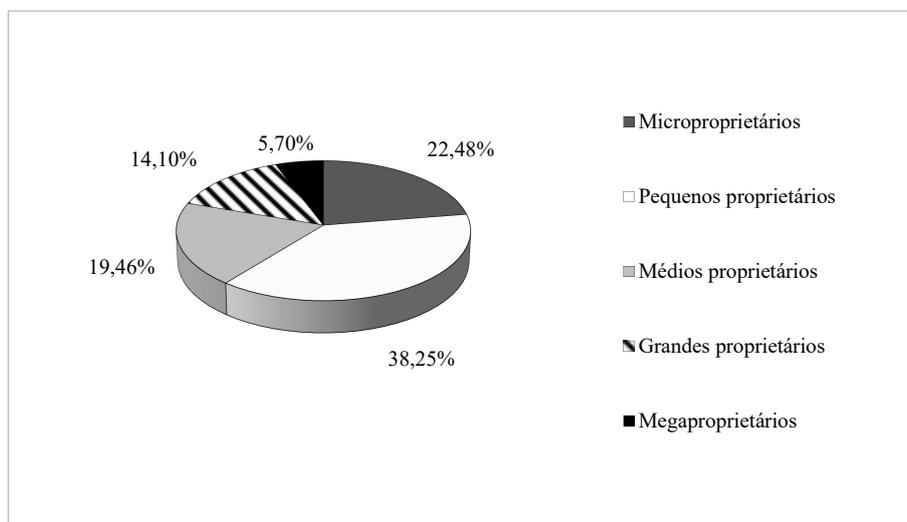


Figura 7: Percentual de proprietários por faixas de plantéis (1870-1888).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

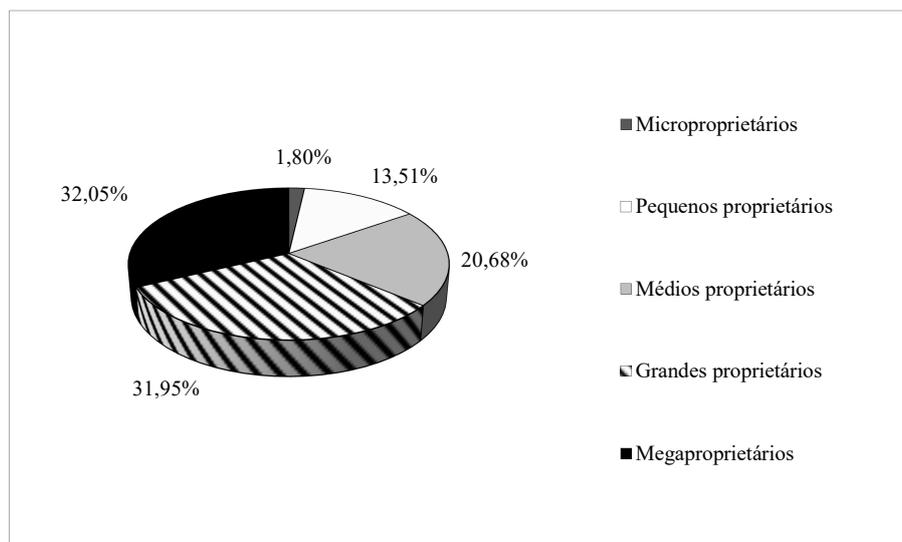


Figura 8: Percentual de escravos por faixas de plantéis (1870-1888).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Comparando esses mesmos dados para as duas décadas separadas – entre 1870 e 1879, e 1880 e 1888; percebe-se na figura abaixo a diminuição da representatividade do plantel referente aos megaproprietários no conjunto total dos escravos, com crescimento nas demais faixas de acumulação cativa. Dentro do quadro de redução dos escravos pertencentes aos megaproprietários em favorecimento do aumento das outras faixas de proprietários, destacam-se as posses médias, de 20 a 49 cativos. Percebe-se que entre 1880 e 1888 a representatividade dos escravos referentes aos médios proprietários dobrou de mais de 15% para mais de 30%, em relação ao período 1870/1879. Enquanto isso, grandes, pequenos e microproprietários apresentaram menores diferenças, respectivamente nessa ordem: 31,18% para 33,47%; 12,34% para 15,81%; e 1,65% para 2,11% (Figura 9).

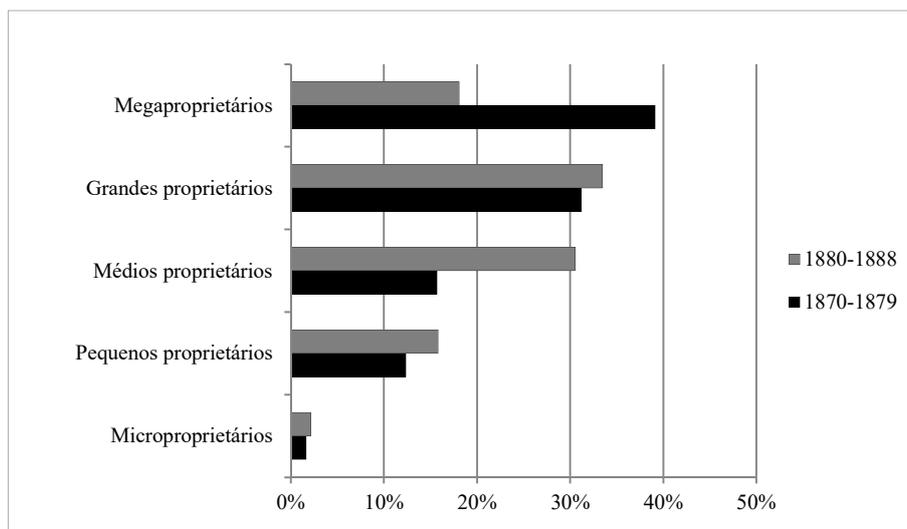


Figura 9: Mudança percentual das faixas de plantéis (1870-1888).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Outra forma de analisar o número de escravos da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe nos inventários é justamente através da supressão das faixas de plantéis. Dessa forma, são desagregados os grupos anteriormente fixados como micro, pequenos, médios, grandes e megaproprietários, e considerados tão somente o número de cativos em cada uma das propriedades de maneira dispersa ao longo do período em foco (Figura 10). A figura abaixo demonstra claramente a distribuição da propriedade escrava. Percebe-se que a grande maioria dos plantéis não ultrapassavam 50 escravos entre os anos de 1870 e 1888. Destaca-se ainda dentro desse grupo de até 50 cativos, a predominância das propriedades com menos de 25 escravizados no montante total. Ao mesmo tempo, percebe-se que as posses com mais de 50 não foram irrelevantes no conjunto de proprietários, alcançando contingentes com mais de 200 escravos.

Mas esses mesmos proprietários, donos de números mais reduzidos de cativos, não foram tão representativos no conjunto total de donos de escravos, se comparados à representatividade de seus plantéis no conjunto da população escrava rural nessas localidades. Ainda sobre o padrão geral da mão de obra escrava, percebe-se a diminuição do elemento servil nas propriedades das localidades em destaque a partir da média anual de cativos por unidade rural (Figura 11). É possível visualizar a variação dessas médias anuais entre pouco menos de 15 e pouco mais de 45 escravos. Diante desses números, a diminuição da disponibilidade de trabalho representada pelo braço escravo nas propriedades apresentou-se entre cerca de 35 cativos nos primeiros anos da década de 1870, para aproximadamente 20 cativos no final dos anos 1880.

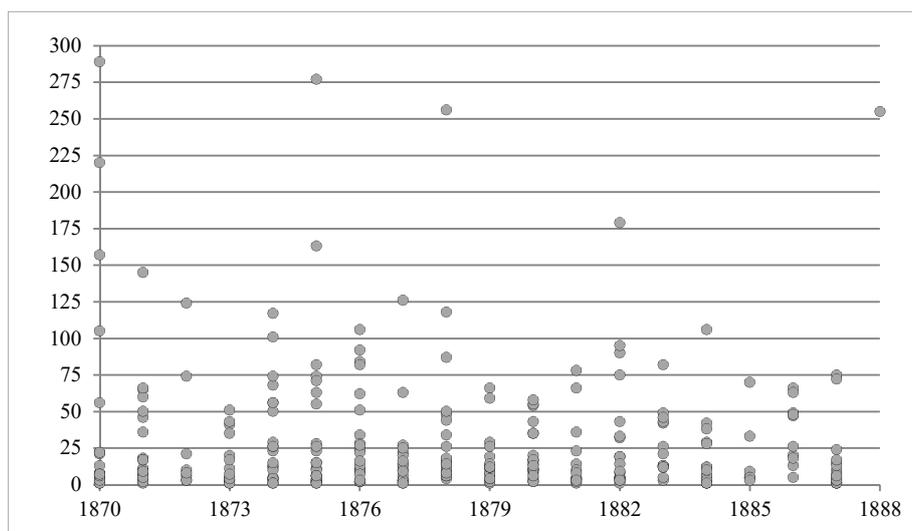


Figura 10: *Acumulação e concentração da propriedade escrava (1870-1888).*

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

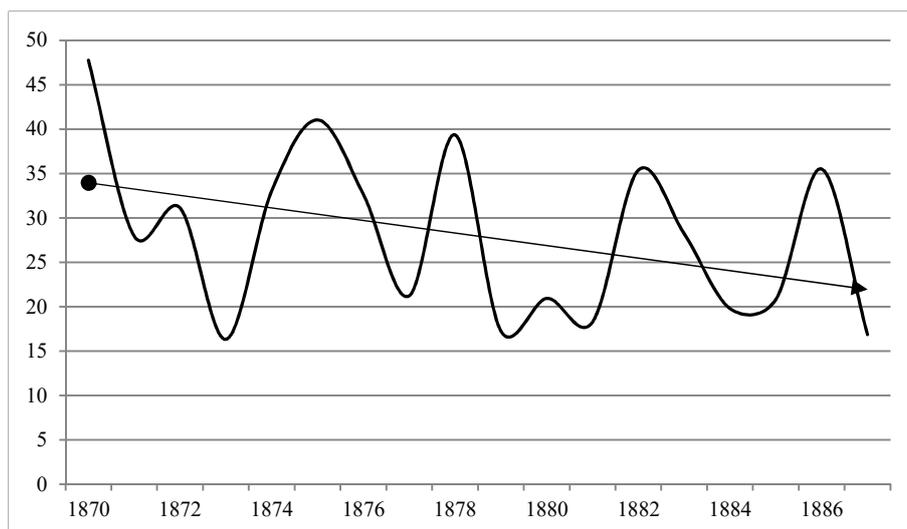


Figura 11: *Média anual de escravos por propriedade (1870-1888).*

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

De acordo com esses dados, se observa um alto nível de concentração da mão de obra escrava nas localidades em foco. Dessa primeira constatação, chega-se ao ponto primordial sobre a dinâmica da população cativa local nos anos finais da Segunda Escravidão. Até o momento, foi possível visualizar que a distribuição da propriedade escrava nas localidades da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe se manteve concentrada, com a maciça maioria dos cativos pertencendo aos grandes e megaproprietários. Mas se essa concentração se deu em relação ao montante total dos proprietários de terras e escravos, esse processo se intensifica ao considerar apenas

aqueles que de alguma forma estão envolvidos com a cafeicultura. E uma comparação entre o cômputo geral dos proprietários e aqueles que produziam a rubiácea, independente da quantidade, ajuda a revelar as características da centralização do trabalho escravo.

Segundo as informações capatadas nos inventários *post-mortem*, os 171 (ou 57,38% do total pesquisado) donos de terras e escravos produtores de café agregaram 7.138 escravos. Isso porque somente 21 cafeicultores não possuíam escravos, sendo exatamente um terço deles falecidos após o ano de 1884, já no período final da instituição servil. Resumindo, os produtores da rubiácea concentravam 80,44% dos escravos presentes nas localidades em foco, uma vez que o número total de cativos fora de 8.873 indivíduos encontrados entre 1870 e 1888.

Percebe-se a seguinte flutuação da mão de obra escrava entre o total de proprietários e os proprietários cafeicultores durante a década de 1870. Por um lado, micro e pequenos proprietários ultrapassam a cifra de 60% dos donos de escravos contendo menos de 14% do seu total. Esses números são ainda mais baixos para o caso dos cafeicultores. São pouco mais de 40% de micros e pequenos proprietários contendo nem 8% dos escravos do eito. Já os grandes e megaproprietários (22,69% do total de proprietários) concentram cerca de 70,31% do geral encontrado para o período. Por outro lado, os grandes e megaproprietários cafeicultores são 37,37% reunindo 79,14% dos cativos nas localidades em foco. E esse quadro percentual de concentração parece não se modificar drasticamente na década posterior. Percebe-se o crescimento da representatividade de grandes e megaproprietários em detrimento dos microproprietários, ao passo que as pequenas e médias posses alcançaram maior equilíbrio entre todos os proprietários e os proprietários cafeicultores (Tabela 10 e Tabela 11).

Essa mesma comparação entre cafeicultores e o conjunto geral de inventariados também pode ser feita em relação ao número médio de escravos por propriedade. Entre 1870 e 1888 os donos de terras pesquisados possuíam em média 29,7 escravos cada. Já os cafeicultores apresentaram uma média relativamente maior ao contabilizar 39,3 cativos. Entre as duas décadas – 1870/1879 e 1880/1888 – a diferença entre os dois tipos de proprietários também se efetivou com a vantagem dos cafeicultores no conjunto geral de proprietários: uma média de 48,9 para 34,4 escravos por produtor da rubiácea, e 31,8 para 26,4 cativos para os proprietários em geral, respectivamente. Dessa forma, pode-se afirmar que a cafeicultura da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e

Peixe foi capaz de agregar a maior parte da mão de obra escrava em um espaço marcadamente diverso como a Província de Minas Gerais oitocentista.

Tabela 10: Acumulação e concentração da propriedade escrava (1870-1888)

<i>Período</i>	<i>1870-1879</i>		<i>1880-1888</i>	
	<i>% de Proprietários</i>	<i>% de Escravos</i>	<i>% de Proprietários</i>	<i>% de Escravos</i>
<i>1 a 4</i>	22,16%	1,65%	23,0%	2,11%
<i>5 a 19</i>	37,84%	12,34%	38,94%	15,81%
<i>20 a 49</i>	17,3%	15,7%	23,0%	30,52%
<i>50 a 99</i>	15,13%	31,18%	12,39%	33,47%
<i>100 ou +</i>	7,56%	39,13%	2,66%	18,09%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Tabela 11: Acumulação e concentração da propriedade escrava pelos dos cafeicultores (1870-1888)

<i>Período</i>	<i>1870-1879</i>		<i>1880-1888</i>	
	<i>% de Proprietários</i>	<i>% de Escravos</i>	<i>% de Proprietários</i>	<i>% de Escravos</i>
<i>1 a 4</i>	9,1%	0,56%	13,89%	1,13%
<i>5 a 19</i>	31,31%	6,99%	40,28%	13,38%
<i>20 a 49</i>	22,22%	13,31%	23,61%	25,83%
<i>50 a 99</i>	23,23%	31,58%	18,05%	37,83%
<i>100 ou +</i>	14,14%	47,56%	4,17%	21,83%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Mas não só a concentração, como também a exploração do trabalho escravo tendia a aumentar nessas localidades. O gráfico abaixo representa o número médio de pés de café por escravo, e sua tendência linear ao longo do período. É notável o aumento da carga de exploração do trabalho servil à medida em que o cultivo do café crescia localmente e a oferta externa da mão de obra cativa diminuía no quadro geral brasileiro. Em pesquisa anterior, verificou-se que a média quinquenal de pés de café por escravo nessa mesma região não ultrapassou o número de 2.000 entre os anos de 1835 e 1870 – tendo o primeiro marco uma média de 237,8 e o segundo, uma média de 1.885,12 árvores por escravo.¹⁶⁵ Essa conjuntura passa a mudar nos anos finais da

¹⁶⁵ VITTORETTO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012, p. 139.

Segunda Escravidão, uma vez que a tendência aponta uma média crescente de mais de 2.000 árvores por escravo, para mais de 3.000 árvores cafeeiras para cada escravo, entre os anos de 1870 e 1888 (Figura 12).

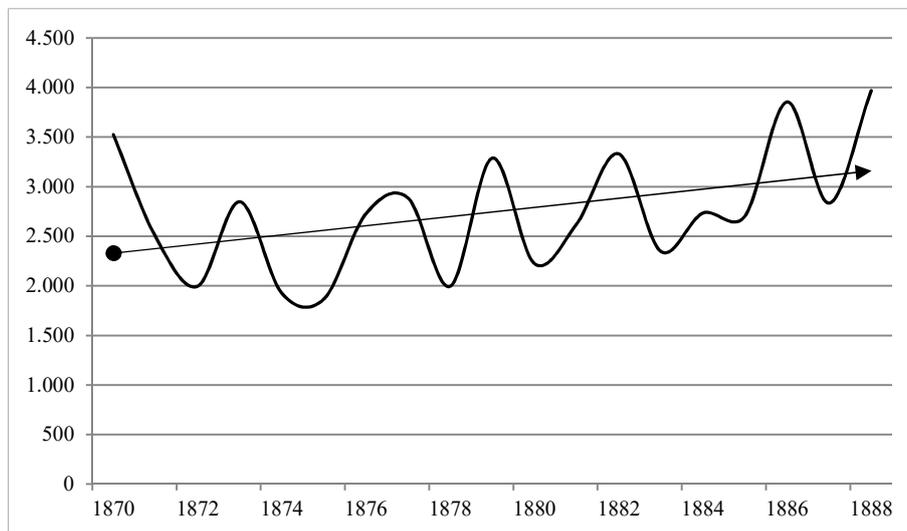


Figura 12: Média anual de pés de café por escravo (1870-1888).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Isso faz parte de um processo em que os proprietários tinham por necessidade o “aumento constante da produtividade do trabalho de seus cativos, sob o risco de serem excluídos do mercado mundial”.¹⁶⁶ Os dados demonstrados por Ricardo Salles para a localidade de Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense, acusam algumas semelhanças e diferenças entre essas distintas regiões cafeeiras no centro-sul do Brasil. Segundo o autor, o ponto máximo de pés de café por escravo ultrapassou 3.800 no ano de 1876 e ainda, entre 1821 e 1835, a proporção já era de quase 500 árvores por escravo.¹⁶⁷ Comparando tais números, percebe-se que a região mineira do café alcançou níveis parecidos quanto ao número máximo de pés de café por cada escravo. No entanto, a marca da diferenciação dentre ambas as áreas produtoras da rubiácea se dá exatamente na cronologia de tais cifras. Percebe-se para o caso fluminense, que a superexploração do trabalho servil já alcançava níveis superiores bem antes que a da cafeicultura mineira, devido justamente ao lapso temporal de produção entre as duas regiões.

Passado o argumento sobre a concentração da mão de obra cativa, e o papel predominante da cafeicultura nesse fenômeno, pode-se destacar outros pontos do perfil

¹⁶⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. op.cit., 2004, p. 265.

¹⁶⁷ SALLES, Ricardo. op.cit., p. 153-154.

da população escrava encontrada nos inventários *post-mortem*. Na Tabela 12, nota-se que a tendência percentual de equilíbrio da população escrava é praticamente a mesma nos dois períodos selecionados (1870/1879 e 1880/1889). Já a proporção entre os sexos favoreceu a maioria masculina, que girava em torno de 60% em relação a aproximadamente 40% de mulheres. A pesquisa nos inventários também evidenciou a predominância tanto de homens como de mulheres em idade ativa: 37,4% e 41,55% para o sexo masculino, e 25,47% e 26,03% para o sexo feminino, nos dois períodos selecionados, donde a década de 1880 concentra maior índice de escravos entre 13 e 49 anos de idade. Além disso, há natural equilíbrio de crianças e infantes de ambos os sexos, com sutil diminuição de cativos de meia-idade e idosos entre as décadas de 1870 e 1880.

Tabela 12: Percentual da população escrava por faixas etárias (1870-1888)

	<i>1870-1879</i>		<i>1880-88</i>	
	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
<i>0 – 12</i>	12,62%	10,67%	10,09%	9,24%
<i>13 – 49</i>	37,4%	25,47%	41,55%	26,03%
<i>50 ou +</i>	9,02%	4,82%	8,76%	4,33%
<i>Subtotal</i>	59,04%	40,96%	60,4%	39,6%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Quanto a possibilidade de uniões estáveis, mais uma vez, a falta de dados completos nas fontes diminuíram o tamanho da amostra, uma vez que apenas pouco mais de 40% do total de escravos registrados possuíam informações sobre o estado civil. Deve-se pensar que tais registros descritos na documentação correspondem às uniões reconhecidas pela igreja ou pelos senhores, desqualificando as outras possibilidades de alianças por parte dos escravos. Em que pese esses aspectos, ainda é possível visualizar o comportamento das uniões após 1871. Fora nesse período, que mesmo com a liberdade do ventre, valorizaram-se a estabilidade e as demais condições de favorecimento da vida do escravo. A Lei do Ventre Livre previa a possibilidade da prestação de serviços por parte dos ingênuos até os mesmos completarem 21 anos de idade, além de proibir a separação das famílias escravas.¹⁶⁸ Portanto, ainda que a eminência do fim da instituição estivesse decretada, certo período de estabilidade da

¹⁶⁸ GUIMARÃES, Elione Silva. op.cit., 2006, p. 110.

família escrava podia ser vivenciado em algum momento entre 1871 e a abolição definitiva da instituição servil no ano de 1888.

Curiosamente, os percentuais quanto à família escrava se divergem consideravelmente se comparadas as duas décadas selecionadas. Percebe-se que no período 1870/1879 há maior equilíbrio entre solteiros e casados: 53,22% e 43,2%, respectivamente. Já na década seguinte (1880/1888), o percentual de escravos solteiros desponta em relação aos casados, sendo 73,24% para os primeiros e 23,2% para os últimos. Ainda sobre essa característica da população escrava local, destaca-se o predomínio do percentual de homens solteiros (58,59% e 78,33%) em relação ao restante das variações possíveis (Tabela 13). Nesse caso, parece que as uniões se consolidaram num primeiro momento, e logo após se esvaeceram diante da proximidade do desmoronamento definitivo do regime escravista.

Tabela 13: Percentual da população escrava por estado civil (1870-1888)

	1870-1879			1880-1888		
	<i>Solteiro</i>	<i>Casado</i>	<i>Viúvo</i>	<i>Solteiro</i>	<i>Casado</i>	<i>Viúvo</i>
<i>Masculino</i>	58,59%	38,68%	2,73%	78,33%	19,21%	2,46%
<i>Feminino</i>	46,15%	49,15%	4,7%	65,09%	29,59%	5,32%
<i>Total</i>	53,22%	43,2%	3,58%	73,24%	23,20%	3,56%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Pouco menos da metade (45,8%) dos escravos registrados possuíam informações completas sobre sexo, idade e procedência. A tabela abaixo se faz necessária para visualização tanto dos africanos remanescentes do tráfico internacional, quanto dos brasileiros adquiridos pelo comércio interno ou nascidos localmente. Nela, pode-se constatar que os africanos dos sexos masculinos (predominante em relação às mulheres) e feminino, somavam juntos, pouco mais de 22% do plantel. Não há como definir as formas de acesso a esse grupo remanescente do infame comércio, que 20 anos após sua extinção, se fazia presente em uma área de produção cafeeira recente. Da mesma forma, não há como afirmar como os quase 78% do total de cativos, nascidos no Brasil, chegaram a condição de escravizados. Fato é que existiu o predomínio do número desses escravos em idade ativa: 35,12% dos homens e 22,99% das mulheres, podendo certamente ter sido adquiridos via tráfico inter ou intraprovincial (Tabela 14).

Tabela 14: Percentual de sexo e procedência de escravos por faixas etárias (1870-1888)

<i>Faixas</i>	<i>Africanos</i>		<i>Brasileiros</i>	
	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
<i>0 – 12</i>	-	-	7,92%	7,23%
<i>13 – 49</i>	8,14%	3,47%	35,12%	22,99%
<i>50 ou +</i>	7,92%	3,22%	2,19%	1,80%
<i>Subtotal</i>	16,06%	6,69%	45,23%	32,02%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Com base nas pesquisas de Robert Slenes sobre o tráfico interno de escravos no centro-sul, Rafael Marquese afirma que entre as décadas de 1850 e 1860 o movimento intraprovincial superou o fluxo interprovincial de escravos. Já a partir da década de 1870, ao contrário, predominou o comércio interprovincial, sendo esse o momento de pico do movimento de escravos em distintas regiões do Brasil.¹⁶⁹ Por outro lado, Ricardo Salles também considera a importância do tráfico interno nessas regiões, mas acredita no papel predominante que a reprodução natural detinha nas duas últimas décadas do regime escravista. O autor assim resume esse processo:

A dinâmica demográfica marcada pela presença africana, que ainda estava atuante mesmo adentrada a década, realimentada pela importação de africanos propiciada pelo tráfico inter e intraprovincial, passou a dar lugar a uma nova dinâmica, característica de uma sociedade escravista madura. A base desta nova dinâmica era a comunidade escrava estável, assentada na família, na crescente proporção de crioulos em relação aos africanos, no maior equilíbrio entre os sexos, resultando tudo isso em uma pirâmide etária mais equilibrada e no aumento do número de famílias e filhos. Essa comunidade tendia a um processo de crescimento vegetativo, quando nele já não havia ingressado.¹⁷⁰

Há motivos para crer na opinião de ambos os autores para o período em foco. Excluindo-se a possibilidade constante da reprodução natural como opção, a década de 1870 representa o momento em que as localidades mineiras dedicadas ao café puderam acessar a mão de obra cativa pelas modalidades de tráfico disponíveis, além de poder contar com o contingente africano adquirido antes de 1850 pelos proprietários mais antigos. Na década seguinte, porém, não havia a opção do tráfico interprovincial, que

¹⁶⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. *International Conference New Perspectives on the Life and Work of Eric Williams*, St. Catherine's College Oxford University, September, 2011, p. 17-23.

¹⁷⁰ SALLES, Ricardo. op. cit., p. 254.

em 1881 fora barrado em Minas Gerais (além de São Paulo e Rio de Janeiro), cerceando a principal fonte externa de reposição do braço escravo.¹⁷¹ Quer dizer que o acesso ao escravo nos últimos anos da instituição servil foi limitado pela reprodução natural e pela possibilidade do tráfico intraprovincial como as duas únicas opções disponíveis naquele momento.

Não só de acordo com as proposições de Slenes e Salles, mas também conforme a historiografia mineira vem insistindo, não há como determinar exatamente uma dessas modalidades como a principal forma de acesso ao escravo em espaços distintos. Já fora devidamente descrito o amplo debate sobre escravidão nas Minas Gerais oitocentistas entravado pela historiografia mineira, e seu nível de complexidade. Embora os inventários *post-mortem* não sejam as fontes mais adequadas para tais inferências, eles podem ajudar a resolver questões quanto ao perfil da mão de obra escrava. Deve-se destacar que a combinação entre tráfico interno e reprodução natural parece ser mesmo a tônica desse processo durante a segunda metade do século, uma vez que a região conseguiu agregar um número crescente de cativos para suprir a necessidade de mão de obra nas lavouras de café em ascensão na microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe.

Percebeu-se por meio da análise descrita até o momento, que a escravidão estruturou-se como elemento fundamental tanto para o processo de incorporação produtiva do café, quanto para seu posterior desenvolvimento durante a segunda metade do século XIX. Cabe agora a continuidade de uma reflexão sobre o elemento trabalho, que com fim do regime escravista ganhou nova configuração na área concernente a essa investigação. Assim como a própria natureza da escravidão e seus impactos em esfera local, a transição da mão de obra cativa para o trabalho livre é também matéria de ampla discussão no campo historiográfico. Nota-se, por exemplo, em Caio Prado Júnior, a interpretação do caso paulista, que após uma breve experiência do sistema de parceria adotado nas fazendas de café, a fixação do trabalhador através do pagamento de salários tornou-se a principal forma de remuneração.¹⁷²

Seguiu-se então, na historiografia brasileira, uma série de investigações que ajudaram a fundar o modelo de transição com base na experiência de São Paulo. Assim como na análise de Prado Júnior, dois pontos estabelecem as bases do fenômeno ocorrido nas fazendas cafeicultoras do estado. O primeiro trata-se da importância da

¹⁷¹ MARQUESE, Rafael de Bivar. op. cit., 2011, p. 26.

¹⁷² PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit., 1995, p. 183-191.

imigração subvencionada, já que o problema da mão de obra, antes mesmo do fim da abolição, contou com a intervenção do estado, sob a esfera de influência dos proprietários. Um segundo ponto refere-se à introdução do colonato como primeira forma de experiência desse processo, que vai se dissolvendo para a incorporação do trabalho assalariado. Tais características ajudaram a fomentar uma visão de progresso capitalista para o estado de São Paulo, em contraponto ao atraso de outras regiões brasileiras, que não conseguiram adotar esse mesmo modelo.

Dentre os autores dedicados ao estudo da transição no estado, José de Souza Martins fomenta o debate, embora não quebre a tradição da interpretação paulista enquanto modelo hegemônico. Entretanto, a novidade apontada pelo autor reside em aprofundar a questão do colonato como principal regime de trabalho sobre o qual, “durante cerca de um século, até fins dos anos 1950, foi realizada a maior parte das tarefas no interior da fazenda de café”.¹⁷³ Também sem quebrar a hegemonia paulista, a pesquisadora Verena Stolcke contribui para a discussão sobre as formas de trabalho, com incidência no colonato.¹⁷⁴ Nesse ponto, tais autores colaboraram para a compreensão da transição para além de uma caracterização do regime de salários, já que tal processo ocorreu através das diversas modalidades de mão de obra.

Em que pesem as dificuldades de se interpretar o processo da transição do trabalho com base nas fontes documentais de caráter serial e quantitativo, a historiografia continuou a se debruçar sobre as variadas formas de mão de obra em São Paulo, permanecendo, todavia, a direcionar a questão do trabalho imigrante na maioria das análises. De outro modo, autores dedicados ao estudo das demais regiões, também identificaram elementos dinâmicos do trabalho no sudeste cafeeiro, independente da questão do imigrante. Almada, por exemplo, demonstrou a ineficácia da política migratória para o caso capixaba, assim como Stanley Stein em seu estudo de caso do vale do Paraíba fluminense.¹⁷⁵ Sobre a diferenciação regional da transição do trabalho, Daniel do Val Cosentino afirma:

A idéia da substituição do escravo pelo imigrante foi difundida como o modelo para todo o Brasil, graças ao pioneirismo dos estudos sobre a transição para o trabalho livre nas fazendas de café do oeste paulista. Além disso, a posição central de São Paulo na modernização capitalista brasileira fez com que generalizações fossem cometidas,

¹⁷³ MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 29.

¹⁷⁴ STOLCKE, Verena. op. cit.

¹⁷⁵ ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. op. cit. STEIN, Stanley. op. cit.

quando a questão da formação capitalista brasileira é abordada. Entretanto, é fundamental ter em mente que a formação capitalista brasileira tem como uma das suas principais características a desigualdade no desenvolvimento regional, sendo que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre é um aspecto central do assunto em questão.¹⁷⁶

Pode-se considerar pelas proposições acima descritas que as interpretações historiográficas do fenômeno da transição do trabalho se dão a partir da ênfase em dois aspectos particulares. A primeira questão discutida pelos autores perpassa pela procedência do trabalhador utilizado como mão de obra nas fazendas de café, destacando-se a adoção do braço imigrante ou nacional (incluindo ex-escravos) nesse processo. Já a segunda questão trata-se das modalidades de trabalho, principalmente no que se refere à capacidade monetária que cada uma das regiões cafeeiras do Brasil detinha para o pagamento de salários, em contraposição as outras formas de remuneração do trabalhador. O economista brasileiro Celso Furtado oferece uma interpretação em uma passagem de sua obra, ao introduzir uma visão desagregada dessas regiões com base nos dois elementos dessa discussão. Para o autor:

Na região cafeeira as conseqüências da abolição foram diversas. Nas províncias que hoje constituem os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em pequena escala em São Paulo, se havia formado uma importante agricultura cafeeira à base de trabalho escravo. A rápida destruição da fertilidade das terras ocupadas nessa primeira expansão cafeeira - situadas principalmente em regiões montanhosas facilmente erodíveis - e a possibilidade de utilização de terras a maior distância com a introdução da estrada de ferro haviam colocado essa agricultura em situação desfavorável já na época imediatamente anterior à abolição. Seria de esperar, portanto, que ao proclamar-se esta ocorresse uma grande migração de mão de obra em direção das novas regiões em rápida expansão, as quais podiam pagar salários substancialmente mais altos. Sem embargo, é exatamente por essa época que tem início a formação da grande corrente migratória européia para São Paulo.¹⁷⁷

Retornando à contribuição de Stanley Stein para os estudos da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, o autor encara em sua obra, de maneira minuciosa, o processo descrito anos após por Furtado. Stein realiza uma interpretação pioneira do fenômeno fora da área paulista, ao descrever a economia cafeeira fluminense. A novidade da obra do autor reside em especificar que o problema da

¹⁷⁶ COSENTINO, Daniel do Val. **Um múltiplo de transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006, p. 78.

¹⁷⁷ FURTADO, Celso. op. cit., p. 145.

cafeicultura esteve ali diretamente relacionado ao esgotamento do solo, e não na escassez de mão de obra durante o processo de transição – Stein chega a afirmar o predomínio do trabalhador nacional, incluindo antigos escravos, nas fazendas de café. Portanto, a chave de compreensão para o modelo do autor reside no estágio de degradação em que a cafeicultura do Rio de Janeiro se encontrava próximo ao advento da abolição, dada a inexistência de fronteiras para uma expansão do produto.¹⁷⁸

A interpretação de Stein para a questão da mão de obra foi incorporada para o caso da região da Zona da Mata, uma vez que os estudos tradicionais do café em Minas Gerais adotaram também o modelo fluminense de degradação do produto após a abolição. João Heraldo Lima é um dos expoentes dessa vertente historiográfica, que além da adoção desse modelo, se utiliza do diagnóstico descrito no relatório Carlos Prates. Com base nessas interpretações, Lima afirma que a parceria era a forma de trabalho predominante no campo no período pós-abolição. Assegura ainda que a região matense, ao contrário do oeste paulista, não possuía condições de estabelecer outras formas de trabalho – principalmente o pagamento de salários – dada a situação de crise vivida pela atividade agroexportadora na virada do século.¹⁷⁹

Tal explicação consolida a ideia hegemônica do modelo paulista anteriormente citado, com ênfase na questão do pagamento de salários enquanto determinante para a categorização de uma dinâmica capitalista a nível local. Em estudo comparativo dentre as economias cafeeiras do sudeste brasileiro, Wilson Cano é outro autor que insiste na questão da parceria como a principal forma de trabalho adotada, dada a incapacidade da região produtora de café de Minas Gerais em realizar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo o autor, no período pós-abolição, o latifúndio foi retalhado em pequenas propriedades, “a maior parte das quais passou a ser explorada no regime de parceria”, e dessa forma, tal transição não consolidou “um regime de assalariamento, não gerou essa força produtiva capitalista”.¹⁸⁰

Ana Lanna – tal como João Heraldo Lima e com base na mesma documentação pesquisada pelo autor – afirma também que a parceria era a principal forma de trabalho nas fazendas de café. A autora considera que a ausência de capitais na região não permitia uma organização do trabalho senão essa durante o processo de transição. Além de poder intercalar culturas próprias entre os cafezais, o parceiro ficava responsável

¹⁷⁸ STEIN, Stanley. op. cit.

¹⁷⁹ LIMA, João Heraldo. op. cit.

¹⁸⁰ CANO, Wilson. op. cit., p. 296.

pelo trato da rubiácea e recebia metade dos lucros auferidos na venda do produto. Outra opção adotada para a questão do trabalho, ainda que menos recorrente, segundo Lanna, se assentou no assalariamento temporário, que consistia no recrutamento de trabalhadores migrantes, vindos de outras regiões do estado, e que permaneciam por um período de três a quatro meses realizando os serviços determinados.¹⁸¹

Antes de adentrar na perspectiva que revisa essas proposições, cabe um pequeno compêndio sobre política imigratória em Minas Gerais e a introdução do imigrante em esfera local para a compreensão de todo o processo. As experiências de maior destaque com intuito de introduzir a mão de obra imigrante no Brasil oitocentista ocorreram na província de São Paulo em meados do século. Implantou-se um modelo que buscava, ao mesmo tempo, suprir o trabalho nas fazendas cafeicultoras e diversificar a produção agrícola. Diante das dificuldades e conflitos em torno do regime de parceria, o governo Imperial passou intervir de maneira mais incisiva nessa matéria com a criação da imigração subvencionada. O estado passou, a partir do ano de 1887, a financiar a vinda de trabalhadores estrangeiros, retirando dos fazendeiros o ônus de deslocamento dos mesmos, que adotariam uma nova forma de organização do trabalho: o colonato.

No ano seguinte, em face das políticas adotadas no Império, algumas medidas foram implantadas em Minas Gerais para a organização do trabalho estrangeiro como, por exemplo, a criação de inspetorias e associações promotoras de imigração. Segundo Oliveira, antes mesmo da participação efetiva do estado, a política imigratória já não despontava de maneira satisfatória. Entre os anos de 1882 e 1884, dos “70.624 imigrantes que entraram através do Porto do Rio de Janeiro, apenas 5% se dirigiram para Minas. Em 1886 e 1887, dos 77.276 dos que entraram somente 2,6% se fixaram na província”.¹⁸² Esse quadro chega a ensaiar uma sensível mudança na década seguinte, quando a questão do trabalho retorna com novo arranjo para atrair mais imigrantes, dos quais sobressaíram os italianos, que entre 1894 e 1897, chegaram a representar cerca de 92% do total de estrangeiros introduzidos no estado.

Essas cifras fazem parte de contratos firmados pelo governo provincial para a introdução de cerca de 30.000 estrangeiros em Minas Gerais, e logo após, mais 22.000

¹⁸¹ LANNA, op. cit., p. 120-128.

¹⁸² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigrantes e libertos no contexto do abolicionismo. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **A Província de Minas, 1**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2013, p. 221.

trabalhadores, que se consolidou a partir da década de 1890.¹⁸³ O impacto dessa política pode ser percebido, por exemplo, em alguns distritos pertencentes ao município de Juiz de Fora. Destaca-se a participação do trabalhador estrangeiro na população rural dessas localidades, entre 6% e 18%, na maioria dos casos. Duas das exceções referem-se aos distritos de Mathias Barbosa e Vargem Grande (atual Belmiro Braga), com percentuais entre 44% e 54%, dada a fundação de núcleos coloniais (Tabela 15). Cabe insistir que mesmo com a relevância dos imigrantes nos dados populacionais do ano de 1894, somente uma parcela reduzida deles se dedicou ao trabalho nas grandes fazendas.

Tabela 15: Procedência dos trabalhadores rurais em alguns distritos de Juiz de Fora (1894)

	<i>Nacionais</i>	<i>%</i>	<i>Estrangeiros</i>	<i>%</i>
<i>Chácara</i>	467	81,92%	103	18,08%
<i>Chapéu D'Uvas</i>	1.170	93,75%	78	6,25%
<i>Mathias Barbosa</i>	1.000	55,55%	800	44,45%
<i>Rosário</i>	150	88,23%	20	11,77%
<i>S. Francico de Paula</i>	156	82,10%	34	17,90%
<i>S. J. Rio Preto</i>	1.000	89,28%	120	10,72%
<i>Santana do Deserto</i>	2.600	81,25%	600	18,75%
<i>Vargem Grande</i>	50	45,45%	60	54,55%
<i>Total</i>	6.593	78,41%	1.815	21,59%

Fonte: SARAIVA, Luiz Fernando. *Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a Transição do Trabalho Escravo para o Livre em Juiz de Fora – 1870/1900*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001, p. 63.

Outra localidade que cabe destacar quanto à introdução do trabalhador imigrante, sobretudo alemães e italianos, é o próprio distrito da cidade, Juiz de Fora. Porém, a historiografia insiste que a participação desses grupos se deu nesse caso devido as atividades ligadas aos setores urbanos em desenvolvimento no município, além da atuação da localidade enquanto polo receptor e distribuidor de imigrantes para todo o estado, através da Hospedaria Horta Barbosa.¹⁸⁴ De um modo geral, no que diz respeito à cafeicultura, principalmente, pode-se compreender que a imigração, “longe de ter sido uma resposta a uma grave crise de mão de obra, deve ser vista dentro de uma

¹⁸³ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. TEIXEIRA, Mariana Eliane. *Ser italiano em São João Del-Rei (1888 –1914)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011, p. 32.

¹⁸⁴ ARANTES, Luiz Antônio Valle. *As origens sociais da burguesia industrial em Juiz de Fora - 1858/1912*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

perspectiva mais ampla, com influxo de políticas nacionais voltadas, especialmente, para o atendimento aos interesses dos cafeicultores paulistas”.¹⁸⁵

Ou seja, a opção pelo trabalhador estrangeiro adotada por Minas Gerais se deu mais pelo acompanhamento da conjuntura política de estado nacional, do que pela necessidade de braços na lavoura. É importante identificar que a pesquisa realizada por Ana Lanna reconheceu a opção do trabalhador nacional nas fazendas de café da Zona da Mata. Outros autores aprofundaram esse elemento, destacando-o como a principal característica da transição do trabalho escravo para o trabalho livre na região, embora poucos são os exemplos de pesquisas que tiveram como objeto esse mesmo processo para além daqueles que se dedicaram ao estudo do fenômeno no município de Juiz de Fora. Destaca-se nesse ponto a dissertação de mestrado elaborada por Romilda Gontijo. A autora busca identificar de que forma funcionou a organização do trabalho sob o regime da parceria no município de Muriaé e arredores, na virada do século.¹⁸⁶

A investigação de Gontijo se insere dentre aquelas que utilizaram o relatório de Carlos Prates como base de suas formulações. Mesmo assim, a autora diferencia sua análise ao compreender que o regime de parceria aplicado na área de seu estudo, se desenvolveu não pela incapacidade monetária dos empregadores, tal como Prates e os autores nele embasados, incluindo Ana Lanna, evidenciam. Contudo, a pesquisa de Gontijo, em que pesem suas contribuições para o debate da transição em uma das áreas cafeicultoras da Zona da Mata, não especifica de forma contundente as pluralidades do modelo de organização do trabalho adotado na região, uma vez que se dedica fundamentalmente à análise sobre a configuração da parceria das unidades agrárias investigadas. Já outra contribuição apresentada pela autora refere-se ao impacto da abolição a nível local, que implica diretamente na questão da transição.

Sobre esse último ponto, pode-se considerar que a historiografia tem interpretado que a mão de obra escrava foi a principal forma de trabalho utilizada nas fazendas cafeicultoras até as vésperas da abolição, já que, até esse momento, a exploração sobre o cativo ocorreu de forma viável e predominante nas áreas rurais.¹⁸⁷ Por esse motivo, acredita Blasenheim, que os fazendeiros da região da Zona da Mata expressaram pouco interesse no problema da mão de obra, ao contrário de seus

¹⁸⁵ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigrantes e libertos no contexto do abolicionismo. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). op. cit., p. 230.

¹⁸⁶ GONTIJO, Romilda Mourão. **A Parceira e o café da Zona da Mata Mineira (1850-1906)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

¹⁸⁷ BLASENHEIM, Peter. op. cit. GUIMARÃES, Elione Silva. op. cit., 2006, p. 70.

congêneres paulistas e fluminenses.¹⁸⁸ Curioso notar que, mesmo com essa base escravista fortemente solidificada, esses mesmos autores entendem que o 13 de maio de 1888 não foi sentido de maneira dramática pelos produtores locais, tal como evidenciado nos estudos baseados na experiência fluminense.

Compreender esse processo é um dos objetivos do trabalho de pesquisa realizado por Luiz Fernando Saraiva, que avançou ainda mais na discussão sobre a transição na área cafeeira de Minas Gerais, ao utilizar fontes cartoriais produzidas entre os anos de 1870 e 1900. O autor afirma que na região da Zona da Mata, com incidência no município de Juiz de Fora, boa parte dos proprietários não fez experiências com a mão de obra imigrante antes da abolição. Isso porque, segundo ele, a região não passou pela propalada escassez de braços na lavoura, ao passo que os grandes cafeicultores insistiram na compra e manutenção de seus escravos até o último momento. Passado advento da Lei Áurea, esses ex-escravos, em sua maior parte, permaneceram nas fazendas e foram os responsáveis pela produção da rubiácea nas propriedades:

Quase todas as grandes unidades produtoras de café de Juiz de Fora mantiveram o trabalho escravo até as vésperas da abolição, dado este que já foi apreendido pela historiografia a partir de outras fontes documentais e que podemos comprovar, com mais precisão, através da análise dos inventários. Desta forma, entender a transição da mão de obra para a região passa muito mais pela expectativa que os fazendeiros da região tinham na manutenção da escravidão e do trabalho do liberto no pós-abolição, do que a ‘urgência’ vista em todo Império (a bem da verdade São Paulo) com a questão da imigração. Na Zona da Mata mineira, ou ao menos para Juiz de Fora, a maioria dos fazendeiros não demonstrou grande interesse em realizar experiências com trabalhadores estrangeiros antes da abolição, pois, além de não sentirem a ‘escassez’ de escravos, continuaram investindo na aquisição de cativos.¹⁸⁹

Saraiva aprofunda também a análise sobre um ponto já indicado em pesquisas anteriores, e que se coloca como uma das principais diferenças do modelo baseado na cafeicultura fluminense.¹⁹⁰ Trata-se da questão da capacidade monetária por parte dos grandes fazendeiros para manter um sistema de assalariamento nas unidades cafeeiras. Segundo o autor, a existência dessa modalidade de trabalho foi perfeitamente possível – ao contrário do que tais autores pronunciam – mesmo que presente perante outras formas de remuneração. O autor não chega a afirmar um

¹⁸⁸ BLASENHEIM, Peter. op. cit., p. 59.

¹⁸⁹ SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit., 2001, p. 99.

¹⁹⁰ BLASENHEIM, Peter. op. cit. PIRES, Anderson. op. cit., 1993, p. 132-133.

predomínio do assalariamento, mas uma coexistência bem maior dessa configuração do que a suposta pelas pesquisas anteriormente citadas, já que é possível perceber o amálgama dentre outras formas de trabalho como o colonato e a própria parceria:

[...] o trabalho do ‘liberto’ (bem como do ‘nacional’) foi a forma encontrada pelos fazendeiros da região, onde a parceria, bem como remuneração monetária e o colonato, coexistiram bem mais do que até então se pensava, sendo que principalmente os grandes fazendeiros tiveram oportunidades de estabelecerem relações economicamente interessantes [...].¹⁹¹

Tabela 16: Taxa anual de crescimento da população em distintas regiões de Minas Gerais (1832-1872)

	<i>Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>Total</i>
<i>Mata</i>	4,9%	3,4%	4,4%
<i>Araxá</i>	4,1%	2,6%	3,8%
<i>Miradora Cental Leste</i>	4,1%	1,5%	3,5%
<i>Triângulo</i>	3,9%	1,6%	3,3%
<i>Sertão Alto Rio S. Fco.</i>	3,6%	1,6%	3,2%
<i>Minas Novas e Sertão Alto Rio Doce</i>	3,1%	0,5%	2,7%
<i>Paracatu e Noroeste</i>	2,8%	0,7%	2,6%
<i>Sudoeste</i>	2,7%	1,3%	2,4%
<i>Sertão</i>	2,7%	1,0%	2,4%
<i>Sul Central</i>	2,5%	1,0%	2,1%
<i>Vale Alto Médio Rio S. Fco.</i>	2,6%	-1,5%	2,0%
<i>Mineradora Central Oeste</i>	2,2%	-0,1%	1,6%
<i>Sudeste</i>	2,1%	0,1%	1,4%
<i>Intermediária Pitangui-Tamanduá</i>	1,9%	-0,2%	1,3%
<i>Vale Médio Baixo Rio das Velhas</i>	1,4%	0,2%	1,1%
<i>Diamantina</i>	1,3%	-1,9%	0,4%
<i>Minas Gerais</i>	2,8%	0,8%	2,3%

Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **A Província de Minas, 1**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2013.

Dentro dessa perspectiva que evidencia a opção pelo trabalhador nacional nas fazendas de café, há de se considerar o perfil demográfico das municipalidades da região. É possível identificar a segunda metade do século XIX ainda como um momento de mobilidade de grupos em busca de novas oportunidades nessa área de fronteira. Soma-se a isso o aumento do contingente escravo, já especificado nessa mesma seção, proporcionado também pela expansão das atividades agrícolas. Quanto a esse processo,

¹⁹¹ SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit., 2001, p. 138-139.

uma importante referência sobre o crescimento populacional em Minas Gerais pode ser encontrada nos trabalhos feitos por um grupo de pesquisadores.¹⁹² Os dados compilados por Clotilde Paiva e Marcos Rodarte demonstram que entre os anos de 1832 e 1872, a região da Mata apresentou as maiores taxas de crescimento populacional da província, incluindo livres e escravos: 4,4% ao ano (Tabela 16).

Os dados desagregados das duas populações – livre e escrava – também demonstram um predomínio de crescimento desses dois grupos alocados na Zona da Mata, diante os percentuais alcançados por outras regiões mineiras oitocentistas. Somase ao processo de ocupação da região proporcionado pela introdução de escravos e livres adventícios, o aumento da taxa natural desses dois grupos, assim como o influxo de imigrantes europeus já na virada do século, mesmo que em proporções reduzidas. Outros autores buscaram revelar o crescimento populacional da região para períodos posteriores. De acordo com dados sumariamente estimados por Alvim, o número de habitantes na Zona da Mata cresceu de 20.000 para cerca de 849.000 indivíduos entre os anos de 1822 e 1920.¹⁹³ Baseado em números mais avultados, revelados por John Wirth, Anderson Pires relaciona crescimento populacional e transição do trabalho:

[...] Minas Gerais mantém durante todo o período que se estende esta pesquisa os maiores contingentes populacionais do país e, dentro do estado, a Zona da Mata é uma das regiões mais expressivas na distribuição populacional, mantendo uma média de 17 a 18% da população total do estado entre 1872 e 1920. Em termos absolutos, a população da Zona da Mata cresce entre 1890 e 1920 cerca de 96%, saltando dos 641.000 habitantes do primeiro ano para cerca de 1.075.000 no último, uma média de crescimento de 3,38% ao ano, garantindo à região condições de oferta de força de trabalho relativamente elásticas, o que, (...) permite que a Mata mineira realize o processo de constituição de um “mercado de trabalho” prescindindo, ao contrário de São Paulo, de um movimento migratório significativo, ou seja, utilizando fundamentalmente trabalhadores nacionais (ex-escravos inclusive).¹⁹⁴

A Tabela 17 apresenta o perfil populacional de cada uma das localidades da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe na virada do século. Nela, percebem-se momentos distintos no padrão de crescimento das populações nos distritos

¹⁹² PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. op. cit., 2002. RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

¹⁹³ ALVIM, Sócrates. Histórico. In: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Org.). op. cit., p. 36.

¹⁹⁴ PIRES, Anderson. op. cit., 1993, p. 132-133.

pertencentes ao município de Juiz de Fora, da mesma forma que nos distritos emancipados – fenômeno esse ocorrido particularmente no último período analisado. As maiores transformações demográficas ocorreram entre os dois primeiros períodos selecionados (1890 e 1907). Grande parte das localidades apresentou significativo aumento populacional, com destaque para os distritos de Mathias Barbosa, Paula Lima e Sarandy, que multiplicaram o número de seus habitantes entre duas a quatro vezes. Esse quadro de crescimento parece ter sido progressivamente reduzido já na década imediatamente posterior ao fenômeno, ao passo que em 1920, percebe-se uma conjuntura de maior estabilização da população, ainda que com sensíveis aumentos.

Tabela 17: População total da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe (1890/1940)

	<i>1890</i>	<i>1907</i>	<i>1920</i>	<i>1940</i>
<i>Água Limpa/Coronel Pacheco</i>	3.351	5.976	5.570	3.217
<i>Chácara</i>	3.294	4.484	6.807	3.711
<i>Juiz de Fora</i>	17.622	28.553	51.392	81.325
<i>Mathias Barbosa</i>	1.583	6.190	6.793	5.090
<i>Paula Lima/Ewbank da Câmara</i>	2.373	5.444	7.229	4.197
<i>Rosário</i>	2.434	3.130	4.437	2.676
<i>S. Francico de Paula/Torreões</i>	4.354	5.926	6.916	5.562
<i>S. J. Rio Preto/Três Ilhas/Porto das Flores</i>	4.146	5.110	5.845	3.567
<i>S. Pedro de Alcântara/Simão Pereira</i>	5.312	5.265	6.119	3.409
<i>Santana do Deserto</i>	4.423	4.809	7.404	3.506
<i>Sarandy</i>	1.939	5.171	4.534	2.841
<i>Vargem Grande/Belmiro Braga</i>	4.399	5.392	5.120	2.969
<i>Total</i>	55.230	85.450	118.166	122.070

Fonte: ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Funalfa, 2008, p. 85. Recenseamento Geral do Brasil (1920), Vol4, Parte1, p.114-167. Recenseamento Geral do Brasil (1940), Parte13, Tomo2, p.581-604. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Vinte anos após esse processo de estabilização demográfica, a conjuntura de crescimento observada desde a última década do século XIX é invertida. Em 1940, percebe-se que praticamente todas as localidades apresentaram um decréscimo de suas populações. É preciso compreender que essa é uma área de retaguarda da cafeicultura regional¹⁹⁵ e que, de certa forma, esse fenômeno esteja relacionado ao início do processo de esvaziamento do campo, com a diminuição da principal atividade agrária.¹⁹⁶

¹⁹⁵ Ver o próximo capítulo.

¹⁹⁶ BRITO, Fausto R. A.; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de; JUNQUEIRA, André C. A ocupação do território e a devastação da mata atlântica. In: PAULA, João Antônio de (Org.). **Biodiversidade, população e economia**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1997.

Uma série de fatores também pode ser apontada para justificar o declínio da população, de maioria rural, como por exemplo, a mobilidade desses habitantes em direção ao centro urbano regional. Não obstante o distrito sede do município de Juiz de Fora é o único caso a sustentar um crescimento populacional em todo o período analisado, devido ao já indicado crescimento dos setores industriais e de serviços.

Passado esse breve compêndio demográfico, é importante salientar que as proposições acima descritas pela historiografia crítica da visão exógena da transição do trabalho, não exclui a opção da mão de obra imigrante como possibilidade, inclusive nas grandes fazendas de café. Resumindo, destaca-se que a escravidão formulou as bases de sustentação da economia cafeeira local, com a presença de grandes planteis. Todavia, o fim do regime escravista não representou um processo de desintegração da cafeicultura na região do Parahybuna e Peixe, que se diferenciou dos casos fluminense e paulista no que se refere à transição do trabalho. Consolidou-se a expansão da produção local sem uma estrita relação de dependência do braço imigrante, já que grande parte da mão de obra foi ocupada por uma massa de ex-escravos e livres arregimentados por distintas modalidades de trabalho:

A ausência de um fluxo imigratório significativo na Zona da Mata não deve assim ser considerada em si mesma um sintoma de regressão econômica nem, muito menos, retira o significado básico do fato de que a própria conclusão do processo da transição, a partir de condições endógenas, revela as possibilidades de continuidade - e portanto de reprodução - da estrutura agroexportadora na região, como efetivamente parece ter ocorrido [...].¹⁹⁷

Para se entender melhor a questão da transição do trabalho nos dois recortes espaciais aqui adotados – a microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe e a Zona da Mata – assim como a posição que essas áreas ocuparam nos quadros de produção do café no mercado mundial, elementos esses descritos no presente capítulo, é preciso se analisar mais dois elementos. E ambos estão intimamente relacionados a terra. O primeiro deles, tratado na seção seguinte, diz respeito à concentração da terra, inserida na descrição sobre o padrão de riqueza dos proprietários do município de Juiz de Fora. Já o segundo elemento de compreensão de todo processo, trata-se do mecanismo da fronteira do café na Zona da Mata, com ênfase no sistema agrário adotado, analisados no próximo capítulo. Entende-se que as possibilidades de

¹⁹⁷ PIRES, Anderson. op. cit., 1993, p. 133.

reprodução da economia agroexportadora a nível local incidem na questão da terra e do trabalho enquanto elementos complementares, como explicitado adiante.

2.5.2 Riqueza, produção e transformação do espaço

O estudo da composição da riqueza tem revelado profícuos resultados para a historiografia brasileira, principalmente no que diz respeito à compreensão das desigualdades em um país marcado pela hierarquização social. Com base nos inventários *post-mortem*, desde Alcântara Machado, que dedicou um capítulo de sua obra na descrição da riqueza, outros tantos trabalhos se destacam.¹⁹⁸ Pode-se citar as contribuições de Kátia Mattoso para a Bahia no oitocentos, e da mesma forma, as de João Fragoso, em seu estudo sobre a praça mercantil do Rio de Janeiro na virada do século XVIII para o XIX.¹⁹⁹ Com foco mais incisivo na temática das fortunas, destaca-se o trabalho de Zélia Cardoso de Melo para São Paulo também no século XIX.²⁰⁰ Já com incidência em áreas cafeeiras paulistas, há a contribuição de Renato Marcondes sobre a cidade Lorena e Luciana Lopes sobre o município de Ribeirão Preto.²⁰¹

Em que pesem as diferenças desses trabalhos no que diz respeito tanto aos objetivos, quanto aos recortes espaciais e cronológicos, sua contribuição é válida no sentido de compreender a importância da composição das fortunas para essas sociedades, assim como a metodologia por eles utilizada pode auxiliar pesquisas similares. Não diferente, seguindo os apontamentos e métodos presentes nessa historiografia, a descrição da composição da riqueza também já foi devidamente realizada por autores dedicados ao estudo de Juiz de Fora. A historiografia regional investigou, em alguns trabalhos, a importância da riqueza gerada pelo negócio agrícola, fundamentalmente a cafeeira, além das estratégias de transformação dessas fortunas de base agrária para outras formas de patrimônio entre meados dos séculos XIX e XX.

¹⁹⁸ OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. op. cit.

¹⁹⁹ MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, século XIX**. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

²⁰⁰ CARDOSO DE MELLO, Zélia. **Metamorfoses da Riqueza**. São Paulo 1845/1895. São Paulo: Hucitec, 1985.

²⁰¹ MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. LOPES, Luciana Suarez. **Sob os Olhos de São Sebastião. A Cafeicultura e as Mutações da Riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Ao investigar o processo de inversão do capital agrário no município de Juiz de Fora, Anderson Pires descreve a importância dos principais ativos que compunham, principalmente, a riqueza de cafeicultores, assim como a consequente diversificação de seus investimentos em esfera local.²⁰² Destaca-se também o trabalho de Luiz Fernando Saraiva, que busca, a partir dos aspectos referentes à estrutura agrária e do patrimônio, identificar as formas de transição do trabalho escravo para o trabalho livre nos anos finais do século XIX.²⁰³ Com um recorte temporal um pouco posterior ao da investigação de Saraiva, outro trabalho importante nesse sentido é o de José Augusto Destro, que analisa a transformação da agricultura para a pecuária com base em alguns dos elementos componentes das fortunas de proprietários de terras localizadas nos distritos de Juiz de Fora.²⁰⁴

Nota-se que tais autores identificaram alguns dos principais elementos que compunham a riqueza dos proprietários no município. No entanto, o fizeram de modo tangencial aos objetivos específicos de seus trabalhos, ora adotando uma descrição total, ora adotando uma descrição parcial dos elementos que compunham as fortunas desses indivíduos. Sendo assim, o trabalho realizado pela pesquisadora Rita Almico se sobressai dentre a produção historiográfica referente à temática, uma vez que se identifica como a principal investigação que possui a riqueza como objeto direto de análise, adotando uma metodologia minuciosa para a compreensão do processo de transformação das fortunas no município cafeicultor.²⁰⁵ Os dados ora apresentados na corrente investigação serão colocados em comparação, quando possível, com esses e os demais trabalhos que de alguma forma buscaram analisar os elementos da riqueza em Juiz de Fora.

A começar por uma análise conjunta dos três elementos componentes da chamada riqueza tradicional, expostos na Tabela 18, percebe-se que o padrão das fortunas na microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe pode ser dividido em dois períodos distintos. Até o ano de 1888, escravos e terras, juntos, variavam entre 30% e 50% da riqueza local. Com advento da Abolição, o padrão de representatividade da propriedade fundiária no conjunto das fortunas tendeu a aumentar significativamente

²⁰² PIRES, Anderson. op. cit., 1993.

²⁰³ SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit., 2001.

²⁰⁴ DESTRO, José Augusto de Souza. op. cit.

²⁰⁵ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em Movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914.** Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

nas décadas posteriores em relação aos outros componentes da riqueza. Esse mesmo processo é também observável na Figura 13, donde se visualiza o quadro de declínio da propriedade escrava em relação aos outros ativos. Ao mesmo tempo, a tendência ascendente das terras foi acompanhada até certo ponto, pelos cafezais, que a partir da virada do século passaram também a diminuir sua participação percentual na riqueza total desses proprietários.

Tabela 18: Percentual decenal dos ativos em relação ao montante da riqueza (1870-1929)

<i>Período</i>	<i>Escravos</i>	<i>Terras</i>	<i>Café</i>	<i>Semoventes</i>
1870-1879	31,19%	17,67%	13,99%	2,00%
1880-1888	16,84%	15,23%	14,07%	2,09%
1889-1899	-	23,88%	20,05%	3,38%
1900-1909	-	28,01%	13,40%	4,18%
1910-1919	-	26,73%	6,81%	3,64%
1920-1929	-	46,21%	7,96%	4,24%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

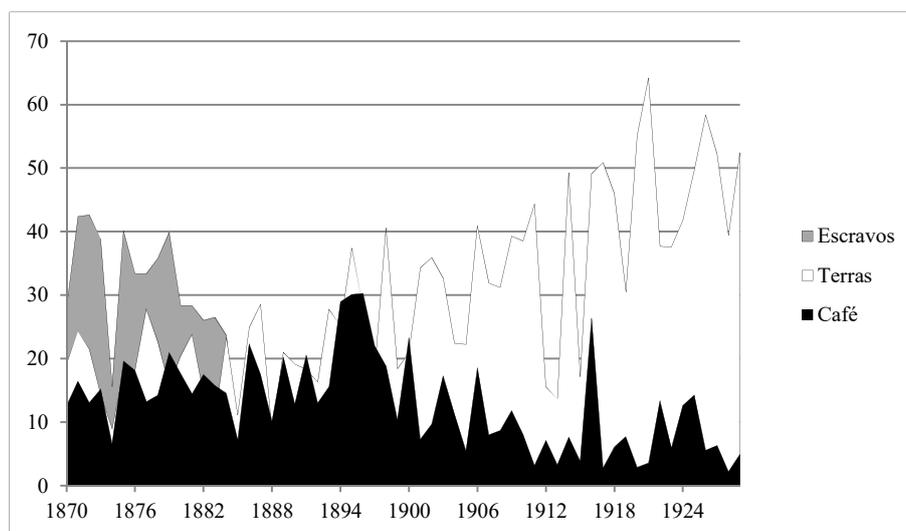


Figura 13: Percentual anual dos ativos Escravos, Terras e Café em relação ao montante da riqueza (1870-1929).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Se os dados agregados por décadas apontam esse quadro de mudança no patrimônio dos proprietários do município, entre os anos de 1870 e 1929, o mesmo se dá quando a riqueza é analisada em períodos mais curtos, como ocorre, por exemplo, com os dados anuais. A visualização de cada um dos itens componentes da riqueza com base nessa periodização segue nas próximas figuras, confirmando a análise conjuntural

anteriormente exposta. Percebe-se mais claramente a tendência declinante da riqueza alocada na mão de obra escrava nas últimas décadas do regime servil, que de 40% do montante inventariado, passou a um quadro percentual por volta dos 15%, diminuindo ainda mais nas vésperas da Abolição (Figura 14). Esses mesmos percentuais se encontram em sintonia com os encontrados por Saraiva, ao afirmar que Terras, Escravos e Café compunham juntos, cerca de 55% da riqueza total da região entre 1870 e 1888, sendo eles 16,49%, 24,78% e 13,73%, respectivamente.²⁰⁶

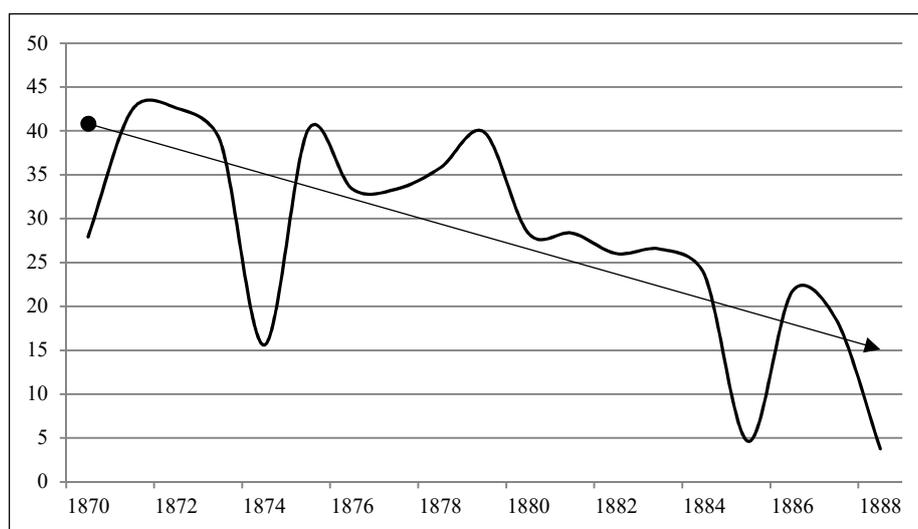


Figura 14: Percentual anual do ativo Escravos em relação ao montante da riqueza (1870-1929).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Portanto, o fim do regime escravista representou um processo de transformação nas fortunas locais, uma vez que se verifica um acréscimo profundo de outras formas de investimentos relacionadas aos setores urbano-industriais em emergência na cidade.²⁰⁷ Segundo os dados apresentados por Almico, a riqueza referente a esse tipo de ativo é a que de fato apresentou os maiores percentuais no período pós Abolição. São os ativos Títulos (entre 15% e 20%), Ações (entre 6% e 13%), Dívida Ativa (entre 12% e 18%) e Casas (entre 16% e 21%) os principais representantes dessa transformação. Cabe expor que, ao analisar as fortunas locais, a autora se dedicou a uma visão conjunta dos patrimônios fundiário e extra fundiário ao longo do período que vai de 1870 a 1914.

²⁰⁶ SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit., 2001, p. 80.

²⁰⁷ PIRES, Anderson. op. cit., 1993. ALMICO, Rita de Cássia da Silva. op. cit., 2001. PIRES, Anderson. op. cit., 2004. ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Dívida e Obrigação:** as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

É precisamente por esse motivo, que os dados do ativo Terras encontrados nessa investigação apresentam uma discrepância em relação aos dados encontrados pela autora. A pesquisa encontrou patamares entre 10% e 20% representados pelas terras na maioria dos anos, até o final da década de 1880, percentuais similares aos de Almico. Já a partir de última década do século, passou a alcançar entre 30% a 60% do monte dos proprietários (Figura 15). Cabe identificar a diferenciação em relação aos dados da autora nesse segundo período, já que, de acordo com sua análise documental, depois de 1888 as terras se encontravam em patamares bastante inferiores, na faixa dos 20%.²⁰⁸ Conseqüentemente, pode-se concluir que a terra alcançou maiores níveis de representatividade no patrimônio fundiário, enquanto que a riqueza diversificada representada por títulos e afins teve peso maior tanto no patrimônio extra fundiário, obviamente, quanto no conjunto da riqueza acumulada na microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe.

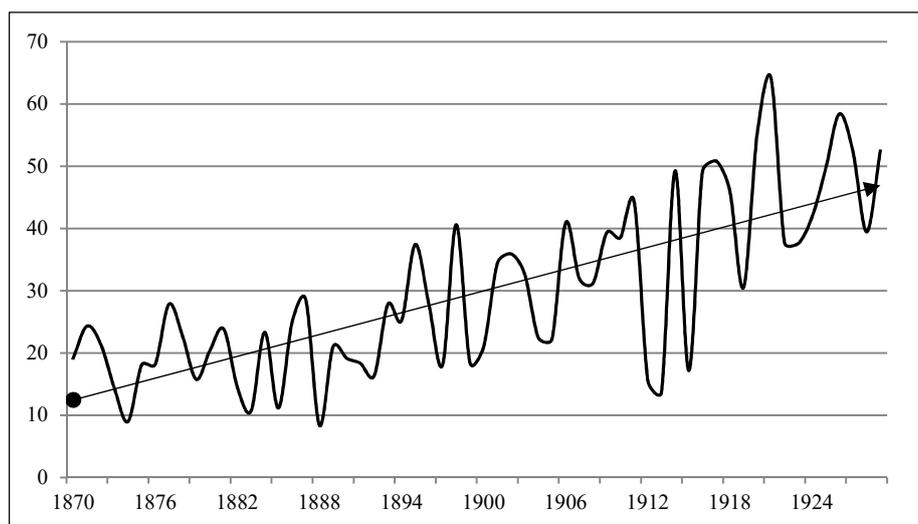


Figura 15: Percentual anual do ativo Terras em relação ao montante da riqueza (1870-1929).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Já a riqueza representada pelo café é aquela que exhibe um quadro maior de instabilidade, dado o caráter volúvel do produto, embora a rubiácea também demonstre uma tendência de declínio nos anos finais correspondentes a essa investigação. A Figura 16 apresenta a importância do grão no conjunto da riqueza em níveis percentuais entre 10% e 20%, até o final da década de 1880. De outra forma, os últimos anos do século XIX presenciaram um aumento significativo desses percentuais, para voltarem a uma

²⁰⁸ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. op. cit., 2001, p. 121.

tendência de decréscimo, ensaiando uma não consolidada volta aos níveis anteriores já nas décadas de 1910 e 1920. Contudo, a discussão sobre as razões pelas quais o café apresentou essas tendências no município poderão ser mais bem compreendidas no próximo capítulo, com ênfase nas características do sistema agrário, o movimento da fronteira e o lugar do município de Juiz de Fora nesse processo.

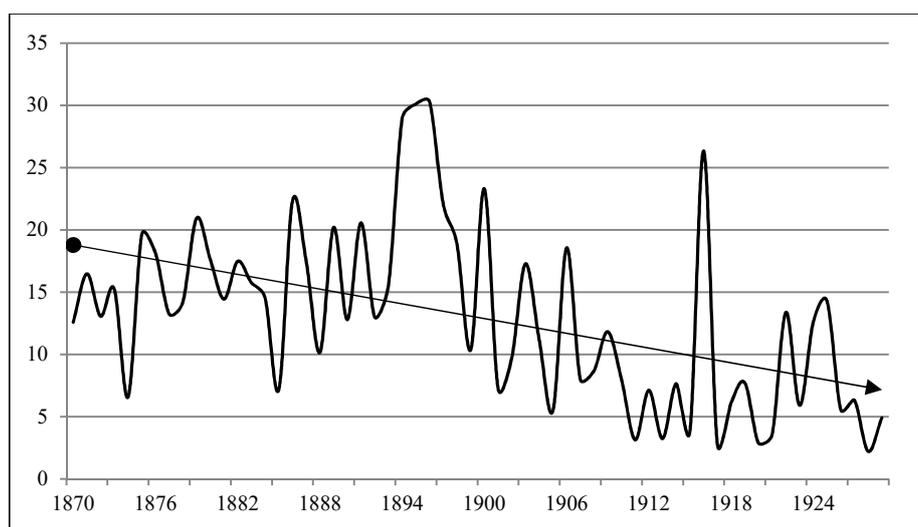


Figura 16: Percentual anual do ativo Café em relação ao montante da riqueza (1870-1929).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

No que diz respeito ao patrimônio fundiário local, observou-se até o momento, a importância dos três ativos da riqueza tradicional (Escravos, Terras e Café), e no pós-abolição, a importância dos dois últimos na composição do patrimônio. Porém, outro elemento presente nas fortunas locais da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe carece de análise: os Semoventes. Segundo Almico, os animais possuíam participação reduzida no montante da riqueza “devido principalmente aos seus baixos preços, tendo sua importância relacionada ao transporte de mercadorias”.²⁰⁹ A autora ainda aponta que a média percentual representada por eles não ultrapassava os 3% das fortunas, até o ano de 1914.²¹⁰ Mas não só no que diz respeito ao carregamento de mercadorias estiveram os semoventes relacionados, como também à introdução da pecuária em Juiz de Fora. Se a diversificação agrícola já era uma preocupação das

²⁰⁹ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. op. cit., 2001, p. 38.

²¹⁰ Ibidem, p. 121.

autoridades desde o período escravista, durante o encilhamento esse fenômeno ganha maior corpo enquanto política de Estado e, na prática, como alternativa à cafeicultura.²¹¹

José Augusto Destro afirma que as atividades criatórias se desenvolveram “dentro da presença do café”, participando, “cada vez mais na composição da riqueza de uma propriedade agrícola”, sobretudo nas unidades rurais de certa forma vinculadas à rubiácea.²¹² Tal fenômeno é observado pelo autor, com base nas propriedades com mais de 50 alqueires, em sua investigação para o período posterior a 1896. Destro encontra ainda dados sensivelmente superiores aos de Almico, demonstrando um patamar de 5% da riqueza nos quinquênios posteriores ao ano de 1910, mesmo período que o autor afirma ser o de consolidação da criação, chegando até a superar o café na segunda parte dessa década. O autor também afirma que essa crescente do setor criatório em relação ao café foi um fenômeno bastante concentrado, tendo sido interrompido pela normalização dos percentuais de riqueza representado pelos dois ativos na última década analisada, ou seja, a de 1920.²¹³

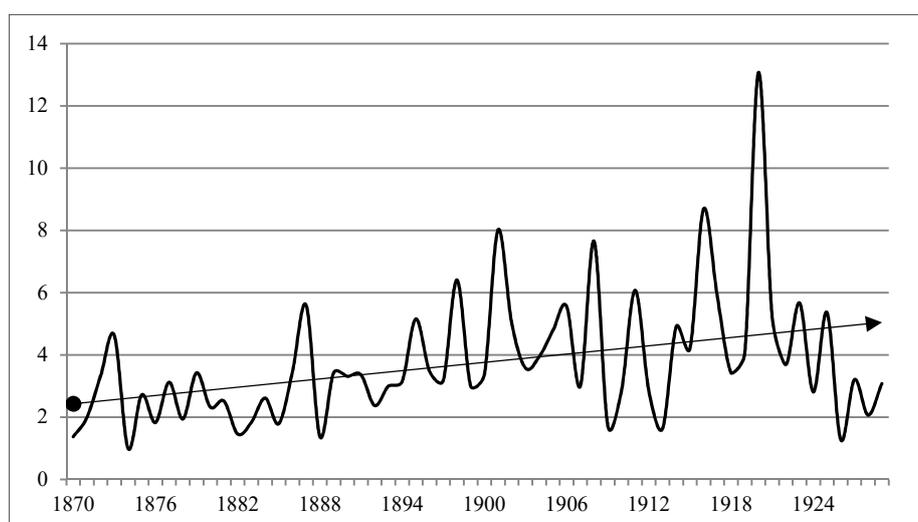


Figura 17: Percentual anual do ativo Semoventes em relação ao montante da riqueza (1870-1929).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Em dados organizados por décadas, a corrente investigação aponta que os animais não ultrapassaram os 4,5% da riqueza (Tabela 18). Esse quadro é também confirmado através dos dados anuais, em que os patamares alcançados variaram entre

²¹¹ SOUZA, Sonia Maria de. op. cit., 1998, p. 48-79. DESTRO, José Augusto de Souza. op. cit., p. 111.

²¹² DESTRO, José Augusto de Souza. op. cit., p. 108.

²¹³ Ibidem, p. 52-53.

2% e 4% na maioria dos anos (Figura 17). Tais percentuais dialogam mais com os de Almico do que com os de Destro. Esse, por sua vez, insiste que o caráter extensivo da atividade criatória é predominantemente relevante para sua incorporação nessa região. Os dados levantados pelo autor, em comparação aos dados dessa pesquisa e da pesquisa realizada por Almico, reiteram o argumento de que a pecuária, pelo menos a princípio, foi uma alternativa mais viável às médias e grandes propriedades, já que as pequenas propriedades parecem reduzir sensivelmente a participação do ativo no montante da riqueza na microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe.

Feita uma descrição do padrão de riqueza gestado no interior das propriedades do município de Juiz de Fora, cabe agora uma visualização dos dados da produção cafeeira presentes nos inventários *post-mortem*. Uma primeira abordagem pode ser realizada comparando-os com aqueles apontados pela historiografia local, principalmente no que diz respeito ao padrão geral da propriedade cafeeira. Considerando apenas os grandes proprietários, ou seja, aqueles com mais de 100.000 árvores de café, os seguintes números foram encontrados. Com base nos 123 inventários *post-mortem* que perfazem esse recorte, foi encontrada uma média de 235.208 pés de café por propriedade entre 1870 e 1929, ou 69,31% do total de árvores plantadas no município. Já no período 1870-1888, constando quase a metade desses processos, a média subiu sensivelmente para 244.290 árvores, assim como o percentual em relação ao total de pés de café em Juiz de Fora, 77,42%.

Os números que compõem a média alcançada, com base na documentação investigada, revelam-se bastante próximos aos que Rômulo Andrade encontrou para o período de 1854 a 1888: 237.714 pés da rubiácea por propriedade.²¹⁴ Esses dados também podem ser comparados com o levantamento feito por Saraiva, que encontrou uma média de 264.572 pés de café para as grandes propriedades. Segundo o autor, esse tipo de parcela era a “unidade básica para a cafeicultura matense”, ao agregar 64,71% de todas as árvores encontradas na documentação, percentual similar ao encontrado para todo o período da pesquisa.²¹⁵ Nesse sentido, os dois autores supracitados buscaram revelar a importância dos grandes cafeicultores para o município, utilizando-se, nesse caso, dos dados de grandes proprietários, ao mesmo tempo em que buscaram considerar tais médias de acordo com períodos de tempo mais extensos.

²¹⁴ ANDRADE, Rômulo Garcia de. op. cit., 1991, p. 97.

²¹⁵ SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit., 2001, p. 93.

Dessa forma, os dados por eles apresentados dão conta de uma análise mais geral do fenômeno da cafeicultura a nível local. Todavia, é importante que se considere também o papel representado pelas demais propriedades no conjunto das unidades rurais e, sobretudo, ao longo de períodos selecionados, para maior compreensão conjuntural do fenômeno. A Figura 18 é uma primeira tentativa nesse sentido, ao apresentar a distribuição das árvores da rubiácea presentes em cada uma das propriedades identificadas, excetuando-se os nove cafeicultores que acumularam entre 500.000 e 982.000 – número máximo encontrado – pés de café, para uma melhor visualização dos dados. Com base nesses processos, uma simples mirada revela que a maior parte deles acumulava menos de 50.000, ou mesmo 100.000 árvores.

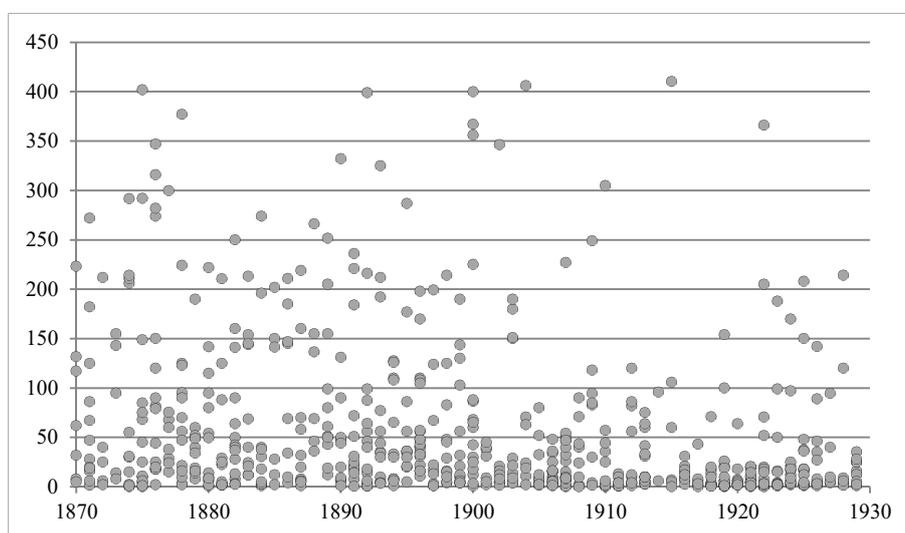


Figura 18: *Acumulação e Concentração de Mil pés de café (1870-1929).*

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Já na Figura 19, percebe-se mais claramente, de forma detalhada, a distribuição dos cafezais nas unidades rurais do município. A divisão entre quatro faixas de cafezais ao longo de todos os anos concernentes à pesquisa destaca o número de árvores de cada um dos proprietários do município de Juiz de Fora. Um primeiro ponto que se detecta é que a concentração da cafeicultura é grande ao longo das seis décadas investigadas. De um lado, percebe-se que a presença da grande produção cafeeira – com mais de 100.000 pés – se deu, sobretudo, até o fim do século XIX. O mesmo é válido para as unidades que detinham entre 50.000 e 100.000 pés, embora com maior grau de distribuição das mesmas no decorrer de todo o período. Por outro lado, com a virada do século, o acesso das pequenas e médias propriedades ao cultivo da planta foi maior, uma vez que se

percebe a recorrência das plantações com menos de 50.000 árvores nas três últimas décadas pesquisadas.

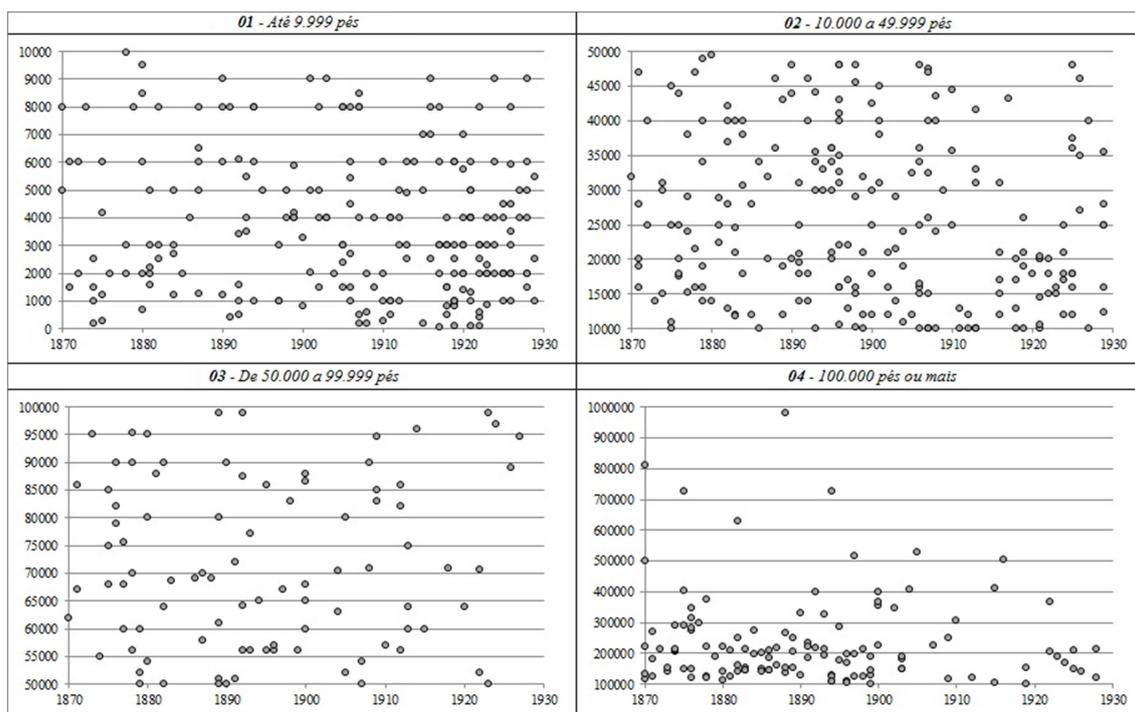


Figura 19: Faixas de pés de café (1870-1929).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Como revelado anteriormente, a grande propriedade abocanhava quase 70% do café plantado no município. É importante salientar também que apenas 18,87% dos cafeicultores locais acumularam mais de cem mil pés da rubiácea nesse período, enquanto a grande maioria, os 81,13% restantes dos cafeicultores, detinham os pouco mais de 30% dos cafezais remanescentes. Dentro desse quadro, destaca-se ainda o papel reduzido da pequena propriedade no montante das árvores plantadas, já que cerca de um terço, ou mais especificamente 33,74% dos produtores, possuíam somente 1,95% dos cafezais. Os percentuais apontados para todo o período em análise (1870-1929), confirmam as afirmações feitas por parte da historiografia local, revelando um elevado grau de concentração da atividade cafeeira.²¹⁶ E uma divisão desse mesmo período em dois quadros pode ajudar a compreender melhor tal fenômeno ocorrido na microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe.

²¹⁶ ANDRADE, Rômulo Garcia de. op. cit., 1991. PIRES, Anderson op. cit., 1993. SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit., 2001. DESTRO, José Augusto de Souza. op. cit.

Na Tabela 19, está exposta a divisão das faixas de cafezais pertencentes a todos os proprietários arrolados entre 1870 e 1899. No tocante aos grandes proprietários, com mais de 100.000 pés, as três últimas décadas do século XIX apresentaram um panorama similar ao exposto para todo o período: 27,68% deles agrupavam 74,48% dos cafezais da região do Parahybuna e Peixe. De outro lado, pouco mais de um quinto dos proprietários possuíam tão-somente 1% das árvores plantadas e descritas nas fontes de investigação. Entre os dois extremos, restaram 50% dos cafeicultores, com propriedades entre 10.000 e 99.999 árvores da rubiácea, quase um quarto do total plantado. Uma mudança conjuntural em relação a esse processo pode ser percebida nos dados dos inventariados entre 1900 e 1929.

Percebe-se que mais proprietários tiveram acesso à cultura cafeeira, já que aqueles que produziam menos de 10.000 pés duplicaram sua participação em detrimento da diminuição dos demais produtores. No entanto, o aumento desses pequenos produtores no conjunto dos cafeicultores não surtiu efeito na concentração, embora tenham duplicado também sua parcela de árvores. O que se verifica é que produtores que possuíam entre 10.000 e 99.999 pés mantiveram níveis percentuais similares, aumentando consideravelmente sua participação no total de árvores plantadas na região. Já os grandes proprietários, tiveram reduzida a sua participação no total de árvores plantadas. Contudo, o percentual desses proprietários caiu cerca de três vezes em relação ao período anterior, acentuando ainda mais o processo de concentração da atividade cafeeira, já que menos de 9% deles concentravam quase três quintos da produção local (Tabela 20).

Tabela 19: Acumulação e concentração dos cafezais (1870-1899)

	<i>Propriedades</i>	<i>%</i>	<i>Total Pés</i>	<i>%</i>	<i>Pés/Propriedade</i>
<i>Até 9.999</i>	72	21,43%	295.328	1,02%	4.101
<i>10.000 a 49.999</i>	115	34,22%	3.149.201	10,87%	27.384
<i>50.000 a 99.999</i>	56	16,67%	3.946.362	13,63%	70.470
<i>100.000 ou +</i>	93	27,68%	21.572.642	74,48%	231.963
<i>Total</i>	336	100,00%	28.963.533	100,00%	86.200

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Tabela 20: Acumulação e concentração dos cafezais (1900-1929)

	<i>Propriedades</i>	<i>%</i>	<i>Total Pés</i>	<i>%</i>	<i>Pés/Propriedade</i>
<i>Até 9.999</i>	148	46,84%	516.976	4,05%	3.493
<i>10.000 a 49.999</i>	104	32,91%	2.416.569	18,92%	23.236
<i>50.000 a 99.999</i>	34	10,76%	2.484.062	19,44%	73.060
<i>100.000 ou +</i>	30	9,49%	7.357.976	57,59%	245.265
<i>Total</i>	316	100,00%	12.775.583	100,00%	40.429

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

A participação crescente dos pequenos e médios produtores no processo de produção joga para baixo as médias totais de árvores plantadas em cada propriedade, passando de mais de 100.000 pés no primeiro decênio, para menos de 30.000 pés no último decênio analisado (Tabela 21). Esse mesmo processo pode ser visualizado na Figura 20, destacando-se as diferenças conjunturais. De um lado, é possível perceber que, na maior parte dos anos compreendidos entre as décadas de 1870 e 1890, a média de pés por propriedade variou entre os 60.000 e 100.000 pés. Nas três últimas décadas, desde a virada do século XX, há uma maior oscilação dessas médias, com clara tendência de queda. Isso porque, se esse período consolidou as diferenças entre pequenos e grandes produtores, foi ele também marcado pelo início do processo de diminuição da atividade cafeeira na região do Parahybuna e Peixe, elemento esse que será devidamente observado no próximo capítulo.

Tabela 21: Perfil decenal das propriedades cafeeicultoras (1870-1929)

	<i>Propriedades</i>	<i>Nº Pés</i>	<i>Pés/Propriedade</i>
<i>1870-1879</i>	106	1.0686.294	100.814
<i>1880-1888</i>	91	7.929.638	87.138
<i>1889-1899</i>	139	10.347.601	74.443
<i>1900-1909</i>	109	6.285.760	57.667
<i>1910-1919</i>	92	3.121.290	33.927
<i>1920-1929</i>	115	3.368.533	29.291
<i>Total</i>	652	41.739.116	64.017

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Os números acima descritos reforçam o argumento da importância da grande propriedade, que abocanha a maior parte da produção local. E mais, revelam as

possibilidades de manutenção e ampliação da cafeicultura de Juiz de Fora na virada do século XIX para o século XX. O maior acesso dos pequenos proprietários à cultura cafeeira foi também o elemento de consolidação dos grandes proprietários, que continuaram a reunir mais da metade dos cafezais da região, ampliando ainda mais a diferença entre ambos. E para a efetivação do plantio de tantas árvores, o elemento terra era fundamental. A discussão sobre o padrão da propriedade na região da Zona da Mata, ou mais detidamente, no município de Juiz de Fora, se destaca por uma mudança de perspectiva em relação ao fenômeno. Em artigo comparativo sobre a cafeicultura no sudeste do Brasil, Wilson Cano consolidou uma visão tradicional de que a propriedade mineira foi retalhada após a abolição.²¹⁷

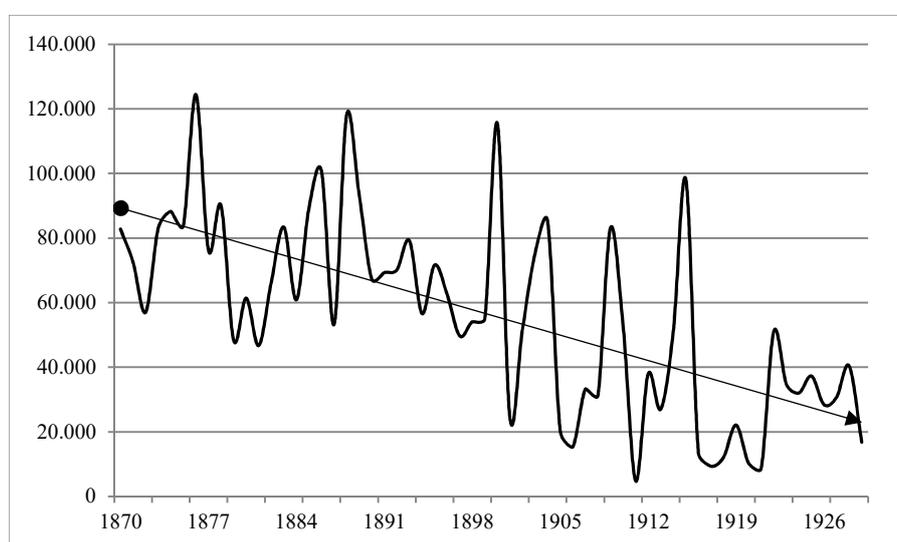


Figura 20: Média anual de pés de café por propriedade (1870-1929).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Seguindo essa perspectiva, os estudos locais também contribuíram para difusão do pensamento sobre o padrão de propriedade nessa parte da Província de Minas Gerais. Destacam-se dois trabalhos, de João Heraldo Lima e Ana Duarte Lanna, produzidos também na década de 1980. Embasados, novamente, nas assertivas do relatório elaborado pelo engenheiro Carlos Prates em 1905, e publicadas no ano seguinte, Lima e Lanna insistem na irrelevância da grande propriedade cafeeira na província. Lima chega a afirmar que o “predomínio da pequena propriedade do café em Minas Gerais se colocou no período como verdadeiras amarras à acumulação capitalista na região”.²¹⁸

²¹⁷ CANO, Wilson. *op. cit.*, p. 296.

²¹⁸ LIMA, João Heraldo. *op. cit.*, p. 38.

Lanna, por sua vez, comparando as propriedades matenses com as propriedades do Oeste paulista, destaca que seu “reduzido tamanho e volume de produção” faziam parte do padrão comumente encontrado para o período da transição.²¹⁹

Em que pese a importância desses estudos para a compreensão da cafeicultura local, as assertivas por eles elaboradas passaram por um processo de reinterpretação, sobretudo, em seus aspectos empíricos. Esse panorama começou a mudar com uma nova leva de pesquisadores dedicados ao estudo do fenômeno, pautada principalmente, por novas fontes. Antes disso, Delden Laerne já apresentava algumas inferências sobre a importância da grande propriedade nos municípios de Juiz de Fora e Leopoldina durante a década de 1880, também apresentadas por Almada em sua pesquisa sobre o Espírito Santo.²²⁰ Esse quadro se consolidou com estudos como os de Peter Blasenheim, que ao estudar a região da Zona da Mata, afirma ser o latifúndio a base da economia cafeeira local, descrevendo uma média de 280 alqueires para cada grande produtor entre os anos de 1870 e 1880.²²¹ Da mesma forma, faz Rômulo Andrade para o período 1854-1888, encontrando uma média de 236 alqueires por propriedade cafeeira.²²²

Uma vez mais, é importante compreender que mesmo os estudos inovadores buscaram compreender a dinâmica da propriedade cafeeira, deixando por vezes de lado uma análise que privilegiasse a região como um todo. Em contrapartida, essa investigação buscará descrever a dinâmica da terra para todos os proprietários arrolados nas fontes de pesquisa, contrastando, quando possível, com os dados para as propriedades cafeeicultoras. A Figura 21 é uma primeira tentativa de visualização sobre a posse da terra. Destaca-se que foram retirados da análise os dados que destoaram significativamente do total investigado. Quatro inventariados que concentravam 1.000 alqueires de terras ou mais, sendo o maior deles proprietário de 1.806 alqueires, foram sacados para uma melhor visualização do restante dos dados. Percebe-se um predomínio das propriedades com até 100, ou mesmo 200 alqueires de terras, ao mesmo tempo em que a existência de propriedades com vastas extensões pode ser encontrada.

²¹⁹ LANNA, Ana. op. cit.

²²⁰ ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. op. cit., p. 92.

²²¹ BLASENHEIM, Peter. op. cit., p. 43.

²²² ANDRADE, Rômulo Garcia de. op. cit., 1991, p. 97.

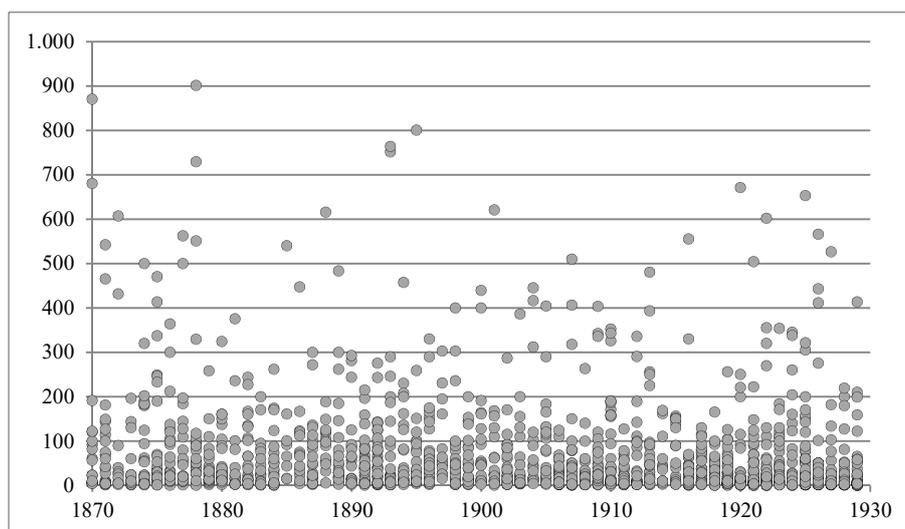


Figura 21: *Acumulação e concentração da propriedade da terra (1870-1929).*
Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

No entanto, essas imensas propriedades de terras ofuscam uma análise mais direcionada do que ocorre nas propriedades com até 200 alqueires. Considerando a concentração da terra, segundo os dados da Tabela 22, nota-se que os proprietários com menos de 200 alqueires (91,89% do total arrolado) concentravam pouco mais da metade das terras encontradas (53,18%). Nota-se também que a grande maioria desses proprietários (65,35%) não ultrapassou a posse de terras com extensões de 50 alqueires. Enquanto isso, 8,11% dos proprietários detinha 46,82% das terras. Tais percentuais encontrados revelam um quadro de “brutal concentração” fundiária, de acordo com a afirmação de Pires, a exemplo do que o autor encontrou com base em outro corpo documental, os registros paroquiais de Terra, elaborados para o período 1855-1856 no município de Juiz de Fora:

Dos 101 declarantes do registro de terra, a grande maioria, 79 deles (78,21%), eram constituídos por proprietários com menos de 200 alqueires de terra e vão ocupar apenas 4.058 alqueires (25,71%) do total da área declarada, ao passo que os 22 declarantes (21,78%) com propriedades com área igual ou superior a 200 alqueires vão deter 11.723 alqueires (74,28%) da área total declarada.²²³

²²³ PIRES, Anderson. op. cit., 1993, p. 39.

**Tabela 22: Acumulação e concentração da propriedade da terra
(1870-1929)**

<i>Área (alq.)</i>	<i>Nº de Proprietários</i>	<i>%</i>	<i>Área Total (alq.)</i>	<i>%</i>
<i>1 a 9</i>	474	30,31%	2.071,44	1,91%
<i>10 a 19</i>	226	14,45%	3.097,93	2,86%
<i>20 a 49</i>	322	20,59%	10.078,76	9,31%
<i>50 a 99</i>	222	14,20%	15.552,93	14,37%
<i>100 a 199</i>	193	12,34%	26.769,59	24,73%
<i>200 a 499</i>	99	6,33%	30.315,84	28,00%
<i>500 a 999</i>	24	1,53%	15.119,66	13,97%
<i>1.000 ou +</i>	4	0,25%	5.248,25	4,85%
<i>Total</i>	1.564	100,00%	108.254,40	100,00%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

**Tabela 23: Acumulação e concentração da propriedade da terra por
parte dos cafeicultores (1870-1929)**

<i>Área (alq.)</i>	<i>Nº de Proprietários</i>	<i>%</i>	<i>Área Total (alq.)</i>	<i>%</i>
<i>1 a 9</i>	136	20,83%	617,57	1,02%
<i>10 a 19</i>	81	12,40%	1.138,81	1,87%
<i>20 a 49</i>	146	22,36%	4.625,2	7,62%
<i>50 a 99</i>	112	17,15%	8.006,62	13,18%
<i>100 a 199</i>	97	14,86%	13.427,86	22,11%
<i>200 a 499</i>	62	9,49%	19.377,57	31,91%
<i>500 a 999</i>	16	2,45%	10.094,00	16,62%
<i>1.000 ou +</i>	3	0,46%	3.442,25	5,67%
<i>Total</i>	653	100,00%	60.729,88	100,00%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Já quando a análise é feita selecionando apenas os proprietários de terra relacionados ao negócio do café, esse quadro de concentração fundiária se mantém de maneira mais ou menos similar ao anterior. São 12,40% do total de proprietários concentrando 54,20% da terra (Tabela 23). Contudo, a pequena diferença no padrão das posses entre o total de propriedades e as propriedades cafeicultoras é perceptível quando são analisados os dados da parte de cima de ambas os quadros, ou seja, daquelas que possuem as menores extensões. As propriedades que alcançaram o limite máximo de 100 alqueires, por exemplo, eram 79,55% e concentravam menos de um terço do espaço agrário (28,45%) no primeiro caso. Já no segundo caso, as unidades cafeieiras com

menos de 100 alqueires foram representadas por 72,74% do total de proprietários, e alcançaram 23,69% da terra inventariada no município, entre 1870 e 1929.

Entre os anos de 1870 e 1929, foram listadas 81 unidades rurais de produtores da rubiácea com 200 alqueires ou mais de terras. A média da grande propriedade cafeeira, com base nessa documentação investigada, alcançou para todo o período 406,34 alqueires. Quando esses números são considerados somente até o ano de 1888, a média é elevada para 499,93 alqueires, presentes nas 26 propriedades referentes a esse período. Nota-se que os números aqui descritos demonstram-se consideravelmente superiores aos números apontados nos trabalhos de Peter Blasenheim (280 alqueires) e Rômulo Andrade (236 alqueires), citados anteriormente. Da mesma forma, esses mesmos números contrastam com o levantamento realizado por Luiz Fernando Saraiva. O autor encontrou, assim como Blasenheim, uma média de 280,53 alqueires até a Abolição, e um quadro de concentração diverso: 8,53% de proprietários detinham 37,90% de todas as terras.²²⁴

Tabela 24: Relação decenal entre número e área do total de propriedades e propriedades cafeeicultoras (1870-1929)

<i>Período</i>	<i>Total de Propriedades</i>		<i>Propriedades Cafeicultoras</i>			
	<i>Nº</i>	<i>Área (alq.)</i>	<i>Nº</i>	<i>Área (alq.)</i>	<i>% Nº</i>	<i>% Área</i>
<i>1870-1879</i>	197	21.304,23	105	14.921,87	53,29%	70,04%
<i>1880-1888</i>	155	12.865,17	90	7.675,05	58,06%	59,65%
<i>1889-1899</i>	255	20.560,79	140	11.722,67	54,90%	57,01%
<i>1900-1909</i>	238	15.688,99	110	9.715,82	46,21%	61,92%
<i>1910-1919</i>	292	15.734,86	92	7.883,68	31,50%	50,10%
<i>1920-1929</i>	425	22.100,36	116	8.810,79	27,29%	39,86%

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Diante o quadro de concentração fundiária, resta avaliar a representatividade da cafeeicultura nesse processo ao longo de períodos selecionados. A Tabela 24 demonstra que os produtores da rubiácea foram, em média, responsáveis por pelo menos cerca de 40% das terras disponíveis entre 1870 e 1929. Ainda na primeira década analisada, esse percentual era de 70,04%, decaindo progressivamente, com exceção do período 1900-1909, com uma pequena recuperação da importância da propriedade cafeeira no conjunto das terras avaliadas nas fontes de pesquisa. Com base em uma amostra de

²²⁴ SARAIVA, Luiz Fernando. op. cit., 2001, p. 93.

inventários realizada para o mesmo período da corrente pesquisa, Anderson Pires aborda a participação da grande propriedade cafeeira no total da extensão das terras em Juiz de Fora, encontrando números sensivelmente maiores aos apontados na maioria das décadas, entre 60% e 65%, excetuando-se o período entre 1880 e 1899, quando encontrou um percentual de 56% para essas unidades rurais.²²⁵

É inegável que a brutal concentração de terras, até o final do período analisado, determinou o padrão da propriedade, com a influência direta da cafeicultura nesse processo. Se a grande propriedade se manteve como base de expansão da economia local, por outro lado, a pequena propriedade passou por transformações mais profundas. É possível identificar cronologicamente tal fenômeno a partir do momento que se percebe uma maior recorrência no número de pequenas propriedades na segunda parte do período pesquisado. E é particularmente nos anos iniciais do século, sobretudo, a partir da década de 1910, que se observa o predomínio de unidades rurais com até 15 alqueires (Figura 22). Já o equilíbrio entre os proprietários das demais faixas de extensão de terras nos dois períodos selecionados – as últimas três décadas do século XIX e as primeiras três décadas do século seguinte – levam a crer que o parcelamento da terra parece ter se dado no interior das propriedades com menos de 50 alqueires, não relacionadas à cultura cafeeira.

O tamanho médio anual da propriedade da terra, que vai diminuindo no decorrer do período em foco, também robustece o argumento da incidência da pequena propriedade no total de estabelecimentos pesquisados. Percebe-se que a extensão das unidades variou de 50 a 150 alqueires, mais ou menos até o advento da Abolição. Desse período até aproximadamente o ano de 1905, continuou a diminuir, passando entre 50 e 125 alqueires, para, a partir de então, diminuir ainda mais, passando a patamares entre 25 e 100 alqueires (Figura 23). Embora as informações acima descritas sejam sustentadas pelos inventários *post-mortem*, a análise do processo de divisão da propriedade carece de maior aprofundamento nesse conjunto documental, sobretudo na parte referente à divisão do espólio, pouco explorada pela historiografia local.

²²⁵ PIRES, Anderson. op. cit., 1993, p. 47.

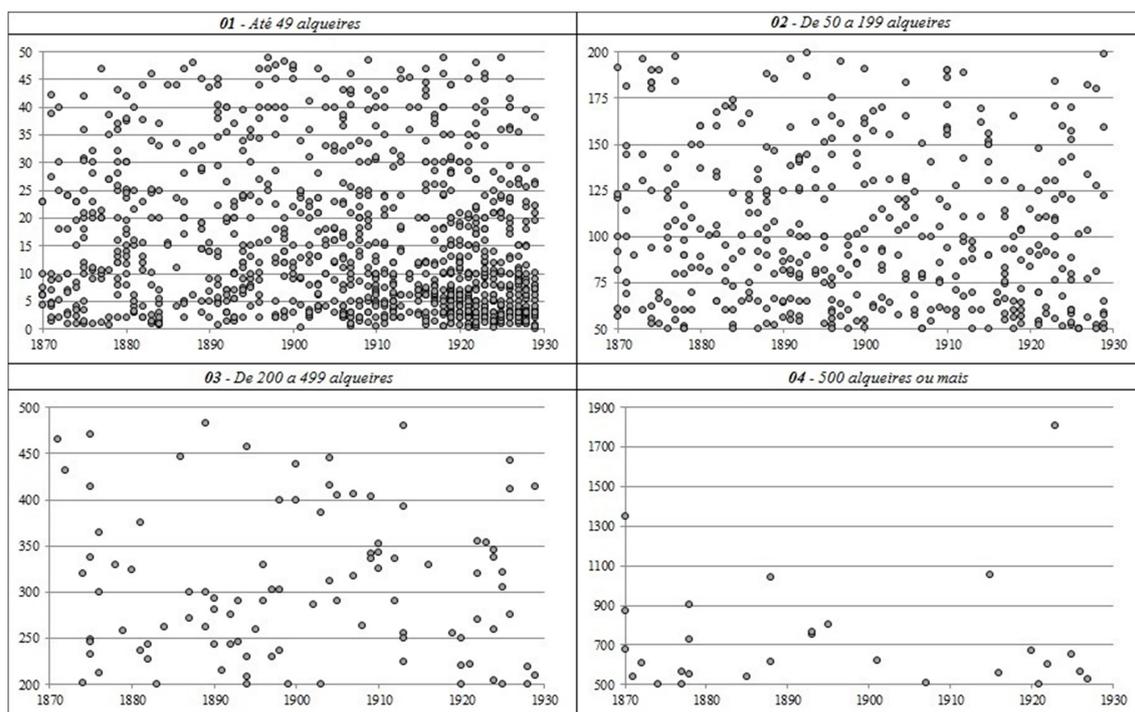


Figura 22: Divisão da propriedade em faixas de alqueires (1870-1929).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

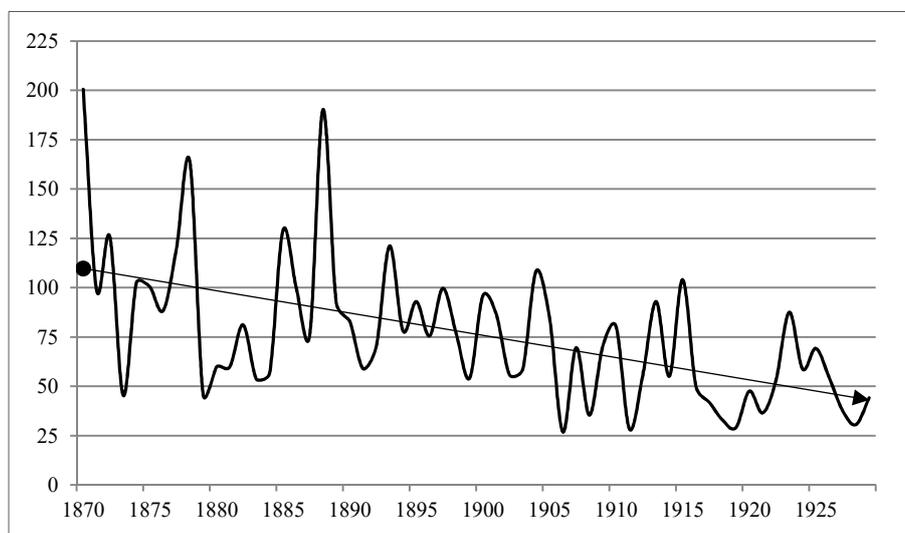


Figura 23: Média anual da extensão da propriedade da terra (1870-1929).

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Conclusão

O presente capítulo tratou, em um primeiro momento, do crescimento do mercado mundial e as inovações que facilitaram a troca de mercadorias em escala planetária, período esse identificado como a raiz do processo de globalização. Inserido

nesse mesmo processo, observou-se o papel representado pelo café, assim como os números do mercado da rubiácea em ambos os lados da cadeia do produto. Seguiu-se com uma breve descrição de duas das causas da inserção do grão no Brasil: disponibilidade de terras e oferta da mão de obra escrava. Tais elementos levaram ao pioneirismo do vale do Paraíba fluminense nesse mercado. Quanto a Minas Gerais, ficou destacado seu papel intermediário perante as duas principais regiões do país, Rio de Janeiro e São Paulo, e a importância da região da Zona da Mata como primeira e principal área mineira a incorporar o produto.

Seguiu-se ao longo desse capítulo, uma imersão na especificidade da instituição escravista durante o século XIX, denominada como Segunda Escravidão por um grupo de autores dedicados a reinterpretar tal fenômeno. Essa distinta forma de compreender o escravismo, sobre a qual essa pesquisa busca se inserir, também faz parte de um esforço de enquadramento das dinâmicas regionais às dinâmicas globais e vice-versa. Sobre esse fenômeno, observou-se que o período de maior combate à escravidão, a partir dos movimentos liberais oitocentistas foi também o de auge do comércio de cativos. Destacou-se nesse ponto, a conjuntura política vivenciada nas Américas, com a quebra dos regimes coloniais e a ascensão das *commodities* agrícolas produzidas pelas áreas recém-independentes. No Brasil, coube ao Vale do Paraíba fluminense transformar o mercado do café em escala mundial.

Mas não só o vale fluminense se destacou nessa conjuntura. Demonstrou-se que um amplo debate emergiu na historiografia mineira, em busca de compreender o recrudescimento do número de cativos na província. A comparação da população escrava da área mineira do café em relação às outras regiões de Minas Gerais ajudou a compreender o papel desempenhado pela cafeicultura como aglutinadora dessa mão de obra, como ficou explícito no caso do município de Juiz de Fora. Não obstante a danificação das bases de legitimidade do escravismo brasileiro após 1871, a região da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe, da mesma forma que outras localidades da Mata, pode manter e até mesmo ampliar o contingente de sua população cativa nas duas décadas finais da instituição.

O capítulo seguiu com uma imersão nas fontes de investigação em busca das especificidades da escravidão no município de Juiz de Fora. Destacou-se o padrão da propriedade de escravos, dividido em cinco faixas de planteis, sobre as quais a concentração da posse foi dominante. Ainda sobre a população cativa, foi feita uma

descrição sobre seu perfil: sexo, idade, procedência e estado civil, argumentando que não há como determinar a predominância de apenas uma modalidade de inserção da mão de obra escrava na região. Findada a explanação sobre a escravidão, partiu-se para uma interpretação sobre a transição do trabalho, destacando que a historiografia tendeu a generalizar o modelo paulista para outras regiões do sudeste. Contudo, foi visto que autores locais quebraram com essa visão ao apontarem a incapacidade da região mineira do café em consolidar a transição capitalista e utilizar o trabalho assalariado. Já em um segundo momento, outros estudos vieram a insistir no argumento que a opção pelo trabalhador nacional não representou a inépcia da economia cafeeira da Mata.

Na seção subsequente, foi feita uma descrição sobre o padrão da riqueza agrária, dividido em quatro categorias: semoventes, escravos, café e terras. Percebeu-se que ao longo de praticamente todo o período os semoventes mantiveram um percentual constante no conjunto da riqueza. Já os escravos, até 1888, representaram a maior parte da riqueza local, enquanto terras e café mantiveram certo equilíbrio, com maiores índices para o primeiro. Após a abolição o valor das terras em relação ao montante da riqueza disparou, enquanto o valor do café oscilou com tendência de queda. Sobre o café, observou-se um perfil de concentração das plantações até aproximadamente 1900, através do papel preponderante das unidades com grande número de árvores. Fenômeno esse cronologicamente similar ao que ocorreu com a concentração da propriedade da terra, que também contou com o destaque dos produtores da rubiácea, detentores de parcelas sensivelmente maiores que o total de proprietários arrolados.

Com base nos dados divulgados pela historiografia e nos dados apresentados, revelou-se o papel preponderante das grandes unidades na cafeicultura do município, num quadro de distribuição da propriedade onde muitos proprietários detinham pequenas quantidades e poucos proprietários detinham grandes quantidades de terras. A concentração do trabalho e da terra revelou a capacidade de crescimento após 1888, mesmo sendo a microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe uma zona de incorporação mais antiga do café em Minas Gerais. Diante a descrição desse quadro para uma parte diminuta do espaço da rubiácea mineiro, faz-se necessário ampliar o recorte espacial a fim de compreender o movimento da fronteira que se deu na província e depois estado, em uma região específica: a Zona da Mata.

CAPÍTULO III

TERRA E DEGRADAÇÃO DO ESPAÇO: AS (IM)POSSIBILIDADES DE REPRODUÇÃO DA ECONOMIA CAFEIRA

Introdução

Passado o esforço em descrever os aspectos econômicos estruturais da microbacia hidrográfica dos rios Parahaybuna e Peixe, o capítulo que ora se apresenta procura ampliar o recorte espacial para perceber um fenômeno de maiores proporções. Segue, portanto, uma interpretação do movimento da fronteira do café, sobretudo, nos anos finais de incorporação do produto, na região da Zona da Mata mineira. Para tanto, começa com uma delimitação, da mesma forma que no capítulo anterior, dessa área mineira do café, apresentando algumas de suas características geográficas e político-administrativas, assim como busca descrever alguns dos elementos de seu processo de ocupação e dos primórdios da cafeicultura.

O trabalho continua com uma seção dedicada à descrição do sistema agrário que se desenvolveu na região durante o período em foco. Nela, é evidenciado o padrão extensivo da cultura cafeeira local, assim como em outras áreas dedicadas à produção da rubiácea no Brasil, em sua relação *metabólica* homem/natureza. Assim, estão descritas as fases de produção do grão, além da visão de fazendeiros, agentes governamentais, cientistas e outros atores sociais sobre a questão da terra e do trabalho, enquanto os dois sustentáculos de produção e reprodução da cafeicultura. Depois, a descrição segue com as interpretações sobre o fenômeno da fronteira a partir dos trabalhos realizados em finais do século XIX, passando por seus principais interlocutores no caso brasileiro, até a atualidade. Busca também revelar um modelo de fronteira do café, levando-se em consideração aspectos cronológicos e territoriais.

Da mesma forma que no capítulo anterior, há uma descrição mais detalhada sobre as principais fontes utilizadas e a metodologia nelas aplicada, destacando-se o entrecruzamento dos dados sacados da documentação censitária e cartorária. A partir desses mesmos dados empíricos, e estreitando-se a análise com aquelas dos estudos tradicionais em história agrária, a investigação busca revelar uma dinâmica da fronteira do café na Zona da Mata, sobretudo, nos anos finais da introdução da cultura na região. Para além do movimento da fronteira do café nessa periodização, o capítulo também

tenta interpretar as semelhanças e as discrepâncias entre o sentido tomado pelas ferrovias no território matense em relação à linha de expansão da cafeicultura. Ou seja, até que ponto as ferrovias e a produção cafeeira estiveram inseridas em um projeto levado adiante pelos agentes regionais ou provinciais/estatais.

3.1 Zona da Mata: uma região de Minas Gerais

Em estudo sobre a Zona da Mata mineira realizado na década de 1950, o geógrafo Orlando Valverde chamava atenção sobre a dificuldade de compreensão do relevo e da estrutura da região, assim como sua origem e evolução.²²⁶ Décadas depois, pesquisas ainda enfrentam algumas dificuldades para categorizar todas as características físicas de um território multifacetado como esse. A partir de uma já tradicional visão sobre a paisagem em termos macroestruturais, pode-se identificar a Zona da Mata de Minas Gerais como parte integrante de um *continuum* florestal denominado Mata Atlântica.²²⁷ Essa grande uniformidade natural é caracterizada, segundo os domínios descritos por Ab’Sáber, como área core dos mares de morros, encontrados nas regiões de florestas por todo o sudeste brasileiro.²²⁸ Trata-se ainda, segundo ele, de uma “cobertura florestal contínua na paisagem primária desde o fundo dos vales até as mais altas vertentes e interflúvios, desde poucos metros acima do nível do mar até aos espigões divisores situados entre 1000 e 1100 m”.²²⁹

Mauro Leão Gomes assim resume suas principais características:

A Mata Atlântica com sua vegetação diversificada estende-se desde o Nordeste brasileiro até o Rio Grande do Sul. Suas formações florestais ocorrem tanto sobre as planícies costeiras como nos planaltos e serras do interior, com exceção de áreas adversas como aquelas formadas por grande declividade ou altitudes elevadas. (...) No trecho sul, mais precisamente na região sudeste, a mata pluvial desenvolve-se quase que exclusivamente nas encostas de montanhas médias e altas cobrindo toda a região pertencente as Serras do Mar, da Mantiqueira e dos Órgãos.²³⁰

²²⁶ VALVERDE, Orlando. op. cit., p. 10.

²²⁷ BRANNSTROM, Christian. Repensando a Mata Atlântica brasileira: Cobertura vegetal e valor da terra no Oeste Paulista, 1900 a 1930. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 26, , p.58-76, jan., 2002.

²²⁸ AB’SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007, p.57.

²²⁹ Ibidem, p. 29.

²³⁰ GOMES, Mauro Leão. **Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Canta Gallo na província do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004, p. 18.

Portanto, em termos de localização, o domínio de Mata Atlântica referente ao sudeste brasileiro pode ser descrito através de alguns marcos. O bioma se estende nas faixas litorâneas capixaba, fluminense e paulista, com destaque para o vale do Rio Paraíba do Sul. Nesse mesmo espaço voltado para o oceano, na margem direita do rio, encontra-se a formação geológica da Serra do Mar. Partindo desse mesmo vale em direção ao interior do continente, o complexo alcança a Serra da Mantiqueira. Já no que diz respeito à ocupação desse bioma no estado de Minas Gerais, o botânico francês André Aubréville descreve que a Mata Atlântica adentra o território mineiro acompanhando o vale do Rio Doce, composta por uma faixa vertical que se estende desde os limites do Estado do Espírito Santo até as proximidades do município de Belo Horizonte.²³¹ No excerto a seguir, Aziz Ab'Sáber define a parte específica do domínio de Mata Atlântica pertencente ao estado de Minas Gerais:

É somente a partir do vale do Rio Doce que as florestas densas dos tabuleiros costeiros revestem a Serra do Mar espírito-santense e se adentram pelos largos compartimentos do vale, em território mineiro, abrangendo centenas de quilômetros para o interior, até as fraldas orientais da Serra do Espinhaço. Por sua vez, a porção sul e sul-oriental de Minas Gerais apresentava um quadro tão contínuo de florestas tropicais em áreas geomorfológicas típicas de “mares de morros”, que foi denominada Zona da Mata mineira. Um espaço de florestas tropicais que se estendia desde a porção ocidental das serranias fluminenses até Santos Dumont, Juiz de Fora e Manhuaçu, sofrendo modificações drásticas nos altiplanos campestres, dotados de ecossistemas híbridos ocorrentes entre Tiradentes e Barbacena.²³²

Situada, portanto, na parte sudeste do estado de Minas Gerais, a região da Zona da Mata cobre atualmente uma área de 35.747 Km², ou mais de 6% do território do estado, que é o quarto maior do Brasil com uma área de aproximadamente 586.522 Km². A distribuição de seus limites é demarcada mais ou menos da mesma forma que os domínios de Mata Atlântica anteriormente citados, uma vez que a Zona da Mata se estende em sua parte ocidental até as montanhas da Serra da Mantiqueira. Já as depressões do Rio Parahybuna em sua parte sul e do Rio Pomba em sua parte central compreendem as áreas mais habitadas, enquanto a margem direita do Rio Doce delimita

²³¹ AUBREVILLE, André. As florestas do Brasil: estudo fitogeográfico florestal. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**, n. 11, p. 201-232, 1959.

²³² AB'SÁBER, Aziz. op. cit., 2007, p. 49.

sua parte setentrional. Finalmente, do lado oriental, a linha costeira dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo bloqueiam o acesso da região ao oceano.

Segundo Gomes, as matas de domínio atlântico apresentam composições florísticas extremamente “ricas, diversificadas e regionalmente bastante singulares”.²³³ O mesmo pode se dizer a respeito de outras características geomorfológicas das áreas em que essas matas estão situadas. Embora esse grande complexo seja uniformemente identificado pela influência da massa oceânica, possui características de profundas penetrações no interior do continente em alguns de seus trechos. A Zona da Mata está localizada entre os paralelos de 20° 15' e 22° 15' de latitude, e a distância entre essa região e a costa marítima não ultrapassa a marca dos 100 km em toda sua extensão. Todavia, é nesse espaço interiorano de Minas Gerais que a Floresta Atlântica Tropical faz uma de suas maiores penetrações na área continental.²³⁴

Da mesma forma, os percentuais de humidade locais são também influenciados pela penetração da massa Atlântica. Já as feições do relevo tendem a serem convexas ou côncavo-convexas, de acordo com a definição de mares de morros elaborada por Ab'Sáber, anteriormente citada. Com altitudes que podem variar em uma média de 200 metros a 1.800 metros, a Zona da Mata mineira também apresenta índices de declividade entre 20% e 45%, classificados como forte-ondulados, um dos seis intervalos apontados no Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.²³⁵ No que diz respeito às diferenças internas em relação ao relevo da região, destaca-se a importante contribuição apresentada na investigação de Orlando Valverde. Com base em dados sobre os níveis de erosão na região, o autor realizou uma divisão territorial composta por três grandes superfícies que, segundo ele, mantêm certo nível de regularidade, mas, ao mesmo tempo, se diferenciam efetivamente entre si.

A primeira das superfícies descritas por Valverde é denominada *Superfície de Leopoldina*. Nessa parte da Zona da Mata, é possível observar níveis de altitude entre 300 metros e 400 metros, com incidência de um relevo ondulado ou fortemente ondulado. A segunda delas, designada pelo autor como *Superfície de Guarani-Rio Novo*, encontra-se entre os 450 metros e 500 metros de altitude. Segundo o autor, esse mesmo padrão se reproduz em outras áreas da parte central da Zona da Mata como nos municípios de Ubá e Visconde do Rio Branco. Por fim, há um terceiro nível de erosão

²³³ GOMES, Mauro Leão. op. cit., p. 19.

²³⁴ VALVERDE, Orlando. op. cit., p. 16.

²³⁵ EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006, p. 243.

qualifica como moderadas. Da mesma forma, pode-se identificar uma regularidade sobre o padrão dos regimes de chuvas locais. O índice pluviométrico matense é identificado por volta dos 1.500 mm anuais, com ocorrência de dois a quatro meses secos nesses mesmos intervalos.²³⁸ Por fim, a superfície da região é coberta pelos solos de formação mineral (latossolos amarelos e latossolos alaranjados) moderadamente férteis.²³⁹ Embora contenham altos volumes de argila em sua camada, esses tipos de solos também possuem boa permeabilidade devido as suas características de profundidade e porosidade. Da mesma forma, outro tipo de categorização de solos pode elucidar a importância desse elemento para as regiões produtoras de café.

Existiam, basicamente, três tipos de solos utilizados para o cultivo da rubiácea no Brasil durante o período em foco. Com menor incidência, encontrava-se o denominado Bauru, caracterizado pela formação oriunda do arenito cretáceo, e presente em boa parte da área central do Estado de São Paulo. O segundo tipo de solo, proveniente de basaltos e diabásios, era também denominado terra roxa. Estendendo-se pelos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e a região do Triângulo Mineiro, constituiu-se no mais importante tipo de formação encontrado nas terras cafeeiras do Brasil e reconhecido por sua alta fertilidade. Já o último, refere-se à terra de massapé, que é resultado da decomposição do granito, do gneiss e de outras rochas metamórficas. Está presente nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraíba do Norte e Ceará. As condições de produção nesse tipo de solo formavam, em geral, boas condições de fertilidade. No caso mineiro pode ser encontrado, sobretudo, nas terras avermelhadas das regiões Sul e Zona da Mata.²⁴⁰

²³⁸ GOLFARI, L. **Zoneamento ecológico do Estado de Minas Gérias para reflorestamento**. Belo Horizonte: CPFRC, 1975.

²³⁹ VALVERDE, Orlando. op. cit., p. 9-10.

²⁴⁰ MOARAES, Luciano Jacques de. Origens dos solos agrícolas das zonas cafeeiras. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. op. cit., p. 357-359.

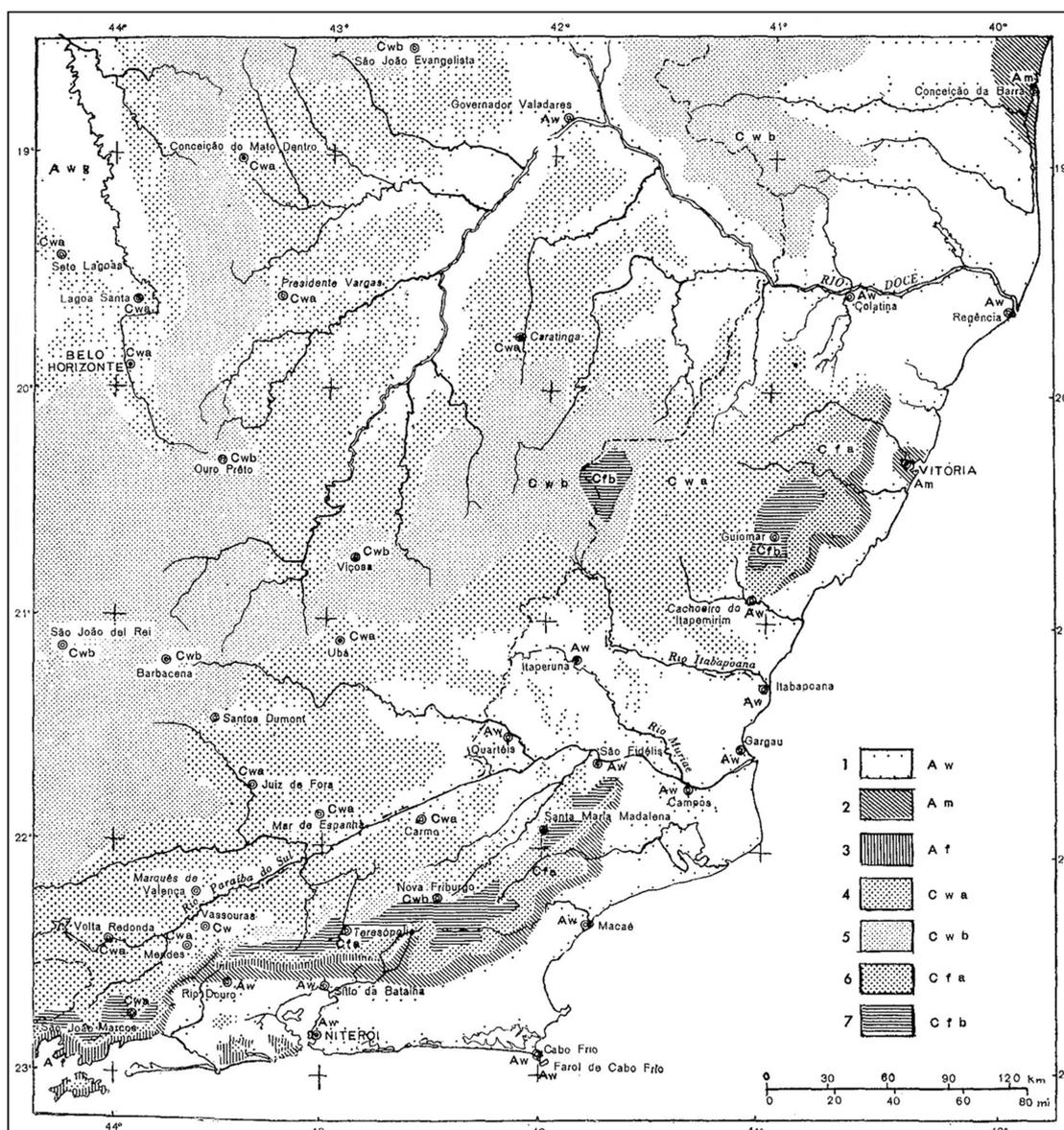


Figura 2: Distribuição climática da Zona da Mata.

Fonte: VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-82, jan.-mar., 1958, p. 21. KOTTEK, M.; GRIESER, J.; BECK, C.; RUDOLF, B.; RUBEL, F. World Map of the Köppen-Geiger climate classification updated. *Meteorol. Z.*, n. 15, p. 259-263, 2006.

*Aw: clima tropical com estação seca de inverno. Am: clima de monção. Af: clima tropical húmido ou clima equatorial. Cwa: clima temperado húmido com inverno seco e verão quente. Cwb: clima temperado húmido com inverno seco e verão temperado. Cfa: clima temperado húmido com verão quente. Cfb: clima temperado húmido com verão temperado.

Até a segunda metade do século XVIII a região da Zona da Mata era habitada por grupos indígenas seminômades – coroados, puris, abaíbas, coropós, dentre outros²⁴¹ – e sofreu pouca intervenção da administração colonial exceto pela construção do

²⁴¹ OÍLIAM JOSÉ. *Índigenas em Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965. PAIVA, Adriano Toledo. *“O Domínio dos índios”*: Catequese e conquista nos sertões de Rio Pombo (1767-1813). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 23-24.

Caminho Novo, onde o ouro proveniente da parte central de Minas Gerais era transportado para o Rio de Janeiro durante o período. Os caminhos funcionaram como o principal mecanismo de conquista do território, assim como a captura de indígenas ou o extermínio das tribos mais hostis complementavam a lógica das autoridades coloniais aplicada no período.²⁴² Mais do que cristianizar a população local ou explorar a agricultura, era importante manter essa região fora da ação de grupos que representassem qualquer tipo de ameaça ao domínio português na principal capitania do Brasil no período.

Mas os veios auríferos diminuíram progressivamente nas últimas cinco décadas do século, modificando a situação em dois sentidos. Uma primeira decorrência desse fenômeno determinou a exploração da terra como matéria essencial ao projeto colonial de arrecadação de tributos.²⁴³ Já o segundo impacto desse fenômeno refere-se ao movimento da população alocada nessas antigas áreas centrais, que se moveu então para novas áreas de ocupação da capitania. Em seu clássico sobre a história colonial, Caio Prado Júnior denomina a dispersão populacional das zonas mineradoras para as áreas periféricas das Minas Gerais como um “movimento centrífugo”.²⁴⁴

A cultura do café que penetrou o território matense, nas primeiras décadas do século XIX, é tributária desse processo, quando algumas dessas famílias históricas da área central de Minas Gerais ocuparam as duas margens dos rios Cágado e Parahybuna.²⁴⁵ Durante quatro décadas, aproximadamente, esses proprietários de terras cultivaram o café em pequenas escalas, enquanto produziam cereais e dedicavam-se à criação de animais. A posição geográfica próxima ao Rio de Janeiro estabeleceu um comércio interprovincial de diversas mercadorias negociadas com as constantes tropas de viajantes em movimento ao longo do Caminho Novo. Enquanto isso, esses mesmos proprietários acumularam grandes números de escravos africanos que estabeleceu a

²⁴² RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003. CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e conflitos nas Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 127.

²⁴³ LAMAS, Fernando Gaudereto. **Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767-1820)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

²⁴⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 69-75.

²⁴⁵ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit., p. 37-42. COSTA, Vanessa Lourenço Vaz. op. cit.

região como a maior exploradora da mão de obra cativa de toda a Província de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX.²⁴⁶

Assim, as duas principais condições de estabelecimento da cultura agroexportadora em grande escala (terra e trabalho) foram solidamente construídas na primeira metade do século XIX. No entanto, a região da Zona da Mata finalmente integraria o mercado do café²⁴⁷ apenas quando pudesse eficientemente transportar os grãos do café para o porto do Rio de Janeiro, e esse processo começou com a construção de uma estrada em sua parte sul. Inaugurada em 1861, a Estrada de Rodagem União & Indústria diminuiu o tempo e os custos de viagem em aproximadamente 50% cada.²⁴⁸ Mesmo assim, a tração animal ainda representava certo atraso em relação aos preços e ao tempo de transporte do grão, quando finalmente a ferrovia alcançou o território de Minas Gerais poucos anos depois na década de 1870 e representou outro importante passo em facilitar os carregamentos de café.²⁴⁹

As melhorias no setor de transportes foram seguidas por outros fatores determinantes e determinados pelo café que levaram à constituição de um complexo exportador local. O capital acumulado pela atividade cafeeira era transferido para outros setores, pois os *linkages*²⁵⁰ em finanças, industrialização e urbanização proporcionaram uma específica estrutura de operação dessa economia no território das Minas Gerais.²⁵¹ A cidade de Juiz de Fora ocupou um papel determinante nessa transição do capital agrário para as atividades urbanas, sendo o centro de referência situado nesse complexo agroexportador regional. As próximas seções trazem uma análise relacionada a esse produto que representou um papel fundamental à transição capitalista regional, com destaque ao sistema agrário adotado e ao movimento da fronteira no interior da Zona da Mata mineira.

²⁴⁶ MARTINS, Roberto. op. cit.

²⁴⁷ VITTORETTO, Bruno Novelino. op. cit.

²⁴⁸ GIROLETTI, Domingos. op. cit.

²⁴⁹ BLASENHEIM, Peter. op. cit.

²⁵⁰ HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada. In: SORJ, Bernardo (Org.). **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²⁵¹ PIRES, Anderson. op. cit., 2004.

3.2 O sistema agrário cafeeiro

O Sistema Agrário pode ser definido como o modo de exploração de um meio historicamente constituído, em que as formas socioculturais adquiridas no trato da lavoura, mediante as especificidades decorrentes do meio natural, são determinantes no processo de produção.²⁵² Grosso modo, trata-se das relações entre dois elementos: o “ecossistema cultivado e o sistema social produtivo”.²⁵³ Nesse último caso, compreendem-se os meios de trabalho, as técnicas de produção e as formas de acesso a terra, ao próprio trabalho, e ao capital. Já o primeiro componente citado refere-se à importância de variáveis como o clima, a topografia e a vegetação, que em simbiose com os demais elementos, interferem de maneira direta na conformação das atividades agrícolas estabelecidas.²⁵⁴

Portanto, o sistema agrário não é um conceito estático e pode ser definido de acordo com as especificidades de cada caso estudado em tempos e espaços devidamente demarcados pelo pesquisador. Dessa forma, a paisagem agrária também não se constitui como um elemento meramente natural, uma vez que se compõe de outras variáveis para além das características geomorfológicas das regiões em foco. Trata-se também da composição dos caracteres que conformam a atividade agrária em suas relações humanas, ou seja, as características sociais e culturais que dão identidade aos processos de trabalho e dispêndio de energia, suficientes para a produção e reprodução das culturas desenvolvidas.²⁵⁵ Maria de Nazaré Angelo-Menezes, assim especifica os elementos de composição do sistema agrário:

²⁵² Marc Bloch trabalha com o termo *Regime Agrário*: “O que é pois um regime agrário? Se enfocamos um grupo rural determinado, uma pequena coletividade rural vivendo numa gleba de extensão mediana, percebemos facilmente que sua vida inteira é regulada por um conjunto complexo ao mesmo tempo de receitas técnicas e de costumes jurídicos, que essas receitas técnicas e esses costumes jurídicos são, em larga medida, concebidos como imposição.” BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. São Paulo: Edusc, 2001, p.136. Ver também: KULA, Witold. Da tipologia dos sistemas econômicos. In: FOURASTIÉ, Jacqueline (Org.). **Economia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1981.

²⁵³ MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Abordagem Sistêmica e Sistemas Agrários. In: MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009, p. 26-27.

²⁵⁴ SMITH, T. Lynn. Sistemas Agrícolas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 2, ano 9, abr.-jun., 1947. MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 71-77. ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Sistema Agrário. In: MOTTA, Márcia (Org.). op. cit., 2010, p. 434-436.

²⁵⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. op. cit., 1979, p. 38.

[...] é caracterizado por diferentes elementos em interação com o ecossistema cultivado, modelado, explorado e reproduzido pelo trabalho agrícola, os meios de produção material biológico, as ferramentas de trabalho e o nível das forças produtivas resultantes, que determina o grau de acumulação e permite uma certa divisão social do trabalho (influenciando mesmo no processo de produção). Finalmente, as relações de produção e de troca que determinam a repartição social do lucro e as superestruturas políticas e ideológicas permitem a reprodução do conjunto.²⁵⁶

De um modo geral, pode-se considerar que o conceito de Sistema Agrário está diretamente relacionado à ideia de *Metabolismo*. Na primeira metade do século XIX, as ciências naturais passaram a utilizar o termo em sua etimologia para descrever o processo de interação dos organismos com o seu meio, qual seja, o processo bioquímico de transformação da matéria.²⁵⁷ Destaca-se nesse período a obra do cientista alemão Justus Von Liebig, que aplicou a palavra *Stoffwechsel* de seu idioma para a análise sobre a composição dos solos na temática da segunda revolução agrícola. Seguindo as observações de Liebig, outros pesquisadores do campo da bioquímica desenvolveram e generalizaram o conceito, incluindo as inovações descobertas ao longo das décadas posteriores. Porém, a influência de Liebig é destacável no sentido de que sua obra deu lugar à incorporação da ideia de metabolismo não só no campo das ciências naturais, mas também no campo das ciências humanas.

Segundo Fischer-Kowalski, a tênue divisão entre esses dois amplos campos de conhecimento naquele momento, favoreceu a difusão do termo Metabolismo na teoria social clássica.²⁵⁸ Daí surge a principal contribuição de sua utilização no campo das humanidades. Tratam-se dos escritos realizados pelo filósofo e também alemão Karl Marx. É comum considerar que três são os pilares de sustentação do pensamento moderno pelo qual a teoria marxiana se sustentou: a filosofia alemã, o socialismo francês e a economia política inglesa.²⁵⁹ Os dois primeiros representam uma revisão crítica do pensamento dialético hegeliano e dos pensadores utópicos do pós Revolução Francesa como Charles Fourier e o Conde de Saint-Simon. Já o terceiro sustentáculo da obra de Marx pode ser resgatado nas contribuições de teóricos como James Anderson,

²⁵⁶ ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Sistema Agrário. In: MOTTA, Márcia (Org.). op.cit., 2010, p. 434-35.

²⁵⁷ FOSTER, John Bellamy. **Marx's Ecology: materialism and nature**. New York: Monthly Review Press, 2000, p. 160.

²⁵⁸ FISHER-KOWALSKI, Marina. Society's metabolism: the intellectual history of materials flow analysis, part I, 1860-1970. **Journal of Industrial Ecology**, New Haven, v. 2, n. 1, p. 61-77, 1997, p. 64.

²⁵⁹ NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 18.

David Ricardo e Thomas Malthus, cuja atenção especial foi dada pelo autor alemão no que diz respeito as suas opiniões sobre a renda e a produtividade da terra.²⁶⁰

Contudo, não só dessas três contribuições Karl Marx extraiu sua análise. De acordo com a afirmação de Fischer-Kowalski sobre a não fragmentação do conhecimento acima explicitada, considera-se que o autor encontrava-se plenamente consciente dos rumos do debate científico coetâneo não só no campo das humanidades, mas também no que diz respeito aos descobrimentos efetivados pelas outras ciências. Portanto, a análise do capitalismo realizada por Marx pode ser vista sob uma ótica multidimensional, já que o autor não se prendeu somente a uma esfera de pensamento. Nesse sentido, os estudos produzidos por Justus Von Liebig são essenciais para Marx no que diz respeito ao emprego do termo Metabolismo ao longo de sua obra. O autor tomou conhecimento das publicações do químico reproduzidas na década de 1840, sobretudo seu título em inglês *Animal Chemistry*, mesmo período em que o jovem Marx começou a escrever suas primeiras contribuições filosóficas.

Já em sua fase madura, Karl Marx utilizou-se do termo *Stoffwechsel* em vários momentos para a compreensão dos processos de trabalho humano tanto nas obras principais, sobretudo ao longo da década de 1860, quanto nos manuscritos postumamente publicados.²⁶¹ Duas décadas após as contribuições de Liebig no campo da bioquímica, Marx assim define o metabolismo: um processo por meio do qual a sociedade humana “transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna. A ação de transformar a natureza externa constitui o processo de trabalho, e seu efeito sobre a natureza interna se manifesta na forma como se estabelecem as relações sociais de produção”.²⁶² Dessa forma, o metabolismo se estabelece como uma relação recíproca de movimento entre o homem e seu meio natural. Pois, “ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele [o homem] e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.”²⁶³

Nota-se, por essas proposições, que a ideia de metabolismo enunciada por Marx foi por ele utilizada como uma descrição básica, quase ontológica, do processo de trabalho.²⁶⁴ Se, para ele, o metabolismo corresponde às “relações determinadas dos

²⁶⁰ FOSTER, John Bellamy. op.cit., p. 142.

²⁶¹ MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 297-315, v. I, tomo I, cap. V., MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

²⁶² FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 12, p. 105-117, 2001, p. 106.

²⁶³ MARX, Karl. op.cit., 1996, p. 297.

²⁶⁴ FISHER-KOWALSKI, Marina. op.cit., p. 64.

sujeitos entre si e com a natureza”²⁶⁵, o trabalho emerge como o principal agente transformador desse processo. Pensadores marxistas contemporâneos como Istvan Mészáros, também buscaram uma definição para o metabolismo. Para o autor húngaro, cujo termo aplicado é o de Sociometabolismo (ou Metabolismo Social), pode ser definido como “modo historicamente específico de trocas humanas entre os próprios indivíduos e com a natureza”.²⁶⁶ Segundo ele, o “tipo e o grau de complexidade das práticas produtivas e distributivas são determinados pelo modo histórico e socialmente específico de controlar seu intercâmbio metabólico com a natureza e entre os próprios indivíduos”.²⁶⁷ Já o historiador Eric Hobsbawm assim explicita a relação entre a ideia de Metabolismo e a noção de trabalho na teoria de Karl Marx:

A base objetiva do humanismo de Marx e, simultaneamente, de sua teoria da evolução social e econômica é a análise do homem como um animal social. O homem — ou melhor, os homens — realizam trabalho, isto é, criam e reproduzem sua existência na prática diária, ao respirar, ao buscar alimento, abrigo, amor, etc. Fazem isto atuando na natureza, tirando da natureza (e, às vezes, transformando-a conscientemente) com este propósito. Esta interação entre o homem e a natureza é — e ao mesmo tempo produz — a evolução social. Retirar algo da natureza, ou determinar um tipo de uso para alguma parte da natureza (inclusive o próprio corpo) pode ser considerado e é o que acontece na linguagem comum, uma apropriação, que é, pois, originalmente, apenas um aspecto do trabalho.²⁶⁸

Portanto, a chave para a compreensão desse pensamento está no papel exercido pelo trabalho, sendo o Metabolismo a representação de um processo pautado na transformação recíproca entre os indivíduos e o meio no qual esses mesmos indivíduos estão inseridos. Autores vêm sistematicamente insistindo sobre a importância que Marx alcançou para a dupla conceptualização (ecológica da sociedade e social da natureza) em que a sociedade é naturalizada e a natureza é socializada, portanto, não sendo ambas tratadas como categorias distintas.²⁶⁹ Se essa percepção foi de certa forma inaugurada pelo filósofo, ela não se restringiu apenas a sua obra. Pode-se considerar que também foi difundida no século seguinte para outras áreas como a Antropologia Cultural, a

²⁶⁵ MARX, Karl. op.cit., 2011, p. 657.

²⁶⁶ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 427.

²⁶⁷ Ibidem, p. 927.

²⁶⁸ HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 16.

²⁶⁹ TOLEDO, Víctor M. & MOLINA, Manuel González de. El metabolismo social: las relaciones entre la sociedad y la naturaleza. In: GARRIDO, Francisco; MOLINA, Manuel González de; SERRANO, José Luis; SOLANA, José Luis (Org.). **El paradigma ecológico en las ciencias sociales**. Barcelona: Icaria, 2007, p. 90.

Antropologia Ecológica, a Geografia Social e a Geologia.²⁷⁰ Já na década de 1960, surgiram os estudos pioneiros na análise dos fluxos de matéria e energia,²⁷¹ enquanto um campo desenvolvido não só como ferramenta teórica, mas também ferramenta metodológica, cujo exemplo profícuo encontra-se, sobretudo, na História Ambiental.²⁷²

Retornando à especificidade do sistema agrário, em sua essência metabólica, segue uma análise daquele praticado na Zona da Mata mineira ao longo do século XIX e início do XX. Assim como em outras regiões tropicais do período em foco, esse sistema agrário se caracteriza como um sistema de derrubada-queimada. Os autores Marcel Mazoyer e Laurence Roudart identificam os cultivos de derrubada-queimada e os sistemas de criação por pastoreio como as duas principais formas de agricultura da era Neolítica que se difundiram nas áreas tropicais e temperadas desde então.²⁷³ Porém, guardando as diferenças entre essa agricultura iniciada há dez mil anos atrás e a agricultura praticada na região nesse quase século e meio sobre o qual a pesquisa incide, o sistema agrário de desflorestamento da Zona da Mata era organizado pela incorporação/disponibilidade de dois elementos chave para o seu processo de produção e reprodução, segundo a historiografia: a terra e o trabalho.²⁷⁴

Se o também chamado *sistema extensivo de uso do solo*, ou ainda *sistema racional de uso do solo*, se abalizava em termos *quantitativos* nesses dois elementos, é, portanto, a interação entre eles que estabelece o caráter social e econômico, qual seja *metabólico*, da temática aqui proposta.²⁷⁵ Em um quadro de visualização recíproca entre seres humanos e natureza, pode-se assim interpretar as especificidades do sistema agrário cafeeiro da Zona da Mata. De um lado, a natureza, representada pela terra: a configuração da propriedade no que diz respeito às suas formas de acesso e

²⁷⁰ FISHER-KOWALSKI, Marina. op. cit.

²⁷¹ FISHER-KOWALSKI, Marina; HÜTTLER, Walter. Society's metabolism: the intellectual history of materials flow analysis, part II, 1970-1998. **Journal of Industrial Ecology**, New Haven, v. 2, n. 4, p. 107-129, 1999.

²⁷² “Dicho fenómeno implica el conjunto de procesos por medio de los cuales los seres humanos organizados en sociedad, independientemente de su situación en el espacio (formación social) y en el tiempo (momento histórico), se apropian, circulan, transforman, consumen y excretan, materiales y/o energías provenientes del mundo natural.” TOLEDO, Víctor M. & MOLINA, Manuel González de. El metabolismo social: las relaciones entre la sociedad y la naturaleza. In: GARRIDO, Francisco; MOLINA, Manuel González de; SERRANO, José Luis; SOLANA, José Luis (Org.). op. cit., p. 90.

²⁷³ MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. op. cit., p. 45.

²⁷⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op. cit., 1983.

²⁷⁵ FOSTER, John Bellamy. op. cit. MOSLEY, Stephen. **The environment in world history**. New York: Routledge, 2010. THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. MORRONE, Eduardo Corrêa; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. A natureza em Marx e Engels: Contribuição ao debate da questão ambiental na atualidade. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 24, jan.-jul., 2010.

disponibilidade de recursos para a produção. Por outro lado, o trabalho: novamente as formas de acesso e a configuração da mão de obra no interior das propriedades rurais, aliados às medidas de mudança técnica inseridas no campo. Portanto, percebe-se mais claramente por essas proposições, que tanto os dois elementos conformadores do sistema agrário, quanto os dois elementos conformadores do Metabolismo, remetam à representação das mesmas categorias de análise: homem e natureza.

Em que pesem as contribuições de Mazoyer e Roudart na descrição dos sistemas agrários praticados ao longo da história, outros autores também podem fornecer pistas para a discussão sobre o tema. Destaca-se nessa tarefa a obra da economista dinamarquesa Ester Boserup. Seu título publicado na década de 1960, cuja argumentação inverte o paradigma malthusiano da relação densidade demográfica/produção agrícola, trouxe importante contribuição para o debate no campo da demografia. O sistema de cultivo de *pousio longo*, ou *cultivo florestal*, assim denominado pela autora, guarda algumas similaridades com o sistema extensivo praticado nessa região interiorana do café brasileiro, pelo menos, em seus primeiros passos na introdução das mudas da rubiácea, assim como descreve a autora:

Na parcela escolhida para o cultivo, as árvores maiores são derrubadas a machado ou por meio da queima das raízes quando estas secam após a abertura de incisões anulares no tronco. A vegetação menor é igualmente queimada. Troncos e raízes não queimados, assim como as cinzas, são deixados nos campos. Semeia-se e planta-se diretamente nas cinzas, sem qualquer preparo da terra e sem outra ferramenta que não, talvez, uma estaca para afastar as cinzas e perfurar o solo. Não é possível usar o arado em terras abertas por método tão sumário. Nem é necessário, pois cinzas abundantes asseguram grande produção se o solo e clima são razoavelmente favoráveis. (...) Depois da queimada, o solo está livre de ervas e solto; não é necessário revolvê-lo com a enxada.²⁷⁶

A cafeicultura, cuja predominância fora exercida no agro matense durante todo o período em foco, fora de fato a maior responsável pelo caráter expansivo da agricultura local. Com a derrubada da floresta primária e a conseqüente queima da matéria exposta, era possível alcançar altos índices de produtividade sem maiores esforços técnicos de preparo ou manutenção da lavoura no cultivo dos gêneros agrícolas, principalmente no caso da rubiácea. Um pouco antes do período chuvoso, a combustão de todo o material remanescente da floresta fazia com que a enorme massa de nutrientes de sua biomassa recaísse sobre o solo na forma de cinzas. Com a chegada

²⁷⁶ BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 24.

das chuvas, os nutrientes eram drenados, proporcionando os processos de neutralização e fertilização do solo. Portanto, essa camada superficial ficava coberta pelo húmus responsável por alimentar as culturas nas parcelas escolhidas, além de permanecer por um bom tempo livre das sementes e plantas invasoras.²⁷⁷

Novamente, Mazoyer e Roudart assim descrevem em termos biológicos esse processo, que se aproveita dos resíduos orgânicos conformadores do húmus:

[...] quando se cultiva pela primeira vez uma floresta virgem com um sistema de derrubada-queimada, a fertilidade do solo nesse lugar é a mais elevada possível. Com efeito, esse solo cultivado pela primeira vez continua a se beneficiar dos aportes em elementos minerais provenientes da solubilização da rocha-mãe, da fixação de nitrogênio do ar e da mineralização de uma fração de húmus florestal. Além disso, ele se beneficia de aportes excepcionais muito elevados provenientes em grande parte das cinzas decorrentes das queimadas e, por outra parte, da mineralização acelerada de uma fração suplementar do húmus. Essa mineralização acelerada é provocada pelo aquecimento e aeração dos horizontes superficiais do solo, resultantes do desmatamento e da preparação do leito de cultivo.²⁷⁸

Mas mesmo sendo um sistema de derrubada-queimada, o sistema agrário da Zona da Mata se diferencia do sistema de *pousio longo* referido por Boserup. No modelo demonstrado pela autora existe a possibilidade de retorno das atividades agrícolas em um determinado espaço, após um longo período de tempo, dado ao reflorestamento do local. Ao contrário, a cultura cafeeira de finais do século XIX e início do XX não esperava pela recoberta natural da vegetação. Quer dizer que o *sistema extensivo do solo* disseminado pelos cafeicultores introduzia as mudas de café incorporando novas áreas para o seu cultivo, eximindo totalmente qualquer tipo de espera para uma nova plantação.²⁷⁹ A disponibilidade de terras com matas virgens fazia com que a frequência do cultivo, ou a rotação de áreas para o descanso, não fosse efetivamente adotada. Ou seja, o café não era cultivado na mesma parcela, uma vez que transformava as matas virgens em pastagens.

Portanto, a frequência do cultivo é também elemento essencial na conformação do sistema agrário, sendo que no caso da Zona da Mata, a área de cobertura do agro é formada por uma floresta primária sem resquícios de efetiva ocupação agrícola. Assim

²⁷⁷ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 44-45.

²⁷⁸ MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. op. cit., p. 141.

²⁷⁹ CANABRAVA, Alice Piffer. A Grande Lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1974, v. 4, tomo 2. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op. cit., 1983, p. 114.

como em outras regiões do centro-sul do país, o *sistema extensivo* foi capaz de se manter a contento, uma vez que a disponibilidade de terras, e mais ainda, a disponibilidade de áreas compostas pela vegetação primária eram abundantes. É nesse sentido que a baixa densidade demográfica proporcionou os meios necessários ao processo de produção e reprodução da cafeicultura. Se no caso do modelo de Ester Boserup é a frequência pela qual a terra era cultivada o elemento crucial de compreensão da agricultura, no caso da produção local, a principal peculiaridade do sistema extensivo do café era sua natureza exaustiva, e conseqüentemente, a inexistência dessa frequência de cultivo.

Por um lado, o *uso racional do solo* apresentava uma série de vantagens como a alta produtividade e a baixa taxa de dispêndio do trabalho logo de início, mas, por outro lado, o processo se tornava naturalmente menos eficaz com o decorrer do tempo. Ou seja, as lavouras extensivas, principalmente no caso do café, possuíam um tempo útil de produtividade em espaços delimitados. Uma parcela destinada ao cultivo da rubiácea durava cerca de quarenta anos, uma vez que o desgaste do solo ocupado pela produção era inevitável. A começar pela destruição da floresta primária, que por si só já poderia acarretar em alguns casos de modificação no clima, alterando sensivelmente elementos como a temperatura e a distribuição das chuvas, sendo capaz de levar até mesmo ao processo de desertificação em algumas áreas, em períodos selecionados.²⁸⁰

Para além dessas alterações climáticas decorrentes do devassamento da vegetação primária, que podem ser mais bem compreendidas em longo prazo, percebem-se também outros dois processos destruidores da produtividade das áreas cultivadas, a saber, a erosão e a lixiviação. Na seção anterior, ficaram devidamente especificados os graus de declividade alcançados na região. Como a maioria dos terrenos do agro regional se encontrava em áreas de relevo fortemente ondulado, esses processos era facilitados no período chuvoso, à medida que as águas tocavam diretamente o solo, provocando o escoamento de enormes massas de terras – compostas pelos nutrientes depositados na camada superficial – para as áreas mais baixas. Dessa forma, o solo exposto ficava empobrecido, pois as reservas de água presentes no bioma se reduziam mais rapidamente, deixando o solo ressecado, à medida que suas camadas inferiores sequer se umidificavam:

²⁸⁰ MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. op. cit., p. 130.

Num meio desmatado, as águas da chuva tocam diretamente o solo sem que sua queda tenha sido amortecida pela vegetação. Além do mais, o escoamento pela superfície do solo encontra geralmente menos obstáculos. Nessas condições, o escoamento das águas aumenta e se acelera, enquanto sua infiltração diminui. Nas regiões acidentadas que recebem fortes chuvas, o escoamento ganha uma amplitude tamanha que é capaz de provocar cheias catastróficas, que arrancam o solo e transportam enormes massas de terra que acabam por se acumular nos vales baixos e nos deltas.²⁸¹

Segue uma breve descrição geral desse processo, desde a retirada da mata até a degradação dos espaços utilizados pela cafeicultura, com destaque justamente à ação da erosão:

Depois da retirada da mata, os escravos removiam o entulho e preparavam as covas para o plantio do café, situando as plantações nas encostas mais altas da propriedade. Embora provocando maior erosão, as mudas eram plantadas em linhas retas, perpendiculares aos pés dos morros e dispostas em fileiras verticais com um espaço aproximado de dois a três metros entre cada uma delas. Essa forma de plantio era extremamente inadequada às condições climáticas da região, que é marcada pela presença de fortes chuvas torrenciais. (...) Plantar os pés de café de forma enfileirada no sentido vertical das encostas provocava forte erosão nos terrenos das propriedades, tornando os solos improdutivos. A camada superficial dos solos das encostas, onde se localiza a sua camada “viva” e o humos florestal, quando expostos diretamente à ação de chuvas mais intensas são arrancados e carregados morro abaixo. A erosão provocada por este processo acabava expondo as raízes dos cafezais e matando vários espécimes.²⁸²

É importante considerar que, de acordo com essas características sobre as quais a rubiácea era cultivada, a lavoura extensiva do café possuía uma cronologia específica, respeitando o ciclo natural da planta. Pode-se fixar um período de aproximadamente quarenta anos entre a introdução de uma muda e a sua inaptidão em produzir frutos. Basicamente, eram três as faixas de idade alcançadas pelos cafezais: depois de plantadas e durante os primeiros cinco anos, as árvores de café se encontravam em processo de formação e sequer produziam; a partir desse período de espera, os cafezais começavam a produzir em baixa escala, alcançando suas máximas colheitas somente a partir dos oito anos de idade; daí por diante, até aproximadamente os vinte anos de idade, as árvores de café mantinham um nível regular de produção, que por sua vez, declinava

²⁸¹ MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. op. cit., p. 153.

²⁸² GOMES, Mauro Leão. . op. cit., p. 161.

progressivamente até os trinta e cinco a quarenta anos, quando não podiam produzir mais.²⁸³ O diagnóstico de um especialista na década de 1930:

Todo mundo conhece atualmente as causas que determinam esta instabilidade do café, o qual depois de um limite de idade que oscila entre os 30 e os 60 anos, exaure as terras mais férteis, extraindo-lhes toda as substâncias que alimentavam a sua fecundidade produtora. Êste exaurir continuo que, difere da alternção rotativa de outros cultivos produz o exôdo irremediavel das plantações, que se afastam, dos terrenos cansados, para ir buscar nas terras virgens do interior do paiz, os elementos nutritivos que lhes são indispensaveis.²⁸⁴

E é justamente nesse ponto que emerge uma reflexão pautada no segundo elemento componente do sistema agrário: o trabalho. A mão de obra invertida durante todo o ciclo de vida da planta era composta por sete fases: derrubada, queimada, alinhamento, covagem, plantação, cuidados culturais e colheita. A começar pela derrubada, a parcela era escolhida e emprendia-se o emprego do machado nas árvores de maior porte, escolhidas como mestras, pela capacidade que detinham em poder derrubar as de menor talhe com o seu peso. O sucesso da empresa dependia diretamente da competência do *derribador*, uma vez que era ele quem escolhia as picarias, de modo a estabelecer o ângulo e a sequência com que a vegetação seria deitada. Seguia-se a segunda fase da empresa agrícola, a queimada, que por sua vez não deveria ser nem insuficiente, nem excessiva, evitando no primeiro caso a proliferação de ervas e insetos na área inflamada e no segundo caso, a perda dos nutrientes presentes na camada superficial do solo.²⁸⁵

Já o alinhamento, terceira fase do processo, correspondia à técnica adotada para garantir que a luz solar contemplasse todos os pés, de modo a favorecer de maneira equitativa tanto a absorção da energia como a maturação dos frutos. Geralmente, era realizado com a ajuda de um marcador de madeira, que distribuía a maneira pela qual as linhas deveriam ser estabelecidas, tanto vertical como horizontalmente. Esse processo estava relacionado não só aos conhecimentos técnicos, mas também a outro elemento integrante ao processo de trabalho. Acredita-se que o alinhamento faz parte de uma

²⁸³ PONTES, Hildebrando de Araujo. A introdução do cafeeiro no Triangulo Mineiro e a sua cultura no municipio de Araxá (Memoria histórica e agricola). In: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Org.). op. cit., p. 422. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op. cit., 1983, p. 76.

²⁸⁴ LARRAIN, Leoncio. A poderosa influência dos adubos nas terras esgotadas pela cultura do café. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. op. cit., p. 143.

²⁸⁵ ALVIM, Aristóteles. Confrontos e Deduções. In: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Org.). op. cit., p. 105.

herança do regime de *plantation* praticado em outras áreas produtoras, e mesmo anterior ao período de incorporação do café ao mercado mundial. Os cultivos comerciais vieram a “estimular a simetria, mais adequada às tarefas agrícolas e à vigilância da mão de obra escrava”.²⁸⁶ Portanto, tratava-se de uma maneira eficaz de vigilância do plantel cativo e de facilitação das etapas posteriores de introdução e manutenção dos cafezais.

Demarcada de maneira precisa a disposição em que os cafeeiros deveriam ficar, começava outra etapa, a covagem. Nessa fase, eram feitas as aberturas no solo, que podiam variar de vinte a quarenta centímetros de profundidade e de trinta a sessenta centímetros de largura para a introdução das mudas, respeitando uma distância de aproximadamente 3,5 metros entre cada uma delas. Logo depois, o plantio consistia em colocar de 10 a 15 bagos de café em cada cova, cobrindo-as com uma leve camada de terra. Com o tempo, eliminava-se a maior parte das plantas, deixando de duas a quatro mudas que conformariam o pé de maneira definitiva. Já no caso do plantio de mudas, colocava-se de duas a quatro plantas em cada cova.²⁸⁷ Importante destacar nesse ponto, o predomínio do método de plantio à descoberto. As árvores de café se encontravam expostas à ação do sol, ou seja, sem a intercalação de espécimes mais altas que lhes pudessem proporcionar sombra – ao contrário do que era praticado em outras regiões da América como Venezuela, Cuba e Porto Rico.²⁸⁸

Depois de plantado, o cafeeiro exigia alguns cuidados culturais. Eram basicamente quatro capinas anuais. Antes delas, fazia-se a arruação, processo que consistia na limpeza das fileiras dentre os cafezais, no intuito de facilitar a colheita. A primeira das capinas servia ao espalhamento do cisco e da terra amontoados nos processos de arruação e de colheita. A segunda capina desafogava os cafeeiros, livrando-os da concorrência do mato que nascia em abundância com as primeiras chuvas da primavera. Já a terceira, ocorria para conter a germinação das sementes de mato abafadas no trabalho anterior. A quarta e última capina às vezes se confundia com o próprio processo de arruação, que correspondia também à formação de uma espécie de dique em cada pé, evitando o aceleração da lixiviação.²⁸⁹ Todas as etapas ocorridas

²⁸⁶ CANABRAVA, Alice Piffer. A Grande Lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). op. cit., p. 96.

²⁸⁷ ALVIM, Aristóteles. Confrontos e Deduções. In: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Org.). op. cit., p. 107-111.

²⁸⁸ PORTO-ALEGRE, Paulo. **Monographia do café. História, cultura e produção**. Lisboa: Viuva Bertrand & C^a Successores Carvalho & C^a, 1879, p. 155-159.

²⁸⁹ ALVIM, Aristóteles. Confrontos e Deduções. In: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Org.). op. cit., p. 114.

ao longo do ano eram acompanhadas por outros poucos cuidados, tais como a poda dos galhos amarelados ou secos dos cafezais, técnica também reconhecida como *decote*.²⁹⁰

Por fim, a colheita era empregada através da técnica denominada *derriça* ou *derriçamento*. Nela, o apanhador envolvia o galho com a mão fechada e a corria no sentido de suas extremidades arrancando todos os frutos, sem qualquer seleção prévia dos grãos que seriam recolhidos, mutilando o cafeeiro.²⁹¹ Conseqüentemente a esse movimento de retirada dos frutos da árvore de café, o trabalhador costumava atirar tudo ao chão ou em algum recipiente de onde era, em seguida, recolhido e passado em uma peneira para que fossem retirados a terra, folhas, ciscos e outros detritos acumulados. Essa técnica pode ser considerada como uma das mais representativas do caráter predatório que a cultura cafeeira alcançou nas regiões brasileiras, como a Zona da Mata mineira, em sua face igualmente rudimentar.

Se as cinzas deixadas pela queima da mata derrubada eram “suficientes para assegurar boas colheitas”²⁹² durante o processo de introdução da cafeicultura, o uso de instrumentos de trabalho mais desenvolvidos à época era pouco difundido. Basicamente, eram necessárias apenas três ferramentas para a implantação e manutenção da cultura cafeeira: o machado, a foice e a enxada. O primeiro desses instrumentos manuais rudimentares, o machado, servia-se ao procedimento da derrubada da vegetação, primeira etapa antes da empreitada agrícola e analisada anteriormente. Os dois últimos, a foice, e principalmente a enxada, serviam na manutenção da lavoura, cujo manuseio em épocas estabelecidas garantia a plantação isenta da ação de outros componentes, como as ervas e o surgimento da mata secundária após as queimadas. Além da manutenção e limpeza do solo, a enxada também se prestava ao processo de semeadura.²⁹³

A tecnologia agrícola deve dialogar com o caráter natural da região na qual ela é introduzida. Percebe-se claramente que a implantação do sistema de derrubada-queimada é influenciado nessas regiões tropicais pelo método de cultivo identificado como coivara. A coivara trata-se de uma tradição milenar indígena praticada no continente e consiste simplesmente na roça e queima da vegetação, realizada em

²⁹⁰ PORTO-ALEGRE, Paulo. op. cit., p. 109-115.

²⁹¹ ALVIM, Aristóteles. Confrontos e Deduções. In: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Org.). op. cit., p. 116.

²⁹² BOSERUP, Ester. op. cit., p. 26.

²⁹³ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000, p. 183. DEAN, Warren. op. cit., 2011, p. 93.

pequena escala. Contudo, o que se percebe é que o processo de adaptação dessa cultura agrícola ocorreu de formar a multiplicar o “impacto das tecnologias indígenas tradicionais, ao aplicar o fogo em espaços muito mais extensos e com intervalos de tempo muito menores”.²⁹⁴ Consequentemente, os efeitos sobre esse tipo de intervenção na natureza acabaram sendo, também, de dimensões muito maiores.

Além da inexistência do emprego de ferramentas complexas no processo de produção, o sistema agrário extensivo percebido na região matense, se caracterizava pela não utilização de técnicas de refertilização dos solos.²⁹⁵ A inexistência da incorporação de insumos químicos, ou mesmo de insumos orgânicos que não a matéria aproveitada da floresta – quando dos primeiros passos de todo o processo de produção –, fazia com que o sistema de plantio de uma dada região tivesse seus limites bem demarcados. Dessa forma, a perda de fertilidade do solo – ou mesmo a escassez de uma quantia mínima de três dos principais nutrientes necessários ao desenvolvimento da planta (nitrogênio, fósforo e potássio) – levava à incorporação das matas e suas variantes, quando então a lavoura era reorientada para novos espaços pouco ou nada explorados pela cultura agrícola.²⁹⁶

Em que pesem as dimensões pelas quais as técnicas locais foram implantadas e seus possíveis impactos no meio em que foram adotadas, é possível destacar a falta de eficácia das técnicas e dos instrumentos estrangeiros. Em um primeiro momento, percebe-se a que inserção de técnicas como a rotação ou as formas de fertilização do solo, amplamente difundidas na Europa à época, não foi consolidada de forma a estabelecer-se na maioria das unidades produtoras de café. Da mesma forma, o emprego de ferramentas como o arado, a charrua ou qualquer outro utensílio mais complexo, não foi adotado em regiões como a Zona da Mata mineira, precisamente dadas às especificidades do sistema agrário local, que se bastava da utilização de métodos “imperfeitos e instrumentos insuficientes e grosseiros”.²⁹⁷ Segundo Canabrava, essas

²⁹⁴ PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 73-74.

²⁹⁵ LINHARES, Maria Yedda Leite. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII E XVIII)*. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro**, Lisboa; Paris, v. 34, dez., 1995, p. 6.

²⁹⁶ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850 – 1888)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994, p. 44.

²⁹⁷ TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro [1839]**. MARQUESE, Rafael de Bivar. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 91.

ferramentas “ajustavam-se à rusticidade da mão de obra escrava, à organização do trabalho coletivo, como também às condições topográficas” de regiões como essa.²⁹⁸

Portanto, uma segunda questão em relação a não adoção das técnicas de cultivo disponíveis na época, trata-se da inadaptabilidade dos instrumentos de trabalho às especificidades geomorfológicas locais. Retornando aos casos da charrua e do arado, destaca-se seu aperfeiçoamento e inclusão no campo como elementos essenciais ao incremento da produtividade agrícola em distintos momentos no velho continente.²⁹⁹ No entanto, se essas ferramentas foram extremamente eficientes nas regiões temperadas, é porque, segundo as características do solo dessas áreas, era preciso um instrumento que revolvesse a terra de maneira mais densa, uma vez que os nutrientes se encontravam ali em camadas mais profundas. Igualmente, o revolvimento da terra possibilitava o degelo dessas mesmas camadas, facilitando a insolação da terra que detinha alta concentração de matéria orgânica formada por um lento processo de decomposição.

Já nas regiões tropicais esse processo não se adaptava, uma vez que a camada mais fértil do solo não ultrapassava 18 cm de espessura na maioria dos casos. Essa questão já fora discutida, por exemplo, em Spix e Martius, quando os autores enfatizaram que nas áreas montanhosas da Zona da Mata mineira o emprego do arado era impraticável, justamente pelo fato da região apresentar uma topografia acidentada, dificultando não só o manuseio do instrumento, como também o seu desempenho.³⁰⁰ Embora a permeabilidade e a profundidade sejam características dos latossolos encontrados nas regiões cafeeiras, de formação mineral, o acúmulo dos nutrientes acaba por se fixar em sua camada superior. Sendo assim, o arado poderia revolver essa parte dotada de nutrientes para fundo do solo, enquanto a camada inerte emergiria, contribuindo rapidamente para a destruição da bioestrutura da terra.³⁰¹ Resumindo,

[...] os processos da agricultura europeia nem podem ser universalmente applicados ao nosso pais, coberto em grande parte de soberbas matas, nem devem ser condemnados em muitissimos lugares que pela a ausencia de grossos troncos se prestão ao emprego da charrúa, com grande proveito dos fazendeiros na plantação da cana de assucar, dos cereares, dos legumes, e de todas as raizes tuberosas.

²⁹⁸ CANABRAVA, Alice Piffer. A Grande Lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). op.cit., 1974, p. 97.

²⁹⁹ MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. op.cit.

³⁰⁰ CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. op.cit., p. 148.

³⁰¹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de Historia**. São Paulo, v. 12, n. 2, mar.-ago., p. 125-50, 1986, p. 139. CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. op.cit., p. 149.

Querer estabelecer uma regra geral de trabalho para o nosso paiz é desconhecer absolutamente as variedades de produções de que é capaz esse solo fértil de dons naturais, mas um rica mina temos a explorar com os processos da agricultura europea, e vem a ser o roteamento das terras que se achão nas visinhanças de nossas povoações, as quaes por se dizerem cansadas, estão pela maior parte em completo abandono.³⁰²

Grosso modo, o trato da lavoura cafeeira no sistema agrário extensivo observado consistia nessas etapas bem simples, que de fato não exigiam maiores cuidados, através do uso de instrumentos e métodos bastante rústicos. É possível afirmar que os maiores esforços no sentido de melhorar a produção e, conseqüentemente, agregar valor ao produto, não eram realizados durante as etapas descritas anteriormente, mas no período posterior à colheita. De acordo com essas proposições, era o beneficiamento do café uma das formas mais eficazes para se alcançar um produto de maior qualidade, cuja inversão do capital poderia se concentrar em distintos processos como os de secagem, torrefação, trituração, etc.³⁰³ Portanto, era necessária a incorporação de maquinário – equipamentos específicos – e/ou maior zelo no processo de trabalho no decorrer das etapas supramencionadas.

Uma vez que a produção agroexportadora se fazia “fundamentalmente pela combinação do fator terra e força-de-trabalho, sem a mediação de instrumentos de produção ou técnicas mais apuradas”³⁰⁴, outra característica concernente ao segundo desses elementos, o fator trabalho, é essencial para a compreensão do processo como um todo. Trata-se, portanto, de descrever aspectos importantes da configuração mão de obra no interior das propriedades cafeeiras da região. Em um primeiro momento, a predominância do braço escravo nas lavouras cafeeiras da região foi o que de fato manteve e ampliou vertiginosamente a participação da Zona da Mata no mercado mundial do café, durante o século XIX. Alguns dos elementos referentes à escravidão já foram devidamente discutidos no capítulo anterior, mas, mesmo assim, ainda é possível explorar o peso da escravidão no que diz respeito às características específicas do sistema agrário, com incidência na questão do trabalho da terra.

³⁰² **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1847 pelo Presidente da Província Quintiliano José da Silva.** Ouro Preto: Typ. Imparcial, de B. X. Pinto de Sousa, 1847, p. 28-29.

³⁰³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op.cit., 1986, p. 147. MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração e Escravidão: Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1999, p. 188-89.

³⁰⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op.cit., 1983, p. 39.

As regiões de baixa densidade demográfica, aliadas à abundância de terras, podem gerar, em condições históricas específicas, segundo Maria Yedda Linhares, o trabalho servil, perpetuando-se em modalidades camufladas de trabalho compulsório, mesmo sob uma ordem jurídica liberal.³⁰⁵ É nesse sentido que se conformou a mão de obra escravista no centro-sul do país ao longo do século XIX, perceptível, por exemplo, nos manuais sobre a administração dos escravos nas Américas, que estabeleceram “uma conjugação estreita entre disciplina e paternalismo”.³⁰⁶ Pautados também na ideia de propriedade, os autores idealizaram todas as esferas da vida do cativo (moradia, família, alimentação, religião, etc.) a fim de explorar ao máximo a sua capacidade de trabalho, representada predominantemente pelo trabalho agrícola.³⁰⁷

Um exemplo dessa ideia é a composição do *Manual do Agricultor Brasileiro*. Obra publicada no ano de 1839 sob a influência de textos clássicos Greco-romanos e de política econômica do século XVIII, trata-se de um dos primeiros manuais de agricultura do país. Nele, Carlos Augusto Taunay enfocava de maneira predominante a questão da mão de obra escrava, da mesma forma que outros autores dedicados ao disciplinamento dos cativos, como Miguel Calmon Du Pin e Almeida, afirmando que o recurso à mão de obra servil era uma “necessidade imperiosa”.³⁰⁸ Taunay insistia nas estratégias de coação para a manutenção e aproveitamento dos plantéis, assim como defendia a inferioridade física e intelectual dos negros, cuja função, segundo o autor, era de fato realizar os “ofícios elementares da sociedade”.³⁰⁹ Alguns trechos do autor:

[...] sem jamais perder de vista que qualquer escravatura, e com especialidade a preta, não pode ser aplicada a um trabalho eficaz e produtivo sem coação e rigor, sendo somente possível conciliar o interesse do dono e o bom tratamento do escravo por uma vigilância de todos os momentos, e uma imutável regularidade de disciplina.³¹⁰

Os negros pois nas colônias européias, e no Império do Brasil, não são verdadeiramente escravos, sim proletários, cujo trabalho vitalício se acha pago, em parte pela quantia que se deu na ocasião da compra, em parte pelo fornecimento das precisões dos escravos e sua educação religiosa.³¹¹

³⁰⁵ LINHARES, Maria Yedda Leite. op.cit., p. 7.

³⁰⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. op.cit., 2004, p. 292.

³⁰⁷ Ibidem, p. 379-82.

³⁰⁸ TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro** [1839]. MARQUESE, Rafael de Bivar. (Org.). op.cit., 2001, p. 269.

³⁰⁹ Ibidem, p. 53.

³¹⁰ Ibidem, p. 82.

³¹¹ Ibidem, p. 57.

Inúmeras publicações e autores, como Taunay e Du Pin e Almeida, podem ser encontradas para as regiões do centro-sul do Brasil, com destaque, principalmente, à região cafeeira do Vale do Paraíba fluminense. Já para o caso das Minas Gerais, poucas publicações similares são conhecidas. Contudo, destaca-se o trabalho de Antônio Caetano da Fonseca, vigário e proprietário de escravos e terras na Freguesia de São Paulo do Muriahé, na região da Zona da Mata.³¹² Em seu *Manual do Agricultor*, dava instruções bastante afinadas às apresentadas por Taunay décadas antes, com destaque para aquelas dedicadas ao tema da saúde dos escravos. Nesse ponto, Fonseca chamava atenção para aspectos como a alimentação, a divisão de tarefas e as jornadas de trabalho, visando formas de assegurar a integridade física dos cativos para um melhor aproveitamento de sua força de trabalho. Sobre diretrizes como essas, o padre assegurava, “sem receio de errar, [que se] todos os fazendeiros do Brasil observassem esta regra, a insurreição seria um crime desconhecido entre nós”.³¹³

Portanto, os exemplos descritos acima tocam questões essenciais da conformação política em torno da mão de obra escrava ao longo do período imperial e a maneira como o trabalho compulsório deveria ser estabelecido na visão dos grupos dominantes. No entanto, outro debate sobre a questão do trabalho nascia antes mesmo da extinção da escravidão. Conforme explicitado no capítulo anterior, o processo de transição do trabalho foi demarcado por um variado número de modalidades como a parceria e o colonato. E da mesma maneira que o trabalho escravo, o trabalho livre foi devidamente debatido por esses mesmos setores da sociedade.

A mudança no eixo de discussão sobre a questão do trabalho no Brasil emergiu não só pelo patente ocaso da escravidão, mas também a partir da crescente expansão da cafeicultura, sobretudo paulista, em finais do século XIX. Particularmente nessa área, com a incorporação do novo oeste, que o denominado problema da mão de obra – a escassez de braços na lavoura – foi enfrentado de maneira mais veemente pelos proprietários e pelas autoridades. Alguns dos principais canais de interlocução e instituições também surgiram nesse período. Destacam-se nesse período, a *Revista Agrícola* (entre 1895 e 1907) e a Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e

³¹² FONSECA, Antônio Caetano da. **Manual do agricultor dos gêneros alimentícios ou método da cultura mixta destes gêneros nas terras causadas pelo sistema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado, e um pequeno tratado de medicina doméstica para fazendeiros**. Rio de Janeiro: Ed. Eduardo & Henrique Laemmert, 1863. apud: ROMERO, José Peres; ROMERO, João Carlos Peres. op.cit., p. 114-119.

³¹³ *Ibidem*, p. 118.

Indústria (SPA), criada em 1902. Figuras ligadas a ambas tiveram importância no cenário, como Carlos José de Arruda Botelho e Antônio Gomes Carmo.

Em princípios do século, o médico piracicabano Carlos Botelho analisou a questão da mão de obra pautado nas experiências realizadas em suas fazendas no município paulista de São Carlos. Chegando a ocupar a pasta da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, pensava a introdução dos imigrantes de forma indiretamente associada à cultura cafeeira, ao passo que os colonos produziram em seus lotes diversos gêneros. Enquanto isso, a produção da *commodity* se basearia na utilização de instrumentos agrícolas modernos, não exigindo grandes demandas por mão de obra. Somente em épocas de colheitas que os colonos deveriam ser efetivamente contratados pelos fazendeiros.³¹⁴ Botelho objetivava a diminuição da mão de obra, a partir da utilização do maquinário, como principal ferramenta para extinguir o problema da falta de braços nas lavouras paulistas.

Fugindo um pouco da lógica agroexportadora, o engenheiro agrônomo Antônio Gomes Carmo lançou seu *Reforma da Agricultura Brasileira* no ano de 1897. A obra reúne alguns dos textos publicados pelo autor na imprensa mineira anos antes, além da transcrição de alguns textos retirados de outras obras, como as do Padre Caetano da Fonseca e do também agrônomo Ernest Lehmann. Mesmo assim, Gomes Carmo sacou algumas conclusões sobre a cafeicultura, como a defesa do uso de instrumentos aratórios a partir do método de cultivo em curvas de nível, com base nas observações que realizou nas terras do pai, na região do Vale do Paraopeba, Minas Gerais. Quanto ao trabalho, o autor indica a criação de núcleos coloniais para a formação de uma reserva de mão de obra, acessível a baixos preços e, denominada por ele como “viveiros de trabalhadores”.³¹⁵

Deslocando a questão do trabalho no período pós-abolição do caso paulista para a área mineira do café, pode-se destacar algumas iniciativas e ideias em debate, como a publicação de *À Lavoura!*, texto produzido no ano de 1890. Elaborado por proprietários da Freguesia de Angustura, Termo de São José de Além Paraíba, o documento é pautado por um discurso alarmista sobre o fim da escravidão, além de outras queixas

³¹⁴ HENRIQUES, Amilson Barbosa. **A cultura rotineira e a lavoura racional**: proposições na revista agrícola (São Paulo, 1895-1907). Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010, p. 191-192.

³¹⁵ CARMO, Antonio Gomes. **Reforma da Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa da Casa da Moeda, 1897, p. 8. HENRIQUES, Amilson Barbosa. op.cit., p. 111.

por parte dos proprietários.³¹⁶ O texto traz também um diagnóstico de extenuação da lavoura cafeeira na região, cuja principal solução seria a busca de mais braços. Para tanto, propõe a regularização do trabalho dos colonos através de um conjunto de regras denominado *Estatuto das Colônias da Freguesia de Angustura*, prevendo ainda a criação de uma espécie de associação, concebida em sua ata de fundação:

Fica fundado na sede da Freguezia de Angustura um club que se denominará – Club dos Lavradores de Angustura – e terá por fim estudar todas as questoes concernentes ao trabalho, sob seu ponto de vista economico, indicar os methods mais praticos para a regularisação da producção, promover perante os poderes constituídos e regulares da nação a defesa dos direitos e da propriedade de seus socios, ampliar e desenvolver o ensino agricola nesta circumscrição por meio de escolas praticas, tratar, sobretudo, da colonizaçãõ e locaçãõ de trabalhadores nas fazendas pertencentes aos seus associados, creando para esse fim uma estaçãõ de recepção de colonos exclusivamente destinados á esta zona, e cuja introducção seja de iniciativa d'esta associaçãõ [...].³¹⁷

Sobre a questão da mão de obra, o artigo segundo do documento revela cada um dos três sistemas de trabalho que o colono poderia optar no momento de sua entrada nas fazendas da região e que seria previamente acordado com o proprietário. O primeiro deles era o sistema da parceria. Nele, o colono era obrigado a entregar metade do café colhido na parcela a ele destinada, da mesma forma que a produção de outros gêneros produzidos, especificados em três: a mandioca, a cana-de-açúcar e o fumo. Quanto aos serviços destinados ao cuidado dos cafezais, cabia também ao colono a responsabilidade de executá-los quando necessário, se de sua vontade. Caso contrário, ficavam a cargo do proprietário, que logo após, cobrava um valor determinado a ser pago pelo colono.

No segundo sistema de trabalho descrito, a empreitada, o colono era obrigado a entregar ao proprietário o café colhido em seu lote, mediante o pagamento de 800 réis por 50 litros de café, sendo compelido a cumprir as mesmas cláusulas referentes à parceria, excetuando-se o fornecimento do formicida, que o proprietário distribuía grátis para o serviço da extinção das formigas. Por fim, a empreitada mista previa um pagamento relativamente menor ao colono, de 400 réis por 50 litros de café colhido em sua parcela. Contudo, o trabalhador era remunerado para a execução de determinadas tarefas, como a capina dos cafezais, sobre um pagamento de 10 réis por 1.000 pés.

³¹⁶ *À Lavoura*. Rio de Janeiro: Typ.Universal de Laemmert & C., 1890, p. 15.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 19.

Importante salientar que cada colono deveria possuir uma residência com dimensões máximas de 40x20 palmos e um lote com 6.000 pés.³¹⁸

Interessante notar os elementos concernentes às obrigações de cada uma das partes envolvidas. O documento traz vinte e três parágrafos contendo cláusulas específicas ao cumprimento do acordo por parte dos colonos. Em contrapartida, apenas sete cláusulas são destinadas aos proprietários. Nessa relação desigual, cabia aos colonos a manutenção de uma conduta: portar-se bem com toda “moralidade, decência e decoro”; ou ainda, absterem-se de “quasquer jogos de cartas, ou de outras especies”³¹⁹. Vigilância estrita em todas as esferas da vida do trabalhador, para além da execução de suas tarefas laborais. Segundo Souza, “com o fim da escravidão, o consequente aumento da demanda por força de trabalho levou autoridades e proprietários a instituírem rigorosos padrões de disciplina a serem seguidos pela população livre pobre”.³²⁰

Ainda na região da Zona da Mata, a mesma autora aponta outros elementos concernentes ao processo de transição do trabalho na cidade de Juiz de Fora, com base em um variado conjunto de fontes – cartoriais, criminais, jornalísticas, etc. De acordo com sua pesquisa, Souza identifica a visão dos proprietários cafeeiros através do discurso em prol do colono nacional, apresentado já em meados da década de 1880. Pode-se citar, por exemplo, a publicação dessas ideias a respeito da mão de obra na imprensa local, a partir desse período. Em um dos principais jornais da cidade, *O Pharol*, se veiculava a defesa do trabalhador nacional por, de acordo com a interpretação de Souza, apresentar “a vantagem de já estar acostumado à lida nas fazendas e não ser exigente como o europeu”.³²¹

Em todos os casos acima descritos, há de se considerar que grande parte do debate se reuniu em torno da procedência do trabalhador, ou melhor dizendo, da adoção ou não do imigrante perante as possibilidades de utilização da força de trabalho nacional, incluindo os ex-cativos. Já os manuais agrícolas e demais publicações se direcionaram menos à questão do trabalho no período pós-escravidão, para se concentrarem mais nas técnicas de modernização do campo. Passada a questão do trabalho, faz-se agora uma breve mirada no debate em torno das inovações técnicas no que diz respeito ao melhoramento da terra, a partir do século XIX. É nesse mesmo período que intelectuais, proprietários e cientistas passaram a pensar a agricultura de um

³¹⁸ Ibidem, p. 9.

³¹⁹ Ibidem, p. 11.

³²⁰ SOUZA, Sonia Maria de. op.cit., 2007, p. 177.

³²¹ Ibidem, p. 147.

ponto de vista ecológico, dedicando maior número de publicações científicas e circulação do conhecimento a respeito do assunto.³²²

Percebe-se a ocorrência de um processo de institucionalização das ciências agrícolas, por parte desses atores sociais, que tinham como principal objetivo solucionar o problema das lavouras com base em experimentos e estudos técnicos direcionados.³²³ Pode-se citar, por exemplo, que o início desse processo é marcado pela iniciativa desses grupos dentro do próprio governo imperial, com a criação dos institutos agrícolas. Segundo Martins, a preocupação da elite política com as questões concernentes à agricultura se dá a partir de uma conjuntura específica, pautada em três elementos: a extinção do tráfico de escravos, a crise na agricultura de abastecimento e a projeção de uma crise no setor cafeeiro, alavancada pelo princípio do processo de degradação da terra no médio Vale do Paraíba fluminense em meados do século.³²⁴

No caso dessa região, pioneira da cafeicultura no Brasil, os primeiros questionamentos sobre o trato da lavoura cafeeira surgiram por volta do segundo quartel do século XIX. Ou seja, o caráter exaustivo do sistema agrário então adotado foi percebido antes mesmo do esgotamento dos solos ou do fechamento da fronteira do café na região, de modo que, nesse período, a produção da *commodity* se expandia sem maiores limitações. No ano de 1827 foi fundada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), instituição responsável pelos assuntos competentes à agricultura na época.³²⁵ Seis anos após a fundação da instituição, no ano de 1833, surgiu o *Auxiliador da Indústria Nacional*, periódico que passou a expressar as ideias e projetos da SAIN. No *Auxiliador*, foi publicada uma série de textos que de fato insistiam em medidas que poderiam ser colocadas em prática no campo, como a rotação das culturas, a utilização de instrumentos como o arado e a charrua, além do uso do adubo.³²⁶

Todas essas determinações elencadas pelos autores das pautas publicadas no *Auxiliador*, assim como em outros veículos de comunicação afinados à discussão do tema, a exemplo da *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de*

³²² PÁDUA, José Augusto. op.cit., 2002, p. 161-280.

³²³ BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. **Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891.** Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011, p. 11.

³²⁴ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola no Segundo Reinado (1860- 1897).** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995, p. 54.

³²⁵ SILVA, José Luis Werneck da. **Isto é o que me parece: a SAIN (1827-1904) na formação social brasileira – a conjuntura de 1871 até 1877.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

³²⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op.cit., 1986, p. 133-134.

Agricultura,³²⁷ se utilizaram da literatura e da prática empregadas no continente europeu. Figuras importantes da região, como Barão de Paty do Alferes, foram importantes nessas discussões que, na verdade, nada mais eram do que uma tentativa de implantar as mesmas medidas que foram concretizadas na segunda revolução agrícola europeia, alcançada através da maior difusão e, principalmente, do aprimoramento dos instrumentos de trabalho secularmente conhecidos no velho continente; a adoção de sistemas de rotação menos esparsos através do cultivo de tubérculos e forrageiras; e o desenvolvimento e maior aproveitamento da pecuária como aliada à produção agrária.³²⁸ Outros tantos autores e publicações revelam a forma com que as questões ambientais concernentes ao café eram tratadas no território fluminense a partir do século XIX. Para Mauro Leão Gomes:

As críticas contra a rotina do cultivo do café aumentavam em número e em consistência, na segunda metade do século XIX, uma vez que os impactos ambientais causados pela lavoura cafeeira tornavam-se gradualmente mais nítidos, a partir daquele momento. Mesmo os manuais de agricultura, que continham técnicas de cultivo e beneficiamento do café, passariam a ser editados com uma visão mais crítica acerca da rotina da lavoura cafeeira. É importante frisar, que essas críticas, na sua maior parte, restringiam-se a observações de ordem ética e moral, sem embasar propostas de mudanças mais estruturais, que tocassem, por exemplo, em questões como a escravidão e a grande propriedade fundiária. Estes, na verdade, eram fatores significativos que estimulavam a manutenção de práticas agrícolas insustentáveis do ponto de vista ecológico, no Brasil oitocentista.³²⁹

Em que pese a expressiva participação de indivíduos de alguma forma relacionados ao Vale do Paraíba fluminense, a grande maioria dos debates entravados em torno da matéria se concentrou na Corte. É possível citar a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Macop), em 1860, e a participação de outras instituições oitocentistas como o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), além dos congressos e exposições agrícolas realizados na cidade do Rio de Janeiro, como principais canais de circulação de ideias relacionadas à agricultura e, mais especificamente, à cafeicultura. No entanto, outras províncias acompanharam o movimento expressado na Corte, já que são criados institutos imperiais de agricultura na Bahia, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul.

³²⁷ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. op.cit. BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. op.cit.

³²⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op.cit., 1986, p. 132.

³²⁹ GOMES, Mauro Leão. op. cit., p. 80.

No caso da economia cafeeira paulista, esse processo parece ser sensivelmente tardio – assim como a incorporação produtiva de sua cafeicultura – se comparado com o exemplo fluminense. Destacam-se alguns institutos e publicações criados na década de 1880. São eles a Revista de Horticultura, do botânico Frederico de Albuquerque, em 1880; a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, iniciada em 1886; e o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), de 1887. Quanto ao IAC, a divulgação do conhecimento se deu através de seus *Boletins técnicos*, até a criação da primeira revista, *Bragantia*, em 1941.³³⁰ De importância singular foi a já citada *Revista Agrícola*, que tem seu nome modificado em 1908 para *O Fazendeiro*, cujo subtítulo passa a demonstrar sua vocação: *Revista mensal de agricultura, industria e comercio, dedicada especialmente aos interesses da lavoura cafeeira*. É precisamente na virada do século que se percebe, de acordo com Martins, um contexto de ampliação das publicações agrônomicas voltadas ao grande público.³³¹

Destacam-se também as publicações não necessariamente veiculadas aos institutos ou outras formas de organizações públicas ou privadas. Pioneiro nesse sentido é o trabalho do botânico Frei José Mariano da Conceição Velloso, publicado entre os anos de 1798 e 1806.³³² A monumental e inacabada obra realizada pelo religioso, *O Fazendeiro do Brasil*, foi construída em cinco tomos e onze volumes. Nela, constam textos de caráter didático, incluindo inúmeras ilustrações, voltados ao conhecimento de técnicas a serem implantadas na cultura dos mais variados gêneros. Cana-de-açúcar, cacau, arroz, leite e derivados, especiarias diversas e o café estão presentes ao longo de inúmeras páginas. Esse último inclui-se no Tomo III, parte I, denominado “Bebidas Alimentosas”, donde está traduzida uma série de textos – mais de vinte referências – elaborados em língua inglesa e francesa, em sua maioria. As matérias tratam desde compêndios históricos sobre a trajetória da planta, assim como suas propriedades e características orgânicas, até suas formas de plantio e conservação.

³³⁰ CONAGIN, Armando. IAC. In: PEIXOTO, Aristeu Mendes (Org.). **Enciclopédia Agrícola Brasileira**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2002, v. 4, p.17-19. ROMERO, João Carlos Peres. **O café no IAC: Instituto Agrônomo. 60 anos de artigos científicos publicados na revista Bragantia (1941-2001)**. São Paulo: Editora Agrônômica Ceres, 2002.

³³¹ MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008, p. 282-303.

³³² VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brasil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798-1806.

Dada a impossibilidade de citar todas as grandes obras voltadas à agronomia, seguem outros dois exemplos, erradicados nas duas principais áreas cafeeiras do Brasil. De importância singular é o trabalho realizado ao longo de décadas por Frederico Burlamaqui. Doutor em Matemática e Ciências Naturais, Burlamaqui teve sua obra, *O Catecismo da agricultura*, publicada postumamente por Nicolau Joaquim Moreira, que representou um momento importante no campo do conhecimento sobre o tema.³³³ Já em São Paulo, destacaram-se as intervenções do agrônomo Wilhelm Dafert a respeito da perda de nutrientes e os processos de fertilização do solo, sobretudo em sua obra publicada no ano de 1900, com o título original *Principes de culture rationnelle du café au Brésil*.³³⁴

Em proporções bem diferenciadas às de seus congêneres das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, os proprietários, intelectuais e agentes governamentais de Minas Gerais também influenciaram os modos de pensar a agricultura – e conseqüentemente, o cultivo de café na região –, embora não tenham de fato elaborado uma grande obra de referência como as citadas anteriormente. Tampouco, o número de instituições e publicações alcançado por esses indivíduos revela-se a par das mais variadas contribuições realizadas por fluminenses e paulistas, a partir do primeiro quartel do século XIX. No entanto, podem-se citar algumas dessas contribuições realizadas pelos mineiros. Uma vez mais, o *Manual Agrícola* do Padre Antônio Caetano da Fonseca é imprescindível para a reflexão sobre a difusão de ideias no campo.³³⁵

Curioso notar, que ao contrário de muitos dos seus contemporâneos, sua obra teve um direcionamento para a produção de gêneros de primeira necessidade e não o produto exportador. Contudo, é possível identificar algumas contribuições e críticas ao método de cultivo do café, embora o padre chegasse a cogitar a substituição do café por outras culturas como a da cana-de-açúcar e, principalmente, a do algodão. O principal objetivo dos escritos de Fonseca sobre o café era versar sobre o seu cultivo em terras cansadas, uma vez que o autor obteve como foco analítico a secularmente ocupada

³³³ BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César; MOREIRA, Nicolau Joaquim. **Catecismo de agricultura**. Rio de Janeiro: Typographia J.A. dos Santos Cardoso, 1870. BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. op. cit., p. 37-39.

³³⁴ DAFERT, Franz Wilhelm. **Principes de culture rationnelle du café au Brésil**. Paris: Augustin Challamel, 1900.

³³⁵ FONSECA, Antônio Caetano da. **Manual do agricultor dos gêneros alimentícios ou método da cultura mixta destes gêneros nas terras causadas pelo sistema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado, e um pequeno tratado de medicina doméstica para fazendeiros**. Rio de Janeiro: Ed. Eduardo & Henrique Laemmert, 1863. apud: ROMERO, José Peres; ROMERO, João Carlos Peres. op. cit., p. 114-119.

região central da Província de Minas Gerais, durante a década de 1860. Dentre suas contribuições, o padre defendia técnicas de adensamento, covagem e a utilização do esterco animal no processo de adubação dos cafeeiros. Além disso, também aconselhava a intercalação com outras espécies – sobretudo o bananeiro – e o aproveitamento do mato capinado nas valas.

Já em termos oficiais, Minas Gerais também discutia a matéria durante o período imperial. Percebe-se também o esforço e a consciência que as autoridades provinciais possuíam em relação ao sistema agrário corrente. Os Relatórios dos Presidentes da Província, datados de meados do oitocentos, podem dar uma ideia de como a agricultura praticada no interior das unidades rurais mineiras era vista por parte dos agentes oficiais e especialistas da agricultura. Uma análise mais detida dessa documentação revela que tanto a preocupação, quanto as medidas julgadas ideais são bastante parecidas com aquelas proclamadas na região do Vale do Paraíba fluminense. A começar pelo diagnóstico de como era praticada a agricultura na Província mineira, datado do ano de 1856, que chamava atenção para os processos de derrubada-queimada e a falta de rotatividade nos terrenos cultivados:

Resumindo rapidamente o que se pratica actualmente, encontra-se apenas a cultura annual que consiste nas derrubadas, queimas e mais processos adaptados geralmente no paiz: assim destroe-se successivamente cada anno vastissimos mattos virgens e ao mesmo tempo immensas riquezas que no futuro poderião ser exploradas; o que mui certamente acarretaria a falta absoluta de madeiras de construcção e de carbonisação, para as diversas industrias que hão de vir a estabelecer-se no paiz em consequencia da abundancia de seos productos mineraes e vegetaes. A cultura alternada não se pratica em parte alguma, e mesmo não é conhecida; todo o systema actual da agricultura pode-se dizer que consiste em destruir sem crear novos elementos de producção.³³⁶

Ainda, os textos elaborados no século XIX sobre os processos adotados por parte dos agricultores locais, afirmavam que as terras, “dentro de pouco tempo se tornão irremediavelmente cançadas”, fazendo desaparecer rapidamente “magnifeas florestas”, enquanto que o solo, “cobrindo-se de arbustos inúteis, e mesmo damnosos, vai perdendo

³³⁶ **Relatorio que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou na sessão ordinária de 1856 o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia.** Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1856, p. 49.

sua primitiva fertilidade.”³³⁷ Trata-se do sistema rotineiro de uma lavoura que estava, segundo relatório de 1869, em “estado primitivo”.³³⁸ Portanto, era preciso aliar os conhecimentos das ciências até então disponíveis, no sentido de melhorar a produtividade e garantir a reprodução da agricultura no longo prazo, donde a inovação dos instrumentos de trabalho era um dos principais argumentos para a introdução das melhorias no campo:

Cumpre, porem, não desconhecer-se a efficacia de outros meios, como introdução de novas e melhores machinas, e de outros recursos quase vão empregando, como remessas de sementes e memórias sobre seu cultivo, distribuidos pelos fasendeiros.³³⁹

A rotina seguida até hoje, alem de exaurir as forças do sólo, sem reparação possível, repele toda tentativa de melhoramento, o emprego de instrumentos aratorios, e torna inuteis e ociosas todas as descobertas da sciencia, que á ella de certo não tem applicação. (...) o meio único é iniciar a pratica da cultura dos campos pelo arado.³⁴⁰

Décadas após as considerações realizadas pelos agentes oficiais da província no século XIX, o discurso a respeito da rotina agrícola não apresentou diferenças significativas. Através de informações retiradas de dois relatórios (um deles de 1919 e, o outro, de 1923), percebe-se a preocupação das autoridades do Estado de Minas Gerais em relação à matéria. O primeiro relatório, de 1923, apresentava um breve histórico sobre a destruição das matas, apontando a necessidade de preservação das mesmas. Já o outro, elaborado em 1919, descrevia o indispensável uso das técnicas e instrumentos inovadores para o melhor aproveitamento da agricultura. O documento ainda revelava a possibilidade de exploração de antigas zonas da cafeicultura:

A destruição das florestas foi até ha pouco tempo uma necessidade imperiosa para o estabelecimento dos povoadores de largas regiões do Estado. A matta era o obstaculo a vencer – e o machado e o fogo foram instrumentos de civilização, abrindo clareiras em paragens inhospitas, limpando e saneando para o homem áreas até então

³³⁷ **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1837 pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto.** Ouro Preto: Typografia do Universal, 1837, p. 24-25.

³³⁸ **Relatorio apresentado á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes, na sessão ordinária de 1869, pelo presidente da mesma província, Dr. José Maria Corrêa de Sá Benevides.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870, p. 22.

³³⁹ **Relatorio que á Assembléa legislativa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1865, o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia.** Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1865, p. 24.

³⁴⁰ **Relatorio que á Assembléa legislativa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1870, o Vice-presidente Dr. Agostinho José Ferreira.** Ouro Preto: Typographia Provincial, 1870, p. 10.

ocupadas pelas arvores, pelas feras e pelos transmissores do impaludismo e de outras molestias. (...) Mas, seria um crime continuar a derrubar a mata para formar latifúndios com pastagens de capim gordura e empregar o bárbaro processo das queimadas primitivas, em que se perdem em horas ou dias riquezas acumuladas pela natureza em séculos de fértil labor.³⁴¹

Cumpra ao governo ajudar a lavoura a remodelar os métodos até aqui seguidos, difundindo o uso das máquinas e adubos e o ensino dos preceitos da agronomia moderna. Embora se abram largos horizontes à produção cafeeira nas terras virgens dos vales do Mucury e do Rio Doce, seria um crime esquecer, neste momento, as regiões clássicas do café, cujo futuro reclama toda atenção dos poderes públicos.³⁴²

No ínterim estabelecido entre as duas fontes citadas, ocorreu o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Minas Gerais, contando com a participação de membros representantes de cada municipalidade do estado. Em meio a todas as pautas levadas em discussão na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1903, a agricultura do café também foi matéria presente. Chegou-se a criar na ocasião uma comissão específica para o produto, dada sua importância fiscal para o estado. Todavia, outros setores da agricultura, além da pecuária, acabaram por pressionar as autoridades em busca de uma solução mais homogênea para todos os setores do agro mineiro. Dentre as proposições que envolviam também as questões referentes à mão de obra, destacaram-se as propostas que previam o “apoio técnico através da criação de um laboratório de análise de terras e divulgação de métodos de cultura mais sofisticados”, como também a “organização de cooperativas agrícolas que funcionariam como centros de amparo técnico”.³⁴³

Os casos apresentados revelam que os mineiros, assim como seus contemporâneos fluminenses e paulistas, discutiram sistematicamente a questão agrária durante o período investigado. Todos os esforços, individuais ou coletivos, ligados a diferentes instituições, compreenderam o caráter predatório da cafeicultura então praticada. Da mesma forma, buscaram divulgar de que maneira era possível modificar os métodos agrícolas, ao entender que o uso do arado ou introdução de técnicas como a rotação trienal, o uso de forrageiras, a necessidade de reposição de nutrientes, etc., eram os principais elementos capazes de gerar as melhorias necessárias no agro. Porém, em

³⁴¹ Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Raul Soares de Moura ao Congresso Mineiro, lida na abertura de sua 1ª sessão ordinária da 9ª legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1923, p. 119-120.

³⁴² Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1919. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1919, p. 70.

³⁴³ DESTRO, José Augusto de Souza. op. cit., p. 57.

face da consciência sobre os ganhos reais que essas mudanças poderiam trazer, elas não foram de fato introduzidas na maioria dos casos.

Ainda que houvesse esse tipo de mentalidade em prol dessas inovações nos meios institucionais e por parte de alguns grupos de certa forma envolvidos com a agricultura, a difusão do *uso racional do solo*, perpetrada de maneira *extensiva*, continuou a ser generalizada em termos práticos, uma vez que se aliavam os parques instrumentos de trabalhos aos métodos de derrubada-queimada, até o esgotamento do solo e abandono de atividades agrícolas no espaço anteriormente utilizado.³⁴⁴ Giovanni Federico afirma que em regiões como essa, dada à disparidade da relação terra/trabalho, o cultivo extensivo foi a escolha acertada sob o ponto vista econômico, uma vez que o latifúndio foi a solução institucional mais conveniente para os grupos dominantes.³⁴⁵ Segundo Pádua:

O impacto histórico concreto destas reflexões, no entanto, em termos de influenciar uma mudança efetiva nas práticas agrícolas da época, foi praticamente inexistente. A rotina predatória continuou seu curso sem levar em conta as relativamente poucas advertências que eram feitas quanto à sua insustentabilidade.³⁴⁶

Todavia, o caráter extensivo da produção agrária local não se restringiu especificamente à região da Zona da Mata. De um modo geral, esse sistema se fez presente em outras áreas cafeeiras do centro-sul do país, tais como o Oeste paulista e o Vale do Paraíba fluminense, em que pesem as diferenças dos processos cafeeiros entre essas regiões. Dentro dessa interpretação sobre a persistência do sistema agrário ao longo do período selecionado, outro ponto que deve ser destacado diz respeito ao lugar da mão de obra nesse processo. Estudando o caso paulista, José de Souza Martins afirma que a “função e o produto permaneceram os mesmos e o processo de trabalho não mudou. O colono continuou a fazer exatamente o mesmo que o escravo fazia, mudando apenas a forma social da organização do trabalho [...]”.³⁴⁷

Importante considerar que o processo de transição do trabalho não modificou o trato da lavoura. É possível perceber que, mesmo em momentos distintos em relação ao

³⁴⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op. cit., 1986. PÁDUA, José Augusto. "Cultura esgotadora": agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Seropédica, n. 11, p. 134-163, out., 1998.

³⁴⁵ FEDERICO, Giovanni. **Breve Historia Económica de la Agricultura**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2011, p. 120.

³⁴⁶ PÁDUA, op.cit.,1998, p. 147.

³⁴⁷ MARTINS, José de Souza. op.cit., 2010, p. 11.

estatuto jurídico do trabalho, a mão de obra alocada na lavoura cafeeira (escravos, ex-escravos e colonos – nacionais ou estrangeiros), tendeu a utilizar-se das mesmas ferramentas e métodos no eito. É sabido que o sistema agrário possuía aspectos culturais intrínsecos, fundados pela imbricação de tradições autóctones milenares como, por exemplo, a utilização do fogo. No caso da Mata, a permanência do ex-escravo nas fazendas, ou mesmo a utilização do trabalhador nacional, ajuda a compreender a insistência em tais métodos. Por outro lado, a reduzida parcela do trabalhador imigrante, ainda que trouxesse uma carga de conhecimentos agrônômicos, teve que se adaptar a agricultura local por não possuir experiência no cultivo do café, nem sequer o manejo dos solos tropicais.

Resumindo, quanto maior era a capacidade de agregar mão de obra e largas extensões de terras, maior era a capacidade de produção da *commodity* cafeeira no interior das propriedades rurais da região matense, ao longo do período em foco.³⁴⁸ Por um lado, o trabalho era superexplorado sem a mediação das técnicas ou instrumentos disponíveis na época. Por outro, a disponibilidade de terras compostas por matas se impunha como uma das principais ferramentas do processo de reprodução da economia cafeeira. Essas eram as principais características em torno do sistema extensivo de uso do solo, em sua racionalidade, que buscava agregar ao máximo os seus dois componentes, de maneira a obter altos níveis de produtividade. Porém, esse processo se restringia de acordo com o tempo e o espaço da produção.

E mediante essa constante necessidade em agregar áreas inexploradas pela agricultura, o mecanismo da fronteira surge como elemento de análise a seguir, nas próximas seções.

3.3 Uma interpretação da fronteira

Os dicionários brasileiros do século XVIII e primeira metade do XIX atestam um tipo de conceituação recorrente até então para o uso do termo *Fronteira*. Raphael Bluteau (1728) o denomina como “confins, limites”.³⁴⁹ Em Antonio de Moraes Silva

³⁴⁸ “[...] As diferenças no processo material de produção eram mais quantitativas do que qualitativas, visto que era o tamanho e a diversificação da “fábrica” ou do “empreendimento” agrícola (quantidade de terras, escravos, atividades econômicas etc.) que distinguíam as unidades produtivas.” CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. op. cit., p. 171.

³⁴⁹ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores

(1789), o termo aparece como “confim, limite, extremo, raia”.³⁵⁰ Já Luiz Maria da Silva Pinto (1832) apresenta a seguinte descrição: “confim ou limite de um reino, etc”.³⁵¹ Essa visão consolidou a ideia de fronteira como delimitação espacial político-administrativa. E é possível perceber esse mesmo significado na descrição de dicionários recentes. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira define o termo como “extremidade de um país ou região do lado onde confina com outro, ou ainda, simplesmente, como limite”.³⁵² De maneira similar, Houaiss explica a fronteira como “limite que demarca um país e o separa de outro(s)”, ou mesmo, “raia; termo, limite”.³⁵³

Em geral, a historiografia tende a resgatar a ideia de fronteira a partir das formulações conceituais da *frontier thesis*, elaborada por Frederick Jackson Turner em finais do século XIX.³⁵⁴ A influência de Turner em vários estudos ao longo de décadas tem consolidado o conceito que ainda persiste em muitos segmentos e, muitos pesquisadores relacionam essas ideias aos seus escritos originais. Basicamente, a *frontier thesis* originalmente analisada pelo autor, no ano de 1893, refere-se ao caráter espacial do fenômeno. Isto é, o constante movimento caracterizado pela expansão e exploração de novas áreas não civilizadas situadas na parte ocidental dos Estados Unidos. Nesse sentido, sua contribuição considerava a fronteira como algo dinâmico, não se limitando à tradicional visão recorrente que a definia majoritariamente sob o prisma político-administrativo fundado pelo Estado moderno.³⁵⁵

Segundo o autor, a posição de vanguarda dos Estados Unidos da América frente as outras nações, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social alcançado, seria explicável pela questão da fronteira. Ou seja, o movimento dinâmico de indivíduos em busca de novas possibilidades de ascensão pessoal entre as duas costas do país – esses sim, os verdadeiros pais fundadores da nação – permitiu que o fenômeno do

portuguezes e latinos, oferecido a el-rey de Portugal D. João V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, v. 8, p. 219.

³⁵⁰ SILVA, Antonio Moraes. **Dicionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 62.

³⁵¹ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz**. Na Typographia de Silva, 1832, p. 67.

³⁵² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Ilustrado**. Curitiba: Editora Positivo, 2008, p. 241.

³⁵³ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**: versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.

³⁵⁴ TURNER, Frederick Jackson. The Significance of the Frontier in American History. In: RIDGE, M. (Org.). **Frederick Jackson Turner: Wisconsin's Historian of the Frontier**. Madison: State Historical Society of Wisconsin, 1986.

³⁵⁵ ÁVILA, Arthur Lima de. Apresentação. In: TURNER, Frederick Jackson. O Significado da História. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 191-223, 2005.

crescimento se consolidasse em proporções gigantescas. De acordo com as proposições de Frederick Turner, a passagem de uma fronteira era também um marco de civilização, que dava lugar a inovações institucionais que, por sua vez, contribuíam para construção da nação. O conceito, desenvolvido pelo autor até mais ou menos o ano de 1910, determina a fronteira como elemento social e econômico, movido por agentes específicos.³⁵⁶ Portanto, a fronteira é processual e, segundo Secreto, a originalidade do autor reside justamente em dar um sentido histórico/ideológico ao fenômeno.³⁵⁷

As ideias de Turner reverberaram de alguma forma no Brasil. Destacam-se nesse caso as contribuições de Capistrano de Abreu que, embora fosse contemporâneo ao autor estadunidense, não teve contato com a obra de Turner. Em *Capítulos de História Colonial*, publicado no ano de 1907, destaca-se o nono capítulo, denominado “O Sertão”.³⁵⁸ Buscando valorizar o papel representado pelos sertanistas, o discurso do autor cearense é composto por um nacionalismo republicano, ideologicamente inserido no momento no qual escrevia, assim como em boa parte de sua obra. Para ele, a ocupação do Sertão, iniciada de maneira dispersa e em épocas distintas, ganhou força ao formar-se como uma corrente natural para o interior. Partindo de São Paulo, na direção norte, tal fenômeno se diferenciou substancialmente do processo de ocupação litorâneo, praticado nos primeiros anos de colonização portuguesa, e por isso, mais vigoroso. Ronaldo Vainfas afirma que na interpretação de Capistrano de Abreu, a fronteira foi, sobretudo, “conquista e luta para assegurar a posse de determinados territórios, antes de ser limite diplomaticamente acordado”.³⁵⁹

Diferentemente, a chamada Geração de 1930 não só teve contato com a obra de Turner, como também fez referências diretas ao autor em alguns casos, ainda que sobre diferentes pontos de vista. Sérgio Buarque de Holanda é quem inaugura a série de estudos clássicos brasileiros iniciados nessa década. Num primeiro momento, a influência do autor estadunidense encontra-se presente na obra *Raízes do Brasil* (1936),

³⁵⁶ ÁVILA, Arthur Lima de. **E da Fronteira veio um Pioneiro: a *frontier thesis*** de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 54-67.

³⁵⁷ SECRETO, Maria Verônica. **Fronteiras em movimento: o sudeste bonaerense e o oeste paulista** na segunda metade do século XIX. História comparada. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 44.

³⁵⁸ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

³⁵⁹ VAINFAS, Ronaldo. Fronteira. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 254.

sobretudo em seu primeiro capítulo, intitulado “Fronteiras da Europa”.³⁶⁰ Aqui, a interpretação de Holanda sugere dois fenômenos correlatos ao processo de formação do Brasil colonial. Em um primeiro momento, o autor enxerga Portugal como zona de transição e em um segundo momento, sugere o próprio Brasil como zona de fronteira. No segundo desses dois processos, Holanda chama atenção para o amálgama das culturas europeia e ameríndia ao longo da história colonial.

Mas é em *Caminhos e Fronteiras*, uma compilação de textos publicados ao longo da década de 1940 e reunidos somente no ano de 1957, que Holanda sofisticava sua interpretação.³⁶¹ Na obra, destaca-se uma análise sobre a “expansão vicentina e a criação de uma “civilização” peculiar, baseada numa economia agrícola de subsistência muito distinta da que vigia no agroexportador litoral nordestino”.³⁶² O autor interpreta a fronteira como um fenômeno da conquista e expansão do interior brasileiro, destacando o papel realizado por homens pioneiros nesse processo. Sérgio Buarque propõe-se a discutir o “significado de fronteira, compreendida enquanto movimento dinâmico das Bandeiras que abriram os caminhos para a constituição do território nacional”.³⁶³ Curioso notar que a própria utilização do termo fronteira vai sendo abandonada por Holanda ao mesmo tempo em que o autor incorpora a ideia de uma fronteira no sentido turneriano nos seus escritos – mesmo afirmando veementemente que as ideias do estadunidense não são aplicáveis ao caso brasileiro.³⁶⁴ Segundo ele, o termo fronteira:

[...] bem poderia ser utilizado aqui independentemente de quaisquer relações com o significado que adquiriu na moderna historiografia, em particular na historiografia norte-americana desde os trabalhos já clássicos de Frederick Jackson Turner. De qualquer modo seria injustificável a pretensão de aplicar os esquemas de Turner às condições que se criaram no Brasil e se associaram à sua expansão geográfica.³⁶⁵

Através das reflexões sobre a obra de Sérgio Buarque Holanda, nota-se um elevado grau de interlocução do historiador paulista com o pensamento turneriano, ao

³⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

³⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³⁶² VAINFAS, Ronaldo. Fronteira. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). op. cit., 2001, p. 255.

³⁶³ CAMILO, Janaína Valéria Pinto. **A Medida da Floresta: as viagens de exploração e demarcação pelo “País das Amazonas” (Séculos XVII e XVIII)**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p. 34.

³⁶⁴ VANGELISTA, Chiara. “Sua vocação estaria no caminho”: espaço, território e fronteira. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Um historiador nas fronteiras. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 118-119.

³⁶⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit., 2008, p. 13.

contrário do que ocorreu com outro representante dessa mesma geração. Sem desconhecer Turner, mas com menos imersão na obra do autor, Caio Prado Júnior atentou-se para o fato de que seu pensamento sobre a fronteira não poderia ser inteiramente aplicado à realidade brasileira, chegando a referir-se aos seus textos como “teorias apressadas e muito em voga”.³⁶⁶ Prado Júnior adotou uma teoria de ocupação pautada na expansão de atividades econômicas, sobretudo voltadas para o mercado internacional, desde a extração do pau-brasil, nos primeiros anos de colonização até a produção do café, no período pós-colonial. Como quebra da falta de ímpeto desbravador do português, Prado Júnior elenca dois processos essenciais para a interiorização do território brasileiro: o bandeirismo minerador no centro-sul e a pecuária no nordeste.³⁶⁷

Arthur Ávila afirma que na obra de Turner, o leste é mostrado como uma área “excessivamente conservadora e antidemocrática, desejosa de barrar a expansão das fronteiras e cercear a liberdade dos fronteiriços”. Já os pioneiros da fronteira oeste, pelo contrário, “acreditavam no destino manifesto da nação americana e lutavam bravamente para fazer valer a sua vontade”.³⁶⁸ Algum paralelo pode ser considerado nos trabalhos de outro autor brasileiro. Em um conjunto de conferências realizadas por Gilberto Freyre e publicadas em 1947, o autor fez referências à fronteira de Turner quando distinguiu dois tipos de pioneiros: homens que se estabeleceram na costa, representando o poder colonial e homens que se estabeleceram nas regiões interioranas, representando os novos brasileiros construtores da nação.³⁶⁹ Um misto de absoluta imersão no debate sociológico do período, com pontuais intuições acerca dos temas sobre os quais se debruçava, caracteriza a obra do autor pernambucano. É nesse sentido que Turner é interpretado em seus escritos.

Contemporâneo aos três principais autores dessa geração do pensamento brasileiro é o modernista Cassiano Ricardo, que em 1940, publica seu trabalho sobre a fronteira no país.³⁷⁰ Como um dos principais ideólogos do Estado Novo, sua publicação se insere na perspectiva do programa varguista *Marcha para o Oeste* e pode ser interpretada como uma tentativa de buscar uma continuidade nos processos de expansão do território brasileiro desde o século XVII. Ainda sobre a influência de Turner, Ricardo

³⁶⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit., 1995, p. 19.

³⁶⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit., 1961.

³⁶⁸ ÁVILA, Arthur Lima de. op. cit., p. 77.

³⁶⁹ FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³⁷⁰ RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste**. (A influência da bandeira na formação social e política do Brasil). Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

divide a sociedade a partir da fronteira, em que o leste seria voltado para a Europa, enquanto o Oeste seria o espaço genuinamente brasileiro.³⁷¹ Percebe-se o esforço do autor em exaltar a prática bandeirista. Para além, Cassiano Ricardo não só estende, como refunda o conceito de bandeirismo, ao reinterpretar tal processo histórico identificado no período colonial, mas que, segundo ele, era também um fenômeno ocorrido durante os séculos XIX e XX.

Ainda durante a década de 1940, Arthur Hehl Neiva publicou importante artigo em que se destaca uma de suas contribuições para o estudo da imigração no país.³⁷² Nele, o autor distingue dois tipos de fronteira: fronteira demográfica e fronteira econômica. Da mesma forma, o geógrafo alemão Leo Waibel, em ordem de explicar as frentes pioneiras, incorpora essa ideia e a desenvolve.³⁷³ À medida que descreve cada uma das cinco principais regiões pioneiras naquele momento em que escrevia seu trabalho, Waibel é categórico na distinção entre a fronteira política, caracterizada como uma linha nitidamente demarcada, e fronteira no sentido econômico, uma zona entre a mata virgem e a região civilizada, espaço modificado pela ação do homem. Segundo ele, somente a agricultura poderia ser considerada atividade legitimamente transformadora, pois modificava a “mata virgem numa paisagem cultural”.³⁷⁴ Da mesma forma, em sua crítica da “marcha para o oeste”, o geógrafo encara a fronteira como um processo multifacetado:

No Brasil, as zonas pioneiras não são um fenômeno primário da conquista de terras novas, mas uma consequência da mesma. Elas só se formaram posteriormente e somente ali onde englobadas na área já povoada ficaram para trás áreas mais ou menos extensas de matas. A sua área é por isso restrita e já pelas condições naturais não podem ser ampliadas indefinidamente. Nestas áreas insuladas de mata os colonos penetram não só a partir do leste, mas, também, do sul e do norte, e em parte do oeste, fazendo assim uma penetração pela retaguarda. (...) Todos estes fatos, em última análise, não se enquadram bem na expressão da “marcha para o oeste”.³⁷⁵

³⁷¹ SECRETO, Maria Verônica. op. cit., p. 55.

³⁷² NEIVA, Artur Hehl. A imigração na política brasileira de povoamento. **Revista brasileira de municípios**, Rio de Janeiro, a. 2, n. 6, p. 220-244, abr.-jun., 1949.

³⁷³ WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 4, p. 389-422, out.-dez., ano 17, 1955.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 391.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 412.

O ensaio de Clodomir Vianna Moog também se destaca dentre as principais interpretações do fenômeno da fronteira no Brasil.³⁷⁶ Sobre sua obra, Langfur afirma que a formulação da ideia de fronteira apresentada por Moog “não era menos mítica, não menos reducionista, e não mais satisfatória do que a de Turner”.³⁷⁷ Publicada na década de 1950 e baseada na comparação entre as fronteiras brasileira e estadunidense, a obra de Vianna Moog afirmava que o pioneirismo desenvolvido na América do Norte não encontrou similar no caso brasileiro, pautado na falta de iniciativa de uma ocupação predatória e extrativista. Desse ponto, os contrastes estabelecidos pelo autor entre norte-americanos de um lado e latino-americanos de outro, indicavam o “ânimo colonizador dos pioneiros versus o ímpeto conquistador dos bandeirantes: fronteira colonizada e povoada, no primeiro caso; fronteira explorada e despovoada, no segundo”.³⁷⁸

Conforme visto até o momento, a historiografia brasileira, desde o início, aprofundou-se no conceito turneriano, apresentando maior ou menor grau de compatibilidade com o autor estadunidense. Da mesma forma, a historiografia americana também se aprofundou na obra de Turner, principalmente após sua morte em 1932, reconhecendo sua importância e assimilando criticamente seus escritos. Tal é o impacto de sua obra, que mesmo após quase cem anos da publicação do texto clássico do autor, um grupo de historiadores reconhecido como *New Western Historians* persistiu na discussão sobre seu pensamento a partir da década de 1980. E suas contribuições vão além. William Cronon, por exemplo, afirma que muito do que ficou reconhecido como História Ambiental nos Estados Unidos foi escrito tangencialmente à *Western History*.³⁷⁹ Dentre os temas abordados por Turner, pode-se citar aqueles que passaram por um processo de revisão ao longo desses anos, como o papel desempenhado pelas mulheres, o conceito de terras livres e a presença das populações ameríndias na fronteira.

Contudo, o principal foco de discussão das ideias de Turner que interessa aqui se refere à questão da aplicabilidade do modelo de fronteira elaborado pelo autor, em finais do século XIX, para o caso de outras regiões. É possível compreender que as principais propostas de revisão turnerianas definem a fronteira como “uma região em que as

³⁷⁶ MOOG, Clodomir Vianna. **Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1957.

³⁷⁷ LANGFUR, Hal. **The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830**. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 293.

³⁷⁸ VAINFAS, Ronaldo. Fronteira. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). op. cit., 2001, p. 255.

³⁷⁹ CRONON, William. Revisiting the vanishing frontier: the legacy of Frederick Jackson Turner. **Western Historical Quarterly**, Logan, n. 18, p. 157-176, apr., 1987, p. 171.

peças de diferentes culturas lutam entre si pelo controle de recursos e poder político”.³⁸⁰ Dentro dessa conceptualização, um grande número de autores visualiza que as teorias de Turner refletiam uma compreensão utópica do processo da fronteira e ofereciam pouca reflexão quando aplicadas a outros países.³⁸¹ É o que afirmaram, por exemplo, autores como Ray Billington e Walter Webb ao concluírem que a questão da fronteira na América Latina era diferente do caso estadunidense.³⁸² Em suma, os estudos críticos da fronteira não só na América do Norte, mas também no restante do continente, atentaram para o fato do caráter diverso do fenômeno e por isso concluíram que as ideias de Turner não contribuíram “para uma história comum das Américas”.³⁸³

Retornando ao caso brasileiro, o antropólogo Otávio Guilherme Velho foi talvez um dos primeiros autores a realizar um exercício de compreensão da fronteira nesse sentido, uma vez que incorporou criticamente o pensamento de Turner e daqueles que assimilaram sua obra para outros países e regiões. Abrindo um novo tipo de discussão, se confrontada com as análises tradicionais sobre o tema até aquele momento, Velho adotou uma investigação comparativa entre Brasil, Estados Unidos e Rússia na primeira edição de seu livro, publicado em 1976.³⁸⁴ Interessado em compreender as bases da transição capitalista no país através da dinâmica da *fronteira em movimento*, Otávio Velho assim interpreta as particularidades do fenômeno brasileiro. Para ele, a fronteira funcionou como elemento de controle da tensão social, ao mesmo tempo em que manteve a antiga organização agrária e as estruturas do poder econômico, elementos esses fundantes da especificidade do capitalismo no país, o *capitalismo autoritário*.

Seguindo as análises em perspectiva comparada, o trabalho de Lígia Osório faz um balanço entre as fronteiras no Brasil, Argentina, e também os Estados Unidos, elencando as diferenças entre o fenômeno ocorrido nos países da América do Sul e Norte.³⁸⁵ Assim como Velho, a autora afirma que as fronteiras no Brasil e na Argentina não funcionaram da mesma maneira que no país norte-americano, pois não só mantiveram como ampliaram o poder das elites, aprofundando a desigualdade e as

³⁸⁰ “In general, these broader proposals have veered toward defining the frontier as a region in which peoples of different cultures struggle with each other for control of resources and political power.” Idem, p. 170.

³⁸¹ LANGFUR, Hal. op. cit., p. 291.

³⁸² CAMILO, Janaína Valéria Pinto. op. cit., p. 20.

³⁸³ WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira** na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 87.

³⁸⁴ VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

³⁸⁵ SILVA, Lígia Maria Osório. **A Fronteira e outros mitos**. Campinas: IE/Unicamp, 2001.

hierarquias sociais. Segundo Lígia Osório, esse processo de diferenciação incide basicamente por dois motivos: a falta de uma legislação agrária eficaz e uma política de colonização imigrante que não privilegiou a pequena propriedade. Quanto à concepção do conceito de fronteira, autora assim destaca o fenômeno:

Trata-se da experiência de ocupação dos espaços vazios, remete à zona móvel de assentamento ou colonização (implicando aproveitamento agrícola e povoamento) no limite das áreas “desconhecidas”, “não desbravadas” ou até mesmo “selvagens”. Neste sentido a palavra fronteira designa a zona de contato entre uma região onde vigoram os padrões de ocupação considerados civilizados e a região ainda a ser incorporada.³⁸⁶

A respeito da representatividade do movimento da fronteira para as forças capitalistas, interpretações regionais também foram feitas, e São Paulo surgiu como a principal região a ser estudada sob esse prisma, devido à importância de sua cultura cafeeira a partir da segunda metade do século XIX. O agrônomo coetâneo Wilhelm Dafert elaborou uma original interpretação, investigando as características econômicas e ecológicas da fronteira cafeeira do Oeste paulista.³⁸⁷ Ele diferenciou sua tese daquela defendida pelos estudos clássicos de economia política, uma vez que esses antigos autores afirmavam que a ideia de fronteira implicava o constante melhoramento de terras mais distantes e menos férteis (que diminuiria a renda da terra). Ao contrário, na análise de Dafert, o crescimento da cafeicultura contradizia as assertivas clássicas. Se por um lado a fronteira também incorporava terras mais distantes, por outro, essas mesmas terras eram mais férteis, compostas pelas florestas primárias.³⁸⁸

Na mesma linha de pensamento no que diz respeito à expansão ocorrida na maior área cafeeira do Brasil, Sérgio Milliet publicou seu conjunto de ensaios no ano de 1939.³⁸⁹ Trata-se de um trabalho suportado por um conjunto de fontes composto por recenseamentos, relatórios provinciais e outras fontes oficiais para todo o território paulista, dividindo-o em sete zonas de expansão cafeicultora. Da mesma forma, o geógrafo francês Pierre Monbeig publicou originalmente, em 1949, sua tese de

³⁸⁶ Ibidem, p. 138. apud: FALEIROS, Rogério Nanques. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 36.

³⁸⁷ DAFERT, Franz Wilhelm. *Questões Agrícolas. Ensaio d’uma nova teoria da renda territorial. Systema de lavoura tropical. Reforma da lavoura Paulista*. In: INSTITUTO AGRONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM CAMPINAS. **Coleção de trabalhos agrícolas extrahidos dos relatórios annuaes de 1888-1893**. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1895.

³⁸⁸ SECRETO, Maria Verônica. op. cit., 2001, p. 83-87.

³⁸⁹ MILLIET, Sérgio. op. cit., 1982.

doutorado defendida na Sorbonne dois anos antes, utilizando-se de métodos similares aos de Milliet.³⁹⁰ Monbeig oferece suas contribuições para o entendimento da fronteira em São Paulo através de uma detalhada descrição da natureza e das condições históricas específicas, para enfim analisar as denominadas *franjas pioneiras* em momentos distintos, sobretudo, no decorrer da primeira metade do século XX.

Percebe-se que todos os trabalhos citados são influenciados por Turner e seus interlocutores em um sentido que a fronteira – na originalidade de interpretação como fenômeno *processual* – contribuiu fortemente para a geração de determinado tipo de sociedade. O que as novas investigações reiteram é que se Turner enxerga a fronteira como um mecanismo de dispersão da tensão social, justo o oposto, a fronteira brasileira funcionou como um dispositivo de aumento da desigualdade, assim como Otávio Velho buscou compreender em seu trabalho. Por esse motivo, os estudos mais recentes têm se utilizado de uma aproximação metodológica do movimento de fronteira, investigando principalmente as formas de ocupação da terra.³⁹¹ Isso porque o padrão colonial de propriedade adotado nas áreas centrais do Brasil, nos séculos XVIII e XIX, adicionado à conquista dos territórios, fundaram de acordo com esses autores, as instituições e conflitos que ajudaram a aprofundar as desigualdades econômicas e sociais no seu lócus privilegiado, ou seja, na fronteira.

Tanto os enfoques transformadores do pensamento brasileiro efetivados a partir do trabalho de Otávio Velho, quanto os trabalhos mais recentes sobre influência da ideia de fronteira, tentam adotar esse tipo de abordagem. É o que se percebe no que diz respeito à historiografia de Minas Gerais. Autores dedicados ao estudo do território mineiro tendem a empregar esse tipo de conceptualização para a fronteira, que por sua vez é considerada como fenômeno local do século XVIII na maioria dos casos, e donde as Sesmarias eram o principal mecanismo de movimento para as áreas desconhecidas (*Sertões*) após a conquista desses territórios.³⁹² Portanto, a dinâmica da fronteira em

³⁹⁰ MONBEIG, Pierre. op. cit.

³⁹¹ MOTTA, Márcia. op. cit., 2008. PINTO, Francisco Eduardo. op. cit.

³⁹² AMANTINO, Marcia Sueli. **O mundo das feras:** Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. op. cit. MACHADO, Marina Monteiro. **Entre fronteiras:** terras indígenas nos sertões fluminenses (1790-1824). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’el Rei:** espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

Minas Gerais é demarcada de um lado, pelo papel desempenhado pelos atores, e de outro, por um projeto de colonização encabeçado pela Coroa portuguesa.³⁹³

Nesse sentido, é surpreendente observar que pouco se tem discutido a respeito da fronteira do século XIX, uma vez que é consenso compreender o próprio fenômeno enquanto um elemento dinâmico de constante transformação. Se ela altera também todas as formas de estruturação da sociedade, nesse caso, não é possível negligenciar a importância da fronteira no período posterior àquele consolidado como o de ocupação/conquista e colonização em uma das grandes áreas do centro-sul brasileiro. Para uma interpretação do fenômeno nas Minas Gerais oitocentistas, com incidência na área cafeeira, o economista brasileiro Antonio Barros de Castro pode oferecer uma aproximação geral de como a dinâmica do uso da terra – anteriormente analisado na descrição do sistema agrário – em que o desflorestamento impunha a necessidade de incorporação de novas áreas, pode ser integrado ao conceito de fronteira.

Em 1969, Castro publicou o primeiro volume de seu livro contendo uma série de estudos sobre a economia brasileira durante os períodos de modernização. Contudo, sua contribuição para a compreensão da cafeeira no país emerge dois anos após, no segundo volume de seus escritos originais.³⁹⁴ Nele, o autor afirma que a principal característica da cultura cafeeira no Brasil foi o seu desenvolvimento em *três tempos e três espaços*. De acordo com Barros de Castro, a produção nacional do café durante todo o século XIX e princípio do século XX, foi alimentada por sua característica de *cultura itinerante* nas áreas sobre as quais atuou. O economista considera ainda que, em momentos de expansão e mesmo em momentos de crise, a cafeeira deveria ser analisada como uma atividade em movimento que carrega essa tripla divisão.

Como resultado de seu pensamento, essa fragmentação espacial e cronológica da cafeeira pode ser compreendida da seguinte forma: primeiro, existe uma zona de retaguarda. Essa seria a área onde a cultura da rubiácea primeiro penetra e a produtividade de seus cafezais se encontra em visíveis níveis de queda, com a presença de árvores mais velhas e perda de grande parte dos nutrientes do solo. Já a segunda zona de plantação, é uma área intermediária. Aqui, os cafeeiros encontram razoáveis taxas de produtividade e o solo ainda possui um nível de reserva de nutrientes aceitável para a

³⁹³ ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais**: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica; Ed.PUC-Minas, 2008. LAMAS, Fernando Gaudereto. op. cit.

³⁹⁴ CASTRO, Antônio Barros de. **7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1971. v. 2

manutenção da produção durante algum tempo. E finalmente, existe uma zona pioneira. Essa nova área de penetração do café alcança os melhores índices de produtividade utilizando-se da enorme massa de nutrientes proporcionada pelo recente desflorestamento da mata virgem, ao mesmo tempo em que as novas árvores são introduzidas.

A “associação do café com a floresta primária no Sudeste permaneceu o fator decisivo na aceleração do avanço da fronteira agrícola”.³⁹⁵ Certamente, com essas palavras Castro proporcionou uma clara descrição de um modelo de fronteira que além de aplicável em múltiplas escalas, sumariza como a terra era operada. É essa abordagem que será aplicada nas próximas seções.

3.4 Fontes e metodologia

A base para a interpretação de um modelo de fronteira para a região da Zona da Mata está calcada na análise de três séries documentais, conforme as características dos dados nelas contidos e da metodologia aplicada em cada uma delas. A primeira série de fontes trata-se dos dados estatísticos disponíveis para a primeira metade do século XX. Esses são os Censos Gerais realizados em 1920 e 1940, produzidos e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O segundo grupo é composto pela documentação encontrada no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF). Aqui, faz-se referência aos inventários *post-mortem* produzidos no município de Juiz de Fora, entre os anos 1870 e 1929. Já a terceira e última base documental é composta por mapas e representações gráficas distintas.

O Censo 1920 inaugurou a era estatística de documentos brasileiros produzidos em larga escala.³⁹⁶ Também foi o primeiro grande censo a conter dados para além das informações sobre população e, conseqüentemente o mais completo no que diz respeito à informação encontrada. Essa documentação está dividida em trinta e três volumes contendo vários assuntos relacionados à população, agricultura, indústria, construção, salários e dados complementários diversos. A pesquisa aqui realizada trabalhou especificamente os três volumes que descrevem em detalhes as atividades agrícolas. Mais precisamente, foram utilizadas as informações sobre a cobertura da terra (ocupada por cafezais, matas e pastos, além do número de árvores plantadas). Esses dados estão

³⁹⁵ DEAN, Warren. op. cit., 2011, p. 263.

³⁹⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. op. cit.

divididos entre estados e municípios, nos quais foram encontrados vinte e oito localidades na região da Zona da Mata, em um universo de cento e setenta e oito municípios que compunham naquele ano o estado de Minas Gerais.

Uma série de problemas administrativos forçou o atraso da publicação desse primeiro censo, finalmente concluído em 1929. Conseqüentemente, a elaboração de um novo censo, que era previsto para o ano de 1930, foi impedida. Somente vinte anos depois seria possível uma nova empreitada, quando o Censo de 1940 foi executado com razoáveis similaridades nos padrões de informação em relação ao censo anterior. Contudo, Minas Gerais vinha sofrendo uma secular fragmentação de seu território, desde pelo menos, a primeira metade da centúria, conforme explicitado em capítulo anterior.³⁹⁷ Se no ano de 1920, a região da Zona da Mata, pertencente ao já estado de Minas Gerais, contava com vinte e oito municipalidades em seu território, vinte anos depois, quando da realização do Censo de 1940, possuía um número bem maior de localidades, ou mais precisamente, quarenta e sete municípios.

Portanto, para que se pudessem comparar os dados encontrados nas fontes de pesquisa separadas por duas décadas de fragmentação espacial, foi preciso encontrar um nível de padronização territorial entre as municipalidades. Fez-se, portanto, o caminho inverso, ao agregar os quarenta e sete municípios do ano de 1940 aos vinte e oito municípios encontrados em 1920. Para tanto, a metodologia contou com o suporte do projeto *Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2011.³⁹⁸ Tal empreitada consolidou uma base de dados contendo os limites da malha municipal e estadual brasileira em treze momentos distintos (1872, 1900, 1911, 1920, 1933, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Recorreu-se, portanto, aos dois momentos cujos dados sobre a produção agrária estão disponíveis (1920 e 1940), aplicando o suporte dos Sistemas de Informação Geográfica, armazenados em arquivos em formato *shape file* e manipulados através da ferramenta de software QGIS Brighton.

Já no que diz respeito ao objetivo de compreender um modelo de fronteira local, essas mesmas municipalidades foram agregadas em quatro partes distintas. Como essa

³⁹⁷ CHAVES, Edneila Rodrigues. op.cit.. GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. op.cit., p. 31. SARAIVA, Luiz Fernando. op.cit., p. 24-47.

³⁹⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**: conteúdo digital. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtml>. Acesso em: 19 Jan. 2016.

fronteira segue o pensamento de Castro sobre os três tempos e três espaços descritos anteriormente, a Zona da Mata foi fragmentada em três áreas cafeeiras e uma área não cafeeira. A primeira delas, o Oeste, não compõe a análise por causa de sua baixa representatividade como produtora da rubiácea. Consequentemente, os outros três espaços podem representar o modelo proposto, divididos em Sul (sete municípios em 1920, doze municípios em 1940), Centro (oito municípios em 1920, quatorze municípios em 1940) e, finalmente, o Norte (seis municípios em 1920, dezesseis municípios em 1940); descritos na *Figura 03*. Nomeadamente, aqui segue uma clara divisão das localidades onde o plantio do café se expandiu, no sentido sul/norte.

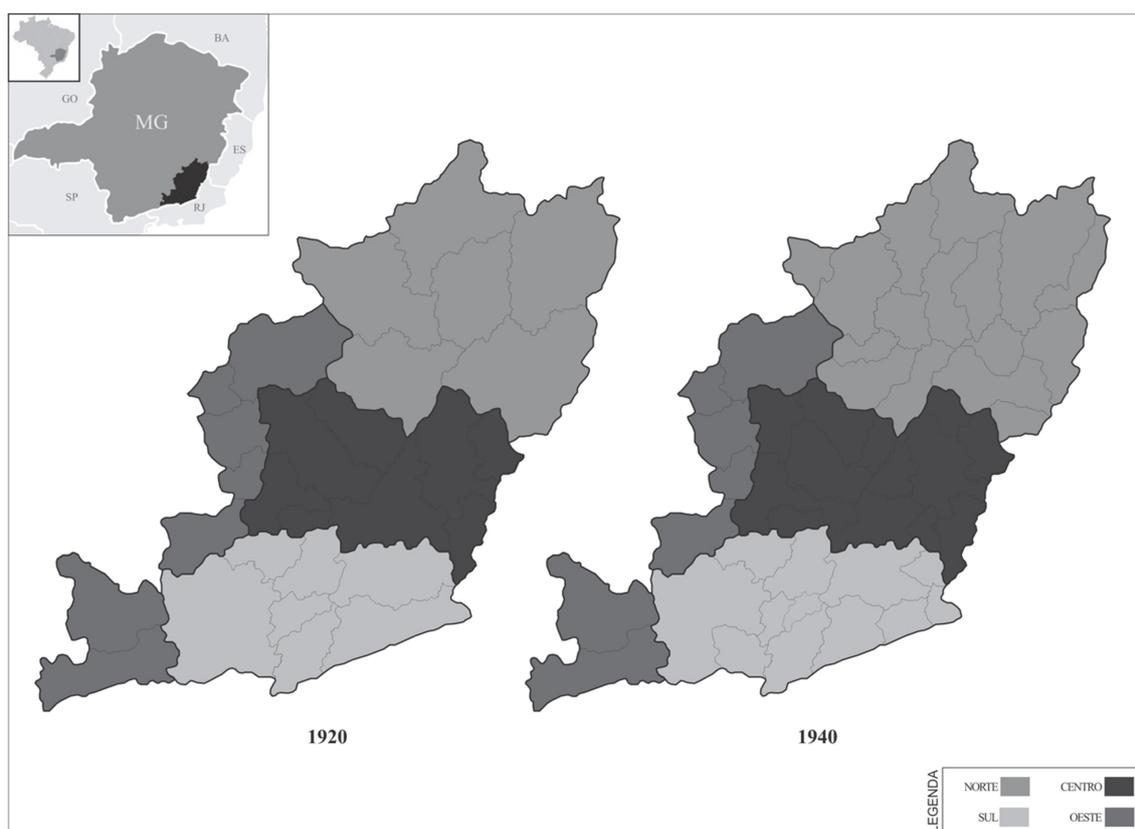


Figura 3: Divisão municipal da Zona da Mata (1920/1940).

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010:** conteúdo digital. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm>. Acesso em: 19 Jan. 2016.

Algumas considerações sobre esse recorte espacial devem ser apontadas. Na historiografia mineira, destaca-se o esforço que um grupo de autores vem realizando, no

sentido de buscar um modelo de regionalização para a Província no século XIX.³⁹⁹ A ideia é fazer a diferenciação das áreas de Minas Gerais, de acordo com distintos caracteres, a partir de informações sacadas de fontes demográficas e discursivas. Contudo, se tal regionalização é válida para a primeira metade do século XIX, ela não dá conta de uma análise para a segunda parte da centúria e, tampouco, para as primeiras décadas do século XX. Portanto, o recorte para a Zona da Mata aqui adotado – que se consolidou como boa parte da divisão atual da região – se dá com base não só na documentação, mas também segundo a linha de expansão cafeeira enquanto um dos principais fatores dessa regionalização. Conforme Paula:

É a economia cafeeira que ao penetrar em Minas, aos poucos vai conformando uma região diferenciada no contexto econômico e social das Gerais. O que queremos dizer com isso, é que não se pode falar em Zona da Mata antes da década de 1870. É justamente a articulação entre a dinâmica cafeeira e a modernização dos transportes, com a chegada das ferrovias, que proporciona a expansão do café além dos limítrofes com o Rio de Janeiro. Ou seja, a Zona da Mata enquanto região delimitada no mapa, seja no início do século XX, seja na atual regionalização de Minas Gerais, feitas pelo IBGE, bem como os órgãos do governo estadual, foi constituída como tal, a partir do momento em que a cafeicultura se expandiu para o norte e leste da área pioneira.⁴⁰⁰

Retornando aos recenseamentos especificados anteriormente, a presente investigação se utiliza dos dados agrícolas neles presentes. O trabalho realizou um cadastro percentual de três tipos de coberturas do solo: terras em matas, terras em cafezais e terras em pastos. Com base nesse arranjo, é possível destacar as possibilidades de ampliação ou definhamento da cafeicultura regional em cada uma das municipalidades representada nas duas décadas que separam tais informações. Portanto, esse olhar busca analisar a transformação da paisagem agrária das matas para as pastagens: de um lado, as florestas enquanto forma de incorporação de novas áreas, passando pelos espaços já tomados pela produção cafeeira, e de outro, as terras em pasto, impróprias para o plantio da rubiácea. Resumindo, uma mirada sobre a situação da cafeicultura de acordo com as condições impostas pelo sistema agrário local.

A utilização da documentação censitária, além de outras fontes de investigação que destacam os tipos de cobertura do solo em lugares e momentos específicos, já faz

³⁹⁹ GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço**: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996. PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. op. cit.

⁴⁰⁰ PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Heera**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, jul.-dez., 2006, p. 69.

parte de uma longa tradição historiográfica no campo da história econômica. Destaca-se nesse processo a influência que a discussão sobre os rendimentos alavancada pela economia clássica, sobretudo em David Ricardo, causou em autores mais contemporâneos. A partir dessas proposições, que também perpassam a temática das revoluções agrícolas, desenvolveu-se uma especialização do conhecimento histórico, com a implantação dos estudos em história agrária. Boa parte desse aprofundamento temático se deu com a publicação de trabalhos dedicados ao estudo da produtividade da agricultura cerealífera no continente europeu, com ênfase na longa duração, partindo principalmente, de dados disponíveis para o período medieval.⁴⁰¹

Salvo as diferenças no que diz respeito à descoberta de novas fontes e a aplicabilidade de uma gama de recursos tecnológicos disponíveis atualmente, pode-se perceber que essa mesma metodologia é aplicada por estudos consolidados em distintos campos do conhecimento histórico. Quer dizer que a análise com base em dados similares a esses ainda tem se revelado profícua nos trabalhos de história agrária da atualidade. Da mesma forma, percebe-se a incidência desse trato metodológico sendo aplicado sobre diferentes perspectivas na história ambiental, como por exemplo, no enfoque sobre o uso dos nutrientes.⁴⁰² Em ambos os casos, tais fontes servem não só a esse objetivo, mas também para a compreensão de modelos de fronteira e a comparação entre sistemas agrários, dentre outros elementos.

É interessante notar que o processo de elaboração dos dois primeiros censos brasileiros seguiu muitas das diretrizes dos congressos estatísticos internacionais realizados a partir da segunda metade do século XIX, no sentido de tentar alcançar um padrão de informação.⁴⁰³ Porém, cabe destacar as limitações dessa fonte. Infelizmente, não é possível sacar os dados dos rendimentos nessa documentação, afim de uma análise similar à adotada por esses novos estudos de história agrária e ambiental. Isso

⁴⁰¹ VAN BATH, B. Silcher. **História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)**. Lisboa: Editorial Presença, 1984. ABEL, Wilhelm. **La agricultura: sus crisis y coyunturas. Una historia de la agricultura y la economía alimentaria en Europa Central desde la Alta Edad Media**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1986. BAIROCH, Paul. Les trois révolutions agricoles du monde développé: rendements et productivité de 1800 à 1985. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, Paris, n. 2, année 44, p. 317-353, 1989.

⁴⁰² BADIA-MIRÓ, Marc; TELLO, Enric. Vine-growing in Catalonia: the main agricultural change underlying the earliest industrialization in Mediterranean Europe (1720–1939). **European Review of Economic History**, Oxford, v. 18, n. 2, p. 203–226, 2014. CUNFER, G.; KRAUSMANN, F. Sustaining Agricultural Systems in the Old and New Worlds: A Long-Term Socio-Ecological Comparison. In: SINGH, S. J. et all (Org.). **Long-Term Socio-Ecological Research: Studies in Society: Nature Interactions Across Spatial and Temporal Scales**. Dordrecht: Springer, 2013, p. 269-296.

⁴⁰³ SENRA, Nelson. **História das Estatísticas Brasileiras**. Estatísticas Legalizadas (c.1899 - c.1936). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006, p. 56. v. 2

porque os agentes censitários trabalharam com uma tabela fixa para todas as localidades no que diz respeito ao volume de produção, número de pés e área ocupada pelos cafezais. Fato esse relevante na manipulação dos dados tampouco modifica de maneira comprometedora a análise, já que ao se trabalhar com uma produtividade média para os municípios investigados, chega-se a um padrão de equilíbrio para todas as localidades, sendo possível a comparação entre elas.

No Brasil, poucos autores dedicados ao estudo da cafeicultura se debruçaram de maneira mais aprofundada em dados parecidos. A maior referência para essa investigação é o estudo precursor de Sérgio Milliet, que dividiu o estado de São Paulo em distintas zonas para atribuir um sentido a sua fronteira cafeeira.⁴⁰⁴ Acredita-se, da mesma forma, ser possível sacar algumas reflexões sobre a fronteira da Zona da Mata a partir de um tratamento às fontes semelhante ao utilizado por autores como Milliet, cujo método já faz parte de uma longa tradição historiográfica. Contudo, em face das limitações dos censos enquanto documentos estatísticos, faz-se necessário o entrecruzamento dessa fonte com outras séries documentais já trabalhadas no decorrer desse trabalho e que trazem informações similares.

Destaca-se nesse ponto, a utilização da documentação cartorária. Trata-se, nesse caso, das mesmas fontes já descritas no capítulo anterior, ou seja, todos os inventários *post-mortem* referentes ao antigo município de Juiz de Fora e seus distritos correspondentes, entre os anos de 1870 e 1929. A metodologia aplicada, no que diz respeito à captação e sistematização dos dados, está também amplamente difundida nos estudos de história agrária e foi realizada de maneira exaustiva em trabalhos sobre a cafeicultura no sudeste brasileiro.⁴⁰⁵ Da mesma forma que nos dados dos censos, os inventários retornam nesse capítulo através do cadastro percentual das áreas em produção (constituídas pelo café), agora agregado apenas anualmente; das áreas disponíveis para a incorporação de novas culturas (formadas pelas matas) e das parcelas já utilizadas e não aptas à introdução da cultura cafeeira (compostas pelos pastos).

No que diz respeito à cobertura das áreas em cafezais, foi utilizada a mesma tabela de conversão presente no Censo de 1920: 750 árvores de café para cada hectare. Uma aproximação, tanto das fontes quanto da historiografia, encontrou um padrão semelhante ao adotado, embora não exatamente igual. O Censo de 1940 traz a informação de um número um pouco maior de cafeeiros ocupando o mesmo espaço, 800

⁴⁰⁴ MILLIET, Sérgio. op. cit.

⁴⁰⁵ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. op. cit., 1983. PIRES, Anderson. op. cit., 1993.

pés para cada hectare. Alguns casos de autores dedicados ao estudo do café também podem ser citados. O pesquisador coetâneo Luiz Couty afirma que era possível plantar 1.060 árvores no espaço de um hectare.⁴⁰⁶ Paulo Porto-Alegre, em sua monografia sobre o café, aponta uma média de 918 plantas para cada hectare.⁴⁰⁷ Para a região da Zona da Mata, João Heraldo Lima assinala uma média de 1.000 pés por hectare.⁴⁰⁸

Além da área ocupada pela cultura da rubiácea, outros dados que foram retirados dos inventários *post-mortem* referem-se à idade dos cafezais descrita nessa documentação. A partir dessa informação, a metodologia permite identificar o processo de incorporação do produto em cada uma das unidades cafeicultoras. Isso porque as características botânicas da planta a limitava por um ciclo de produção, de acordo com o sistema agrário adotado e conforme especificado nas seções anteriores. Conseqüentemente, é possível fazer também uma reflexão sobre as impossibilidades de reprodução da cultura do café nessas propriedades, atentando-se para as mesmas características especificadas no primeiro caso.

Estudar o município de Juiz de Fora, baseado nesse detalhado conjunto de fontes que pode ser comparado aos dois Censos, é também uma oportunidade de entender mais de perto o movimento da fronteira no interior da Zona da Mata mineira. Exemplo disso é a comparação dentre as localidades da própria região em foco, ainda pouco explorada pela historiografia. Uma simples apreciação dos dados disponíveis separadamente para esses municípios e/ou distritos possibilita uma pequena contribuição sobre a situação de cultivo no interior de Minas Gerais, entre o final do século XIX e o início do XX. Desta forma, estão em destaque todas as áreas de incorporação da cafeicultura na região, de modo a perceber o movimento de consolidação e o sentido da fronteira que o café vai estabelecendo no decorrer do período, no interior desse espaço.

Entende-se que o entrecruzamento dos inventários *post-mortem* produzidos nas demais localidades da região da Zona da Mata – não só os de Juiz de Fora, como ora se apresenta – com os mesmos dados estatísticos dos recenseamentos, daria conta de uma análise mais segura e completa a respeito do tema. Por outro lado, entende-se também que a inexistência de séries documentais que possuam dados referentes à produção agrária e à propriedade da terra, com ênfase nas coberturas do solo, legitimam a utilização desses dois censos como importantes fontes de investigação. Da mesma

⁴⁰⁶ COUTY, Luiz. *Étude de Biologie Industrielle sur le Café*. apud: ROMERO, José Peres; ROMERO, João Carlos Peres. op. cit., p. 184.

⁴⁰⁷ PORTO-ALEGRE, Paulo. op. cit., p. 186.

⁴⁰⁸ LIMA, João Heraldo. op. cit., p. 40.

forma, a utilização do recenseamento realizado no ano de 1940 também faz parte de um esforço de compressão sobre a cafeicultura regional em uma periodização pouco aplicada nos estudos locais, tentando ir um pouco mais além do que a historiografia alcançou em termos cronológicos, ampliando o horizonte de possibilidades de uma interpretação regional.

Por fim, o trabalho se utiliza não só dos dois grupos de fontes descritos até o momento. Na seção dedicada ao estudo das ferrovias, foi realizado um levantamento sobre todas as linhas e estações presentes na região, identificando três informações básicas de cada uma delas – localização, data de fundação e quilometragem – de modo a se perceber as similitudes e discrepâncias entre a expansão cafeeira e a expansão ferroviária na Zona da Mata. Tais dados foram sacados de mapas ferroviários específicos e outras informações disponíveis na *web*. A partir deles, elaborou-se uma figura representando não só a localização das linhas férreas e suas respectivas estações, mas também identificando as informações disponíveis sobre o período de criação e a distância de cada uma delas em relação ao Rio de Janeiro, ponto de escoamento da mercadoria para o mercado mundial.

3.5 Fronteiras do café na Zona da Mata mineira

3.5.1 Fronteiras da região: o café

Essa seção dedica-se a uma visão sobre os anos finais da produção cafeeira local – já trabalhados por Pires⁴⁰⁹ – enfocando-se na mais importante área de cultivo da rubiácea em Minas Gerais, a Zona da Mata, aplicando a tripla divisão utilizada por Castro. Baseada nos dados do Censo de 1940, a geógrafa Elza Coelho de Souza foi a primeira pesquisadora a propor uma análise desagregada, dividindo a Zona da Mata em três sub-regiões.⁴¹⁰ A historiografia mais recente tenta resgatar essa divisão, tentando incorporar o processo de ocupação do território no século XVIII, como o principal fator de disparidade entre essas áreas.⁴¹¹ Contudo, nem os escritos originais de Souza, tampouco estudos mais recentes, incorporam a linha de expansão da cafeicultura como

⁴⁰⁹ PIRES, Anderson. op. cit., 1993.

⁴¹⁰ SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 1, ano 8, p. 47-70, jan.-mar., 1951.

⁴¹¹ CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP, 1999.

um fator determinante para a sustentação desse processo secular de diferenciação entre as três áreas, que teve lugar decisivo a partir das décadas finais do século XIX.

Já que o café se apresenta como elemento dinâmico desse processo, cabe, portanto, considerar quais eram as possibilidades de expansão ou retração da fronteira, comparando a relação proporcional entre florestas e cafeeiros nos dois períodos. De acordo com as características do sistema agrário da Zona da Mata e do modelo de fronteira adotado, uma simples confrontação percentual entre as áreas cobertas pela cultura cafeeira e áreas disponíveis para a incorporação de novas plantas constituídas pelas matas, pode ser vista na Figura 4. Segue-se uma descrição sumária desse movimento de fronteira, baseada nesses dados. Todas as porcentagens adotadas na metodologia aplicada (cafezais, matas e pastos) são relacionadas ao total da terra descrita nessas fontes, sem a distinção entre as áreas cultiváveis e as áreas não cultiváveis.

Em 1920, o equilíbrio entre o percentual da cobertura do solo em matas e cafezais no Sul, aponta os sinais de degradação nessa parte da Zona da Mata, que primeiro integrou-se ao mercado mundial do café na década de 1870. Esse mesmo equilíbrio entre as duas variáveis no Sul, também permite afirmar que a transição da cafeicultura para a zona Central já estava completa em 1920. Na realidade, o período demarca a transição para o Norte, quando a Zona da Mata Central havia alcançado seu ponto máximo como uma zona intermediária e, conseqüentemente, as municipalidades do Norte incorporaram novas áreas, transformando seus maiores índices de matas em plantações de café. A década de 1920 também marca uma conjuntura onde os proprietários do Sul e do Centro, com seus cafezais em idades avançadas ou medianas, eram incapazes de iniciar uma nova empreitada envolvendo a derrubada da floresta, assim como boa parte de seu capital era realocado em atividades não agrícolas.⁴¹²

As circunstâncias do Sul não mudaram em relação às áreas Norte e Centro em 1940, reforçando a consolidação do processo de degradação da economia cafeeira regional. Ao mesmo tempo, a região central havia completado a transição para a nova região cafeeira, o Norte, que mantinha porcentagens similares de cobertura cafeeira, mas diminuiu suas reservas em matas de 19,33% para 11,04%. Uma mudança fundamental do fenômeno ocorrido no Norte refere-se à inversão dos percentuais de matas e cafezais entre os dois períodos selecionados. Ainda, a manutenção das

⁴¹² PIRES, Anderson. op. cit., 2004.

porcentagens da cobertura cafeeira (entre 12% e 13%) não significa que essa parte da região encontrava-se estagnada. Pelo contrário, os padrões similares de cobertura cafeeira que foram encontrados nesse período de vinte anos, parecem ter ocorrido como consequência do abandono de velhas plantações e a incorporação de novas áreas de plantação da rubiácea nos mesmos espaços de diminuição das matas.

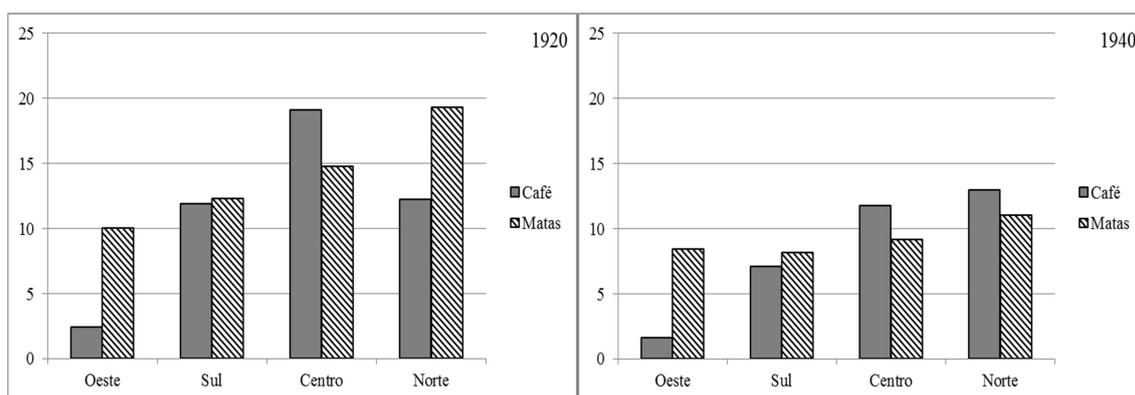


Figura 4: *Percentual de Terras em Cafezais e Matas (1920/1940).*

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1920).** Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, p. 96-101; 1922, p. 276-289. v. 3 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1940).** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p. 41-45; p.141-145. tomo 3, parte 13.

A queda geral de ambos, matas e cafezais, em todas as regiões da Zona da Mata, é assumida por uma razão: essa análise comparativa está tratando os dados dos dois censos (1920 e 1940) e eles representam uma figura dos anos finais do predomínio da atividade cafeeira nessa parte de Minas Gerais, conforme argumentado anteriormente. A divisão entre três regiões permitiu uma mirada geral no movimento da fronteira do café, sem colocar em risco a análise como um todo, uma vez que os dados das municipalidades podem variar. A dinâmica da fronteira não deve ser compreendida como um movimento claramente linear, já que as modificações na paisagem são, em geral, determinadas pela combinação de fatores que trabalham gradualmente e fatores que acontecem intermitentemente. Mas mesmo uma análise desagregada pode oferecer um quadro parecido com o descrito até o momento.

Insiste-se que a ocupação territorial, ou mesmo a tomada do terreno pelos cafezais, na prática, não acontece de maneira contínua, como uma onda que se alastra uniformemente. Pelo contrário, trata-se de um processo multiforme, donde as propriedades, cada uma a seu ritmo, tendem a consolidar seu ritmo de produção. Contudo, essa última posição também não deve ser levada ao extremo, uma vez que se

pode perceber certo grau de generalização quando se trata de uma fronteira agrícola, levando-se em consideração as características do sistema agrário vigente. É possível visualizar o processo descrito anteriormente e representado na Figura 4, observando as próximas duas figuras, que contêm os mesmos dados discriminados para cada município.

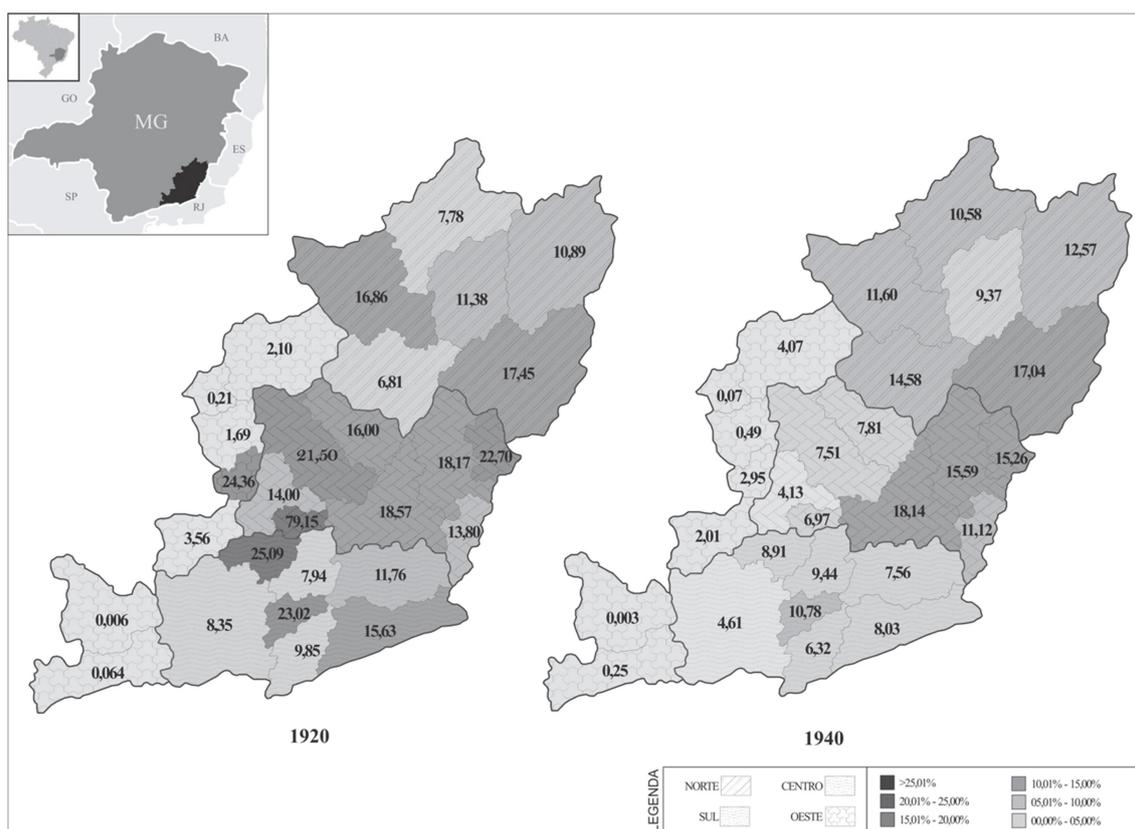


Figura 5: Percentual de Terras em Cafezais (1920/1940).

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1920)**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, p.96-101; p.276-289. v. 3, parte1. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 41-45; p.141-145. parte13, tomo3.

Entre 1920 e 1940, percebe-se que a cobertura cafeeira manteve níveis similares ou até mesmo um aumento nas municipalidades do Norte. Enquanto isso, o percentual da tomada do terreno pelos cafezais diminuiu na maioria das localidades do Sul e do Centro (Figura 5). A tendência inversa pode ser percebida no que diz respeito à cobertura florestal, que apresentou um declínio geral em todas as regiões, ainda que as áreas ao Norte tivessem maiores reservas de terras apropriadas à incorporação de novos cafeeiros (Figura 6). Uma vez mais, a visualização dos dados desagregados entre essas duas décadas mostram que o Norte era o local privilegiado da maioria das

transformações, mais especificamente no que diz respeito à atividade cafeeira e confirmam a tendência alcançada pela tripla divisão adotada no trabalho.

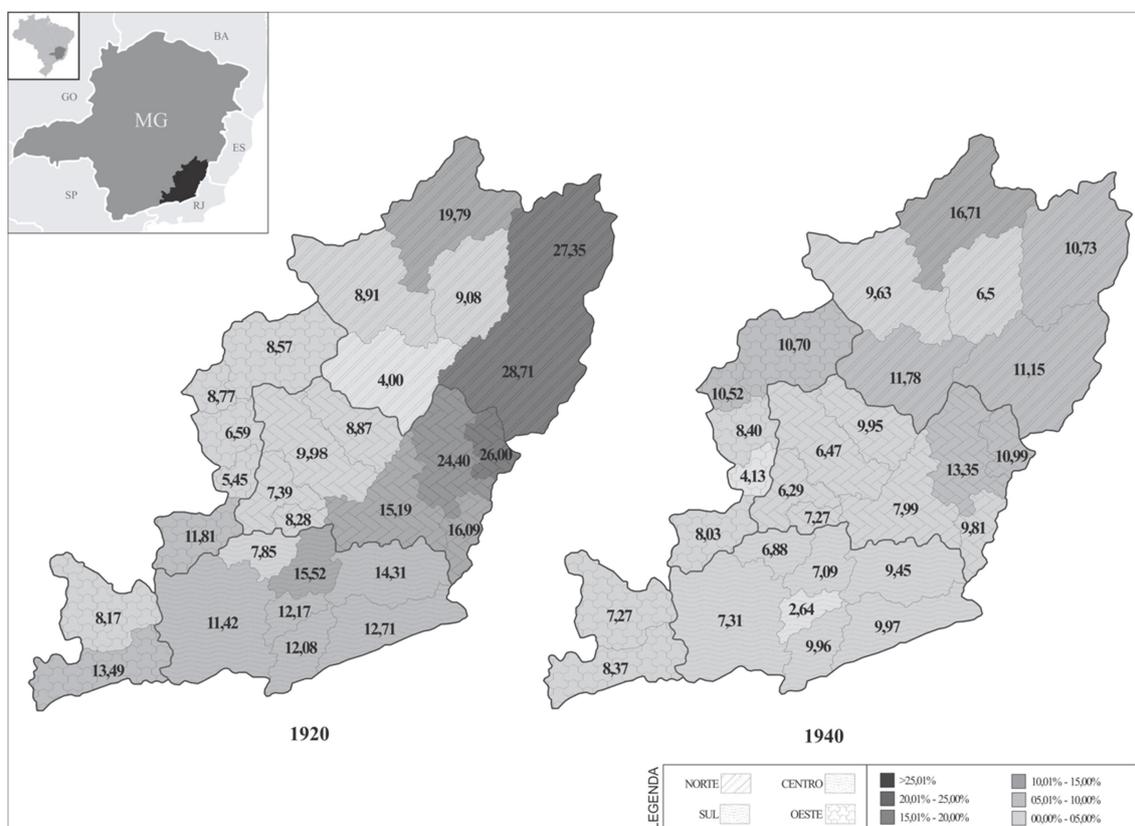


Figura 6: Percentual de Terras em Matas (1920/1940).

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1920)**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, p. 96-101, v. 3, parte1; 1922, p. 276-289, v. 3, parte 2. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 41-45; p.141-145. parte13, tomo3

Seguindo com os dados desagregados, no Censo de 1940 aparece outra importante variável que não pode ser encontrada no documento de 1920: a cobertura em pastos (Figura 7). As porcentagens encontradas para as terras em pastos reforçam a diferença entre as três áreas cafeeiras da Zona da Mata e o processo de exaustão do solo proporcionado por esse tipo de agricultura. A zona de retaguarda Sul representa, naquele momento, os mais altos índices de pastagens, enquanto as municipalidades da zona Central seguiram a tendência da fronteira com o depauperamento de nutrientes proporcionado pela cultura cafeeira, apresentando porcentagens intermediárias desse tipo de terra imprópria ao cultivo. Conseqüentemente, as localidades do Norte alcançaram os mais baixos níveis de concentração de pastos – alcançando em média 25% do total das terras – enquanto a última zona de incorporação da cafeicultura local.

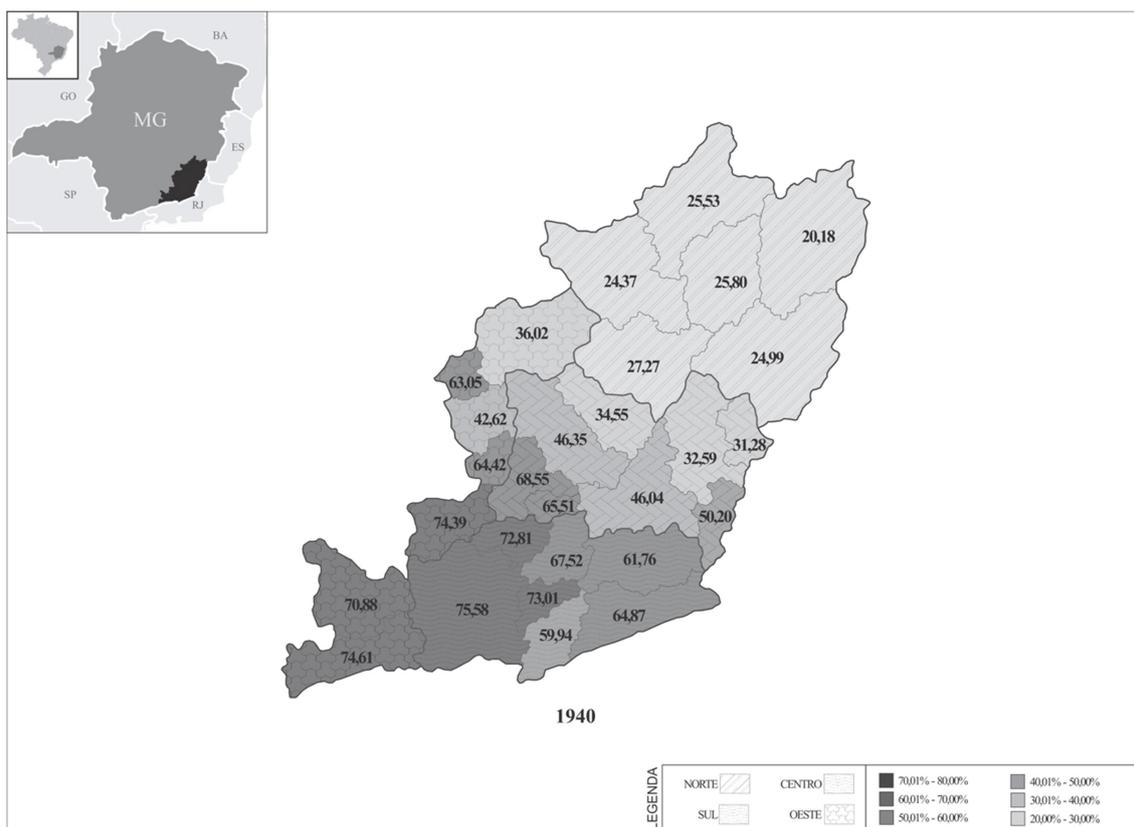


Figura 7: *Percentual de Terras em Pastos (1940)*

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 41-45. parte13, tomo 3

Realizou-se até aqui, o esforço de compreensão da dinâmica da fronteira para a totalidade da região – e não só em localidades específicas – como um dos passos da investigação feita. Os dados acima descritos, revelam uma simples relação entre os tipos de cobertura do solo como principal elemento de compreensão da fronteira, embora os processos de intervenção humana sejam compostos por outros condicionantes, alguns deles explicitados nas seções anteriores. Mas no que diz respeito às fontes de investigação e entendendo que as múltiplas escalas análise espaciais e temporais podem contribuir para um quadro mais detalhado do fenômeno, somente um cruzamento dentre dados de distinta natureza daria uma dimensão maior do fenômeno.

Uma contribuição nesse sentido é feita a partir dos dados da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe. Representada administrativamente pelo município de Juiz de Fora, localizado ao sul da região e, conseqüentemente, uma das primeiras áreas a introduzir a planta em larga escala na Zona da Mata, esse espaço é examinado a seguir em ordem de compreender melhor a dinâmica da fronteira com mais

detalhes. Uma primeira metodologia que os inventários *post-mortem* permitem capturar é analisar o comportamento das plantações de café. Para a apreciação desses dados, é importante descrever o que os proprietários e os trabalhadores esperavam de suas colheitas de acordo com as especificidades da *coffea arabica* durante o período.

A figura abaixo (Figura 8) mostra os anos de plantio de novas mudas de café nessa localidade meridional da Zona da Mata, considerando os dados dos inventários, entre 1870 e 1929. Quer dizer que esse método regressivo encontrou cafezais plantados trinta anos antes da primeira data, nos anos 1840. Desde então, o café cultivado manteve uma tendência de crescimento até a década de 1870, período de profundas transformações na paisagem. Os dados confirmam que os anos 1870 e 1880 foram períodos de grande investimento na lavoura cafeeira na parte sul da Zona da Mata, no que diz respeito principalmente às melhorias no setor de transportes, que permitiram a integração do produto ao mercado internacional. Se essas duas décadas foram um período de introdução dos cafezais, certamente entre 1880 e 1900, aproximadamente, essas plantações alcançaram seus mais altos níveis de produtividade.

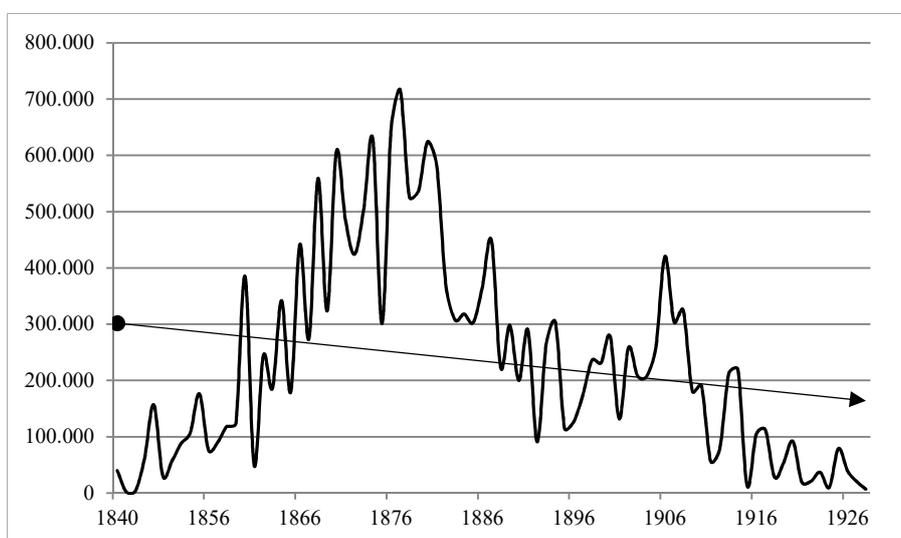


Figura 8: Número anual de árvores de café plantadas no Município de Juiz de Fora com uma linha média de dois anos (1840/1928).

Fonte: Inventários *post-mortem*: Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. (AHUFJF)

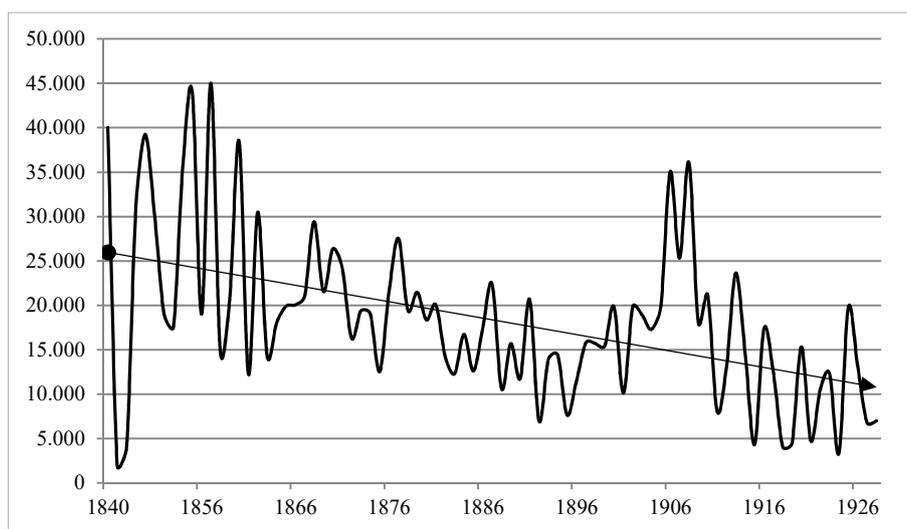


Figura 9: Número médio anual de árvores de café plantadas no Município de Juiz de Fora (1840/1928).

Fonte: Inventários *post-mortem*: Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. (AHUFJF)

As novas empreitadas cafeeiras na municipalidade de Juiz de Fora, foram afetadas na última década do século XIX, quando os preços caíram dramaticamente em 1896, após cinco décadas de altas no mercado. O governo brasileiro assinou em 1906 o Convênio de Taubaté, a primeira regulamentação do mercado mundial cafeeiro desde que o grão se tornou uma *commodity*. Políticos e proprietários acreditavam que a retenção da oferta brasileira no mercado internacional poderia aumentar os preços do café e, ao mesmo tempo, estimular a diversificação agrícola dentro do país. Contudo, os efeitos práticos desse processo foram um novo incremento da produção cafeeira, após o retorno dos antigos níveis de preços.⁴¹³ De acordo com Furtado:

Em síntese, a situação era a seguinte: a defesa dos preços proporcionava à cultura do café uma situação privilegiada entre os produtos primários que entravam no comércio internacional. A vantagem relativa que proporcionava esse produto tendia, conseqüentemente, a aumentar. Por outro lado, os lucros elevados criavam para o empresário a necessidade de seguir com suas inversões; Destarte, tomava-se inevitável que essas inversões tendessem a encaminhar-se para a própria cultura do café. Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave.⁴¹⁴

⁴¹³MENDONÇA, Sônia Regina de. O Convênio de Taubaté e a agricultura Fluminense. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4 (número especial), n. 3, p. 83-104, ago., 2008. BATES, Robert H. **Open-economy politics: the political economy of the world coffee trade**. New Jersey: Princeton University Press, 1997, p. 37-38.

⁴¹⁴FURTADO, Celso. op. cit., p. 188-189.

A Zona da Mata Sul não rompeu o padrão de investimentos da cultura cafeeira nesses anos posteriores à intervenção mundial no mercado do produto. Esse movimento, já sinalizado pela historiografia local⁴¹⁵, pode ser visualizado na Figura 8 e na Figura 9. Percebe-se que os proprietários da área de retaguarda da microbacia hidrográfica dos rios Parahybuna e Peixe, representada pelo município de Juiz de Fora, iniciaram uma última tentativa de introdução da cultura cafeeira antes da degradação total do produto. O plantio das árvores de café, que vinha de uma oscilação declinante ao longo de todo o período estudado, alcançou significativo crescimento nos anos referentes à defesa do café, chegando mesmo a retornar a um padrão médio alcançado cinquenta anos antes. Essa segunda curva de ascensão dos plantios de mudas de *coffea arabica* concentrou-se basicamente entre os anos de 1906 e 1908.

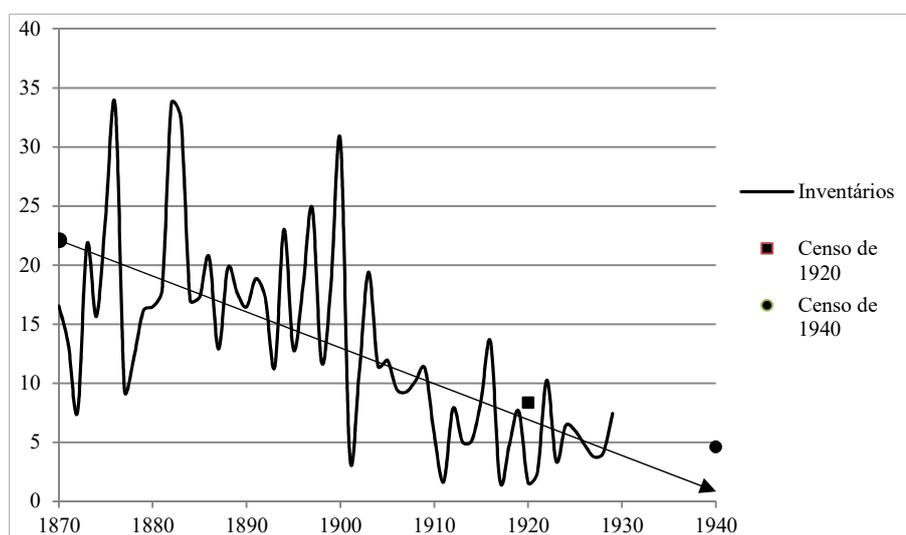


Figura 10: Percentual anual de Terras em Cafezais no Município de Juiz de Fora (1870/1940).

Fonte: Inventários *post-mortem*: Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. (AHUFJF). Recenseamento Geral do Brasil (1920), p. 276-289. v. 3, parte 2. Recenseamento Geral do Brasil (1940), p. 141-145, parte 13, tomo 3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Considerando as características específicas do sistema agrário adotado, o entrecruzamento dos dois conjuntos de informações encontrados para a municipalidade de Juiz de Fora – presentes na documentação cartorária e a documentação censitária – pode oferecer uma visão complementar sobre o movimento da fronteira na Zona da Mata. Os inventários *post-mortem* permitem uma metodologia análoga à aplicada nos dados dos censos, em relação à cobertura cafeeira. Contudo, as porcentagens das

⁴¹⁵ PIRES, Anderson. op. cit., 1993, p. 116.

coberturas florestais são substituídas pelos índices referentes à cobertura dos pastos. Comparando-se os dois últimos gráficos (Figura 10 e Figura 11) é possível compreender essa relação entre cultura cafeeira e pastagens que, em outras palavras, representam a área produtiva ainda ocupada pelos cafezais e a área degradada imprópria ao crescimento de novas plantas.

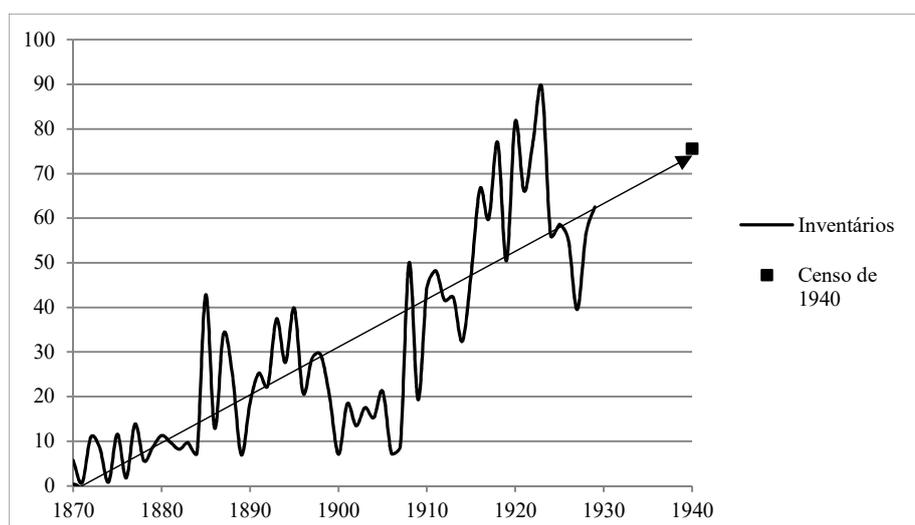


Figura 11: Percentual anual de Terras em Pastos no Município de Juiz de Fora (1870/1940).

Fonte: Inventários *post-mortem*: Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF). Recenseamento Geral do Brasil (1940), p. 41-45. Parte 13, tomo 3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Figura 10 demonstra a porcentagem anual da cobertura cafeeira no município de Juiz de Fora. Os dados coletados em distintas fontes confirmam uma clara tendência de queda do cultivo da rubiácea durante esses anos, conforme esperado para essa zona de retaguarda da cafeicultura mineira. Agora, esses dados invertem a ideia da possibilidade de alargamento da cultura cafeeira, demonstrada anteriormente com os índices percentuais das florestas, para introduzir as impossibilidades de aumento do cultivo de café, representadas pela porcentagem em pastos (Figura 11). O censo de 1920 não descreve essa informação, mas os inventários *post-mortem* e o Censo de 1940 endossam a tendência de aumento das pastagens. A expansão dos pastos ocorreu como consequência da exaustão do solo, observada principalmente nas últimas três décadas, após a segunda fase de investimentos na lavoura cafeeira durante a crise dos preços. Existe uma clara relação entre a diminuição das plantações do grão e o aumento dos pastos na região da Zona da Mata, reforçando o modelo de fronteira suportado pelo sistema extensivo.

3.5.2 Ferrovias e a linha de expansão cafeeira

O ponto de partida do ferropiarismo no Brasil se estabeleceu na década de 1850. O Decreto nº 641, expedido em 26 de Junho de 1852, autorizava a formação de companhias dispostas à “construção total ou parcial de hum caminho de ferro que, partindo do Municipio da Côrte”, iria terminar “nos pontos das Provincias de Minas Geraes e S. Paulo [...]”⁴¹⁶. Para tanto, garantia 5% de juros sobre o montante investido, além de outras concessões como isenção de impostos sobre a importação de maquinário e de carvão mineral. Dois anos depois, a primeira ferrovia do Brasil foi inaugurada ligando o Porto de Mauá a Fragoso, no Rio de Janeiro, com uma extensão de 14,5 km. Contudo, durante os vinte primeiros anos de vigência do decreto, as ferrovias haviam se expandido somente 932 km no enorme território do Brasil. A modificação na garantia de juros e o direcionamento para as ferrovias de vocação exportadora, previstos no Decreto nº 2450, de 24 de setembro de 1873, impulsionou um segundo momento de construção das linhas férreas no período imperial.⁴¹⁷

Alguns dados ajudam a compreender a evolução da malha ferroviária brasileira. O primeiro decênio da introdução das estradas de ferro assistiu a construção de 521,4 km de trilhos. Já na década seguinte, entre 1870 e 1879, esses números foram aumentados em cerca de cinco vezes: 2.653,3 km. Do início das ferrovias brasileiras em 1854, até o ano de 1880, a média de construção das linhas férreas se estabeleceu em 125 km por ano, totalizando 3.397 km. Após duas décadas de um crescimento relativamente baixo, pelos menos nas quatro décadas seguintes, até mais ou menos o ano de 1920, as ferrovias alcançaram seu ápice. Entre 1880 e 1920, a expansão da malha ferroviária brasileira atingiu uma média de 613 km anuais. As estradas de ferro seguiram o ritmo de crescimento, totalizando 9.973,1 km em 1890, 15.316,4 km em 1900, 21.325,6 km em 1910 e, por fim, 28.534,9 km em 1920.⁴¹⁸

Conforme as próprias diretrizes lançadas pela legislação ferroviária fundada no período imperial, a expansão dos trilhos se destacou fortemente na região sudeste. Quer

⁴¹⁶ **Colleção das Leis Do Imperio do Brasil de 1852**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1953, p. 5-7. Tomo 13, Parte I

⁴¹⁷ **Colleção das Leis Do Imperio do Brasil de 1873**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873, p. 386-387. Tomo 32, Parte I

⁴¹⁸ BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2012, p. 8.

dizer que as ferrovias estiveram relacionadas ao desenvolvimento de áreas dedicadas à agroexportação e, por isso, seu alcance foi tão grande nessas áreas, se comparado a outras regiões do Brasil. O grau de concentração das linhas pode ser percebido na Tabela 1. O percentual da malha ferroviária do sudeste em relação à malha brasileira não foi menor do que 56% em todo período selecionado, com participação bastante reduzida do Espírito Santo no conjunto das quatro províncias – depois estados. Por outro lado, o Rio de Janeiro perdeu progressivamente sua importância no conjunto das ferrovias nacionais, para a incorporação dos trilhos se consolidar em Minas Gerais nos primeiros anos do século XX. Enquanto isso, o crescimento do modelo paulista seguiu em torno de 20% por todo o período.

Tabela 1: Extensão das vias férreas das províncias/estado do Brasil (1873-1936)

	<i>1873</i>	<i>%</i>	<i>1883</i>	<i>%</i>	<i>1905</i>	<i>%</i>	<i>1919</i>	<i>%</i>	<i>1936</i>	<i>%</i>
<i>S. Paulo</i>	254	22,5	1.457	25,6	3.790	22,6	6.615	23,6	7.330	21,9
<i>M. Gerais</i>	-	-	662	11,6	3.843	22,9	6.619	23,6	8.038	24,0
<i>R. Janeiro</i>	510	45,2	1.706	29,9	2.661	15,9	2.794	10,0	2.810	8,4
<i>E. Santo</i>	-	-	-	-	336	2,0	609	2,2	773	2,3
<i>Sudeste</i>	764	67,7	3.825	67,0	10.630	63,4	16.637	59,2	18.951	56,6
<i>Brasil</i>	1.129	100	5.708	100	16.782	100	28.128	100	33.521	100

Fonte: PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930.** Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 48.

No entanto, a interpretação de um modelo ferroviário único para todo o sudeste deve ser relativizada. Em que pese a representatividade da atividade agroexportadora para o desenvolvimento das ferrovias no século XIX, alguns estudos têm argumentado que, pelo menos no caso de Minas Gerais, a escolha do modal férreo é muito mais complexa que uma simples relação cafeicultura/trilhos. Pois, para entender o movimento das ferrovias na província, é preciso que se considere a “experiência histórica dos espaços econômicos não exportadores e os circuitos mercantis internos”.⁴¹⁹ Segundo essa visão, as ferrovias foram capazes de atender a demanda de uma pauta de produção diversificada, tanto interna quanto externamente.⁴²⁰ Esse argumento também

⁴¹⁹ GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização. Transportes em uma província não exportadora – Minas Gerais, 1850-1870. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2(33), p.159-186, ago. 2008, p. 161.

⁴²⁰ CRAVO, Têlio Anísio. **Pontes e estradas em uma província no interior do Brasil oitocentista: engenharia, engenheiros e trabalhadores no universo construtivo da infraestrutura viária de Minas Gerais (1835-1889).** Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

se coaduna com as investigações que, desde a década de 1980, vêm demonstrando o dinamismo da economia mineira em relação a outros setores que não o café.⁴²¹

Além da questão da diversidade regional e econômica, acrescenta-se à necessidade de investimentos no setor de transportes, a extensa rede urbana e a concentração populacional como características das Minas Gerais no século XIX.⁴²² Para dar conta desses elementos, até o penúltimo quartel do século XIX, pelo menos três grandes planos viários (nos anos de 1835, 1864 e 1871) foram discutidos na província. Neles, as pautas de caráter econômico, giraram em torno da preocupação em se articular o território mineiro aos mercados internos – dentro de seu próprio território – e externos, sobretudo, o Rio de Janeiro, dada a posição estratégica da província. Um segundo ponto elencado nas discussões, se referia a diversificação dos modais, com prioridade dada às estradas de rodagem.

Contudo, à medida em que o século avançou, essa prioridade foi se esvaecendo. Percebe-se, por exemplo, um processo de transformação dos gastos públicos municipais e provinciais com infra-estrutura. O municípios agiram “de forma a evitar o comprometimento da circulação interna”, uma vez que se baseavam na “infra-estrutura viária tradicional”.⁴²³ Por outro lado, o poder provincial passou a assumir majoritariamente o setor ferroviário, através das garantias de juros e outras subvenções. Portanto, no último quartel do século, já se constatava o “esvaziamento dos gastos com transportes tradicionais nos orçamentos provinciais, o elevado custo do subsídio às ferrovias e a transferência, em larga medida, para as municipalidades do ônus com a malha viária tradicional”.⁴²⁴ Iniciava-se a denominada era ferroviária mineira.

Quanto às particularidades desse setor ferroviário em Minas Gerais, pode-se destacar uma proposta de periodização do desenvolvimento dos trilhos que vai de 1869 a 1940. São seis períodos selecionados. O primeiro deles é demarcado entre os anos de 1869 e 1878. Aqui, percebe-se um curto crescimento das ferrovias, que se concentraram majoritariamente na região da Zona da Mata. É nesse período que os trilhos adentraram no território mineiro, através da atuação de três companhias: Dom Pedro II, Leopoldina

⁴²¹ MARTINS, Roberto. op. cit. GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. op. cit.

⁴²² BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães; MENDES, Philipe Scherrer. Transportes e finanças públicas: contribuição para o estudo do lugar do dispêndio em infra-estrutura viária nos orçamentos provinciais e municipais de Minas Gerais – 1835-1889. In: FILHO, Alcides Goularti; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (Org.). **Transportes e formação regional**: contribuições à história dos transportes no Brasil. Dourados: Ed. UFGD, 2011, p. 237.

⁴²³ Ibidem, p. 259.

⁴²⁴ Ibidem, p. 265.

e União Mineira foram responsáveis pela construção de 322 km de ferrovias, uma média de 35,7 km ao ano. Já no período que vai de 1879 a 1898, a construção das estradas de ferro alcançaram um ritmo anual quase cinco vezes superior ao anterior, 154 km ao ano. Com o surgimento de novas companhias, as ferrovias ultrapassaram os limites da região da Zona da Mata, totalizando 3.567,371 km de trilhos em todo o território mineiro.

Entre 1899 e 1907, há praticamente um retorno ao padrão de crescimento do período de inauguração dos trilhos em Minas Gerais, com uma média de 39,5 km ao ano. Nesse mesmo período, a extensão total da malha elevou-se de 3.567,9 km para 3.963,7 km. Diante desse baixo crescimento, muitas das companhias foram encampadas pelo estado. O quinto período, de 1908 a 1916, representa um segundo momento de euforia do ferroviarismo. Percebe-se um retorno de alto crescimento das linhas (271,3 km ao ano), com 2.170,6 km construídos em menos de uma década, elevando a malha total do estado para 6.288,7 km. Entre 1917 e 1927, o crescimento apresentou-se moderado, após a febre do período anterior: 130 km ao ano, e o início da discussão a favor do rodoviarismo. O fim da era ferroviária mineira se consolidou entre 1928 e 1940, quando a transição para o modelo rodoviário começou a ser colocada em prática, com o aumento da extensão da malha rodoviária e do número de veículos.⁴²⁵

Tabela 2: Extensão da rede ferroviária em tráfego no sudeste brasileiro, em km (1873-1936)

	1873	%	1883	%	1905	%	1919	%	1936	%
<i>São Paulo</i>	254	22	1.457	26	3.790	23	6.615	24	7.330	22
<i>Minas Gerais</i>	-	-	662	12	3.843	23	6.619	24	8.038	22
<i>Rio de Janeiro</i>	510	45	1.706	30	2.661	16	2.794	20	2.810	8
<i>Espírito Santo</i>	-	-	-	-	336	2	609	2	773	2
<i>Brasil</i>	1.129	-	5.708	-	16.782	-	28.128	-	33.521	-

Fonte: PIRES, Anderson. *Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 48.

É, sobretudo, nos primeiros dois ciclos de desenvolvimento ferroviário, que se concentra a atuação dos trilhos na Zona da Mata de Minas Gerais. A introdução do modal na província e na região matense se deu com o avanço da Estrada de Ferro Dom Pedro II. A Sociedade Anônima Companhia da Estrada de Ferro Dom Pedro II foi

⁴²⁵ BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. op. cit., p. 21-28.

criada no de 1855 e, uma década após seu surgimento, passou às mãos do governo imperial. Com o advento da república, teve seu nome modificado para Estrada de Ferro Central do Brasil. Conforme exposto anteriormente, a expansão da linha tratava-se de um projeto “nacional”, que visava atravessar a Serra do Mar em direção a Minas Gerais e São Paulo. A Pedro II possuía dois ramais em Minas Gerais: o do centro, em direção à capital mineira e, o ramal de Porto Novo, que tangenciava um pequeno trecho da fronteira das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Inaugurou-se no ramal de Porto Novo as primeiras estações em território mineiro: Santa Fé (1869) e Chiador (1869). A linha seguiu com mais quatro estações até o destino final. Eram elas Benjamin Constant-Ouro Fino (1871), Teixeira Soares (1871), Simplício-Conceição (1871) e Porto Novo (1871). Já a linha do centro, surgiu poucos anos depois, com cinco estações inauguradas no mesmo ano, no território pertencente ao antigo município de Juiz de Fora: Cotegipe (1875), Matias Barbosa (1875), Cedofeita (1875), Retiro (1875) e Juiz de Fora-Centro (1875). Ainda no mesmo município, seguiram-se as estações de Juiz de Fora-Mariano Procópio (1876) e Chapéu D'Uvas (1877). Os limites de Juiz de Fora foram extrapolados pela estrada de ferro somente com a inauguração da estação de Santos Dumont-Palmira (1877).

Blasenheim aponta que das vinte e cinco concessões ferroviárias outorgadas em Minas Gerais, onze estavam concentradas na região da Zona da Mata. O autor afirma ainda, que no ano de 1884, cerca de 60% dos 1.006 km das linhas férreas construídas na província, estavam localizados em território matense.⁴²⁶ Naquele mesmo ano, enquanto a Mata instalou 602 km de vias férreas, as regiões Sul e Centro, construíram respectivamente, 269 km e 135 km de trilhos.⁴²⁷ Portanto, tomada por uma “febre ferroviária entre 1874 e 1887, quando foram construídos mais de 750 km de trilhos, enquanto a malha provincial atingia 1.544 km, a Zona da Mata foi rapidamente coberta por estradas de ferro”.⁴²⁸ Esse processo deveu-se não só a atuação e pioneirismo da Pedro II na região, mas principalmente, pelo papel determinante de outra companhia.

A publicação da lei provincial nº 1.826, de 10 de Outubro de 1871, autorizava a criação de uma estrada de ferro que ligasse o município de Leopoldina à estação de Porto Novo do Cunha, em São José de Além Paraíba. Estrategicamente, a nova linha

⁴²⁶ BLASENHEIM, Peter. op. cit., p. 109.

⁴²⁷ Ibidem, p. 118.

⁴²⁸ BATISTA, Felipe de Alvarenga; GODOY, Marcelo Magalhães. O mito da modernização pelos trilhos: a "era ferroviária mineira", 1869-1940. Seminário Sobre a Economia Mineira, 15. *Anais...* Diamantina, Cedeplar, 2012, p. 12.

férrea se encontraria com o ponto terminal da Estrada de Ferro Dom Pedro II. Para tanto, a subvenção concedida pelo governo de Minas Gerais previa uma quantia de 9:000\$000 réis por quilômetro, ou a garantia de juros de 7% ao ano sobre o capital de 2.400:000\$000 réis.⁴²⁹ A Companhia Estrada de Ferro Leopoldina foi então criada no ano de 1872. Dois anos após a data oficial de inauguração da companhia, seus trilhos foram também inaugurados, através da estação de São José do Além Paraíba (1874), construída cerca de 3 km de distância da estação do Porto Novo.

Ainda nesse período, iniciou-se uma conjuntura fortemente marcada por conflitos em torno das concessões para a construção das vias férreas em Minas Gerais. A Leopoldina saiu vitoriosa na maioria dos casos, acabando por absorver os principais empreendimentos dentro e fora da região da Zona da Mata. Em território mineiro, as primeiras companhias a serem incorporadas foram a União Mineira (1884) e Pirapetinga (1885). Já em território fluminense, foram compradas a linha de Sumidouro (1885) e a Estrada de Ferro Cantagalo (1887). No ano de 1890, a Leopoldina assumiu diversas linhas: ramal de Itabapoana, ramal de Patrocínio, Araruama, Caragola, Grão Pará, Norte, Juiz de Fora a Piau, Central de Macaé, Imbetiba a Campos, Campos a São Sebastião, Santo Antônio de Pádua, Ramal Férreo de Cantagalo e Santo Eduardo a Cachoeiro do Itapemirim.⁴³⁰

Desde sua fundação, e durante mais de duas décadas de funcionamento, o quadro de expansão da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina se consolidou fortemente. Contudo, uma série de dificuldades financeiras e administrativas levaram ao colapso da companhia ainda em meados da década de 1890. Os problemas no cumprimento dos contratos acabaram por levar à liquidação forçada da Leopoldina, que foi assumida por debenturistas sediados em Londres. Em 1897, criou-se então a intitulada *The Leopoldina Railway Company, Limited*. No ano seguinte, o decreto nº 2.797 autorizou o seu funcionamento, que se estendeu até a companhia ser encampada pelo estado na década de 1950. Nesse ínterim, porém, a Leopoldina continuou a assumir linhas férreas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Se as “ferrovias mineiras não se orientaram precipuamente para o transporte de produtos para exportação a mercados internacionais”⁴³¹, a Leopoldina destoa dessa generalização. Segundo Cristiano Restitutti, na região da Zona da Mata, a partir da

⁴²⁹ SIQUEIRA, Edmundo. **Resumo histórico de The Leopoldina Railway Co. Ltd.** Rio de Janeiro: Grafica Editora Carioca, 1938, p. 11.

⁴³⁰ *Idem*, p.32-35.

⁴³¹ BATISTA, Felipe de Alvarenga & GODOY, Marcelo Magalhães. cp. cit., p. 13.

década de 1870, “as ferrovias perseguem o café e o café chama pelas ferrovias”.⁴³² O advento dos trilhos, no último quartel do século XIX, consolidou a posição da região no negócio do café, ao proporcionar a incorporação produtiva da rubiácea ao mercado mundial.⁴³³ Em que pese a atuação de grupos estabelecidos na praça mercantil carioca, ou mesmo a preponderância do capital inglês na virada do século, pode-se distinguir que a Leopoldina congregava interesses de grupos políticos relacionados a produção do café na Zona da Mata, assim como era também dirigida por esses grupos.⁴³⁴

No ano de 1885, a ferrovia carregou 30 milhões de quilos de café. Dez anos depois, antes de sua liquidação, atingiu a marca dos 164,8 milhões de quilos do grão.⁴³⁵ O crescente montante anual dos carregamentos fizeram da Leopoldina uma ferrovia cafeeira até, pelo menos, o final da década de 1920.⁴³⁶ Daí reside a diferenciação dos trilhos construídos na região da Mata pela companhia, diante das demais ferrovias localizadas em Minas Gerais, que tiveram sua identidade fundada pela integração, ou ao menos, a tentativa de integração, de circuitos mercantis não exportadores. Mesmo que tenha acabado por ampliar sua atuação, ao agregar outras áreas que não estavam fundamentalmente direcionadas ao cultivo da rubiácea, a Leopoldina serviu, no interior da Zona da Mata, ao projeto regional de consolidação da economia cafeeira local.

Dessa forma, a Estrada de Ferro Leopoldina colocou-se em sentido oposto aos traçados da Estrada de Rodagem União & Indústria e da própria Estrada de Ferro Dom Pedro II. Suas duas principais linhas recortavam o desenho do território da Zona da Mata no sentido Sul-Norte. A primeira delas, entre as estações de Santa Fé e Manhuaçu, ampliou o projeto da Pedro II, ao ser construída ao longo dos limites territoriais das províncias e depois estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Após a inauguração da primeira estação, São José do Além Paraíba (1874), seguiu-se a inauguração das estações Fernando Lobo-Pântano (1874), Volta Grande (1874) e Trimonte-São Luiz (1874), todas localizadas a menos de 300 km do porto do Rio de Janeiro. Já a última delas, Manhuaçu, localizava-se no quilômetro 574 da linha.

⁴³² RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da Província:** rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006, p. 298.

⁴³³ VITTORETTO, Bruno Novelino. op. cit.

⁴³⁴ GENOVEZ, Patrícia Falco. Os Barões e os trilhos: a Estrada de Ferro União Mineira e os laços de sangue na Zona da Mata Mineira. Seminário Sobre Economia Mineira, 13. **Anais...** Diamantina, Cedeplar, 2008.

⁴³⁵ BLASENHEIM, Peter. op. cit., p. 139-140.

⁴³⁶ PAULA, Dilma Andrade de. **Fim de Linha:** a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000, p. 99.

A outra linha, entre Ericeira e Caratinga, aproveitou-se de um pequeno trecho aberto pela estrada de Ferro Dom Pedro II, seguindo mais ou menos paralelamente a linha de Santa Fé a Manhuaçu. Seu ponto final, no município de Caratinga, ultrapassou os limites territoriais da Zona da Mata, adentrando na região mineira do Vale do Rio Doce, com a presença de seis estações construídas em 1930 e 1931: Flor de Minas-Parada, Bom Jesus do Galho, Taquaruçu, Parada-Dom Lara, Dom Roberto-Parada e Caratinga. Essas, porém, não ultrapassaram a margem esquerda do rio Doce, ainda que ficando distante em mais de 560 km do porto do Rio de Janeiro. Em sentido mais ou menos transversal a essas duas principais linhas, destaca-se o trecho entre as estações de Recreio e Ligação, que perfazia os limites entre a Mata Sul e a Mata Central. Além dessa linha, a Leopoldina contou também com outros pequenos ramais e prolongamentos de menor importância, construídos nos traçados principais.

A história das ferrovias em Minas Gerais é muito mais complexa do que uma relação direta entre os trilhos e a cafeicultura. No caso da região da Zona da Mata, se ela não é direta, revela-se ao menos profícua para uma análise parcial do fenômeno, sendo que alguns autores já insistiram na percepção desse processo. Orlando Valverde, por exemplo, afirma que a “evolução ferroviária na Zona da Mata deu-se sempre na retaguarda da franja pioneira”.⁴³⁷ Já Peter Blasenheim descreve que, assim como em São Paulo, as ferrovias matenses financiadas pelo capital privado, seguiram a fronteira do café, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, aonde as ferrovias foram anteriores à fronteira econômica.⁴³⁸ As proposições descritas por Valverde e Blasenheim são importantes no sentido de compreender a transformação econômica alcançada na região através desses dois pontos de análise.

Contudo, acredita-se que há de se considerar o fenômeno de maneira distinta a essa visão, já consolidada nos estudos sobre a cafeicultura local. Ao contrário do que explicitado pelos autores e dentro de um quadro geral de visualização ao que foi descrito à respeito do caráter da fronteira regional do café em Minas Gerais, na seção anterior, é possível perceber certo descompasso entre avanço dos trilhos e produção cafeeira. Quer dizer que as ferrovias não acompanharam necessariamente o movimento

⁴³⁷ VALVERDE, Orlando. *op. cit.*, p. 31.

⁴³⁸ “As in São Paulo, privately financed railroads followed the coffee frontier. This pattern contrasted with the United States where rails often preceded the economic frontier [...]. Como em São Paulo, as ferrovias privadas seguiram a fronteira do café. Esse padrão se contrastava com o padrão dos Estados Unidos, onde frequentemente as ferrovias precediam a fronteira econômica [...]” BLASENHEIM, Peter. *op. cit.*, p. 117.

da fronteira do café na região. Justo o oposto, o avanço das linhas férreas parecem prescindir o fenômeno do deslocamento da produção agroexportadora para áreas mais distantes, embora ambos tenham se movido no mesmo sentido.

Uma análise da Figura 12 e da Tabela 3 ajuda a compreender melhor esse processo. De acordo com os dados em evidência, é perfeitamente possível visualizar um pequeno lapso temporal entre a data de criação das estações ferroviárias e a efetiva expansão do café. Durante os dois primeiros ciclos de desenvolvimento ferroviário mineiro, demarcados até finais do século XIX, os trilhos já haviam recortado quase que totalmente os territórios das partes Sul e Centro da Mata. A velocidade com que foram implantadas as ferrovias na região, não condiz exatamente com o ritmo de avanço da fronteira do café, pois, antes mesmo do produto incorporar de maneira significativa as terras dessas áreas – principalmente no que diz respeito à região Central, mais tardia que o Sul – a construção das linhas férreas já estava concluída. Já na parte Norte, o ritmo foi um pouco menos descompassado em relação aos dois últimos casos, mas não diferente.

O Norte só foi contemplado durante um novo surto ferroviário ocorrido em Minas Gerais – a partir de 1908 – quando a Leopoldina finalizou as suas duas principais linhas, com a construção de dois trechos. O primeiro deles, entre Carangola e Manhuaçu, com a inauguração das estações de Espera Feliz (1911) e Caparaó (1914), foi acabado em 1915. O segundo trecho deu continuidade ao ramal de Caratinga, a partir da estação de Ponte Nova, que havia sido alcançada em 1886. O prosseguimento dos trilhos foi retomado somente vinte e seis anos após, com a inauguração da estação de Bandeiras (1912) até Raul Soares (1916). Somente em 1931, após um novo período de inatividade, a linha alcançou sua última estação já fora dos limites da Zona Mata, mesmo ano de inauguração de Vermelho Novo, a última estação em território matense.



Figura 12: Linhas Férreas na região da Zona da Mata (1870-1940).

Fonte: Esquema das Linhas da antiga Estrada de Ferro Leopoldina. Disponível em: <<http://otremexpresso.webnode.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016. Índice de estações ferroviárias. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

É possível compreender que o advento das ferrovias se deu de maneira descompassada à expansão da rubiácea, nas três subregiões matenses identificadas com o produto. Da mesma forma, nota-se que as linhas férreas mantiveram restrito alcance na região Oeste, não contemplada por essa divisão de fronteira. Durante todo o período compreendido pela investigação, as áreas pertencentes aos municípios de Rio Preto, Alto Rio Doce, Vila Rio Espera e Piranga não foram alcançadas pelos trilhos. Destoa dessa conjuntura, apenas o município de Santos Dumont, que foi alcançado pela Estrada

de Ferro Dom Pedro II ainda na década de 1870. Outros dois municípios também tiveram seus territórios tocados pela estrada de ferro. Mercês, no ramal homônimo, a linha férrea seguiu o traçado a partir de Santos Dumont, com quatro estações inauguradas em 1914; e Lima Duarte, no ramal de mesmo nome, também com quatro estações, inauguradas, porém, em 1926.

O surto ferroviário na região da Zona da Mata teve um caráter diferencial em relação ao restante das linhas férreas de Minas Gerais. Como principal região cafeeira no momento de introdução dos trilhos na então província mineira, a Mata conseguiu articular esse estrutura em prol dos interesses do setor. Por outro lado, as linhas férreas matenses estavam inseridas dentro de um contexto maior, contendo, portanto, elementos em comum ao fenômeno ocorrido em outras partes da província/estado ao longo das décadas analisadas. Destaca-se que essa articulação não foi fundamentalmente realizada com base na expansão da fronteira cafeeira, pois ela foi anterior ao próprio fenômeno do deslocamento da produção agrária regional. Nesse ponto, tanto na Mata quanto em outras partes de Minas Gerais, os empreendimentos consolidados pelas companhias, antecederam, ao menos em parte, a fronteira econômica.

O último quartel do século XIX assistiu a uma transição do modelo de transportes executado pelo estado. Em troca das estradas de rodagem, tentou-se uma modernização da comunicação territorial através da expansão do modal ferroviário, com a participação efetiva da iniciativa privada. A partir desse momento, concretizou-se uma espécie de corrida ferroviária, que atendia a interesses de grupos ligados a essas duas esferas de poder político e econômico: o estado e as companhias. Daí o rompimento do isolamento geográfico sem efetivo fortalecimento dos mercados que proporcionassem a transição para uma economia industrializada.⁴³⁹ No caso da região da Mata, essa transição foi possível, à medida em que a fronteira do café avançou através de uma estrutura de transportes pré concebida. Esse é o ponto de partida para a análise da relação entre as ferrovias e a cafeicultura na região, apenas esboçada na presente seção por não ser o objetivo desse trabalho, porém, aberta para futuras investigações.

⁴³⁹ GODOY, Marcelo Magalhães & BARBOSA, Lidiany Silva. op. cit., p. 174.

Tabela 3: Linhas e Estações Ferroviárias da Zona da Mata (1869-1940)

Oeste						
Município (em 1920)	Ferrovia ¹	Linha	Ramal	Estação	Data de Inauguração	Distância ² (km)
Lima Duarte	E.F.C.B	Centro	Lima Duarte	Manejo	1926	330,720
	E.F.C.B	Centro	Lima Duarte	Diocesiano Vasconcelos	1926	338,240
	E.F.C.B	Centro	Lima Duarte	Lima Duarte	1926	340,840
Palmyra	E.F.D.P.II/E.F.C.B	Centro		Santos Dumont (<i>Palmira</i>)	1877	324,094
	E.F.C.B	Centro		Sérgio de Macedo	1912	317,409
	E.F.C.B	Centro	Mercês	Campo Alegre	1911	332,179
	E.F.C.B	Centro	Mercês	Rio Pinho	1911	334,767
	E.F.C.B	Centro	Mercês	Boa Sorte	1911	340,180
	E.F.C.B	Centro	Mercês	Bom Destino	1911	350,190
	E.F.C.B	Centro		Recenvindo	1913	330,328
	E.F.D.P.II/E.F.C.B	Centro		Mantiqueira	1878	337,232
	E.F.C.B	Centro		Cabangu	1925	341,384
	Mercês	E.F.C.B	Centro	Mercês	José Bonifácio	1914
E.F.C.B		Centro	Mercês	Valério	1914	372,014
E.F.C.B		Centro	Mercês	Santa Amélia	1914	374,933
E.F.C.B		Centro	Mercês	Mercês	1914	381,152
Sul						
Município (em 1920)	Ferrovia ¹	Linha	Ramal	Estação	Data de Inauguração	Distância ² (km)
Mar de Hespanha	E.F.L	Caratinga	Mar de Hespanha	Uricana	1911	184,620
	E.F.L	Caratinga	Mar de Hespanha	Estevão Pinto	1911	190,035
	E.F.L	Caratinga	Mar de Hespanha	Mar de Hespanha	1911	199,253
	E.F.D.P.II/E.F.C.B	Auxiliar	Porto Novo	Santa Fé	1869	184,318
	E.F.D.P.II/E.F.C.B/E.F.L	Auxiliar	Porto Novo	Penha Longa	1887	191,135
	E.F.D.P.II/E.F.C.B/E.F.L	Auxiliar	Porto Novo	Chiador	1869	195,497
	E.F.L	Caratinga		Pequeri (<i>São Pedro</i>)	1879	173,875
	Juiz de Fora	E.F.C.B	Centro		Mestre Ivo	1970
E.F.D.P.II/E.F.C.B		Centro		Retiro	1875	266,277

	E.F.D.P.II/E.F.C.B	Centro		Juiz de Fora - Centro	1875	275,112
	E.F.D.P.II/E.F.C.B	Centro		Mariano Procópio (<i>Rio Novo</i>)	1876	277,562
	E.F.C.B	Centro		Cerâmica	-	-
	E.F.C.B	Centro		Francisco Bernardino (<i>Creosotagem</i>)	1906	281,622
	E.F.C.B	Centro		Barbosa Lage	1927	283,199
	E.F.C.B	Centro		Setembrino de Carvalho (<i>Pecuária</i>)	1923	283,199
	E.F.C.B	Centro		Coronel Felício Lima (<i>Paradinha da FEEA</i>)	1938	287,146
	E.F.D.P.II/E.F.C.B	Centro		Benfica	1887	288,626
	E.F.C.B	Centro	Lima Duarte	Igrejinha	1914	295,347
	E.F.C.B	Centro	Lima Duarte	Penido (<i>Varzea do Carmo</i>)	1924	303,440
	E.F.C.B	Centro	Lima Duarte	Valadares (Engenheiro Navarro)	1924	311,400
	E.F.C.B	Centro		Dias Tavares (<i>Frederico Lage</i>)	1894	293,816
	E.F.D.P.II/E.F.C.B	Centro		Chapéu D'Uvas	1877	303,255
	C.U.M/E.F.L	Caratinga	Juiz de Fora	Ferreira Lage (Sant'Anna)	1888	262,374
	C.U.M/E.F.L	Caratinga	Juiz de Fora	Triquedas (<i>Água Limpa</i>)	1884	277,007
	C.U.M/E.F.L	Caratinga	Juiz de Fora	Comendador Filgueiras (<i>Chácara</i>)	1884	288,989
	C.U.M/E.F.L	Caratinga	Juiz de Fora	Muçungê (<i>Gramma</i>)	1884	294,672
	C.U.M/E.F.L	Caratinga	Juiz de Fora	Juiz de Fora - Leopoldina	1884	305,809
	E.F.D.P.II/E.F.C.B	Centro		Matias Barbosa	1875	252,725
	E.F.D.P.II/E.F.C.B	Centro		Cedofeita	1875	256,333
	E.F.D.P.II/E.F.C.B	Centro		Cotegipe	1875	245,130
	E.F.C.B	Centro		Sobragi (<i>Espírito Santo</i>)	1911	238,104
	C.U.M/E.F.L	Caratinga	Juiz de Fora	Água Limpa	1884	269,037
	E.F.C.B	Centro		Ewbanck da Câmara (<i>Tabões</i>)	1890	310,059
	E.F.L	Caratinga		Ericeira	1904	142,516
	E.F.L	Caratinga		Santana do Deserto (Cândido Ferreira)	1904	151,464
	E.F.L	Caratinga		Silveira Lobo	1904	156,418
	E.F.L	Caratinga		São Marcos	-	159,028
	E.F.L	Caratinga		Sossego	1879	162,160
	E.F.L	Caratinga		Laticínios	-	162,398
São José d'Além Parahyba	E.F.D.P.II/E.F.C.B/E.F.L	Auxiliar	Porto Novo	Benjamin Constant (<i>Ouro Fino</i>)	1871	219,464
	E.F.D.P.II/E.F.C.B/E.F.L	Auxiliar	Porto Novo	Teixeira Soares	1871	223,844

	E.F.D.P.II/E.F.C.B/E.F.L	Auxiliar	Porto Novo	Simplicio (<i>Conceição</i>)	1871	228,734
	E.F.D.P.II/E.F.C.B/E.F.L	Auxiliar	Porto Novo	Porto Novo	1871	240,108
	E.F.L	Centro		Além Paraíba	1874	253,087
	E.F.L	Centro		Melo Barreto (<i>Entroncamento</i>)	1887	248,633
	E.F.L	Centro		Fernando Lobo (<i>Pântano</i>)	1874	253,297
	E.F.L	Centro		Volta Grande	1874	267,778
	E.F.L	Centro		Trimonte (<i>São Luiz</i>)	1874	278,711
	E.F.P./E.F.L	Centro	Pirapetinga	Estrela D'Alva (<i>São Sebastião</i>)	1879	279,624
	E.F.P./E.F.L	Centro	Pirapetinga	Caiapó (<i>Santa Clara</i>)	1879	287,964
	E.F.P./E.F.L	Centro	Pirapetinga	Pirapetinga	1879	298,958
Guarará	C.U.M/E.F.L	Caratinga		Santa Helena	1879	182,360
	C.U.M/E.F.L	Caratinga		Bicas	1879	191,922
	E.F.L	Caratinga		Telhas	-	199,772
Leopoldina	E.F.L	Centro		Providência	1874	284,478
	E.F.L	Centro		São Martinho	1874	287,453
	E.F.L	Centro		Abaíba (<i>Santa Izabel</i>)	1875	299,667
	E.F.L	Centro		Ribeiro Junqueira (<i>Campo Limpo</i>)	1874	321,095
	E.F.L	Centro		Posto Telegráfico	1970	-
	E.F.L	Centro		Vista Alegre (<i>Boqueirão dos Bagres</i>)	1874	329,458
	E.F.L	Centro	Leopoldina	Leopoldina	1877	341,95
	E.F.L	Centro		Recreio	1875	308,081
	E.F.L	Manhuaçu		Angaturama	1883	319,149
São João Nepomuceno	C.U.M/E.F.L	Caratinga		Roça Grande	1883	215,950
	C.U.M/E.F.L	Caratinga		São João Nepomuceno	1880	224,601
	E.F.L	Caratinga		Tupi	1884	244,083
	C.U.M/E.F.L	Caratinga		Rochedo de Minas	1882	208,871
Rio Novo	C.U.M/E.F.L	Caratinga		Furtado de Campos	1883	239,136
	C.U.M/E.F.L	Caratinga	Juiz de Fora	Rio Novo	1883	247,658
	C.U.M/E.F.L	Caratinga	Juiz de Fora	Goianá	1883	257,206

Centro

Município (em 1920)	Ferrovias ¹	Linha	Ramal	Estação	Data de Inauguração	Distância ² (km)
Palma	E.F.L	Manhuaçu		Cisneiros	1883	327,279

	E.F.L	Manhuaçu	Paraoquena	Tapirussu	1883	451,554
	E.F.L	Manhuaçu	Paraoquena	Celidônio	1883	456,844
	E.F.L	Manhuaçu		Celeste	-	333,661
	E.F.L	Manhuaçu		Palma (<i>Capivara</i>)	1883	337,032
	E.F.L	Manhuaçu		Banco Verde	1884	349,188
	E.F.L	Manhuaçu		Silveira Carvalho	1901	355,592
	E.F.L	Manhuaçu		Barão de Monte Alto (<i>Morro Alto</i>)	1885	363,323
Cataguazes	E.F.L	Centro		Aracati	1885	335,000
	E.F.L	Centro		Cataguazes	1877	346,403
	E.F.C/E.F.L	Centro	Miraí	Cataguazes	1895	347,203
	E.F.C/E.F.L	Centro	Miraí	São Diniz	1895	352,302
	E.F.C/E.F.L	Centro	Miraí	Sereno	1895	357,441
	E.F.C/E.F.L	Centro	Miraí	Joaquim Vieira	1895	363,072
	E.F.C/E.F.L	Centro	Miraí	Glória	1895	366,956
	E.F.C/E.F.L	Centro	Miraí	Aldeia	-	369,673
	E.F.C/E.F.L	Centro	Miraí	João Resende	1895	377,084
	E.F.L	Centro		Barão de Camargos	1885	355,101
	E.F.L	Centro		Sinimbu	1878	362,544
	E.F.C/E.F.L	Centro	Miraí	Miraí	1895	381,589
	E.F.L	Centro		Astolfo Dutra	1879	377,882
	E.F.L	Centro		Parada Nadir	1909	386,800
	E.F.L	Centro		Sobral Pinto (<i>Pomba</i>)	1879	389,373
	E.F.L	Centro		Dona Eusébia	1879	371,088
	E.F.C/E.F.L	Centro	Santana de Cataguazes	Costa Sena	1895	363,801
	E.F.C/E.F.L	Centro	Santana de Cataguazes	Santana de Cataguazes (<i>João Pinheiro</i>)	1895	369,984
Guarany	C.U.M/E.F.L	Caratinga		Guarani	1883	252,984
Pomba	E.F.L	Caratinga	Rio Pomba	Passa-Cinco	1886	270,836
	E.F.L	Caratinga	Rio Pomba	Pomba	1879	280,214
	E.F.L	Caratinga		Piraúba	1886	269,981
Ubá	E.F.L	Caratinga		Ligação	1886	293,746
	E.F.L	Caratinga		Ubá	1879	356,430

	E.F.L	Caratinga		Carlos Peixoto Filho	1906	304,68
	E.F.L	Centro		Diamante	1879	396,672
	E.F.L	Caratinga		Tocantins	1886	286,287
São Paulo do Muriaé	E.F.L	Manhuaçu	Muriaé	Ivaí	1886	384,225
	E.F.L	Manhuaçu	Muriaé	Muriaé (São Paulo do Muriaé)	1886	394,853
	E.F.L	Manhuaçu		Patrocínio do Muriaé (<i>Patrocínio</i>)	1885	377,315
Rio Branco	E.F.L	Caratinga		Capitão Machado	1940	312,775
	E.F.L	Caratinga		Visconde do Rio Branco (<i>Rio Branco</i>)	1880	320,946
	E.F.L	Caratinga		São Geraldo	1880	330,924
	E.F.L	Caratinga		Mirante	-	347,135
São Manuel	E.F.L	Manhuaçu		Eugenópolis (<i>São Manuel</i>)	1885	384,905
	E.F.L	Manhuaçu		Coelho Bastos	1895	389,466
	E.F.L	Manhuaçu		Antônio Prado de Minas (<i>Antonio Prado</i>)	1886	398,229

Norte

Município (em 1920)	Ferrovias ¹	Linha	Ramal	Estação	Data de Inauguração	Distância ² (km)
Viçosa	E.F.L	Caratinga		Viçosa (<i>Universidade</i>)	1929	379,825
	E.F.L	Caratinga		Viçosa	1885	381,498
	E.F.L	Caratinga		Silvestre	1914	388,567
	E.F.L	Caratinga		Cajuri	1885	367,510
	E.F.L	Caratinga		Coimbra	1885	356,913
	E.F.L	Caratinga		Teixeiras	1885	399,865
	E.F.L	Caratinga		Roberts	-	409,574
Carangola	E.F.L	Manhuaçu		Carangola (<i>Santa Luzia</i>)	1887	456,446
	E.F.L	Manhuaçu		Lacerdina (<i>Varginha</i>)	1929	462,300
	E.F.L	Manhuaçu		General	-	472,758
	E.F.L	Manhuaçu		Faria Lemos	1887	439,840
	E.F.L	Manhuaçu		Ernestina	1917	479,743
	E.F.L	Manhuaçu		Tombos	1886	427,872
	E.F.L	Manhuaçu		Espera Feliz	1911	495,192
	E.F.L	Manhuaçu		Pedra Medina	1924	503,501
	E.F.L	Manhuaçu		Caparaó	1914	514,671
	E.F.L	Manhuaçu		Caiana	1927	488,048

Ponte Nova	E.F.L	Caratinga		Vau-Assu	1886	423,934	
	E.F.L	Caratinga		Ponte Nova	1886	438,581	
	E.F.L	Caratinga	Dom Silvério	Pontal	1886	-	
	E.F.L	Caratinga	Dom Silvério	Chopotó	1886	461,863	
	E.F.L	Caratinga		Palmeiras	-	440,519	
	E.F.L	Caratinga		Ana Florência	1913	452,276	
	E.F.L	Caratinga		Bandeiras	1912	469,700	
	E.F.L	Caratinga		Parada Paulista	1950	473,003	
	E.F.L	Caratinga		Bituruna	1914	479,463	
	E.F.L	Caratinga	Dom Silvério	Engenho	1886	469,383	
	E.F.L	Caratinga	Dom Silvério	Rio Doce	1886	475,365	
	Manhuassú	E.F.L	Manhuaçu		Manhuaçu	1915	574,142
		E.F.L	Manhuaçu		Reduto	1925	565,078
E.F.L		Manhuaçu		Manhumirim	1915	547,644	
E.F.L		Manhuaçu		Taquarana	1914	523,214	
E.F.L		Manhuaçu		Vista Bela	1914	529,138	
E.F.L		Manhuaçu		Presidente Soares (<i>Jequitibá</i>)	1915	538,935	
Rio Casca	E.F.L	Caratinga		Rio Casca	1913	489,852	
	E.F.L	Caratinga		Lindóia	1914	502,298	
	E.F.L	Caratinga		Óculo Pequeno	1921	508,708	
	E.F.L	Caratinga		São Pedro dos Ferros	1914	517,343	
	E.F.L	Caratinga		Raul Soares (<i>Matipó</i>)	1916	530,317	
	E.F.L	Caratinga		Capitão Martins	1930	537,029	
	E.F.L	Caratinga		Monsenhor Horta	1930	541,644	
	E.F.L	Caratinga		Cornélio Alves	1930	545,007	
	E.F.L	Caratinga		Vermelho Velho	1931	555,188	

Fonte: Esquema das Linhas da antiga Estrada de Ferro Leopoldina. Disponível em: <<http://otremexpresso.webnode.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016. **Índice de estações ferroviárias.** Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2016. 1- C.U.M: Companhia União Mineira; E.F.C: Estrada de Ferro Cataguases; E.F.C.B: Estrada de Ferro Central do Brasil; E.F.D.P.II: Estrada de Ferro Dom Pedro II; E.F.L: Estrada de Ferro Leopoldina; E.F.P: Estrada de Ferro Pirapetinga. 2 – Distância em relação ao Rio de Janeiro.

Conclusão

A seção de abertura tratou de especificar o recorte espacial adotado no capítulo, descrevendo a região da Zona da Mata. Em um primeiro momento, foi realizada uma exposição sobre os seus aspectos geográficos. Logo após, descreveu-se algumas das características de sua formação histórica, a começar pelo processo de ocupação ocorrido na primeira metade do século XVIII e as formas de intervenção nesse espaço por parte dos colonizadores, com destaque para a abertura do Caminho Novo. Seguiu-se com a interpretação sobre o processo de dispersão populacional ocorrido na capitania de Minas Gerais e o estabelecimento de alguns grupos adventícios na Mata, sendo os pioneiros da cafeicultura local tributários desse processo secular.

O terceiro capítulo continuou com a descrição das particularidades do sistema agrário local. Como primeira questão, destacou que o processo de incorporação da cultura cafeeira obedeceu a um método que agregava dois fatores principais: a terra e o trabalho. Particularmente nesse último ponto, destacou-se a relação homem/natureza. Ou seja, a contribuição que os trabalhos de autores ligados a distintas áreas do conhecimento têm buscado apresentar, sobre a ideia de *Metabolismo*, interpretado a partir da obra de Karl Marx. Embora o termo tenha sido mencionado em menor escala no decorrer de seus escritos, trata-se de uma das principais contribuições de Marx, pois o *Metabolismo* é precisamente a transformação do espaço pela ação do trabalho humano. Nesse sentido, a visão do sistema agrário enquanto troca metabólica ajudou a compreender de que forma a região mineira do café passou por alterações econômicas e sociais à medida que o desenvolvimento da rubiácea foi se difundindo.

Ao longo da seção foi também enfatizado que a produção da rubiácea na região da Mata adotou um padrão extensivo. A racionalidade da reprodução dessa economia agrícola assentava-se, justamente, na falta de técnicas elaboradas de plantio, tratamento e colheita do grão. Da mesma forma, o uso de um instrumental mais elaborado não se realizava, deixando que as características naturais – como inclinação e qualidade do solo, clima, etc. – e a superexploração do trabalho humano, ficassem responsáveis pelo sucesso ou fracasso da empresa cafeeira. Ainda de acordo com o sistema agrário adotado pela região, foram descritas as fases componentes do trato da planta, desde a derrubada da floresta até a colheita do grão.

Seguiu-se o capítulo descrevendo de que forma se deu a conformação política da mão de obra no período imperial, sendo a regulamentação do fator trabalho vista através de exemplos do Brasil e de Minas Gerais. Percebeu-se como os manuais de escravos, produzidos, sobretudo, na região do Vale do Paraíba fluminense, tratavam de todas as esferas de vida dos cativos e o caráter patrimonialista contido nessas recomendações direcionadas aos proprietários. A mudança de eixo em relação trabalho foi também observada, antes mesmo da abolição. Da mesma forma que nos antigos manuais, foram descritas as diretrizes em relação ao trabalho livre, com incidência nos núcleos coloniais e as distintas modalidades de trabalho. Ainda, percebeu-se a visão sobre a lavoura e os métodos adotados no agro. Ou seja, a consolidação dos estudos agrônômicos ao mesmo tempo em que a insistência do modelo de produção extensivo se aplicava em termos práticos.

A busca por uma interpretação de fronteira seguiu um longo caminho. A começar pelas primeiras formulações relacionadas ao tema pela historiografia. Recorreu-se desde a *frontier thesis* elaborada por Frederick Jackson Turner, em finais do século XIX, passando por seus interlocutores, até os clássicos estudos sobre bandeirismo e cafeeira no Brasil. Dessa revisão bibliográfica, destacou-se que a fronteira brasileira detém distintas características do modelo perpetrado pelo autor estadunidense, residindo na desigualdade a sua maior diferenciação. Em seguida, foi promovida a tentativa de consolidação de um modelo de fronteira para a área do café incrustada na província de Minas Gerais, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, a partir da ideia do desenvolvimento da rubiácea em três tempos e três espaços, conforme Antônio Barros de Castro descreve em sua obra.

Desse ponto, partiu-se para a análise empírica da fronteira do café na Zona da Mata, com incidência nos anos finais de predomínio da atividade cafeeira nessa região de Minas Gerais. Percebeu-se que entre as duas décadas que separam as fontes censitárias, a maior parte das transformações na paisagem agrária ocorreu na parte norte da Mata. Esse momento ficou identificado como o de transição da cultura cafeeira do Centro para a parte Norte da região, que despontou como o maior produtor, além de detentor da maior reserva em matas. Ao contrário, as sub-regiões Sul e Centro aprofundaram a diferença em relação ao norte com a diminuição da área cafeeira e o aumento da cobertura em pastos. O entrecruzamento de dados também confirmou essa

tendência de degradação das áreas mais antigas, baseado em análises sobre a zona pioneira de Juiz de Fora.

A inserção de um projeto ferroviário brasileiro começou partir do Rio de Janeiro em direção a Minas Gerais e São Paulo, em meados do século XIX, com a Estrada de Ferro Dom Pedro II. Porém, percebeu-se que o modal rodoviário predominou o espaço mineiro até terceiro quartel do século. O início da era ferroviária mineira se consolidou apenas com a Estrada de Ferro Leopoldina, na região da Mata, que por sua vez, agregava interesses envolvendo as companhias privadas e o estado. Por esse e outros motivos, coube observar que se a associação entre ferrovias e café é inegável para o período, as ferrovias não seguiram necessariamente a expansão cafeeira. O caso das linhas férreas na Zona da Mata não destoou do ocorrido em toda Minas Gerais, uma vez que é importante destacar que a construção das linhas férreas foi anterior, ao menos em boa parte do território, à consolidação da fronteira econômica.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, o Brasil vem se destacando no mercado das *commodities* agrícolas que, por sua vez, representam um importante peso na pauta de exportação do país, tendo contribuído para pagamento de dívidas, regulação de déficits orçamentários, geração de empregos, investimentos públicos, etc. Ao mesmo tempo, cresce o debate sobre quais seriam os verdadeiros ganhos sociais e econômicos que o agronegócio brasileiro pode oferecer face às alternativas alavancadas pela agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável no campo.⁴⁴⁰ Todas essas discussões tangenciam de alguma forma a temática das *commodities* e a degradação ambiental, uma vez que o Brasil é um grande produtor dessas mercadorias direcionadas ao mercado mundial e, possui uma população rural de quase 30 milhões de pessoas, segundo dados do censo de 2010 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).⁴⁴¹

Além de ser considerado um dos cinco países de maior reserva florestal no mundo, por apresentar cerca de 13% da área coberta por florestas de todo o planeta, o Brasil conta também com a maior extensão em floresta tropical. Mesmo assim, a porcentagem desses biomas sofre um declínio constante em função do avanço da fronteira agrícola e da urbanização. Diagnósticos ao redor do mundo são preocupantes no que diz respeito à intervenção humana no meio ambiente.⁴⁴² A degradação do solo afeta um terço da superfície da terra. Somente a erosão, elimina 20 a 30 bilhões de toneladas de solo por ano, reduzindo significativamente a produtividade das culturas e a capacidade de armazenar carbono, nutrientes e água.⁴⁴³ Os países da América do Sul, por exemplo, são os líderes mundiais em termos de desmatamento, apresentando uma taxa média de desflorestamento de 0,5% ao ano desde a década de 1990.⁴⁴⁴

⁴⁴⁰GUALDA, N. L. P.. Agricultura Familiar versus Modelo Agro-Exportador: o falso dilema da não coexistência. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 55. **Anais...** Londrina, 2007. UMBELINO, Ariovaldo; STEDILE, João Pedro. **A natureza do Agronegócio no Brasil**. Brasília: Via Campesina Brasil, 2005.

⁴⁴¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

⁴⁴² MORANA, Daniel; WACKERNAGEL, Mathis; KITZES, Justin; GOLDFINGER, Steven; BOUTAUD, Aurélien. Measuring sustainable development — Nation by nation. **Ecological Economics**, v. 64, issue 3, p. 470-474, jan. 2008.

⁴⁴³ FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Status of the World's Soil Resources**. Rome: 2015, p. 101.

⁴⁴⁴ FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **State of the World's Forests**. Rome: 2011, p. 17.

Diante das estatísticas, percebe-se que as *commodities* vêm ocupando lugar de destaque no cenário internacional. Exemplo disso é o Common Fund For Commodities (CFC), que surgiu na década de 1980 a partir das discussões alavancadas no interior da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre a possibilidade da criação de uma agência de desenvolvimento de projetos relacionados às mais variadas *commodities* ao redor do mundo. Desde então, a pauta da organização versa sobre os processos de trabalho, a relação com o meio-ambiente e as formas sustentáveis no processo de produção dessas mercadorias. Somente no ano de 2006, a instituição aprovou o financiamento de onze projetos com orçamentos entre dois e nove milhões de dólares, em parceria com a ICO.⁴⁴⁵ A Organização Internacional do Café (International Coffee Organization – ICO), trata-se de uma agência intergovernamental criada em 1963, que está voltada para o desenvolvimento do produto em mais de 76 países.⁴⁴⁶

Retornando ao caso da cafeicultura enquanto transformadora da paisagem, Warren Dean estima que, em um século que separa os anos de 1788 e 1888, o Brasil produziu perto de dez milhões de toneladas de grão de café, enquanto cerca de 7.200Km² de floresta primária foram destruídos nesse mesmo período.⁴⁴⁷ Outra estimativa, apontada por José Augusto Drumond, revela que entre “25.000 km² e 30.000 km² de cobertura florestal primária de Mata Atlântica, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais tenham desaparecido”⁴⁴⁸, somente para a incorporação da cultura cafeeira e das ferrovias, construídas principalmente para o transporte da rubiácea. Já sobre Minas Gerais, em período posterior ao anteriormente citado por Dean, esse mesmo autor revela análises estatísticas demonstrando que dos 91.000Km² de terras em matas encontrados no estado em 1950, sobraram apenas 35.000Km² quatorze anos depois, em 1964, apresentando uma reduzida fração de matas virgens.⁴⁴⁹

Seguindo as descrições do fenômeno da diminuição das florestas em uma escala de análise ainda mais reduzida, o brasilianista assim descreveu os dados apresentados pelo governo do estado mineiro no ano de 1923: dentre as regiões mais afetadas pelo desmatamento, os agentes oficiais de Minas Gerais estimavam o

⁴⁴⁵ FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Regular Projects Approved in 2006**. Rome: 2006, p. 49-52.

⁴⁴⁶ INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION (ICO). **International Coffee Organization Annual Review**. London: ICO, 2010/2011, p. 1.

⁴⁴⁷ DEAN, Warren. op. cit., 2011, p. 203.

⁴⁴⁸ DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 1997.

⁴⁴⁹ DEAN, Warren. op. cit., 2011, p. 291.

percentual de 41% de floresta remanescente na região Leste e 22% na região da Zona da Mata. Ambas as áreas são consideradas pelo autor como regiões que anteriormente eram quase totalmente cobertas por florestas primárias.⁴⁵⁰ Sobre a Zona da Mata, o geógrafo Orlando Valverde havia observado que a principal característica da paisagem nessa região era exatamente a inexistência de florestas primárias. De acordo com ele, a vegetação tropical foi transformada em uma *ghost landscape*, já que a cobertura da vegetação natural deu lugar à agricultura, que por sua vez transformou a maioria dessas áreas em pastos. Nas palavras do autor:

A Zona da Mata foi, portanto, submetida a uma devastação generalizada, de tal modo que, segundo evidenciam as fotografias aéreas, só os cumes de algumas elevações possuem manchas acanhadas de matas. Nas partes mais ao norte e leste da região a devastação não foi tão drástica. Observadas do terreno, estas manchas de florestas residuais são, todas elas, secundárias. (...) Em duas excursões de reconhecimento que o autor realizou à Zona da Mata não pôde observar uma só vez qualquer resto de mata virgem. Paradoxalmente, pode-se afirmar que uma das características atuais da paisagem da Zona da Mata é a falta de matas. Por toda parte, o homem substituiu o manto escuro das florestas pelo pasto claro e aveludado de capim-gordura (*Melinis minutiflora*).⁴⁵¹

É inegável que o processo de transformação da paisagem na região, ainda que não exclusivo e tampouco iniciado somente com a chegada do café, possui raízes fundamentadas na cultura da rubiácea. Segundo o historiador ambiental John Robert McNeill, a história da agricultura se resume a uma luta constante contra a perda dos nutrientes.⁴⁵² Mas no caso da cultura café matense, a assertiva do autor não se contempla em sua totalidade. Ainda que se soubesse, em muitos dos casos, das consequências do cultivo extensivo da planta, percebe-se uma atitude de *elogio heróico do avanço da fronteira*, destacando positivamente o caráter predatório e irreversível da atividade.⁴⁵³ Essa era a sensação de inegotabilidade dos recursos naturais, presente no pensamento da época.⁴⁵⁴ Segue-se a visão de um coetâneo matense:

A região da “Matta”, se não tivesse a enormidade que tem, deixaria, dentro de em breve, de merecer assim qualificar-se, porquanto grande parte das vastas selvas-virgens, que lhe haviam grangeado a

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 262.

⁴⁵¹ VALVERDE, Orlando. op. cit., p. 5-6.

⁴⁵² MCNEILL, John Robert. **Something new under the sun**. An environment history of the twentieth-century world. New York: W.W. Norton, 2001, p. 23.

⁴⁵³ PÁDUA, op. cit., 1998, p. 139.

⁴⁵⁴ PÁDUA, José Augusto. op. cit., 2002, p. 74.

denominação, foram derrubadas e substituídas por lindos cafezais. Transformaram-se as suas paisagens. Os seus morros e valles apresentavam-se com novo aspecto. Surgiram, então, aos olhos extasiados de quem por ali se encaminhasse, as opulentas terras de “meia-laranja”, pelos declives das quaes os pés da formosa rubiacea subiam em filas, em grupos, em multidões. A majestosa região mineira, encostada, de uma banda, na serra da Mantiqueira, que se projecta em ininterruptos contrafortes, e, do outro lado, confinando com o Rio de Janeiro (por onde lhe são limites naturais o rio Parahyba do Sul e a serra do Mar), assim com o Espírito Santo, – floresceu e fructificou, numa crescente prosperidade.⁴⁵⁵

Uma série de fatores envolvendo também uma série de condicionantes em distintas escalas conformou a mudança que a cafeicultura implantou na dinâmica da terra nessa região interiorana de Minas Gerais durante o século XIX e princípios do século XX. A iminência da degradação ambiental, de acordo com o sistema agrário adotado, determinou o movimento da fronteira, e os efeitos da falta de nutrientes no solo nas regiões de retaguarda, demonstrou o caráter itinerante da cultura cafeeira como o principal mecanismo de transformação da Zona da Mata nesse período. A principal ideia desse trabalho foi indicar esse movimento em seu sentido sul/norte, conjugando a relação entre a disponibilidade de florestas e a cafeicultura, tentando inserir também o avanço dos pastos como a principal consequência dessas práticas agrícolas. Mais uma vez, recorre-se a abordagem eclética e multifacetada de Valverde, elaborada no final da década de 1950:

Onde quer que tenha havido a cultura de cafezais descobertos, eles se revelaram um sistema esgotante, deslocando-se, por isso, gradativamente para as partes mais afastadas dos mercados ou dos entrepostos. Não é, portanto, de admirar que, na Zona da Mata, as zonas cafeeiras estejam hoje nos seus confins do norte e nordeste. É aí que os cafezais alcançam os maiores rendimentos e duram mais tempo, dentro do âmbito regional. (...) Hoje em dia, a principal área cafeeira nesta parte do Brasil há muito extravasou da Zona da Mata, e se encontra no norte do rio Doce, no território litigioso entre Minas e Espírito Santo. Aí, porém, já se tornou economicamente desinteressante a aplicação de grandes capitais para a organização de fazendas por causa da distancia e dos fretes elevados.⁴⁵⁶

Deve-se considerar que o processo de degradação do solo e o movimento da fronteira para o Norte não se tratou do fim da cafeicultura na região. Tampouco a invasão dos pastos se tratou do fim da agricultura, de uma forma geral. Dados apontam

⁴⁵⁵ MAGALHÃES, Hidelbrando de. Subsídios para a história do café em Minas Gerais. In: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Org.). op. cit., p. 344.

⁴⁵⁶ VALVERDE, Orlando. op. cit., p. 60.

que Zona da Mata é a segunda região produtora de Minas Gerais – o principal produtor brasileiro da rubiácea na atualidade – por conta da maciça participação de municípios como Manhuaçu, Caratinga e Manhumirim.⁴⁵⁷ Portanto, o norte foi a última parte da região a incorporar o cultivo do grão e a única a mantê-lo em larga escala. Uma primeira aproximação para explicar tal fenômeno seria interpretar como a transição metabólica se deu nesse espaço. Ou seja, de que forma o sistema agrário foi modificado de modo a introduzir os fertilizantes, os tratores, etc. inaugurando uma nova era agrícola. Essa interpretação foge ao escopo desse trabalho e futuras investigações podem ser feitas nesse sentido.

⁴⁵⁷ OLIVEIRA JÚNIOR, Lourival Batista de. **Mata Mineira**: um estudo sobre a exclusão social e os limites e possibilidades das políticas de desenvolvimento territorial. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010, p. 197-199.

FONTES

À **Lavoura**. Rio de Janeiro: Typ.Universal de Laemmert & C., 1890.

Colleccão das Leis Do Imperio do Brasil de 1852. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1953, p. 5-7. Tomo 13, Parte I

Colleccão das Leis Do Imperio do Brasil de 1873. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873, p. 386-387. Tomo 32, Parte I

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1837 pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1837.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1847 pelo Presidente da Província Quintiliano José da Silva. Ouro Preto: Typ. Imparcial, de B. X. Pinto de Sousa, 1847, p.28-29.

Esquema das Linhas da antiga Estrada de Ferro Leopoldina. Disponível em: <http://otremexpresso.webnode.com.br/>. Acesso em: 10 Jan. 2016.

Índice de estações ferroviárias. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acesso em: 16 Jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1920)**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Inventários *post-mortem*. Fórum Benjamin Colucci, Juiz de Fora (1870/1929). Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUJF).

Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura no anno de 1919. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1919.

Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Raul Soares de Moura ao Congresso Mineiro, lida na abertura de sua 1ª sessão ordinária da 9ª legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1923.

Relatorio que á Assembléa legislativa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1865, o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1865.

Relatorio que á Assembléa legislativa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1870, o Vice-presidente Dr. Agostinho José Ferreira. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1870.

Relatorio que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou na sessão ordinária de 1856 o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1856, p.49.

Relatório apresentado á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes, na sessão ordinária de 1869, pelo presidente da mesma provincia, Dr. José Maria Corrêa de Sá Benevides. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DE MINAS GERAES. **Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes.** Belo Horizonte: Imprensa Official, 1927. Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/juiz-de-fora>. Acesso em: 15 Jan. 2016.

The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: www.slavevoyages.org. Acesso em: 17 Jan. 2016.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ABEL, Wilhelm. **La agricultura:** sus crisis y coyunturas. Una historia de la agricultura y la economía alimentaria en Europa Central desde la Alta Edad Media. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial:** 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ADAS, Sérgio. **O campo do geógrafo:** colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 296. v.1

ALENCASTRO, Luiz Filipe de. **O trato dos viventes.** Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição:** o Espírito Santo, 1850-1888. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. **Lócus: revista de história,** Juiz de Fora, v. 11, n. 1-2, p. 137-160, 2005.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em Movimento:** um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. **Dívida e Obrigação:** as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

AMANTINO, Marcia Sueli. **O mundo das feras:** Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais:** Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica; Ed.PUC-Minas, 2008.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. **Revista Brasileira de História.** v.11, n. 22, p. 93-131, mar.-ago,1991.

_____. Estrutura agrária e família escrava na Minas Gerais oitocentista. **Revista Eletrônica de História do Brasil.** Juiz de Fora, v. 1, n. 2, dez, 1997.

ARANTES, Luiz Antônio Valle. **As origens sociais da burguesia industrial em Juiz de Fora - 1858/1912.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

AUBRÉVILLE, André. As florestas do Brasil: estudo fitogeográfico florestal. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal,** n. 11, p. 201-232, 1959.

ÁVILA, Arthur Lima de. **E da Fronteira veio um Pioneiro: a *frontier thesis*** de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BADIA-MIRÓ, Marc; TELLO, Enric. Vine-growing in Catalonia: the main agricultural change underlying the earliest industrialization in Mediterranean Europe (1720–1939). **European Review of Economic History**, Oxford, v. 18, n. 2, p. 203–226, 2014.

BAIROCH, Paul. Les trois révolutions agricoles du monde développé: rendements et productivité de 1800 à 1985. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, Paris, n. 2, année 44, p. 317-353, 1989.

BAPTIST, Edward. A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana. **Almanack**, Guarulhos, n. 5, jan.-jun., 2013.

BASTOS, Wilson de Lima. **Francisco Baptista de Oliveira: um pioneiro**. Juiz de Fora: Parahybuna, 1967.

_____ **Mariano Procópio Ferreira Lage**. Juiz de Fora: Caminho Novo, 1961.

BATES, Robert H. **Open-economy politics: the political economy of the world coffee trade**. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

BATISTA, Felipe de Alvarenga; BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. **Transportes, modernização e formação regional: subsídios a história da era ferroviária em Minas Gerais, 1870-1940**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2012.

BATISTA, Felipe de Alvarenga; GODOY, Marcelo Magalhães. O mito da modernização pelos trilhos: a "era ferroviária mineira", 1869-1940. Seminário Sobre a Economia Mineira, 15. **Anais...** Diamantina, Cedeplar, 2012, p. 12.

BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. **Mercado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BERGAD, Laird. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru; São Paulo: Edusc, 2004.

BLACKBURN, Robin. **The making of New World slavery: from the Baroque to the Creole, 1492-1800**. London; New York: Verso, 1998.

_____ **The overthrow of colonial slavery, 1776-1848**. London; New York: Verso, 1996.

BLASENHEIM, Peter. **A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906**. PhD Thesis, Stanford University, Stanford, 1982.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. São Paulo: Edusc, 2001.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, dogmatico, etc.** autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, oferecido a el-rey de Portugal D. João V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.

BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BRANNSTROM, Christian. Documentos do Arquivo do Fórum da Comarca de Assis no CEDAP, UNESP – Assis: uma fonte inédita para a história ambiental regional. **Revista Pós-História**, Assis, v. 5, p. 217-236, 1997.

_____ **Repensando a Mata Atlântica brasileira: Cobertura vegetal e valor da terra no Oeste Paulista, 1900 a 1930**. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 26, p.58-76, jan., 2002.

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César; MOREIRA, Nicolau Joaquim. **Catecismo de agricultura**. Rio de Janeiro: Typographia J.A. dos Santos Cardoso, 1870.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Homens e árvores no ecúmeno colonial**. Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CAMILO, Janaína Valéria Pinto. **A Medida da Floresta: as viagens de exploração e demarcação pelo “País das Amazonas” (Séculos XVII e XVIII)**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CANO, Wilson. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 291-306, maio-ago.,1985.

CARDOSO DE MELLO, Zélia. **Metamorfoses da Riqueza**. São Paulo 1845/1895. São Paulo: Hucitec, 1985.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 Ensaio Sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1971. v. 2

CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, José Antonio; THORP, Rosemary (Org.). **An Economic History of Twentieth-Century Latin America, Vol.1, The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. New York: Palgrave, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARMO, Antonio Gomes. **Reforma da Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa da Casa da Moeda, 1897.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: UFOP, 1999.

CARRÉ, Alexandra Nanan; ANDRADE, Rômulo Garcia de. Estrutura agrária e população escrava na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal e seu entorno: Itaguaí, 1808-88. **Rev. Univ. Rural, Série Ciências Humanas**, Seropédica, v. 27, n. 1-2, jan.-dez., 2005.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CALRENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). **The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CLAY, Jason. **World Agriculture and the Environment: a commodity-by-commodity guide to impacts and practices**. Washington: Island Press, 2004.

CORRÊA, Márcio Xavier. **Memória sobre a economia extrativa da poaia (primeira metade do século XIX)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

COSENTINO, Daniel do Val. **Um múltiplo de transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Vanessa Lourenço Vaz. **Caminho Novo: ocupação do solo e produção rural (1700-1831)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

COWAN, Brian William. **The social life of coffee: the emergence of the British coffeehouse**. Yale: Yale University Press, 2005.

CRAVO, Têlio Anísio. **Pontes e estradas em uma província no interior do Brasil oitocentista: engenharia, engenheiros e trabalhadores no universo construtivo da infraestrutura viária de Minas Gerais (1835-1889)**. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura**. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

CRONON, William. Revisiting the vanishing frontier: the legacy of Frederick Jackson Turner. **Western Historical Quarterly**, Logan, n. 18, p. 157-176, apr., 1987.

CUNHA, Máisa Faleiros da. **Demografia e família escrava. Franca – SP, século XIX**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DAFERT, Franz Wilhelm. **Principes de culture rationnelle du café au Brésil**. Paris: Augustin Challamel, 1900.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

_____. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820/1920)**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. **O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934.

DESTRO, José Augusto de Souza. **A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora (1896/1930)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed.UFF, 1997.

DUARTE, Felipe Marinho. **Mercado financeiro e crédito público: acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006.

ESTEVEZ, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

FALEIROS, Rogério Nanques. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____. FALEIROS, Rogério Nanques. **Homens do Café – Franca (1880 / 1920)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FALEIROS, Rogério Nanques; VARGAS, Neide César. A formação econômica do Espírito Santo: complexo cafeeiro, elites e extraterritorialidade na periferia agroexportadora. In: Congresso Brasileiro de História Econômica e Conferência Internacional de História das Empresas, 9 E 10. **Anais...**, Curitiba, 2011.

FEDERICO, Giovanni. **Breve Historia Económica de la Agricultura**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Ilustrado**. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FILHO, Alcides Goularti; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (Org.). **Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FILHO, João Mariano Procópio. **Aspectos da Vida Rural em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. do Autor, 1978.

_____. **Salvo erro ou omissão: gente juiz-forana**. Juiz de Fora: Ed. do autor, 1979.

FISHER-KOWALSKI, Marina. Society's metabolism: the intellectual history of materials flow analysis, part I, 1860-1970. **Journal of Industrial Ecology**, New Haven, v. 2, n. 1, p. 61-77, 1997.

FISHER-KOWALSKI, Marina; HÜTTLER, Walter. Society's metabolism: the intellectual history of materials flow analysis, part II, 1970-1998. **Journal of Industrial Ecology**, New Haven, v. 2, n. 4, p. 107-129, 1999.

FLEXOR, Maria Helena. Inventários e testamentos como fonte de pesquisa. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_074.htm. Acesso em: 16 Out. 2008.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 12, p. 105-117, 2001.

FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **State of the World's Forests**. Rome: 2011.

_____. **Regular Projects Approved in 2006**. Rome: 2006.

_____. **Status of the World's Soil Resources**. Rome: 2015.

FOSTER, John Bellamy. **Marx's Ecology: materialism and nature**. New York: Monthly Review Press, 2000.

FOURASTIÉ, Jacqueline (Org.). **Economia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1981.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 12, n. 2, mar.-ago., p. 125-50, 1986.

_____. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção**. Dissertação (Mestrado) História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese (Doutorado), Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo Global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2003.

GARRIDO, Francisco; MOLINA, Manuel González de; SERRANO, José Luis; SOLANA, José Luis (Org.). **El paradigma ecológico en las ciencias sociales**. Barcelona: Icaria, 2007.

GENOVEZ, Patrícia Falco. Os Barões e os trilhos: a Estrada de Ferro União Mineira e os laços de sangue na Zona da Mata Mineira. Seminário Sobre Economia Mineira, 13. **Anais...** Diamantina, Cedeplar, 2008.

GEREFFI, Gary & KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity Chains and Global Capitalism**. Connecticut; London: Praeger, 1994.

GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora: 1850/1930**. Juiz de Fora: Ed UFJF, 1988.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização. Transportes em uma província não exportadora – Minas Gerais, 1850-1870. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2(33), p.159-186, ago. 2008.

GOLFARI, L. **Zoneamento ecológico do Estado de Minas Gerias para reflorestamento**. Belo Horizonte: CPFRC, 1975.

GOMES, Mauro Leão. **Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Canta Gallo na província do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

GONTIJO, Romilda Mourão. **A Parceira e o café da Zona da Mata Mineira (1850-1906)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992. .

GOODMAN, Jordan; LOVEJOY, Paul; SHERRAT, Andrew (Org.). **Consuming habits: global and historical perspectives on how cultures define drugs**. London; New York: Routledge, 2007.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v. 2 (1831-1870).

GUALDA, N. L. P.. Agricultura Familiar versus Modelo Agro-Exportador: o falso dilema da não coexistência. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 55. **Anais...** Londrina, 2007.

GUIMARÃES, Eliane Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828/1928)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

_____. **Violência entre parceiros de cativiero - Juiz de Fora, segunda metade do século XIX**. São Paulo: Annablume, 2006.

HALFELD, Geraldo. **Henrique Guilherme Fernando Halfeld: Fundador da Cidade de Juiz de Fora**. [Juiz de Fora, s.n.], 1970.

HENRIQUES, Amilson Barbosa. **A cultura rotineira e a lavoura racional: proposições na revista agrícola (São Paulo, 1895-1907)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010, p. 191-192.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1974.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa: versão 3.0**. São Paulo: Objetiva, 2009.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM CAMPINAS. **Colecção de trabalhos agrícolas extrahidos dos relatórios annuaes de 1888-1893**. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1895.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**: conteúdo digital. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm>. Acesso em: 19 Jan. 2016.

INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION (ICO). **International Coffee Organization Annual Review**. London: ICO, 2010/2011.

JAMIESON, Ross W. The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World. **Journal of Social History**, Oxford, v. 35, n. 2, p. 269-294, 2001.

KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. **The growth of the international economy, 1820 - 2000**: an introductory text. New York: Routledge, 1999.

KOTTEK, M.; GRIESER, J.; BECK, C.; RUDOLF, B.; RUBEL, F. World Map of the Köppen-Geiger climate classification updated. **Meteorol. Z.**, n. 15, p. 259-263, 2006.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas**: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades – os Ferreira Armonde (1751-1850). São Paulo: Intermeios; Juiz de Fora: Funalfa, 2013.

_____. **Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão (Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88)**. São Paulo: Fapeb; Annablume, 2006.

LAERNE, C. F. Van Delden. **Brazil And Java**: Report On Coffee-Culture In America, Asia, And Africa. London: W. H. Allen & C^o, 1885.

LAMAS, Fernando Gaudereto. **Conflitos agrários em Minas Gerais**: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767-1820). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. Historiografia tradicional liberal da zona da mata: uma análise historiográfica. **Revista Heera**, Juiz de Fora, v.4, n. 6, 2009.

LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma historiografia. Congresso Brasileiro de História Econômica e Conferência Internacional de História de Empresas, 5. e 6. 2003. **Anais ...**, Caxambu, ABPHE, 2003.

LANGFUR, Hal. **The forbidden lands**: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830. Stanford: Stanford University Press, 2006.

LANNA, Ana. **Transformação do Trabalho**: A Passagem para o trabalho Livre em Minas Gerais, 1870/1920. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus Pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)**. Juiz de Fora: UFJF: FUNALFA, 1985.

LEVY, Maria Bárbara. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista**. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870-1920**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII E XVIII). Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro*, Lisboa; Paris, v. 34, dez., 1995.

LOPES, Luciana Suarez. **Sob os Olhos de São Sebastião. A Cafeicultura e as Mutações da Riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900.** Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. **Cadernos IFCH/Unicamp**, Campinas, v. 10, p. 1-14, out., 1983.

MACHADO, Marina Monteiro. **Entre fronteiras: terras indígenas nos sertões fluminenses (1790-1824).** Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836).** São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX.** Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____ A propriedade escrava no vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, 2002, p. 58.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração e Escravidão: Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____ Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. **International Conference New Perspectives on the Life and Work of Eric Williams**, St. Catherine's College Oxford University, September, 2011.

_____ **Factores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660/1860.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____ O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan.-jul., p. 83-128, 2010.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul.-dez., p. 97-117, 2011.

MARTINS, Ana Luiza. *Historiografia do café: sugestão de percurso.* II Seminário de História do Café - História e Historiografia, 2., 2008. **Anais...**, Itu, Museu Paulista, 2008.

_____ **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922).** São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola no Segundo Reinado (1860- 1897).** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.

_____ **O cativo da terra.** São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Marcellino & JOHNSTON, E. (Org.). **150 anos de café.** Rio de Janeiro: Marcellino Martins & E. Johnston Exportadores Ltda., 1992.

MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: Cedeplar, 1980.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____ **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____ **O Capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio**: Os significados da Liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, século XIX**. Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: Do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MCNEILL, John Robert. **Something new under the sun**. An environment history of the twentieth-century world. New York: W.W. Norton, 2001.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Convênio de Taubaté e a agricultura Fluminense. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4 (número especial), n. 3, p. 83-104, ago., 2008.

MERCADANTE, Paulo. **Os Sertões do Leste. Estudo de uma região**: a Mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios**: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1982.

MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, capital e poder**: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994.

MOOG, Clodomir Vianna. **Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1957.

MORANA, Daniel; WACKERNAGEL, Mathis; KITZES, Justin; GOLDFINGER, Steven; BOUTAUD, Aurélien. *Measuring sustainable development — Nation by nation*. **Ecological Economics**, Vol.64, Issue 3, Jan., p.470-474, 2008.

MORRONE, Eduardo Corrêa; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. A natureza em Marx e Engels: Contribuição ao debate da questão ambiental na atualidade. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 24, jan.-jul., 2010.

MOSLEY, Stephen. **The environment in world history**. New York: Routledge, 2010.

MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
_____. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2008.

NEIVA, Artur Hehl. A imigração na política brasileira de povoamento. **Revista brasileira de municípios**, Rio de Janeiro, a. 2, n. 6, p. 220-244, abr.-jun., 1949.

NETTO, Antonio Delfim. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: IPE;USP, 1981.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NÓBREGA, Dormevilly. **Juiz de Fora. Coletânea I: prosadores**. Juiz de Fora: FUNALFA, 1982.

NÜTZENADEL, Alexander; TRENTMANN, Frank (Org.). **Food and Globalization: Consumption, Markets and Politics in the Modern World**. Oxford; New York: Berg Publishers, 2008.

O'ROURKE, Kevin & WILLIAMSON, Jeffrey. When did globalisation begin? **European Review of Economic History**, Oxford, v. 6, n. 1, p. 23-50, 2002.

OCAMPO, Jose Antonio. **Colombia y la economia mundial (1830-1910)**. Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1984.

OÍLIAM JOSÉ. **Indígenas em Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965.

OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S/A, Coleção Paulística, 2006.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeeira mineira (1780 – 1870)**. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

OLIVEIRA, Paulino de. **Efemérides Juiz-foranas – 1698/1965**. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 1975.

_____. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. [Juiz de Fora: s.n.], 1966.

_____. **Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora**. [Juiz de Fora: s.n.], 1959.

OLIVEIRA JÚNIOR, Lourival Batista de. **Mata Mineira: um estudo sobre a exclusão social e os limites e possibilidades das políticas de desenvolvimento territorial**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

PÁDUA, José Augusto. "Cultura esgotadora": agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Seropédica, n. 11, p. 134-163, out., 1998.

_____. **Um Sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PAIVA, Adriano Toledo. **“O Domínio dos índios”**: Catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. Seminário Sobre a Economia Mineira, 10., **Anais...** Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002.

PALACIOS, Marco. **El café en Colombia: 1850-1970**. Bogotá: Planeta, 2002.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da Escravidão no Império do Brasil**. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PAULA, Dilma Andrade de. **Fim de Linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000, p. 99.

PAULA, João Antônio de (Org.). **Biodiversidade, população e economia**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1997.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. ... **E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”**. **História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Heera**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, jul.-dez., 2006.

PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. Zona silenciosa da historiografia mineira - Zona da Mata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 9, p.189-230, 1962.

PEIXOTO, Aristeu Mendes (Org.). **Enciclopédia Agrícola Brasileira**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2002.

PENDERGRAST, Mark. **Uncommon grounds: the history of coffee and how it transformed our world**. New York: Basic Books, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Um historiador nas fronteiras. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PINHEIRO, Fábio Wilson Amaral. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata, c.1809- c.1830**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e conflitos nas Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz**. Na Typographia de Silva, 1832.

PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, jan.-jul., 2007.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POMERANZ, Kenneth & TOPIK, Steven. **The World that trade created**. Society, Culture, and the World Economy, 1400-the Present. Armonk; London: M.E.Sharpe, 2012.

PORTO, Costa. **Estudo sobre o sistema sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária (Universidade Federal de Pernambuco), 1965.

PORTO-ALEGRE, Paulo. **Monographia do café. História, cultura e produção**. Lisboa: Viuva Bertrand & Cª Successores Carvalho & Cª, 1879.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RAU, Virgínia. **Sesmarias Medievais Portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **A Província de Minas, 1**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2013.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

_____. Comércio e Tráfico de Escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriadas. Encontro Internacional de História Colonial. 2. **Anais...** Natal, 2008

REZENDE, Irene Nogueira de. **Negócios e participação política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste**. (A influência da bandeira na formação social e política do Brasil). Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

RIDGE, M. (Org.). **Frederick Jackson Turner: Wisconsin's Historian of the Frontier**. Madison: State Historical Society of Wisconsin, 1986.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

ROMERO, João Carlos Peres. **O café no IAC: Instituto Agrônomo. 60 anos de artigos científicos publicados na revista Bragantia (1941-2001)**. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 2002.

ROMERO, José Peres; ROMERO, João Carlos Peres. **Cafecultura Prática: cronologia das publicações e dos fatos relevantes**. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1997.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, Século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850 – 1888)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

SANTIAGO, Bárbara da Silva. **Paisagem e fragmentação florestal no Município de Juiz de Fora, MG**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

_____. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a Transição do Trabalho Escravo para o Livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Org.). **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

SECRETO, Maria Verônica. **Fronteiras em movimento: o sudeste bonaerense e o oeste paulista na segunda metade do século XIX. História comparada**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SENRA, Nelson. **História das Estatísticas Brasileiras. Estatísticas Legalizadas (c.1899 - c.1936)**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006. v. 2

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Camila Pelinsari. **Estruturas fundiárias e agrárias numa área de fronteira: Ponte Nova, 1855-1888**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SILVA, José Luis Werneck da. **Isto é o que me parece: a SAIN (1827-1904) na formação social brasileira – a conjuntura de 1871 até 1877**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

SILVA, Lúgia Maria Osório. **A Fronteira e outros mitos**. Campinas: IE/Unicamp, 2001.

SIMMONDS, P. L. **Coffee and Chicory: Their culture, chemical composition, preparation for market, and consumption**. London: E. & F. N. Spon, 1864.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SINGH, S. J. et all (Org.). **Long-Term Socio-Ecological Research: Studies in Society: Nature Interactions Across Spatial and Temporal Scales**. Dordrecht: Springer, 2013.

SIQUEIRA, Edmundo. **Resumo histórico de The Leopoldina Railway Co. Ltd**. Rio de Janeiro: Grafica Editora Carioca, 1938.

SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Campinas: Unicamp, 1985.

SMITH, T. Lynn. Sistemas Agrícolas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 2, ano 9, abr.-jun., 1947.

SORJ, Bernardo (Org.). **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Ana Lúcia Fiorot de. Álbum do Município de Juiz de Fora de 1915: a cidade entre texto e imagens. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências, 11, 2008. **Anais...**, São Paulo: USP, 2008, p.1.

SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 1, ano 8, p. 47-70, jan.-mar., 1951.

SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos Cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

_____. **Terra, Família, Solidariedade...: Estratégias de Sobrevivência Camponesa no Período de Transição - Juiz de Fora (1870-1920)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TALBOT, John M. The Coffee Commodity Chain in the World-Economy: Arrighi's Systemic Cycles and Braudel's Layers of Analysis. **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, v. 17, n. 1, p. 58-88, 2011.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, 15 Vol.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro [1839]**. MARQUESE, Rafael de Bivar. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TAVARES, Aparecida de Fátima. **Entre o café e o açúcar: perfil econômico dos produtores de Visconde do Rio Branco (1870-1889)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

TEIXEIRA, Mariana Eliane. **Ser italiano em São João Del-Rei (1888 –1914)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOMICH, Dale. **Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

TOMICH, Dale; ZEUSKE, Michael. The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy, and Comparative Microhistories. **Review**, n. 31, 2008.

TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; ZEPHYR, Frank (Org.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham; NC; London: Duke University Press, 2006.

TURNER, Frederick Jackson. O Significado da História. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 191-223, 2005.

UMBELINO, Ariovaldo; STEDILE, João Pedro. **A natureza do Agronegócio no Brasil**. Brasília: Via Campesina Brasil, 2005.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-82, jan.-mar., 1958.

VAN BATH, B. Silcher. **História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VELLOSO, Frei José Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brazil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798-1806.

VITTORETTO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 4, p. 389-422, out.-dez., ano 17, 1955.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira, 1899-1937**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.